



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: AS CONTRIBUIÇÕES DA
FORMAÇÃO PARA INSERÇÃO DOS JOVENS EGRESSOS NO
MERCADO DE TRABALHO**

DENISE CRISTINA SILVA ROSA

ORIENTADORA VILMA SOARES DE LIMA BARBOSA

SÃO CRISTÓVÃO

2021

DENISE CRISTINA SILVA ROSA

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: AS CONTRIBUIÇÕES DA
FORMAÇÃO PARA INSERÇÃO DOS JOVENS EGRESSOS NO
MERCADO DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe sob a orientação da Prof.^a. Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Vilma Soares de Lima Barbosa

SÃO CRISTÓVÃO

2021

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R788p Rosa, Denise Cristina Silva
Programa Jovem Aprendiz : as contribuições da formação para
inserção dos jovens e egressos no mercado de trabalho / Denise
Cristina Silva Rosa ; orientadora Vilma Soares de Lima Barbosa. –
São Cristóvão, SE, 2021.
214 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2021.

1. Sociologia educacional. 2. Aprendizagem. 3. Formação
profissional. 4. Trabalho. 5. Jovens - Emprego. I. Barbosa, Vilma
Soares de Lima, orient. II. Título.

CDU 316.74:37-053.6

DENISE CRISTINA SILVA ROSA

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: AS CONTRIBUIÇÕES DA
FORMAÇÃO PARA INSERÇÃO DOS JOVENS EGRESSOS NO
MERCADO DE TRABALHO**

Defesa em 27 de agosto de 2021

Banca examinadora:

**PPGS/UFS - Examinador Presidente – Prof.^a Dra. VILMA SOARES DE LIMA
BARBOSA**

PPGS/UFS – Examinador Interno – Prof. Dr. IVAN FONTES BARBOSA

PPGS/UFPB – Examinadora Externa – Prof.^a Dra. GEOVÂNA DA SILVA TOSCANO

SÃO CRISTÓVÃO

2021

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho aqui desenvolvido a algumas pessoas que me fizeram acreditar que era possível realizar essa formação acadêmica, que mesmo com tantos desafios trouxeram para a minha vida um olhar sobre o mundo que jamais tinha tido. Em especial agradeço aos meus pais Juracy e Yara, que me concederam a oportunidade de pousar nesse plano material para traçar o meu destino e aprender a evoluir a partir das relações. As minhas irmãs e meu irmão, que sempre me acolhem e me impulsionam para nunca desistir dos meus sonhos, mas em especial a minha irmã Jussara, que sempre foi a minha inspiração, tanto na questão dos estudos, quanto em relação a ser uma mulher pra frente com os problemas para traz e ao meu cunhado Lucas, que a partir de suas histórias e lutas de vida, nos faz acreditar que tudo é possível, basta saber gingar como um bom capoeirista, você será o meu eterno mestre. Aos meus filhos Romualdo e Dandara, que a partir deles tenho me tornado um ser humano mais humano, pois ser mãe para mim sempre foi um desejo e mesmo com minhas fragilidades, tenho dado o meu melhor a eles. Com muito carinho e gratidão, agradeço a Keka, pelos momentos de muitas conversas que tivemos quanto a minha vontade de fazer o mestrado e que com o apoio dela esse projeto foi possível de ser realizado.

Agradeço a minha sobrinha e filha Cindy Rosa, por ter resgatado o meu sonho de fazer o mestrado, você tem uma enorme participação nesse projeto, pois me apresentou a Sociologia e me fez conhecer essa área que hoje se tornou uma cachaça boa, que nunca mais quero deixar. AIVALDO pelas idas e vindas para as aulas do mestrado, que nos renderam inúmeras discussões e que até os últimos segundos para a minha defesa ainda me socorrer ajudando nos ajustes finais dessa dissertação.

A minha orientadora e amiga Vilma Soares, que desde o nosso primeiro momento tivemos uma enorme empatia, a essa pessoa agradeço imensamente a todos os ensinamentos que me deu, tanto em relação ao mestrado, como em relação as suas experiências de vida. Obrigada por você ser tão humana. E aqui aproveito para agradecer ao meu querido professor e amigo Ivan Barbosa, que me deu a oportunidade de conhecê-lo e demonstrar o meu enorme interesse de seguir a minha formação acadêmica, sem você eu não teria enfrentado essa empreitada.

Aos meus amigos e amigas que a vida me deu, agradeço a cada um de vocês por acreditarem e apostarem em mim, muitas vezes sei que demonstrei fraquezas, mas com apoio de vocês eu consegui seguir. Em especial, agradeço a Fatinha, Fafá e Aline, pelas inúmeras escutas e pelos vários cafés e vinhos tomados, que aqueceram o meu coração e a minha alma.

Agradeço aos colegas da minha turma (Franciele, Victor, Lucas, Carolina, Nathalia, Gabriel,IVALDO, João e Aldir) pelas discussões sociológicas e pelos cafés tomados durante o primeiro ano do mestrado. Com vocês os momentos eram extremamente gostosos e polêmicos (rsrsrsrs). Gratidão meus companheiros(as).

Agradeço a todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS, por todo aprendizado que me proporcionou e em especial ao professor Marcelo Ennes, que tem tido um olhar humano sobre cada um de nós.

Por fim, agradeço à CAPES, pela bolsa que tornou possível continuar o mestrado em meio ao desemprego e a pandemia da Covid-19.

EPÍGRAFE

*Cada passo do movimento real é mais importante do
que uma dúzia de programas.*

Karl Marx, 1875

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar as contribuições da formação profissional dos jovens egressos nos Programas de Aprendizagem do Serviço Nacional de Aprendizagem Profissional (Senac) em Sergipe, do Centro de Formação Profissional de Aracaju (CFP-Aju), com a para verificar as contribuições da formação para a inserção no mercado de trabalho. Temos os objetivos específicos: contextualizar a educação profissional do Senac no cenário nacional e em Aracaju-SE, refletindo sobre a formação na perspectiva dos jovens egressos e instrutores da aprendizagem; investigar se a formação profissional nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE contribuiu para a inserção dos jovens no mercado de trabalho; investigar as trajetórias de trabalho e educacionais destes após a saída dos programas; reconhecer os seus projetos para o campo do trabalho e da educação. Partindo do problema de pesquisa, o que de fato essa formação contribuiu para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho? Para responder essa questão, iremos nos pautar na formação técnico-profissional ofertada através dos Programas de Aprendizagem do Senac, que proporcionaram aos jovens relação de trabalho vinculada à Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000, que exige a obrigatoriedade de contratação de jovens entre 14 a 24 anos de idade como aprendizes, à égide da legislação trabalhista e de proteção aos jovens brasileiros. A pesquisa foi desenvolvida a partir de estudo com abordagem qualitativa e quantitativa, com jovens dos Programas de Aprendizagem do Senac-SE, na Cidade de Aracaju. Foram aplicados 250 questionários com esses jovens com idade entre 18 a 24 anos, de ambos os sexos; foram selecionados 10 jovens para as entrevistas semiestruturadas e 05 instrutores da aprendizagem que participaram da formação profissional. O referencial teórico foi fundamentado no materialismo histórico-dialético. As categorias analisadas foram “trabalho, educação e juventude(s)”, numa perspectiva de formação profissional, compreendendo os jovens egressos como sendo os sujeitos que vivenciaram toda a aprendizagem. Para análise dos dados desse estudo, foi utilizada a “análise do conteúdo”. Logo, as constantes transformações no campo do trabalho têm gerado mudanças objetivas e subjetivas na vida dos sujeitos que trabalham e neste cenário, os jovens substancialmente são os mais afetados, estando expostos ao desemprego e trabalhos precarizados. Em resumo, esse programa embora seja direcionado para inserir esses jovens egressos no mercado de trabalho, acaba por não dar conta, pois ele não consegue fazer isso, até porque esse é um programa que não se tem uma fiscalização para se garantir essa inserção, na verdade existe um déficit em relação a escolarização desses jovens que dificultam a sua inserção e permanência nesse mercado de trabalho. Efetivamente, esse programa acaba atendendo muito mais aos interesses do capital, porque promove uma mão de obra qualificada precarizada.

Palavras-chave: trabalho; educação da juventude(s); formação profissional; programa de aprendizagem.

ABSTRACT

This study aims to analyze the contributions of the professional training of young graduates in the Learning Programs of the National Service for Professional Learning (Senac) in Sergipe, from the Professional Training Center of Aracaju (CFP-Aju), to verify the contributions of training for insertion in the labor market. We have specific objectives: to contextualize Senac's professional education on the national scene and in Aracaju-SE, reflecting on training from the perspective of young graduates and learning instructors; investigate whether professional training in the Senac / SE Learning Programs contributed to the insertion of young people into the labor market; investigate how these work and educational trajectories after leaving the programs; their projects for the field of work and education. Starting from the research problem, what did this training actually contribute to the insertion of young graduates in the labor market? To answer this question, we will focus on technical and professional training through Senac's Apprenticeship Programs, which provided young people related to work linked to the Apprenticeship Law No. 10,097 / 2000, which requires the mandatory hiring of young people aged between 14 and 24 years old as apprentices, under the aegis of labor legislation and protection of Brazilian youth. The research was developed from a study with a qualitative and quantitative approach, with young people from the Learning Programs of Senac-SE, in the city of Aracaju. There were 250 questionnaires with these young people aged between 18 and 24 years, of both sexes; 10 young people were selected for the semi-structured interviewees and 05 learning instructors who participated in the professional training. The theoretical framework was founded on historical-dialectical materialism. The categories analyzed were "work, education and youth(s)", from a perspective of professional training, including young graduates as subjects, the subjects who experienced all the learning. For data analysis of this study, a "content analysis" was used. Therefore, the constant changes in the field of work have generated objective and subjective changes in the lives of the subjects who work and in this scenario, young people are the ones affected, exposure to work and precarious jobs. In summary, although this program is aimed at inserting these young graduates into the labor market, it ends up not being able to do it, because it is not able to do this, because this is a program that does not have an inspection to guarantee this insertion, in fact there is a deficit in relation to the education of young people, which makes it difficult for them to enter and remain in this job market. Effectively, this program ends up serving the interests of capital much more, because it promotes a precarious qualified workforce.

Keywords: work; education youth(s); professional qualification; learning program.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Faixa etária por sexo (feminino).....	105
Gráfico 2	Faixa etária por sexo (masculino).....	105
Gráfico 3	Localização/moradia (comunidades periféricas de Aracaju- SE).....	106
Gráfico 4	Localização/moradia (comunidades periféricas municípios de Sergipe).....	106
Gráfico 5	Renda mensal (família + jovem).....	107
Gráfico 6	Renda mensal (jovem).....	108
Gráfico 7	Raça.....	108
Gráfico 8	Escolaridade.....	109
Gráfico 9	Situação de trabalho atual dos jovens egressos.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Estrutura Curricular do Programa em Serviços Administrativos.....	96
Quadro 2 Estrutura Curricular do Programa em Serviços Vendas.....	97
Quadro 3 Estrutura Curricular do Programa em Serviços de Supermercados.....	97
Quadro 4 Trajetórias de trabalho e educacionais dos jovens egressos.....	153
Quadro 5 Pontos positivos, de atenção e de contribuição da formação profissional nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE sob a ótica dos jovens egressos.....	188
Esquema 1 Contribuições da formação profissional na ótica dos jovens egressos.....	137

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 Indicação de emprego após a saída do programa pela Instituição formadora, instrutores da aprendizagem e redes sociais.....	86
Tabela 2 Programas de Aprendizagem do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em Sergipe.....	93
Tabela 3 Programas Jovem Aprendiz do Centro de Integração Estágio e Emprego (CIEE) em Sergipe.....	93
Tabela 4 Programas de Aprendizagem Profissional Comercial (Senac) em Sergipe.....	94
Tabela 5 Número de matrículas de 2015 a 2018 (Programas de Aprendizagem do CFP-Aju do Senac/SE).....	101
Tabela 6 Número de turmas por programas de 2015 a 2018 (Programas de Aprendizagem do CFP-Aju do Senac/SE).....	101
Tabela 7 Número de matrículas por sexo de 2015 a 2018 (Programas de Aprendizagem do CFP-Aju do Senac/SE).....	102

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
CFP	Centro de Formação Profissional
PPGE	Programa de Pós Graduação em Educação
PPGS	Programa de Pós Graduação em Sociologia
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Sergipe
DN	Departamento Nacional
MEI	Micro Empreendedor Individual
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases Nacional
SEST	Serviço Social de Transporte
SESI	Serviço Social da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
PNE	Plano Nacional de Educação
MEC	Ministério de Educação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
CEFTS	Centro de Formação Técnica em Saúde
FAT	Fundo de Apoio ao Trabalhador
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação ao Trabalhador
PNQ	Plano Nacional de Qualificação

ONGs	Organizações não governamentais
CNC	Confederação Nacional do Comércio
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
NR	Norma Regulamentadora
TCU	Tribunal de Contas da União
MRA	Ministério da Reforma e Administração
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
FIC	Formação Inicial e Continuada
IF	Instituto Federal
EAD	Educação à distância
PJA	Programa Jovem Aprendiz
PNPE	Programa Nacional de Incentivo ao Primeiro Emprego
ME	Microempreendedor
CNAP	Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CONAP	Catálogo Nacional de Aprendizagem Profissional
UC	Unidade Curricular
PNC	Plano de Curso Nacional
PPI	Perfil Profissiográfico Previdenciário
PcD	Pessoa com Deficiência
TI	Tecnologia da Informação
PTDs	Planos de Trabalho Docentes
PNAD	Plano Nacional por Amostra de Domicílio Contínuo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RAIS	Relação Anual de Informações
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O objeto estudado.....	20
O problema de pesquisa.....	24
Método e Metodologia.....	27
Método do Materialismo Histórico-Dialético.....	27
Procedimentos Metodológicos.....	29
CAPÍTULO 1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	33
1.1. A condição histórica do trabalho humano.....	33
1.2. Trabalho e Educação no Brasil.....	45
1.3. A Educação Profissional no Brasil.....	57
1.4. O Trabalho como princípio Educativo.....	62
1.5. Juventude e Trabalho.....	67
CAPÍTULO 2 O SENAC E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	80
2.1. Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).....	80
2.2. Antecedentes históricos dos Programas de Aprendizagem Profissional.....	82
2.3. O Programa de Aprendizagem e a instituição formadora Senac/SE.....	84
2.4. Organização e oferta dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial.....	90
2.4.1. O perfil dos jovens egressos do Programa de Aprendizagem do Senac/SE.....	103
2.5. Modelo Pedagógico Senac: concepções e princípios.....	115
2.6. O trabalho para subsidiar as condições básicas e de consumo dos jovens.....	123
2.7. Formação dos jovens: autonomia ou adaptação?.....	127
CAPÍTULO 3 OS JOVENS EGRESSOS DO SENAC NO MERCADO DE TRABALHO EM ARACAJU-SE	138
3.1. A experiência como jovem aprendiz.....	138
3.2. As trajetórias de trabalho e educacionais dos jovens egressos após a sua saída do programa.....	146

3.3. Projetos e projeções dos jovens egressos no campo do trabalho e educacional.....	163
3.4. A formação profissional dos jovens egressos para inserção no mercado de trabalho sob a ótica dos instrutores da aprendizagem do Senac/SE.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
REFERÊNCIAS.....	199
APÊNDICES.....	209
APÊNDICE A. Questionário com os jovens egressos dos programas de aprendizagem do Senac/SE.....	209
APÊNDICE B. Roteiro das entrevistas semiestruturadas com os jovens egressos e os instrutores da aprendizagem do Senac/SE.....	213

INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a formação profissional de jovens egressos dos Programas de Aprendizagem do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em Sergipe, no Centro de Formação Profissional Aracaju (CFP-Aju), numa perspectiva de reconhecer, através dos sujeitos dessa pesquisa, as contribuições que essa formação profissional trouxe para a inserção deles no mercado de trabalho após a saída dos programas. Sabemos que, de acordo com as constantes mudanças nas estruturas produtivas e nas inovações tecnológicas que vêm ocorrendo na economia, as empresas têm se tornado cada vez mais competitivas para o mercado globalizado.

Portanto, como a educação para o trabalho tem o papel de qualificar o trabalhador para se inserir nesse processo de mudança da economia e desenvolvimento tecnológico, se faz necessária a adequação contínua de um perfil profissional que possa acompanhar esse crescimento econômico sem correr o risco de ser excluído do mercado de trabalho, principalmente para os jovens que buscam o primeiro emprego.

Com base na realidade do mercado de trabalho brasileiro, o acesso ao primeiro emprego é visto como uma situação complexa, pois, os jovens de classe social menos favorecida são os que mais sofrem as desigualdades sociais e econômicas, em virtude deles não estarem em condições de igualdade para competir por vagas de empregos com os jovens das classes favorecidas.

Conquanto, em virtude dos jovens das classes mais favorecidas possuírem um maior nível social, econômico, educacional e cultural, estes costumam levar vantagem em cima dos jovens que não dispõem dessas mesmas condições, gerando um cenário bastante crítico na vida dos jovens pobres que, em sua maioria, buscam o acesso ao trabalho quase sempre de forma precária, além de colocarem os seus estudos para um segundo plano. Já os jovens das demais classes têm o direito de estudar até a vida adulta, e acabam por postergar o seu acesso ao mercado de trabalho de forma tardia.

A realidade vivida por esses jovens que buscam um espaço na sociedade, pertencentes às famílias de classe social baixa, residentes em bairros periféricos, estudantes de escola pública, vivenciando uma série de discriminações e exclusões sociais, que resultam em sentimentos de insegurança, medo e angústia, é algo que experienciei e que me estimulou a estudar esse programa como uma política pública direcionada para jovens.

A necessidade de agregar trabalho e educação é absolutamente óbvia para as classes populares, de modo que tínhamos que estudar e, ao mesmo tempo, contribuir nas despesas de casa. Com isso, o ingresso numa universidade pública torna-se algo improvável e, dessa

forma, a entrada no ensino superior ocorre através de uma universidade particular, o que exige a continuação do trabalho para arcar com todas as despesas dessa formação. Em 2004, comecei a trabalhar como Assistente Pedagógica no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), desenvolvendo atividades como acompanhamento pedagógico, orientação aos instrutores quanto aos instrumentos de avaliação e da elaboração das atividades teóricas e práticas para os jovens aprendizes dos Programas de Aprendizagem da instituição. Nessa atividade, permaneci do ano de 2004 a 2012, sempre à frente dos processos pedagógicos, na área de legislação escolar, acompanhando todo o processo de formação dos jovens aprendizes da instituição e em 2013, entrei para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), onde tive a experiência de ser instrutora dos Programas de Aprendizagem dessa instituição.

Para tanto, a realização desse estudo sobre a formação profissional dos jovens egressos dos Programas de Aprendizagem do SENAC/SE, foi consideravelmente necessária à minha experiência nesses programas que, com o passar dos anos nessa empreitada, muitas inquietações e questionamentos surgiram constantemente, aumentando o interesse de buscar os sentidos e as contribuições dessa formação profissional dos jovens egressos para a inserção no mercado de trabalho.

Para nos aproximarmos do nosso objeto estudado, buscamos estudar as bases legais que sustentam a formação profissional de jovens para o mercado de trabalho e a relação de trabalho que a ela se configura. Dessa forma, a formação profissional de jovens para o trabalho, foi instituída no Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000, para possibilitar o acesso ao primeiro emprego, através da Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000. Essa política foi instituída para a geração de emprego para jovens de 14 a 24 anos nas escolas profissionalizantes, com o intuito de fomentar a geração de emprego nessas faixas de idade, proporcionando ações de cidadania orientadas para tal.

A Lei da Aprendizagem, regulamentada pelo Decreto n.º 5.598/2005, estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos, através de contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos. Dessa forma, os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ao mesmo tempo em que são matriculados em programas de aprendizagem, em instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela formação profissional e a certificação.

A Constituição Federal (CF) de 1988, visando a proteção ao menor, passa a proibir o trabalho aos menores de 16 anos, formalizando em seu artigo 7º a seguinte expressão: “fica proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de 18 anos e de qualquer trabalho a menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade”.

Para instituir a aprendizagem para os jovens brasileiros na faixa etária dos 14 aos 24 anos de idade, salvo sob as condições descritas acima, a Lei da Aprendizagem foi regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A CLT que surge a partir do Decreto-Lei n.º 5.452, de 01 de maio de 1943, que, em sua época, foi sancionado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista que existia no Brasil, onde seu principal objetivo é regulamentar as relações de trabalho, sejam elas individuais ou coletivas, como também em relação ao trabalho urbano ou rural.

Destacamos, aqui, que a CLT foi o resultado de um trabalho coletivo de anos – especificamente desde o Estado Novo até o ano de 1943 – por juristas, que demandaram esforços para se criar uma legislação trabalhista que atendesse à necessidade de proteção do trabalhador, atribuindo do mesmo modo ao contexto de “estado regulamentador”. Para atender às nuances da contemporaneidade, fez com que essa legislação sofresse inúmeras alterações que, apesar disso, ela se mantém com o objetivo de continuar sendo o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e ao mesmo tempo proteger os trabalhadores.

Para tanto, em se tratando da natureza de uma relação de trabalho para jovens menores de 14 anos e maiores de 18 anos, a CLT estabeleceu em seu artigo 403 - parágrafo único, que, “fica proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos” e que “o trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.”

No entanto, como essa relação demanda vários olhares e que, de certa forma, buscam minimizar os impactos das relações de desigualdades sociais existentes em nosso país, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 60, também define que, “é proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz”; no artigo 64, “ao adolescente aprendiz, maior de 14 anos, é assegurado bolsa de aprendizagem” e, no artigo 69, “o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, seguindo os aspectos em respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho” (BRASIL, 1990).

O ECA, que foi aprovado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no Governo Federal de Fernando Collor tem, como principal marco legal e regulatório, a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil, prevendo em seus artigos 60 a 69, o direito à aprendizagem, dando-lhe tratamento alinhado ao princípio da proteção integral à criança e ao adolescente.

O ECA, em seu o capítulo destinado à profissionalização e à proteção ao trabalho, traz determinações gerais para a garantia dos direitos dos mais jovens, já que as especificações são dadas por outras leis, como a Lei de Aprendizagem e a CLT. Com isso, o estatuto é taxativo ao proibir qualquer forma de trabalho para brasileiros com menos de 14 anos de idade e, em seu artigo 3º, traz que,

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, 2017, p.12).

Além disso, no parágrafo único do artigo 3º, traz que

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (incluído pela Lei do Pronatec nº 13.257, de 2016) (ECA, 2017, p.12).

Ainda nessa perspectiva, o ECA, em seu artigo 68, traz que “o programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos deverá assegurar ao adolescente que dele participe em condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada”, de acordo com os incisos descritos a seguir:

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo (ECA, 2017, p.37-38).

E, em seu artigo 69 (p.38), diz que “o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho”, observados os seguintes aspectos, entre outros: “I - respeito à condição

peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.”

Ainda para regulamentar o trabalho de jovens menores dos 16 anos e maiores de 18 anos de idade, o decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, aprovado no Governo Federal de Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece os parâmetros necessários ao fiel cumprimento da legislação, regulamentando a contratação de aprendizes nos moldes propostos do artigo 18, de acordo com os incisos:

§ 1º o limite previsto no *caput* deste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tenham concluído o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

§2º - A jornada semanal do aprendiz, inferior a vinte e cinco horas, não caracteriza trabalho em tempo parcial de que trata o art. 58 – da CLT e no artigo 19 - são vedadas a prorrogação e a compensação de jornada (ECA, 2017, p.18).

Nessa perspectiva, o decreto nº 5.598/2005 em seu artigo 22, § 1º, define que

As aulas teóricas podem se dar sob a forma de aulas demonstrativas no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados e no inciso § 2º - “é vedado ao responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem cometer ao aprendiz atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem (BRASIL, 2005).

Ainda nesse mesmo decreto, o artigo 23, os incisos §1º e § 2º dizem que,

Na hipótese de o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designado pela empresa, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica¹, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades de aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa de aprendizagem [...] define que a entidade responsável pelo programa de aprendizagem fornecerá aos empregadores e ao Ministério do

¹ A **formação técnico-profissional** metódica será realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em **formação técnico-profissional** metódica (Decreto nº 9.579/2018, art. 48, parágrafo único). A **formação técnico-profissional** caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho (CLT, art. 428, § 4º). A **formação técnico-profissional** do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios (Decreto nº 9.579/2018, art. 49): I - garantia de acesso e frequência obrigatória no ensino fundamental; II - horário especial para o exercício das atividades; e III - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. **Ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Decreto nº 9.579/2018, art. 49, parágrafo único)**. Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica (Decreto nº 9.579/2018, art. 50): I - os serviços nacionais de aprendizagem (Senai, Senac, Senar, Senat e SESCOOP); II - as escolas técnicas e agrotécnicas de educação; e III - as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente (Decreto nº 9.579 / 2018 - Das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica).

Trabalho e Emprego (MTE), quando solicitado, cópia do projeto pedagógico do programa (BRASIL, 2005).

O artigo 28, do Decreto nº 5.598/2005, deixa claro que

O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, exceto na hipótese de aprendiz deficiente ou, ainda, antecipadamente, nas seguintes hipóteses: I – Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; II – Falta disciplinar grave; III – Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; IV – a pedido do aprendiz (BRASIL, 2005).

Logo, podemos entender que essa política de geração de emprego para jovens e adolescentes através da formação profissional para o trabalho, nos trouxe a possibilidade de termos um olhar mais ampliado quanto à sua intencionalidade. Para isso, nos valem das experiências vividas pelos jovens egressos enquanto jovens aprendizes dos Programas de Aprendizagem do SENAC/SE e, também, da visão que os instrutores da aprendizagem têm em relação a essa formação para inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho. Deste modo, apresentaremos a seguir o objeto de pesquisa, que é a formação profissional dos jovens egressos nos Programas de Aprendizagem do SENAC/SE.

O objeto estudado

O programa de aprendizagem foi criado em âmbito nacional com o objetivo de qualificar e também dar oportunidade à grande maioria dos jovens brasileiros que fazem parte de uma classe social menos favorecida a ter acesso a uma formação para o trabalho. Os Programas de Aprendizagem deverão ser desenvolvidos em conformidade com a Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000, já apresentada anteriormente, onde essa lei possibilita, através de um contrato especial de trabalho com vínculo empregatício e com prazo determinado, a inserção de jovens e adolescentes ao mundo do trabalho.

Os Programas de Aprendizagem do Senac/SE contemplam um conjunto de ocupações, propiciando aos aprendizes competências voltadas à profissionalização e à cidadania, a partir da compreensão das características do mundo do trabalho e de seus fundamentos técnico-científicos. Para a efetivação da formação profissional para os jovens brasileiros, a instituição Senac elaborou um documento normativo, contendo “Diretrizes Nacionais para a Aprendizagem Profissional Comercial”, com a interlocução entre o Departamento Nacional e os Departamentos Regionais, objetivando democratizar o acesso desses jovens candidatos ao emprego no comércio, à educação profissional de qualidade, fundamental na geração de possibilidades para o ingresso deles no mercado de trabalho (SENAC DN, 2015).

Para tanto, as diretrizes educacionais dos programas de aprendizagem foram instituídas através desse documento, sendo elas operacionalizadas de acordo com as Diretrizes de Educação, cabendo aos Departamentos Regionais do Senac elaborarem os seguintes documentos: Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar e Planos de Curso. Esses documentos são ferramentas fundamentais ao bom funcionamento da Instituição, uma vez que constituem referências para as ações administrativas e pedagógicas e, conforme o parágrafo 2º do art. 23, Decreto-lei nº 5.598/ 2005, caberá ao Senac, quando solicitado, encaminhar cópia do projeto pedagógico do Programa de Aprendizagem aos empregadores e ao Ministério do Trabalho e Emprego (SENAC.DN-2015, p. 27).

Além das diretrizes educacionais instituídas pelo Senac através do seu documento norteador também foi elaborado, junto ao Departamento Nacional e os Departamentos Regionais, o Modelo Pedagógico do Senac. No entanto, o desenvolvimento do Modelo Pedagógico Nacional do Senac surgiu como ação estratégica da Instituição para qualificar a oferta de educação profissional em todo o país, e foi concebido a partir da experiência dos Departamentos Regionais que integram o Senac, na elaboração de planos de cursos. A partir da constatação que todos os Departamentos Regionais privilegiam o desenvolvimento de competências – núcleo estruturante do fazer profissional de toda ocupação – o Modelo Pedagógico Nacional inova ao organizar as competências necessárias para o exercício profissional em unidades curriculares, visando contemplar todos os elementos. Diante das definições e conceitos defendidos pelos Departamentos Regionais, coordenado pelo Departamento Nacional, criou-se a metodologia de elaboração de Planos de Cursos Nacionais do Programa de Aprendizagem Profissional do Senac (SENAC DN, 2015, p. 27).

O Programa de Aprendizagem no Senac/SE, teve início com o cumprimento da Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000, no ano de 2001, no CFP-Aju, com três empresas parceiras. Com isso, a instituição tem atendido a essa oferta de formação profissional de jovens aprendizes há 20 anos aqui no nosso estado. Com a necessidade de se manter as instituições de Formação Profissional atualizadas em relação ao mercado de trabalho, foi que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada, que compreendia a necessidade de se ter uma padronização nos Planos de Cursos que são ofertados pelas Instituições de Formação Profissional em nosso país. Portanto, em 2015, o Senac Nacional junto aos Departamentos Regionais, criaram seus Comitês Técnicos, com representantes do mundo corporativo e profissionais da Educação Profissionalizante, a partir daí criou-se o Modelo Pedagógico Senac, com o objetivo de atender às mudanças ocorridas no mercado de trabalho e se manter atualizado em relação às

demandas oriundas dos mercados locais e nacionais. Sabemos que as inovações tecnológicas, as reestruturações produtivas e as novas relações de trabalho, fez com que o Senac Nacional e em seus Departamentos Regionais, fizessem uma atualização metodológica dos seus Programas de Aprendizagem, para atender às demandas do mercado de trabalho, como, também, as constantes exigências quanto ao perfil profissional dos trabalhadores.

Como as mudanças ocorridas no campo do trabalho são constantes, sempre houve a necessidade de se pensar em políticas de formação profissional que atendessem a essa demanda. Portanto, durante as décadas de 1990 a 2000, muitas políticas públicas voltadas para a formação profissional para jovens foram implantadas em nosso país e, no ano 2000, no Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso, houve a implantação da Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000, que regulamenta a aprendizagem de jovens de 14 a 24 anos de idade, conforme já explanado anteriormente.

Nesse período, surge a compreensão de que os trabalhadores deveriam desenvolver o sentido da competência para atender às demandas do mercado de trabalho. Partimos, então, da ideia do termo “competência”, que tomou grande força no ano de 1990, a partir das reformas educacionais ocorridas no país, que tinham como objetivo atender às demandas do processo de reestruturação produtiva do capital. Segundo Ramos (2001), *competência* é um termo surgido no contexto da crise estrutural desse sistema, em decorrência da formação de um “novo” trabalhador, que precisava adequar-se às exigências da produção, substituindo, por esse motivo, o termo *qualificação*.

Destacamos que, nesse período, especificamente na década de 1990, no Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso, ocorreram muitas reformas educacionais, que, de certa forma, se deram em virtude de uma nova ordem capitalista. Essas reformas sustentaram-se tomando como base a ciência, a tecnologia e a educação. Portanto, essa última passou a tomar um sentido de ser a promotora para o desenvolvimento, assumindo a função associativa entre política, cultura, economia e padrões cognitivos valorativos dos indivíduos.

Diante do exposto, de certa forma, essas reformas educacionais acabam por proclamar, em forma de *fetichismo*, o fim da sociedade do trabalho, surgindo a emergência de uma nova ordem social, que se centrava na informação. Segundo Freitas (1999), a mudança de paradigma acaba por não surgir da evolução da ciência e da tecnologia, pois, elas por si só não têm esse poder, porque as transformações sociais surgem através da política, que, para dar legitimidade às suas posições, utilizam-se da ciência para tal.

Nesse sentido, diante do novo cenário das relações de produção, e com o esgotamento do modelo taylorista e fordista, ocorreram diversas mudanças na produção, que fez com que

houvesse a substituição por um novo modelo que foi denominado de *toyotismo*, saindo da ideia de um modelo de gerenciamento técnico-científico para atender às exigências de uma requalificação dos trabalhadores por conta da nova Divisão Internacional do Trabalho no sistema capitalista, resultando na demanda de uma mão de obra barata a utilização de matérias primas que fossem de fácil acesso.

O novo modelo toyotista é, de certa forma, uma resposta à crise estrutural do capital, que necessitava buscar por novas possibilidades de dar continuidade ao sistema social vigente. Por outro lado, como os modelos anteriores já não mais atendiam às demandas do capital, de tal modo que ele não era mais pertinente ao contexto histórico que passava por situações graves de desemprego e subemprego, passando a exigir da lógica do capital prolongamento dos estudos que estivessem conectados e voltados para o mercado de trabalho – foi a partir dessa compreensão que a questão da qualificação se reconfigura para se adequar ao novo modelo toyotista, que visava à formação de um trabalhador com sentido de polivalência, que se tornasse cada vez mais competente, que fosse multifuncional e inteligente emocionalmente. Portanto, esse novo modelo pretendia formar “[...] o novo trabalhador, que deve, principalmente, *saber-ser*, polivalente no trato de novos instrumentos de trabalho, ágil e flexível no raciocínio e na tomada de decisões, além de mostrar-se também harmonioso, cooperativo e emocionalmente equilibrado” (NAVARRO; PADILHA, 2007).

Deste modo, com a reestruturação produtiva e a flexibilização da força de trabalho, isso tem afetado de forma direta os jovens, que, na grande maioria, não dispõem de condições de equidade em meio à concorrência no mercado de trabalho. Pensando na grande competitividade e nas altas taxas de desemprego, os jovens estão ocupando, na maioria das vezes, postos mais instáveis e com condições de trabalho mais precárias que as dos adultos, além de terem de enfrentar uma crescente seletividade, onde, muitas vezes, não apresentam nenhuma qualificação, pois ainda não concluíram o Ensino Médio, Superior ou Curso Profissionalizante, dentre outras.

Considerando estes aspectos, é que se faz relevante a realização deste estudo, uma vez que ele traz a possibilidade de reflexão sobre o modelo de formação profissional que vem sendo oferecida pela instituição Senac/SE. Portanto, esta pesquisa pretende contribuir para um debate entre a formação profissional e a inserção de jovens egressos no mercado de trabalho, logo, discutir numa perspectiva sociológica sobre as temáticas de trabalho, educação e juventude(s) brasileira(s).

Cumprido destacar que, o fato de ter feito parte da formação dos jovens egressos como instrutora nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE do CFP-Aju, tendo a intenção de

investigar as contribuições e/ou lacunas existentes na formação profissional dos jovens egressos quanto à sua inserção no mercado de trabalho também consiste numa das razões para a realização desse estudo. Portanto, o desejo que nos motivou em realizar esta investigação encontrou razões de ordem pessoal e profissional, reconhecendo que as experiências vividas nos programas fizeram emergir inquietações e questionamentos quanto à essa formação profissional dos jovens egressos.

O problema de pesquisa

O presente estudo teve como principal foco analisar a formação profissional dos jovens egressos nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE para a inserção deles no mercado de trabalho, tendo como base a sua experiência como jovens aprendizes, a partir do olhar tanto dos jovens egressos como dos instrutores da aprendizagem participantes dessa pesquisa. Para delimitar a pesquisa, fizemos um recorte dos jovens egressos assistidos pelos programas entre os anos de 2015 a 2018, em virtude de ter ocorrido a implantação do Modelo Pedagógico Senac (metodologia de formação por competência) e, com a padronização dos programas de cursos em âmbito nacional. Para este estudo, nos valeremos dos Programas de Aprendizagem em Serviços Administrativos, Serviços de Vendas e Serviços de Supermercados.

O Programa de Aprendizagem² tem como público-alvo jovens de idade entre 14 e 24 anos incompletos e, que estejam matriculados e frequentando a Educação Básica. Portanto, como a Educação Profissional tem um fim, que é a formação para o trabalho, o Programa de Aprendizagem oferece a formação técnico-profissional metódica, que são atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho, sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica (Senai, Sesi, Senac e Sesc), de acordo com o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. É a partir deste contexto, que os jovens aprendizes realizam suas práticas

² Programa de aprendizagem – é o programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador. As atividades devem ter a supervisão da entidade qualificadora, em que se é necessário observar uma série de fatores, como o público-alvo, indicando o número máximo de aprendizes por turma; perfil socioeconômico e justificativa para seu atendimento; objetivos do programa de aprendizagem, com especificação do propósito das ações a serem realizadas e sua relevância para o público participante, a sociedade e o mundo do trabalho; os conteúdos a serem desenvolvidos, contendo os conhecimentos, habilidades e competências, sua pertinência em relação aos objetivos do programa, público participante a ser atendido e potencial de aplicação no mercado de trabalho; estrutura do programa de aprendizagem e sua duração total em horas, observando a alternância das atividades teóricas e práticas, bem como a proporção entre uma e outra, em função do conteúdo a ser desenvolvido e do perfil do público participante; mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa de aprendizagem e mecanismos de inserção dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do contrato de aprendizagem; e o período de duração – carga horária teórica – observando a concomitância e os limites mínimo e máximos das atividades práticas, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 723, de 23 de abril de 2012.

profissionais nas empresas contratantes, para que essas possam cumprir as diretrizes do programa.

Sabemos que, para esses jovens, iniciarem uma carreira profissional tem sido de extrema dificuldade, o que tem trazido para eles inúmeros desafios, pois a maioria dos jovens participantes dessa formação profissional na instituição Senac/SE, através dos Programas de Aprendizagem, são jovens que, em sua maior parte, possuem baixos níveis de escolarização, péssimas condições socioeconômicas e, por conta da pouca idade e a falta de experiência profissional, se tornam enormes os obstáculos para eles.

A realidade social do nosso país traz, ainda mais para os jovens, uma certa dificuldade em relação à adequada preparação para o mercado de trabalho. Mesmo que haja investimentos por parte do Governo Federal, tanto para a profissionalização, quanto para a geração de renda e emprego para essa população, os jovens ainda se sentem despreparados para adentrarem no mercado de trabalho, isso tem ocorrido por conta dos seus baixos níveis de escolaridade, pelas inúmeras exigências feitas pelas empresas quanto a um perfil profissional hiper qualificado e, isso acaba dificultando ainda mais a eles de competirem por uma vaga de emprego.

Diante do exposto e por conta desse cenário em nosso país, que de um lado existe a exigência das empresas quanto à formação profissional dos jovens, de outro lado, a necessidade desses jovens serem inseridos no mercado de trabalho, no entanto, traremos a seguinte questão: **Como, de fato, essa formação contribuiu para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho?** Com isso, consideramos a hipótese de que essa política pública de formação profissional para o trabalho, aplicada dentro dos programas de aprendizagem, não atinge o objetivo pelo qual foi criada, uma vez que os jovens egressos que foram assistidos por esses programas, especificamente os do Senac/SE, tendem a assumir postos de trabalho precarizados, contribuindo para a oferta de uma mão de obra qualificada e barata, que atenda exclusivamente aos interesses do capital. Dessa forma, essa formação deixa de considerar que a sua real importância seria, então, a de formar esses jovens em uma educação profissional de qualidade, que lhes desse a condição de se projetarem no campo do trabalho com uma perspectiva de culminarem para melhores posições sociais e econômicas, dando-lhes a condição de competirem por vagas de trabalho de forma igualitária com os demais jovens do nosso país.

Para que pudéssemos alcançar os nossos objetivos nessa pesquisa, atribuímos para esse estudo o seguinte objetivo geral: **Analisar as contribuições da formação profissional dos jovens egressos nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, para inserção deles no mercado de trabalho.** Portanto, para efetivação desse estudo, nos valem de quatro

objetivos específicos, sendo eles: **1) Contextualizar a educação profissional do Senac no cenário nacional e com a centralidade em Aracaju/SE, refletindo sobre essa formação na perspectiva dos jovens egressos e instrutores da aprendizagem; 2) Investigar se a formação profissional nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE contribuiu para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho; 3) Investigar as trajetórias de trabalho e educacionais dos jovens egressos após a sua saída dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE; e, 4) Reconhecer quais são seus projetos e projeções para o campo do trabalho e da educação.**

Delimitamos o público para participação dessa pesquisa, jovens egressos que participaram dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, entre os anos de 2015 a 2018, com idade entre 18 a 24 anos, do sexo masculino e feminino, dos cursos de Aprendizagem em Serviços Administrativos, Serviços de Vendas e Serviços de Supermercados. Para esse estudo, não se fez presente nenhum jovem egresso que estivesse inserido nos programas por conta de alguma deficiência, pois, o contrato de aprendizagem que é amparado pela Lei nº 10.097/2000, estabelece que o empregador inscrito em programa de aprendizagem ofereça formação técnico-profissional ao empregado com deficiência, pelo período máximo de dois anos. Antes, a faixa etária era limitada a 24 anos; hoje, não há limite de idade para aprendizes com deficiência e o prazo do contrato tem a mesma duração de dois anos.

Outro público que não participou desse estudo foram os jovens em conflito com a lei, que são assistidos pelo Estado e contratados pelos órgãos públicos que são responsáveis pela reinserção deles na sociedade e na vida produtiva. Portanto, verificando no sistema acadêmico do Senac/SE, esse público representa uma amostragem pequena para fazer parte desta pesquisa, uma vez que, no contingente de jovens aprendizes inseridos no programa, alguns não conseguiram concluir a sua formação, por conta da reincidência na prática de atos infracionais, causando a ruptura do seu processo de reinserção social e formação profissional, voltando às instituições para cumprir medidas socioeducativas. Não houve, também, nenhum jovem que se apresentasse como sendo homem ou mulher transexual.

Para procedermos essa investigação, o jovem egresso foi delimitado como participante da pesquisa, por se tratar de um sujeito que vivenciou toda a experiência de formação profissional e de trabalho, tendo condições de avaliar as apropriações internalizadas para a sua vida, seu cotidiano e sua realidade. O jovem egresso se caracteriza nessa pesquisa como sendo um sujeito vindo de classes menos favorecidas, de bairros periféricos de Aracaju e também de alguns municípios do Estado de Sergipe, que tem baixa renda e são filhos de pais que não possuem níveis de escolarização que lhes pudessem orientá-los para uma melhor projeção

educacional e, conseqüentemente, profissional, e que, em sua maioria, são filhos de trabalhadores autônomos ou assalariados.

A seguir, apresentaremos o método, a metodologia e a estrutura que utilizamos nessa pesquisa, com o intuito de esclarecer como esse processo de investigação se apresenta diante dos fatos e fenômenos encontrados no nosso contexto social, econômico, político, educacional e de trabalho dos jovens no cenário brasileiro.

Método e Metodologia

Método do Materialismo Histórico-dialético

Para a efetivação desse estudo, tomamos como método o *materialismo histórico-dialético*, com a intenção de investigar, analisar e compreender as questões que se relacionam com o nosso objeto de pesquisa, em que os jovens egressos estiveram inseridos no contexto dessa política de formação profissional para a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho. Portanto, partimos da compreensão de que esse método criado por Marx, em um momento econômico e político em determinado tempo histórico, e que, através da percepção da dialética entre o passado e presente proposta, constitui-se pelas relações dos seres humanos com a natureza e entre si; do mesmo modo que estão entrelaçadas, essas relações também são distintas. Esse movimento se ancora em virtude de buscar a práxis, da real perspectiva de se transformar a realidade.

Frigotto (1989) concebe o Materialismo Histórico-Dialético como sendo um método de análise, que traz a importância de se “indagar sobre o sentido histórico, social, político e técnico de nossas pesquisas” (p.81), que questiona o sentido necessário e prático destas. Assim, segundo o autor,

O conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação. A reflexão sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar (FRIGOTTO, 1989, p. 81).

Com o movimento do processo entre a efetivação da práxis pela práxis, buscamos compreender o fenômeno a partir desse movimento, para que, de certo modo, possamos apreender as partes e retomá-las, na medida em que possamos articular com a totalidade. Para tanto, utilizamos a teoria de um modo que pudéssemos refletir acerca da análise da nossa pesquisa de campo (a empiria). Com isso, passamos a compreender que da teoria é que se faz a história do fenômeno, pois, a partir dele, podemos observar este no tempo em que se agregam as atuais conjunturas.

Não obstante, a partir do momento em que relacionamos a história à historicidade é que, junto a essa conjuntura, seja possível associar e articular a estrutura disposta, para que possamos entender o fenômeno em sua totalidade e nas suas particularidades. Para tanto, como o nosso objeto de pesquisa se trata da formação profissional dos jovens egressos nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, foi possível que construíssemos um panorama sobre a real funcionalidade desses programas de aprendizagem que, de certa forma, tendem a atender ao padrão de acumulação do sistema capitalista.

Deste modo, o Estado aparece como sendo o eixo indutor, executor e articulador de políticas públicas que agem influenciando e interferindo no campo da educação, conforme já colocado brevemente acima e, ainda, de forma bem particular, também age entre a relação trabalho e educação, tomando como base teórica o processo de aprendizagem formativa que historicamente vem se estabelecendo desde as corporações de ofício aos programas de aprendizagem na nossa atualidade.

Para tanto, o mundo das aparências e do senso comum ao que nos submetemos, passa a nos instigar quanto aos questionamentos persistentes em relação às razões pelas quais nos encontramos nestas reais condições, sejam elas justificadas através de fatores históricos, sociais, econômicos ou em relação à dinâmica entre todos eles. De acordo com Marx:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (...) Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 2008a, p. 47-48)

Portanto, a escolha do método, para fundamentarmos a nossa pesquisa, foi em virtude de termos uma orientação de como enxergamos os sujeitos que são considerados excluídos e, até mesmo, muitas das vezes marginalizados pelo sistema capitalista, que lhes retira dos seus direitos como cidadãos. De modo que todo o passado histórico desses sujeitos, “jovens egressos”, não se resume apenas ao passado histórico de estudo desses jovens, mas como também atribuir a possibilidade de enxergamos a sua atual conjuntura no campo do trabalho, buscando, através da práxis, transformar o que é possível e retirá-los de uma condição de

alienação, para impulsioná-los a ter forças para modificar a sua história diante desse sistema de produção capitalista que os exploram e que têm lhes retirado os seus direitos sociais e trabalhistas.

Com o pensamento em relação às categorias *trabalho* e *educação*, é que se torna bem claro de que a categoria *trabalho* é determinante nessa relação e que nos dá a condição de refletirmos quanto ao trabalho educativo. Kuenzer (1987) afirma que “a dimensão trabalho constitui-se como categoria central da qual se parte para a compreensão do fenômeno educativo e das articulações recíprocas entre estas duas dimensões – educação e trabalho”.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para a sua efetivação, optamos por utilizar uma abordagem qualitativa de pesquisa em ciência social, isto é, que trabalha com o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências e significados, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa caracteriza-se por tentar compreender detalhadamente os significados e características situacionais na realidade apresentada pelos entrevistados em lugar da produção de medidas quantitativas específicas ou de comportamentos, conforme os autores Minayo (1996) e Triviños (1997).

Além da pesquisa qualitativa, ampliamos o nosso estudo com a pesquisa quantitativa, que se dá a partir da compreensão de que ela tem como principal característica a unicidade da forma de coleta e tratamento dos dados. Para isso, necessitamos coletar um conjunto de informações comparáveis e obtidas para um mesmo conjunto de unidades observáveis. Assim, a fundamental importância da pesquisa quantitativa é que as unidades sejam comparáveis.

Portanto, fizemos um levantamento documental na Secretaria Escolar do CFP-Aju do Senac/SE, onde, posteriormente, iniciamos a aplicação dos questionários com os jovens egressos dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, entre os anos de 2015 a 2018. Nesse levantamento, tivemos um quantitativo de 222 turmas ofertadas nesse período, dessas, selecionamos 10 turmas, sendo 04 de Serviços Administrativos, 03 de Serviços de Vendas e 03 de Serviços de Supermercados, perfazendo um total 250 jovens egressos. Essa amostra de 250 jovens egressos foi obtida a partir das fichas catalográficas disponibilizadas pela Secretaria Escolar do Senac/SE. Esses jovens egressos foram aprendizes dos três programas (Serviços Administrativos, Serviços de Vendas e Serviços de Supermercados) que nos deram a base para análise da formação profissional deles, em virtude de terem um maior quantitativo

de oferta de turmas na instituição Senac/SE por solicitação das empresas contratantes. A partir daí, mapeamos esses jovens egressos participantes desta pesquisa, de acordo com a oferta desses programas, fazendo a seleção também dos jovens por sexo “masculino e feminino” e com idade entre 18 a 24 anos.

Os jovens egressos receberam, através de e-mails fornecidos pela Secretaria Escolar do CFP-Aju do Senac/SE, um questionário (Apêndice A) do Google Forms contendo cerca de 25 perguntas referentes à formação profissional desses jovens nos Programas de Aprendizagem ofertados pela instituição, a sua relação atual quanto à situação socioeconômica de trabalho e educacional. Dos 250 jovens egressos selecionados para responderem os questionários, obtivemos 50 questionários respondidos, desses, foram selecionados apenas 10 jovens egressos para serem entrevistados com a perspectiva de ampliar as informações obtidas nos questionários, sendo 04 jovens egressos do Programa de Serviços Administrativos, 03 de Serviços de Vendas e 03 de Serviços de Supermercados.

Além dos jovens egressos, participaram também desta pesquisa 05 instrutores da aprendizagem. Esses instrutores da aprendizagem foram selecionados a partir da sua participação nos programas que estão sendo analisados nesse estudo, em virtude de eles terem participado de toda a implantação do Modelo Pedagógico Senac/SE nesses programas. Como eles fizeram parte da formação profissional dos jovens egressos participantes dessa pesquisa, esse grupo de instrutores tornou-se de suma importância para fazer uma avaliação quanto à formação profissional desses jovens egressos ofertada pelo Senac/SE para inserção deles no mercado de trabalho, como, também, tiveram a oportunidade de enxergar as possíveis lacunas existentes nessa formação com o intuito de poder contribuir para as necessárias mudanças que ela necessita em garantir uma formação profissional de qualidade, humanizada e emancipatória.

Tanto os jovens egressos como os instrutores da aprendizagem participaram da pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) e de forma remota pelo Google Meet. As perguntas foram divididas para os jovens em dois blocos: 1º bloco, sobre a formação profissional; o 2º bloco, sobre as trajetórias de trabalho após a sua saída dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE e, para os instrutores, a entrevista também foi dividida em dois blocos: 1º bloco, sobre a formação desses jovens egressos; no 2º bloco, o olhar deles sobre a inserção desses jovens no mercado de trabalho.

O uso da entrevista semiestruturada permite ao pesquisador uma maior flexibilidade na obtenção de informação. Segundo Triviños (2008), a entrevista semiestruturada é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas informalmente. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 2008, p.146).

Assim, entende-se que, por meio da entrevista semiestruturada, é possível obter informações que identificam os fatores que compõem as contribuições que a formação profissional recebida pelos jovens egressos nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE tenham de fato dado a eles a sua inserção ao mercado de trabalho após sua saída dos programas.

As entrevistas foram gravadas por softwares de vídeos do Sistema Operacional Windows e, posteriormente, transcritas na íntegra, sem alterações de ordem ortográfica ou de concordância. Após esse procedimento, levantamos os “indicadores”, e organizamos as categorias de unidades e significados que serão confrontadas com as categorias teóricas que deram suporte a esta pesquisa, para uma melhor compreensão da realidade estudada. Para tanto, optamos por empregar a técnica ‘Análise de Conteúdo’ que proporciona

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1995, p. 42).

Para que todo esse estudo estivesse à sustentação de uma base teórica, a pesquisadora fez um movimento de aproximação para se ter um maior respaldo teórico, fundamentado nas discussões sociológicas através de autores que pesquisam e discutem acerca das categorias trabalho, educação e juventude(s).

Os resultados desse estudo aparecem no decorrer da pesquisa, ao qual traremos a partir de uma breve síntese dos capítulos. O Capítulo 1, intitulado “Trabalho, Educação e Juventude”, teve como objetivo fazer uma discussão acerca da concepção histórica do trabalho, trazendo para a arena o debate das teorias sociológicas sobre trabalho, educação e juventude numa perspectiva de compreendermos como essas categorias se relacionam. Para tanto, se ancorou nos fundamentos ontológicos da relação entre trabalho e educação, destacando, aqui, a educação profissional como a engrenagem da formação de jovens para adentrarem ao mercado de trabalho.

No Capítulo 2, “O Senac e a formação profissional”, falaremos sobre a criação do Sistema “S”, especificamente sobre o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em âmbito nacional e no Estado de Sergipe. Destacamos o momento em que o Brasil demandava a necessidade de formação profissional para jovens de classes menos favorecidas, apresentando os antecedentes históricos dos Programas de Aprendizagem, como, também, trouxemos a partir da fala dos sujeitos pesquisados “instrutores e jovens egressos” do programa, como eles enxergam e avaliam as contribuições da formação profissional no Programa de Aprendizagem do Senac/SE para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho. No Capítulo 3, “Os jovens egressos do Senac no mercado de trabalho em Aracaju SE”, serão apresentados os caminhos percorridos no campo do trabalho pelos jovens egressos após a sua saída dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, especificamente na cidade de Aracaju-SE. O objetivo é, a partir das entrevistas realizadas, reconhecer a ótica dos jovens egressos e dos instrutores da aprendizagem dessa instituição, com o intuito de compreendermos as contradições que se apresentam nessa formação: porque os resultados dessa política pública de qualificação profissional – que define em seus documentos e diretrizes uma formação humanizadora em uma perspectiva de possibilitar nesses jovens um processo de autonomia e emancipação – não condizem com o modelo aplicado nos ambientes de formação e laborais, posto que nos deparamos com uma realidade de contradição nessa relação de autonomia e emancipação do sujeito, pois, os jovens egressos em sua atualidade ainda estão assumindo postos de trabalhos precários e em condições cada vez maiores de subordinação, alienação e precarização do trabalho ou, quando não vão por esse viés, assumem a informalidade, apostando na ilusão de ser empreendedor ou até mesmo de ser seu próprio patrão.

No capítulo intitulado “Considerações Finais”, traremos as impressões do que foi essa formação profissional para os jovens egressos e para os instrutores da aprendizagem, acerca da inserção desses jovens no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, mostrar as possíveis lacunas, limitações, pistas e novos olhares quanto a essa política de formação profissional para esse mercado que, há tempos, vem se apresentando cada vez mais complexo e obscuro, necessitando que a todo instante se mostrem caminhos de como podemos pensar ou repensar nas novas formas de oferta no campo do trabalho e da educação, principalmente para os jovens e adolescentes que se encontram na contramão desse sistema capitalista, excludente e alienador.

CAPÍTULO 1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Neste capítulo, pretendemos fazer uma discussão acerca da concepção histórica do trabalho, trazendo para a arena um debate das teorias sociológicas sobre trabalho, educação e juventude, numa perspectiva de compreender como essas categorias se relacionam. Para tanto, iremos nos ancorar nos fundamentos ontológicos da relação entre trabalho e educação, destacando aqui a educação profissional como a engrenagem da formação de jovens para adentrarem ao mercado de trabalho.

1.1 A condição histórica do trabalho humano

Muito tem se discutido sobre o trabalho humano, mas, antes de mais nada, devemos entender que a história humana é a existência de indivíduos humanos vivos e que, o primeiro ato histórico desses indivíduos, que se diferencia dos animais, é produzir seus meios de vida. De acordo com Marx e Engels (2007, p.44):

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo o que se queira. No entanto, eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse salto é condicionado por sua constituição corporal. Ao produzir seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

No sentido genérico, o *trabalho*, é concebido por Marx (1985) como sendo um processo entre o homem e a natureza, ação essa considerada exclusivamente como sendo humana, imaginada ou planejada com prévia intencionalidade. Dessa forma, o processo transformador do homem e da natureza proporciona mudanças em ambos, num determinado tempo histórico.

É de fundamental importância entender que o modo como os homens produzem seus meios de subsistência depende da própria natureza dos meios de subsistência disponíveis e que eles têm que reproduzir. Portanto, esse modo de produção não pode ser considerado como sendo a reprodução da existência física dos indivíduos e, sim, uma manifestação do seu modo de vida. Sendo que, o que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

É necessário, sobretudo, depreender que os homens devem estar em condições de vida para fazer história. Mas, da vida que fazem parte, acima tudo, comer e beber, morar, vestir e outras coisas, os homens necessitam de trabalho. É por isso que, historicamente, a produção dos meios para satisfazer essas necessidades é de fato uma condição básica de toda a história da humanidade que, até hoje, é cumprida diariamente e a cada hora dos nossos dias, na condição de nos mantermos vivos.

Ainda convém lembrar que toda e qualquer atividade produtiva só se materializa a partir e por meio de algo. Marx (2004) afirma que “o homem vive da natureza”³, o que não é outra coisa senão que a natureza é exatamente aquilo a partir da qual a atividade produtiva se pode tornar realidade. Todavia, Marx (2004) acrescenta que, além de viver da natureza, o ser humano “é uma parte da natureza”. Entretanto, em razão de ser uma parte da natureza, o ser humano é imediatamente um ser natural. Ao mesmo tempo em que é imediatamente um ser natural, o ser humano não é apenas um ser natural, mas um ser natural humano, desse modo, a natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser humano de modo adequado, cabe ao ser natural humano ter de fazer adequados, isto é, *humanos*, os objetos de suas necessidades, tem de transformar a natureza por meio de sua atividade produtiva, tem de humanizá-la por meio de seu trabalho. É por meio de sua atividade produtiva e por meio do trabalho que o ser humano é uma parte da natureza, afastando-se de sua condição imediatamente animal e fazendo da própria natureza uma extensão de seu corpo, tornando-se, assim, cada vez mais humano e social.

Fisicamente, o homem vive somente destes produtos da natureza, podendo eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediata, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital (MARX, 2004, p.84).

Segundo Mészáros (2006), isso que Marx chama de natureza como *corpo inorgânico* do ser humano, muito além de significar somente aquilo que é imediatamente dado pela natureza, significa algo inerentemente histórico e material: isto é, a capacidade humana de fazer da “natureza inteira o seu corpo *inorgânico*”⁴. Essa definição de natureza como *corpo inorgânico* do ser humano parte da relação entre ser humano e natureza e não de uma ou mais partes tomadas isoladamente. Entretanto, mesmo e por mais que deixe de ser imediatamente um ser natural, “o *ser social* – em seu conjunto e, em cada um de seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica” (LUKÁCS, 1979, p.17), o que significa que “não se pode considerar o ser social como independente do ser natureza, como antíteses que se excluem” (LUKÁCS, 1979, p.17). Ser humano e natureza, distinção que ocorre por

³ “O homem *viver* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza e não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois, o homem é uma parte da natureza” (MARX, 2004, p.84).

⁴ Ou ainda, o trabalhador, por meio do trabalho, “faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural” (MARX, 1971b, p. 203),

meio do trabalho, configura um processo mais amplo e complexo do que pode parecer, portanto, Marx diz que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe, em movimento, as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando, assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potências nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1971b, p. 202).

Lukács (1979), afirma que “o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho” – ou que “com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo, o plano ontológico, a possibilidade do desenvolvimento superior dos homens que trabalham” (LUKÁCS, 2007, p. 230). Ou, nas palavras de Mészáros (2006a, p.187):

A produção [a atividade produtiva] é também uma forma de *consumo social* no curso da qual o homem é “consumido” como simples indivíduo (os poderes dados a ele pela natureza) e reproduzido como *indivíduo social*, com todos os poderes que lhe permitem empenhar-se numa forma *humana* de produção e consumo.

Nesse sentido, o estudo ontológico do ser social não prescinde do estudo da gênese histórica da especificidade da sociedade perante a natureza, isso na abordagem marxista, ou seja, na abordagem do materialismo histórico-dialético. Em outras palavras, o processo evolutivo do ser orgânico, isto é, da vida e, a partir da evolução da vida, surgiu o ser humano como ser social, surgiu a esfera da vida em sociedade, a esfera da sociabilidade. Mas, todo esse processo evolutivo foi marcado por saltos ontológicos. Quando ocorre um salto ontológico, surge uma nova esfera do ser. O primeiro salto ontológico foi o da passagem do ser inanimado ao ser vivo, o segundo salto ontológico foi o da passagem do ser biológico ao ser social. Uma ontologia do ser social precisa explicar o que constitui a especificidade do ser social perante os demais seres vivos (LUKÁCS, 1969), o que não significa, porém, que o ser social exista independentemente da natureza. O ser humano é, antes de tudo, um ser vivo, e a sociedade só pode existir em permanente intercâmbio com a natureza.

Entretanto, quando se afirma que o gênero humano tem se desenvolvido ao longo da história social, isso não implica necessariamente a adoção de uma perspectiva evolucionista linear, homogênea e etnocêntrica. Quando é adotada a perspectiva materialista histórico-dialética, o desenvolvimento da humanidade é analisado como um processo histórico

contraditório, heterogêneo, que se realiza por meio das concretas relações sociais de dominação que têm caracterizado a sociedade humana até aqui (DUARTE, 2012, p. 39).

Dessa forma, o salto ontológico traz um caráter transicional do trabalho, pois, o trabalho é uma categoria intermediária entre o ser biológico e o ser social, ou seja, o trabalho é o elemento ontologicamente fundante do ser humano – ou social – ou a “base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser” (LUKÁCS, 2007, p. 228), e que, por conta disso, se converte “em modelo de toda práxis social”,

Nesse sentido, o conceito de atividade (trabalho) é logicamente (e historicamente) *anterior* ao conceito de homem. Mas essa prioridade é, evidentemente, relativa, pois todos os três membros dessa relação dialética [ser humano, natureza e trabalho] pertencem ao mesmo tempo complexo, e nenhum deles pode ser abstraído sem destruir essa relação específica como tal (MÉSZÁROS, 2006a, p.117).

A relação do ser humano com a natureza, que é mediada pelo trabalho – é, sim, a relação da natureza consigo própria, ou aquilo que Marx (2004, p.113) chama, de modo bastante obscuro, aliás, de *o ser-por-si-mesmo da natureza*. É importante recordar que o ser humano não é apenas um ser natural, mas um ser natural *humano* – isto é, *histórico, social*. Isso implica que ele é, sim, “uma parte da natureza”, mas, é dela uma parte *específica*, cuja especificidade é dada exatamente pelo trabalho. Posto que, entende-se que o trabalho se configura como sendo “o mediador na relação sujeito-objeto” entre homem e natureza. Um mediador que permite ao homem conduzir um modo *humano* de existência, assegurando que ele não recaia de volta na natureza, que não se dissolva no “objeto” (MÉSZÁROS, 2006a, p.79).

A concepção de história defendida por Marx e Engels (1979) é inteiramente apoiada no pressuposto, explícito, de que é pelo trabalho, isto é, pela produção dos meios de satisfação das necessidades humanas e, simultaneamente, pela produção de novas necessidades humanas que os homens se diferenciam dos animais, o que equivale a dizer que os homens se *humanizam* pelo trabalho.

Portanto, segundo Marx (1983), o trabalho é o que identifica o homem, é pela realização do trabalho que o homem se realiza, ou seja, a partir da interação do homem com a natureza para garantir sua subsistência. No entanto, ao analisar o trabalho, mediante as relações desenvolvidas no sistema de produção capitalista, Marx (1983) afirmava que o trabalho se caracteriza como *alienado*, uma vez que o seu desenvolvimento passa a negar a própria existência humana. A contradição instalada pelo capitalismo tira do homem o seu trabalho em troca de um pagamento, e esta relação se dá, eminentemente, pela exploração do

trabalhador, sendo este entendido como mera mercadoria, capaz de gerar lucro ao capital. Tal fato pode ser entendido a partir da lógica de valorização do capital, em detrimento do trabalho humano.

Para Marx (2002), o capitalismo moderno gera três formas de alienação, isto é, de *estranhamento* das pessoas nas coisas que produzem: primeiro, o trabalhador separa-se da sua “essência” ou natureza, a que o diferencia de uma máquina; segundo, o trabalhador distancia-se do seu produto e do próprio processo de produção, porque o que produz não é seu, mas de outro; e, terceiro, os trabalhadores têm entre si uma relação alheada, pois não se reconhecem como parte do mesmo destino.

Para mostrar o trabalho estranhado, Marx (2010) faz a constatação de que, quanto mais o trabalhador produz riqueza mais pobre ele fica sendo que o produto do seu trabalho e o próprio trabalho tornam-se mercadorias. A objetivação do trabalho aparece no sistema econômico como “perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*)” (MARX, 2010, p. 80). Essa situação é característica do modo de produção capitalista, em que a objetivação do trabalho resulta em propriedade privada do não-trabalhador e, esta se torna determinante da apropriação do trabalho. Na sociedade capitalista a relação essencial do trabalho, a relação do trabalhador com a produção está separada, *estranhada*.

O trabalho estranhado se manifesta na relação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho (*resultado*) e, na relação entre o trabalhador e a atividade produtiva (*processo*). Ou seja, o homem não se apropria do resultado (*produto*) do seu próprio trabalho e não o vê como parte de si, mas como algo externo a si; nem tem consciência de sua participação no ato produtivo, sua atividade não lhe pertence, é estranha a ele. Esses dois aspectos do estranhamento, fundamentais na sociedade capitalista, se desdobram em outras determinações do trabalho estranhado: a) estranhamento do homem em relação à natureza; b) estranhamento do homem em relação a si mesmo; c) estranhamento do homem em relação ao seu ser genérico; d) estranhamento do homem pelo próprio homem. Ou seja, o estranhamento na atividade produtiva influencia o conteúdo das demais exteriorizações humanas (MARX, 1978).

A alienação é, então, uma característica histórica do processo de trabalho, ou melhor, falando, é a forma como se organiza o trabalho num dado momento histórico, partindo-se desse pressuposto, tem-se, então, que “alienação é um conceito, em si, inerentemente histórico. Que, ao mesmo tempo, podemos dizer que é inerentemente dinâmico, que necessariamente implica mudança”, Mészáros (2006, p.166), tendo, por isso, de ser explicado

nos seguintes termos: “se o homem é alienado, ele deve ser alienado com relação a alguma coisa, como resultado de certas causas – o jogo mútuo dos acontecimentos e circunstâncias em relação ao homem como sujeito dessa alienação – que se manifestam num contexto histórico” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 166).

Isso significa que o trabalho é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (Marx, 1971b). Mas significa também, conforme já citado, que as ações humanas não são inteligíveis fora de uma moldura sócio-histórica (MÉSZÁROS, 2006a). Tomemos as palavras de Marx (2008, p.264):

As categorias mais abstratas, apesar de sua validade – precisamente por causa de sua natureza humana abstrata – para todas as épocas, são, contudo, no que há de determinado nessa abstração, do mesmo modo o produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites dessas mesmas condições.

Do mesmo modo, “a transcendência da alienação é também um conceito inerentemente histórico, que vislumbra a culminação bem sucedida de um processo em direção a um estado de coisas qualitativamente diferentes” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 166). Entretanto, a alienação deve ser compreendida como tudo aquilo que historicamente obstaculiza a relação de mediação direta estabelecida entre ser humano e natureza, como tudo aquilo que se interpõe nesta relação.

Marx (2002) inicia sua análise apontando a alienação como o fato econômico principal de sua época, a partir da seguinte questão:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2002, p.111).

A alienação, em Marx (2002), é entendida como a relação contraditória do trabalhador com o produto de seu trabalho e a relação do trabalhador ao ato de produção, um processo de objetivação, tornando o homem estranho a si mesmo, aos outros homens e ao ambiente em que vive: “A apropriação surge como alienação, e a alienação como apropriação” (MARX, 2002, p.122). Ele não pertence à natureza, aos deuses, mas a alguém distinto do trabalhador, ou seja, ao capitalista. O trabalhador, ao fabricar uma mercadoria, ele se torna uma,

reduzindo-o em instrumento de riqueza de outros homens. O homem, ao produzir uma mercadoria, ele mesmo se torna uma mercadoria, reduzindo-o a uma coisa.

O processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho. Produz produtos e mercadorias. O trabalho continua sendo produtivo na medida em que se objetiva em mercadorias como unidade de *valor de uso* e de *valor de troca*. Mas, o trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital. É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo; e, é produtivo o trabalho que gera diretamente *mais-valia*, isto é, que valoriza o capital (ANTUNES, 2013).

O trabalhador sempre sai perdendo em sua relação com o capitalista, em todas as situações possíveis e imagináveis do ponto de vista da economia como o crescimento, o salário, a produção etc. Marx (2002), considera que “a propriedade privada nos tornou estúpidos e parciais, alienando todos os nossos sentidos, na busca do ter” (MARX, 2002, p.112).

A ação dos indivíduos sobre a natureza é expressa no conceito de *forças produtivas* – o qual busca apreender o modo como aqueles obtêm, em determinados momentos, os bens de que necessitam e, para isto, em que grau desenvolveram sua tecnologia, processos e modos de cooperação, a divisão técnica do trabalho, habilidades e conhecimentos utilizados na produção. Esse conceito pretende, pois, exprimir o grau de domínio humano sobre a natureza, embora Marx assinale:

Que os homens não são livres árbitros de suas forças produtivas – base de toda a sua história – pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia está determinada pelas condições em que os homens se encontram colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior a eles, que eles não criaram e que é produto de geração anterior. O simples fato de que cada geração posterior encontre forças produtivas adquiridas pela geração precedente, que lhe serve de matéria-prima para a nova produção, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais história da humanidade porque as forças produtivas dos homens e, por conseguinte, suas relações adquiram maior desenvolvimento (MARX, 1973, p.67).

É nesse processo de dominação e alienação do trabalho que vimos que o processo de alienação tem sua origem, em Marx, *na divisão do trabalho*, que se desenvolve quanto menor é a tarefa atribuída a cada indivíduo. É a partir desta perspectiva que a especialização do trabalho realizado pelo professor e aluno pode ser compreendida. A divisão do trabalho surge na sociedade como parte de um complexo que inclui divisões de classes, trocas e propriedade

privada. A alienação aparece sempre que a divisão do trabalho é o princípio operacional da organização econômica.

É nessa lógica do capital e em todo esse processo de divisão do trabalho que o homem é alienado da natureza, de si mesmo e da humanidade, e que esses aspectos estão relacionados entre si, em que o trabalho se torna não a satisfação de uma necessidade, mas apenas o meio para a satisfação de outras necessidades, que não lhe pertencem. A vida do trabalhador se torna, para ele, apenas o meio que lhe permite existir.

Nesta lógica, o professor, um trabalhador comum, cujos produtos são, num sentido, seus alunos, mas na situação em que trabalha, o que o faz simplesmente afirmar o caráter desses alunos como produtos capitalistas. As relações sociais do aluno e professor são correlacionadas internamente, havendo uma contradição inerente no caso, porque um professor não é apenas um produtor, mas, também, um empregado daqueles que desejam reproduzir a sociedade, isto é, seu *status quo*. Alguns professores se consideram como membros da burguesia, mesmo os professores que se consideram como proletários podem envolver-se em ações que são contrárias aos seus interesses. Talvez seja devido a este tipo de contradição que a situação da sala de aula é vista, com frequência, como de conflito. Vejamos:

Vê-se que a burguesia e o Estado fizeram pela educação e a instrução da classe trabalhadora. Por sorte, as condições em que vive esta classe asseguram-lhe uma formação prática, que não só substitui toda a incoerência escolar, mas ainda neutraliza o efeito pernicioso das ideias religiosas confusas de que está revestido o ensino – e é isto mesmo que coloca os operários à frente do movimento de toda a Inglaterra. A miséria não ensina apenas o homem a crer, mas ainda muito mais: a pensar e agir (MARX & ENGELS, 1978, p.69).

Entender que o jovem aprendiz faz parte desse contexto de interligação entre trabalho, educação e alienação é dizer que esse sujeito precisa produzir para se manter em relação às condições básicas de subsistência (no que diz respeito a alimentar-se, vestir-se, habitar etc.) significa afirmar que a atividade produtiva constitui algo ineliminável do próprio processo de manutenção da humanidade. Do mesmo modo que a atividade produtiva é o fator absoluto de todo o processo de produção e reprodução da vida humana.

Na sociedade capitalista, a especialização relaciona-se ao trabalho dos jovens que não está conexo ao que eles aprendem na formação técnico-profissional metódica, prevista nos currículos da Educação Profissional em consonância com a prática laboral desses sujeitos, desenvolvida por eles nos seus ambientes de trabalho, consideradas como práticas

profissionais. Portanto, é nesse contexto que se vincula a ação desse sujeito como elemento de alienação nessa relação de produção.

Partindo desse pressuposto, o trabalho fica então subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado modo de produção. Dessa forma, o modo de produção dominante, que convive com os outros modos de produção subordinados, determina a organização e a execução dos processos do trabalho, que são produtos das relações sociais. Entendendo que toda sociedade é um momento histórico, e só pode ser apreendida como parte desse processo.

Escravidão, feudalismo e capitalismo são formas sociais, nas quais se tecem as relações que dominam o processo de trabalho, a forma concreta do processo histórico, com condições determinadas, que cria essas relações fundamentais. O processo histórico é compreendido, portanto, pela forma como os homens produzem os meios materiais, a riqueza. A produção e o intercâmbio constituem a base de toda a ordem social, na medida em que o processo de trabalho e as relações de produção se realizam em determinada forma histórica concreta. O processo de trabalho é o resultado da combinação do objeto, dos meios, da força e do produto de trabalho. O objeto do trabalho é a matéria com que se trabalha, sendo que a matéria bruta é a matéria em seu estado natural e a matéria-prima é a matéria que sofreu a modificação do homem, mas ainda não foi convertida em produto.

Dessa forma, o trabalho constitui horizonte para qualquer pessoa, tornando-se referência cotidiana obrigatória, mesmo àquelas que não têm acesso a ele. Portanto, a educação deveria ter uma referência natural do trabalho. A referência no trabalho, segundo Marx (1968), Frigotto (1996) e outros, não porque temos que trabalhar no mercado de trabalho, mas porque o trabalho constitui o ser humano.

É pensando nessa lógica que podemos trazer para a arena da discussão essa relação trabalho e educação, pautada na compreensão de que o mundo do trabalho vem mudando continuamente, sendo, então, os jovens sujeitos que se inclinam para uma perspectiva não muito satisfatória no campo do trabalho. Embora, caiba a esse jovem descobrir caminhos e meios aos novos desafios econômicos, tecnológicos e políticos. Sabemos que a todo instante esse mercado de trabalho sinaliza e exige cada vez mais que o trabalhador seja qualificado e polivalente. Portanto, as novas relações de trabalho se estabelecem em uma nova perspectiva, não mais patrão e empregado, mas como sendo contratantes e fornecedores de serviços, em que a especialização acaba dando lugar à polivalência.

Ainda nessa perspectiva da relação trabalho e educação, pensando-se na formação profissional dos jovens para inserção nesse mercado de trabalho, sabemos que eles precisam

atender a um perfil de trabalhador pensado em um modelo de treinamento, que está vinculado a um tipo de demanda por um modelo de trabalho já em crise. Antunes (2009) entende que a crise estrutural do capitalismo, ocorrida no final da década de 1960 e início dos anos 1970, implementou um processo de reestruturação em escala global do capital, visando à recuperação de seu padrão de acumulação, e reverberou na implementação de “novas e velhas modalidades de trabalho, com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa” (ANTUNES, 2009, p. 49).

Na década de 1980, os países que avançavam no capitalismo presenciaram profundas transformações no mundo trabalho, as suas formas de inserção na estrutura produtiva e as formas de representações sindicais e políticas. Foram intensas as modificações, se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo interrelacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser* (ANTUNES, 2015).

É a partir dessas transformações no mundo do trabalho que se vivencia um grande salto relacionado à tecnologia, à automação, à robótica e à microeletrônica, que invadiram o espaço das fábricas. Nesse momento, vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo) (ANTUNES, 2015).

Com os avanços tecnológicos existentes nessas transformações das relações de produções, é que a partir da década de 1990 surge a exigência de um perfil de trabalhador que fosse mais flexível, versátil e treinado para acompanhar a evolução tecnológica. Diante dessas mudanças no campo do trabalho em virtude dos avanços tecnológicos e por conta da globalização para atender ao capital, percebia-se que as empresas enfatizavam em suas dinâmicas o trabalho rotineiro, que acabava não abrindo espaço para pensar em um trabalho em equipe, que seja menos sujeito à hierarquia e a comandos formais.

Novos processos de trabalho emergem, onde o *cronômetro* e a *produção em massa* são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 2015, p.34).

Há décadas temos resultados não muito positivos quanto à qualificação profissional do trabalhador brasileiro, que de certa forma tem um baixo nível de desempenho e, até mesmo, insuficiente para acompanhar as mudanças no mercado de trabalho. Os jovens aprendizes, ao entrarem nos Programas de Aprendizagem do Senac em âmbito nacional ou local, trazem em

suas trajetórias educacionais baixos índices de desempenho em relação à sua formação escolar, causando dificuldades em acompanhar os conhecimentos, as habilidades e atitudes que são estabelecidos nos programas de formação profissional da instituição.

O treinamento de um novo tipo de trabalhador polivalente, com formação menos hierárquica e mais humanizante, é prejudicado pelos baixíssimos níveis de escolaridades desses jovens, sobre os quais o novo modelo de treinamento deveria agir. Portanto, para atender a essa nova ordem econômica mundial e em função das transformações tecnológicas, o Modelo Senac de Formação Profissional se pauta na compreensão de que há necessidade de se adotar uma pedagogia crítica, que se privilegia a construção do conhecimento, reafirmando a dimensão humana do trabalho e fortalecendo o exercício da cidadania.

Os modelos de formação profissional são pensados numa perspectiva do ideal (no campo das ideias) e, cada vez mais distantes da realidade dos jovens brasileiros. Percebemos que, na prática, esses jovens se submetem a situações e relações de trabalho que se afastam dessa dimensão de humanização, uma vez que eles estão em um programa de treinamento que visa a formação profissional e a inserção no mercado, mas que, a todo tempo, é fraturada pela exploração dessa mão de obra ou por trabalhos precarizados, que não exigem muito dos jovens em relação aos conhecimentos e, sim, atividades mais braçais e precárias.

Nas empresas que são contratados como jovens aprendizes ou, até mesmo após a sua formação profissional nos Programas e Aprendizagem do Senac/SE, esses jovens são subutilizados em atividades rotineiras e de baixa complexidade nas empresas contratantes, afastando-se da possibilidade de uma ascensão no campo do conhecimento, pois, esses conhecimentos que são adquiridos na formação profissional quase sempre não são aplicados nas suas atividades laborais. Os participantes desses programas são, em sua maioria, jovens pobres, que veem no trabalho uma única saída para a sua situação de pobreza, além do que, o trabalho se caracteriza para eles como sendo uma questão moral, como eles querem ser vistos e respeitados diante de uma sociedade excludente.

Um grande problema encontrado não só no Brasil, mas mundialmente, é a questão do desaparecimento de muitos postos de trabalhos, a eliminação de funções que antes eram ocupadas por operários, que sofreram mudanças em decorrência do processo de racionalização econômica, substituindo o processo mecânico de trabalho, por atividades robóticas, de informação e de automação. Com as mudanças no mundo do trabalho e, com a eliminação de muitos postos de trabalho, o empregador economiza não só com o pagamento de salários dos trabalhadores, mas também com os gastos com encargos sociais. Também, há uma redução dos espaços de trabalho e das despesas com aluguel, energia, água, refeições,

entre outros. Esse modelo de flexibilização, estabelecido diante de um projeto neoliberal, tem se agravado cada vez mais diante de um país como o Brasil, que nunca teve a educação como sendo um dos principais pilares para o desenvolvimento dessa nação.

Por conta dessas mudanças no mercado de trabalho e da exigência de um trabalhador qualificado, é que necessitamos expor, aqui, a situação dos jovens brasileiros, que, em sua maioria, são filhos de pais desempregados e sem qualificação. Esse cenário tem levado os jovens à busca pelo trabalho, causando uma entrada no mundo adulto de forma precoce, tanto em idade quanto em formação, que é quase sempre precária. Na lógica do trabalho com o mundo da ordem moral, o trabalho dos filhos acaba fazendo parte dessa ordem como um compromisso moral não só dos pais, mas deles também. Dauster (1992) analisou este compromisso como parte de um sistema reacional de ajuda e troca dentro da família: aos pais cabe o papel de dar casa e comida, o que implica nas retribuições por parte dos filhos. Seu trabalho ou sua ajuda são, assim, uma forma de retribuição (SARTI, 2007).

O trabalho dos filhos do ponto de vista dos pais pode propiciar a eles um sentido de distanciamento e proteção contra possíveis riscos quanto às drogas, as influências negativas de outros jovens e a criminalidade. Do ponto de vista dos jovens, muitas são as razões pelas quais a entrada no mercado de trabalho – que pode ou não ter como consequência o abandono dos estudos – pode ser formulada como uma escolha. Trabalhar, mesmo sendo parte de sua obrigação de filho/a, não deixa de significar a afirmação de sua individualidade, ao abrir a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade (MADEIRA, 1993), na tentativa de ter acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas do jovem urbano: tênis, jaquetas, som, etc. (SARTI, 2007).

Dado o exposto, a entrada desses jovens nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE dá-se a partir dessa ótica, uma vez que os jovens brasileiros das classes menos favorecidas tendem a buscar o trabalho a partir dessas políticas públicas de emprego para juventude(s), com o intuito de ter a oportunidade de ser inserido no mercado de trabalho, adquirindo a experiência do primeiro emprego e uma formação profissional, que, de certa forma, essa formação não se caracteriza como sendo a prioridade dos jovens, mas sim a possibilidade de eles serem remunerados pelo seu trabalho, que lhe dá a condição de se perceber como um sujeito responsável em colaborar com as despesas da família, como também custear suas necessidades de consumo.

A seguir, faremos uma abordagem sobre o trabalho e a educação no Brasil, com o intuito de entendermos a centralidade dessas categorias dentro das concepções do materialismo histórico-dialético, como também diante de outros olhares relacionados a essa

dinâmica das mudanças das relações de trabalho e de formação profissional dentro da sociedade brasileira.

1.2 Trabalho e educação no Brasil

Tomemos, como ponto de partida, o trabalho como sendo uma concepção de centralidade, de acordo com a base teórica do materialismo histórico-dialético. O homem produz a sua própria humanização e, distancia-se de sua animalidade, desenvolvendo novas faculdades e capacidades.

Sabemos que o trabalho, ao longo da história humana sofre muitas mudanças em relação às concepções e significados de acordo com o momento econômico, político e cultural ao qual está submetido. De acordo com os diferentes modos de produção “a escravidão, o feudalismo e o capitalismo”, percebe-se o trabalho como sendo uma relação de dominação e exploração. Para Marx (1985a, p.141), “não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas”.

No período em que o capitalismo, por volta do século XVIII, começa a se impor como sendo um modo hegemônico de produção, seu sentido passa a ser revestido numa dupla face de direitos e deveres. Ademais, o trabalho, que era uma atividade que fazia parte da vida, tornou-se um meio de ganhar a vida. O homem não mais possuía sua integralidade, não produzia o que consumia e não consumia o que produzia.

É necessário observar, sobretudo, que historicamente é pelo trabalho que se produzem os meios de subsistência. Evidentemente, desde a Revolução Industrial e com a expansão da produção capitalista, houve a substituição do sistema de produção artesanal e familiar, gerando mercados de compras e vendas de mercadorias em troca de salários para os produtores e pela produção de valores excedentes, que foram agregados aos produtos do trabalho. A partir daí, houve a permissão para a reprodução do capital e acumulação da riqueza social em benefício dos donos do capital, fazendo parte desse processo os trabalhadores, suas mulheres e filhos para garantir a renda familiar.

Nas condições do trabalho assalariado, os produtos assumem o valor de troca, gerando mais-valia para a acumulação e a reprodução do capital. Mas os seres humanos produzem, também, para a própria vida, para a reprodução da existência na vida diária, na criação estética, no cuidado amoroso do outro. Produzem, então, valores de uso que não são objeto de extração da mais-valia. Nesse sentido, os trabalhadores também são produtivos e podem distanciar-se da lógica funcional da produção capitalista (CIAVATTA, 2007). Dessa forma, trabalho é a atividade desenvolvida pelo homem, diante de condições determinadas, com o

intuito de produzir a riqueza, nas condições históricas que lhe dão validade e estabelecem o seu limite.

A trajetória do trabalho no Brasil teve alguns contornos específicos, principalmente nos períodos da colônia e da escravatura, os quais marcaram o trabalho como sendo essencial na condição do homem. Após esse legado inicial, houve um esforço das elites políticas e do Estado em tornar o trabalho como algo edificante, que posteriormente ajudaria na implantação da nova ordem capitalista. Nesse momento, surge uma intensa luta dos trabalhadores em torno da melhoria das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas.

Com a chegada da Revolução Industrial a partir do século XVIII, sendo considerado como um período de grande desenvolvimento tecnológico, e que teve a Inglaterra como a propagadora dessa revolução, que, naquele momento, reunia as condições necessárias para tanto. Para ocorrer o desenvolvimento industrial e tecnológico na Inglaterra só foi possível pelo estabelecimento precoce da burguesia no poder inglês, por ser o primeiro país absolutista a passar por uma revolução burguesa e foi a partir daí que a burguesia se estabeleceu no poder, o que garantiu o desenvolvimento inglês.

A primeira Revolução Industrial, que eclodiu no século XVIII, representou a primeira fase da revolução a partir do conjunto de mudanças no setor econômico e no setor social, que possibilitou a evolução tecnológica. Desse modo, esses avanços contribuíram para se firmar uma nova forma de produção de consumo na sociedade e, conseqüentemente, nas novas relações e trabalho. Esse momento se constitui pela mudança do tipo de produção, onde a manufatura é substituída pela maquinofatura, ou seja, o trabalho humano é substituído pela introdução de máquinas que eram capazes de fazer trabalhos com uma maior precisão em tempo menor. De tal modo, nesse período, houve uma grande expansão do comércio, e a mecanização possibilitou uma maior produtividade que, conseqüentemente, gerou um aumento nos lucros. Houve, então, um grande avanço industrial nesse período, que jamais havia sido visto. Nesse período, a chegada da máquina a vapor e a criação da locomotiva, através do uso do carvão como sendo uma fonte de energia que movia a máquina a vapor.

Diante desse cenário, a Revolução Industrial causou grandes e profundas mudanças no mundo, podemos destacar algumas dessas transformações, como o processo produtivo e o estilo de vida dos trabalhadores. Como o processo de produção anterior à revolução era manufaturado, na qual a produção era manual e o trabalhador realizava seu trabalho por meio de sua capacidade artesanal. Por conta da substituição do modelo de produção que mencionamos acima, o trabalhador que era detentor de uma habilidade artesanal passa, então, a ser exigido que esse trabalhador manejasse as máquinas e realizasse todo o processo

sozinho. Na prática, esse momento se caracteriza em que o trabalhador não precisava mais de suas habilidades manuais, o que significou uma diminuição do seu salário. Esse processo de diminuição de salário ocorrido na Inglaterra também se expandiu pela Europa, na medida em que outros países iam se industrializando.

Várias consequências começaram a surgir durante esse período da Revolução Industrial, porque, além dos baixos salários, os trabalhadores eram obrigados a cumprir uma jornada de trabalho excessivamente elevada e exaustiva, chegando, algumas vezes, a uma carga horária de 16 horas diárias de trabalho, com baixo intervalo para o almoço e descanso, o que causou, em muitos trabalhadores, uma carga enorme de estresse e cansaço, que ocasionavam a substituição por outros trabalhadores, gerando um grande índice de desemprego naquela época. Além desses aspectos, os trabalhos desenvolvidos nas indústrias eram sempre perigosos e não havia nenhuma proteção aos trabalhadores, era bem comum ocorrerem acidentes de trabalho, que ocasionavam o afastamento do trabalhador, que logo ficavam sem receber seus salários, porque esse só era pago aos que trabalhavam e, quando o acidente tinha uma maior gravidade, em que o trabalhador ficava incapacitado fisicamente de exercer seu serviço, eles eram demitidos e substituídos por outros trabalhadores.

Destacamos, também, que nesse período não havia restrições ao trabalho, pois todos trabalhavam naquela época, homens, mulheres e crianças, e, inclusive, os salários eram menores para as mulheres e crianças, fazendo com que os capitalistas contratassem mais esses trabalhadores porque os salários eram menores; logo, o seu lucro era maior, além disso, esses trabalhadores eram mais sujeitos a obedecerem às ordens e, quase sempre, não se rebelavam contra os seus patrões.

Como a Revolução Industrial se expandia mundialmente, essas novas relações de produção e trabalho também se acentuam diante desse cenário de exploração dos trabalhadores. A partir daí, as lutas começam a surgir com o intuito de reivindicar por melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, a aquisição de direitos sociais e trabalhistas. Para isso, os trabalhadores começaram a se mobilizar para lutar por melhorias de suas situações e, então, foram criadas as organizações de trabalhadores, conhecidas na Inglaterra como *trade union* e, aqui no Brasil, como sindicatos. As principais reivindicações dos trabalhadores eram por melhorias no salário e redução da carga de trabalho.

Essa mobilização dos trabalhadores deu surgimento, na Inglaterra, a dois grandes movimentos, que são o ludismo e o cartismo. O primeiro ficou marcado pela mobilização de trabalhadores em invadir as fábricas e que tinham como objetivo central destruir os maquinários, pois, ludistas acreditavam que as máquinas estavam roubando os empregos dos

homens e, por isso, seria necessária a destruição delas. Já o movimento do cartismo, que surgiu em 1830, tinha como objetivo lutar por direitos trabalhistas e também direitos políticos, pois eles lutavam para que todos os homens pudessem ter direito ao voto e, queriam que os trabalhadores tivessem representação no parlamento. Foi então por meio das greves, que os trabalhadores obtiveram melhorias da sua situação de trabalho e um dos ganhos foi a redução da jornada de trabalho para 10 horas por dia.

No decorrer das décadas, as novas feições do capitalismo vão agregando na sociedade crescentes transformações, e os trabalhadores sentem a necessidade de articular novas formas de lutas por suas causas. Portanto, surgem outros movimentos socialistas, de acordo com a organização dos trabalhadores. Entre eles, foram criados os movimentos do anarquismo e comunismo, aonde os anarquistas tinham a ideia de que só haveria melhoria de suas condições de vida se o Estado e todas as formas de poder fossem extintos.

Esses movimentos, anarquismo e comunismo, previam em seus ideais as mais profundas transformações sociais, eles não lutavam somente pela melhoria das condições de trabalho, mas entendiam que, para haver qualquer transformação na exploração dos seres humanos, seria necessário o fim de qualquer poder dentro da sociedade, queriam extinguir as autoridades, os gestores, não teriam escolas, policias, ou seja, não existiria nenhuma instituição estatal. Para os comunistas, a exploração do trabalhador por conta dos capitalistas só deixaria de existir quando os operários assumissem o poder estatal, a partir daí eles criariam valores sociais que pudessem aumentar a qualidade de vida da sociedade, que de certa acreditavam acabar com a exploração capitalista. Portanto, o movimento operário se consolida no século XIX e a luta dos trabalhadores estava apenas começando.

Como o mundo não parava de passar por diversas mudanças sociais e de produção, na segunda fase da Revolução Industrial, com início na metade do século XIX até o início do século XX, e que teve seu fim durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esse período se caracterizou pelo processo evolutivo das tecnologias e também geográficos, pois, nesse momento, a revolução deixa de se limitar à Inglaterra e se espalha para outros países, modificando ainda mais o cenário econômico, industrial e social.

Diante dessa eclosão, uma das maiores consequências foram as grandes revoluções burguesas, que ocorrem no século XIX, que era representada pela burguesia. No entanto, essas revoluções puseram o fim ao Antigo Regime e também influenciaram o fortalecimento do capitalismo, que de certa forma foi impulsionado pela industrialização. É nesse período que surge o capitalismo financeiro, que molda essa fase, como sendo um período das grandes inovações. Foi a partir desses avanços que houve um grande aumento da produtividade nas

indústrias, conseqüentemente, houve um aumento dos lucros por parte dos capitalistas. Daí, surgiram novas criações e uma delas foi o incentivo à pesquisa, especificamente no campo da medicina.

Na terceira fase da Revolução Industrial, que ocorreu na metade do século XX, após o fim da Segunda Guerra Mundial, ficou conhecida como a Revolução Técnico-Científica. Nessa fase, a principal mudança não foi só atribuída ao desenvolvimento tecnológico, mas também ao campo científico. A industrialização já estava espalhada pelo mundo inteiro, e esse período foi considerado como sendo um patamar pelos avanços técnico-científicos que vivenciamos até hoje nas sociedades.

Os avanços dessa época estão ligados ao desenvolvimento de novas tecnologias como a robótica, a genética, as telecomunicações, a eletrônica, ao transporte e a infraestrutura, com isso, tudo se transformou ainda mais, principalmente as relações sociais e a modificação dos espaços geográficos, surgindo um aumento da população por conta do êxodo rural para as áreas industrializadas, gerando um aumento do desemprego, tanto por conta da falta de mão de obra qualificada, como também pelas crises geradas pelo capitalismo industrial.

A Revolução Industrial foi um grande marco na história da humanidade, pois, transformou as relações sociais, as relações de trabalho e o sistema produtivo, que, de certa forma, estabeleceu novos padrões de consumo e, conseqüentemente, o uso dos recursos naturais. As principais conseqüências das revoluções industriais são: a substituição do trabalho humano por máquinas; crescimento desenfreado das cidades, aumento da favelização, marginalização, aumento da miséria, da fome e da violência; organizou a sociedade em duas classes “burguesia e proletariado”; houve o aumento da produção em massa e em um curto espaço de tempo; aumento do desemprego e maior disponibilidade de mão de obra barata; houve grandes avanços no campo da medicina; criação de robôs capazes de fazer trabalhos minuciosos e mais precisos; consolidou-se o capitalismo financeiro; aumento dos impactos ambientais negativos e o esgotamento de recursos naturais; a partir daí, surge a preocupação com o desenvolvimento econômico, que explora os recursos naturais sem pensar nas gerações futuras, gerando a necessidade de se buscar um modelo de desenvolvimento sustentável, na visão do tripé da sustentabilidade (econômica, social e ambiental).

Como o trabalho no Brasil, normalmente, simboliza a dignidade, a honestidade, a busca pelo respeito e reconhecimento social por uma questão moral, os desvalidos acreditam ter recebido esse dom divino de trabalhar, de ter disposição e força braçal. Sabemos que, para muitos, o trabalho representa um meio de sobrevivência ou uma renda a mais no orçamento

familiar. De tal modo que os jovens pertencentes às famílias de baixa renda são constantemente estimulados e pressionados a ingressarem, o quanto antes, no mercado de trabalho, seja para contribuírem com o orçamento doméstico, seja para cobrir gastos pessoais ou simplesmente para não serem reconhecidos socialmente como desocupados. No decorrer da história do trabalho, observa-se que, desde a antiguidade, o trabalho desenvolvido por crianças e adolescentes aparece como um trabalho doméstico em caráter de aprendizagem, tendo como objetivo ensinar-lhes um ofício, ofício este desenvolvido sob orientação dos mais experientes, os artesãos e os artífices (NOGUEIRA, 1990).

Como a educação, por ser uma atividade humana social, tem a função de mediar nos indivíduos a formação das capacidades essenciais para a atividade produtiva – esta, entendida no sentido de relação transformadora e criativa do homem com a natureza. Portanto, o trabalho e a educação são processos sociais que existem concomitantemente na formação dos sujeitos sociais e, são formadores da sua consciência e pensamento, de modo que não podem ser dissociados.

A educação no Brasil data da chegada dos jesuítas por volta de 1549, foram eles que estiveram à frente da educação pública do nosso país por mais de duzentos anos. E, aqueles que não queriam seguir a vida sacerdotal, seguiam os estudos superiores, nas universidades europeias. Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e seus domínios, o que acabou por romper com todo o sistema educacional criado pelos padres em terras brasileiras. Como a educação passou a servir aos interesses cívicos e políticos do Império Luso, afetando o sistema educacional brasileiro porque essa reforma não chegou até o Brasil, causando uma desorganização que demorou a se reorganizar.

Foi com a vinda da Família Real para o Brasil que a educação, norteadada de acordo com as diretrizes semelhantes à Reforma portuguesa, percebendo a necessidade de formar pessoal especializado, cria, então, o ensino técnico e superior no país. Surgindo, inicialmente, a Academia Militar, o Curso de Cirurgia, na Bahia, os Cursos de comércio, Agricultura, Química e Desenho técnico. Fundando em seguida, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que posteriormente foi transformada na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Em segundo plano, ficou a instrução elementar e, nesse momento, não houve a preocupação com o seu desenvolvimento. Somente depois da Independência é que houve uma política para a instrução popular.

Durante a Primeira República, houve a prática de conservação do legado do Império de uma educação mais elitista, voltada para a exigência do bacharelado como condição de matrícula nos cursos superiores. O ensino secundário passa a ser subordinado ao controle da

União. Foi na Nova República que o ensino industrial ficou sob o comando das capitais estaduais. Por meio do Decreto Federal n.º 7566, de 23/10/1909, onde determinou a criação, em cada capital de estado, de uma escola de aprendizes artífices, que era subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que se destinava ao ensino profissional primário.

Com o processo de industrialização que ocorreu após 1930, onde se modificou o panorama social, houve um aumento da população urbana, como, também, de novas ocupações ligadas à vida urbana-industrial, gerando possibilidades de mobilidade social, o que exigiu que a escolaridade se tornasse meio de êxito profissional. A demanda por educação aumenta após 1945, ampliando as redes de escola média, em especial as de modalidade acadêmica, as secundárias.

Foi com o encaminhamento do projeto de Lei de Diretrizes e Bases em 1948, que outorgaria ao Estado o exercício da Constituição de 1946, para organizar os sistemas de ensino. Portanto, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei n.º 4.024, de 20/12/1961, que foi dado um importante passo no sentido da unificação do sistema de ensino e da eliminação do dualismo administrativo ainda herdado do período do Império. Nesse sentido, houve o englobamento do ensino secundário ao profissionalizante, sob domínio do “Ensino Médio” (nos termos atuais) que tinha como objetivo a formação básica comum. Durante o Regime Militar, a organização do ensino passou a unificar o ensino primário com o primeiro grau e os cursos profissionalizantes foram integrados ao segundo grau, para eliminar o dualismo das escolas; foram orientados para uma habilitação profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases contempla a formação para a cidadania, uma exigência democrática indiscutível, e a preparação para o trabalho voltada para a tecnologia e produção modernas. Segundo Frigotto (1996), a escola deve garantir a qualificação humana para todos que promovem a democracia econômica, social e cultural. A educação deve orientar o homem para o trabalho, mas com a compreensão de que as mudanças tecnológicas e das reestruturações produtivas nas gestões de pessoas, que tornam cada vez mais o trabalho abstrato, que exige competências e habilidades específicas desenvolvidas ao longo do tempo pela experiência.

A educação no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, como prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções e valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida pelo economicismo a mero fator de produção – “capital humano”. A teoria do capital humano

é trabalhada em Frigotto, para ele, tanto os países como os indivíduos, investem em educação para terem um retorno no futuro. Nesse sentido, segundo o autor:

A educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho (FRIGOTTO, 1984, p. 40-41).

O processo educativo, seja ele escolar ou não, se restringe à função de fomentar um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolver determinadas atitudes e transmitir conhecimentos que funcionem como produtores desta capacidade de trabalho e produção. Com isso, a educação configura-se como um dos fatores essenciais para explicar, economicamente, as diferenças de capacidade de trabalho, de produtividade e renda. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação como “fator econômico” vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (FRIGOTTO, 2010).

No Brasil, a educação tem acompanhado a divisão social do trabalho, que separa os que pensam dos que executam, atribuindo a cada classe de trabalhadores remuneração e lugares sociais diferentes. A história da educação brasileira tem um tema recorrente, a separação entre cultura da escola, a cultura geral e a cultura do trabalho, a formação profissional para o mercado de trabalho, para a produção, o produtivismo e a competição sem limites – hoje mais grave, diante da mundialização do capital. Mas, também, têm sido recorrentes as lutas pela superação dessa separação através da defesa da educação politécnica nos anos de 1980, pela revogação do Decreto 2.208/1997 e, com a volta do ensino integrado nos anos 2000. Nas escolas instaladas na antiga fábrica, a implantação da formação integrada é ainda um movimento incipiente, uma intenção expressa e uma organização de meios (laboratórios, reforma curricular, preparação de professores etc.) (CIAVATTA, 2007).

Apenas no final do século XX, a educação passou a ser considerada como um direito social de todos os cidadãos brasileiros. Educação, saúde e profissionalização passaram a integrar a lista de condições fundamentais para a cidadania. Até meados dos anos 1970, a maior parte dos trabalhadores recebia prioritariamente apenas treinamento operacional para atividades padronizadas. Milhares de operários semiquilificados eram adaptados aos postos de trabalho e desempenhavam tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. Apenas uma minoria de trabalhadores precisava contar com competências em

níveis mais complexos, em virtude da rígida separação entre o planejamento e a execução. Havia pouca margem de autonomia para o trabalhador. O conhecimento técnico e organizacional era exigido apenas das elites trabalhadoras. Somente a essas elites cabia a condução da inteligência do trabalho, como se o trabalho manual fosse desprovido de sabedoria, mera “mão de obra”, e como se o trabalho não fosse fator educativo importante e fundamental. Portanto, a baixa escolaridade da massa trabalhadora não era considerada entrave significativo para o crescimento econômico ou para o aumento da produtividade (CORDÃO E MOARES, 2017).

A formação para o trabalho, compreendida não como emprego, mas como fundamento da atividade social produtiva das condições de vida, desenvolvimento e consciência dos homens, está muito longe de se realizar em razão dessa constante luta ideológica. A sua superação passa, necessariamente, pelo processo educativo que se constitui como fundamento do trabalho. Nas relações internas da atividade humana produtiva, o trabalho se configura como processo educativo, assim como a própria educação. E, em decorrência do desenvolvimento tecnológico e da complexificação da atividade produtiva, a educação se transforma em uma específica forma de trabalho.

É justamente na unidade da atividade produtiva como trabalho e educação que se encontram as vias de superação ou não da alienação com as formas que esta adquiriu na sociedade capitalista. É possível observar em diferentes momentos históricos a presença do trabalho desenvolvido por crianças e adolescentes, ora como caráter mais educacional, com objetivo de ensinar um ofício e afastar do ócio, ora como mera exploração de força de trabalho barata.

É necessário compreendermos que o homem, sendo um ser histórico, tem um passado, e, é preciso construir o presente e planejar o seu futuro. Portanto, sem a educação, as instituições sociais estariam fadadas ao fracasso e ao extermínio. Ainda que seja necessário que haja uma transcendência no pensamento humano, para que ele tenha a liberdade para escolher, modificar e organizar sua vida para um processo de desenvolvimento, onde possa assumir valores, finalidades e objetivos.

A educação é e sempre foi um duplo processo. Primeiramente, ela significa a atividade desempenhada pelos adultos para assegurar a vida e o desenvolvimento da geração mais nova, das crianças, dos adolescentes e jovens, para despertar e fazer crescer as suas habilidades e poderes físicos e espirituais. Na linha dessa atividade é que se estabelecem, desde os albos da humanidade, os esforços e recursos da instituição familiar, em que os pais se constituem como primeiros educadores, logo auxiliados, e até substituídos, por colaboradores, como por exemplo, os sacerdotes, os guerreiros e os professores. Na linha da atividade educativa familiar vem

surgir a escola, como nova instituição social e agência específica da educação (NUNES, 2006, p.16).

Como o trabalho vem sofrendo grandes transformações ao longo de sua história, onde, em diversos momentos, exige-se um determinado tipo de trabalhador, a educação tem caminhado sempre lado a lado às transformações do trabalho, conforme as constantes mudanças nos processos de produção. Ainda que esses processos implicassem e necessitassem de transformações na educação e, especificamente, relacionados às novas formas de produção, como o trabalho, a educação faz parte da natureza humana, sendo ambos condição *sine qua non* para a evolução do homem na história, estando presentes em todas as relações estabelecidas entre eles, desde as sociedades mais primitivas até a sociedade capitalista contemporânea.

Dentro dessa perspectiva, percebe-se que, tanto a educação como o trabalho, são relações de ordem vertical, onde supostamente os indivíduos não têm escolha autônoma e seguem imposições vindas de seus superiores. O jovem aprendiz encontra-se em dupla condição de subordinação, a sala de aula e o trabalho, em um programa cujo objetivo é preparar o jovem para o mercado de trabalho na condição de colaborador. Interessa, no entanto, perceber em que medida essa formação leva o jovem a galgar crescimento profissional e pessoal, uma vez que a aprendizagem deveria ser o meio, e não o objetivo final.

Mészáros (2008), na obra intitulada *A educação para além do capital*, faz uma crítica à lógica do capital e aborda sobre seu impacto na educação, considerando que não se pode negar o fato da ligação entre os processos educacionais e os processos sociais. O autor defende a premissa de que não se pode conceber uma reformulação significativa da educação sem uma transformação no contexto social em que acontecem as práticas educacionais, uma vez que elas próprias também exercem funções de mudança. Desta forma, está posta uma contradição pensar em reformas quando a lógica dominante é a própria lógica da estrutura do sistema do capital, uma vez que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como, também, gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente educados) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Para Bourdieu e Passeron (1992), todo sistema de escola institucionalizado se deve às características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento, ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência (autorreprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria da inculcação quanto à realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural do qual ele é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (*reprodução social*) (BOURDIEU E PASSERON, 1992).

É se pensando nessa questão da educação institucionalizada que, nos estudos de Bourdieu e Passeron (2009), eles trazem que os espaços de reprodução social, como o escolar, são eficientes na dominação e legitimação de desigualdades. Assim, é na escola que o legado econômico da família se transforma em *capital cultural*. Para os autores, a escola não é neutra, justa ou promove igualdade de oportunidades, uma vez que a transmissão de determinados conhecimentos é desigual. Portanto, na medida em que jovens pobres, por serem alijados de uma educação básica eficiente e não deterem o capital cultural, tem mais dificuldades de serem absorvidos no mercado de trabalho e, normalmente, desenvolvem atividades precárias, como os seus pais fizeram.

Nesse sentido, para Bourdieu e Passeron (2009), o *capital cultural* é um conceito usado para explicar um novo tipo de capital e recurso social, fonte de *distinção*, e revela a existência de diferenças de várias ordens, principalmente de acesso aos bens da cultura entre as famílias. Estas são responsáveis pela variação no comportamento e no rendimento relativo aos estudos de suas gerações. Os autores afirmam que cada família transmite a seus filhos certo capital cultural, sistemas de valores implícitos interiorizados, e que contribuem na definição de atitudes em face do capital cultural e da instituição que tenham experimentado ou frequentado. Dessa forma, é possível afirmar que a educação escolar está para o capital cultural, bem como o capital econômico está para a determinação de reprodução das posições sociais. Assim, questionamos a igualdade de oportunidades no sistema educacional brasileiro, pois, percebemos que a escola e a forma como ela se organiza e ordena seu currículo privilegia os mais dotados de capital cultural e social, além de reproduzir os capitais econômico, cultural e social acumulados (BOURDIEU E PASSERON).

Ainda com relação à educação institucionalizada, Saviani (2007) apresenta um resgate histórico sobre o conceito de instituições escolares no Brasil, considerando a diversidade de significados dessa palavra. “Instituição” remete a pensar que esta é uma estrutura material criada como unidade de ação, organizada, constituída pelos sujeitos para atender à

determinada necessidade humana com caráter permanente. Necessariamente é social, portanto, uma instituição é criada para permanecer.

No entanto, é sabido que existem necessidades que são transitórias. Em uma observação primeira e mais genérica, poderia se dizer que não se justifica a criação de uma instituição para suprir uma necessidade que é passageira, que, à medida que é satisfeita, tal instituição é desfeita. Porém, as instituições, como todos os produtos humanos, são históricas, não podendo deixar de denotar um caráter transitório. “Mas sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico” (SAVIANI, 2007, p. 5).

Partindo destas concepções, é pensado sobre o percurso transcorrido pelas instituições de Educação Profissional no Brasil em sua totalidade, como produto de um processo histórico e social, de caráter transitório, que se modifica, se reestrutura à medida que vão se estabelecendo relações conforme a realidade, podendo estas serem de ordem econômica, produtiva, política, cultural, entre outras.

De acordo com Gentili (2005), é fato que a educação não deixa de ser implicada pelo mundo do trabalho e pela lógica política e econômica, que engendra a sociedade moderna, na qual, atualmente, as ideias neoliberais assumem posição progressiva nos processos de construção e implementação de políticas públicas. No desenvolvimento capitalista, em meados da década de 1980 e 1990, o crescimento econômico é marcado de maneira acirrada e, nesse contexto, a relação entre os processos de produção e a educação tornam-se chave, em que, ideologicamente, se atribui à escola uma função econômica fundamental.

Vale pensar que tais políticas são implicadas por determinadas demandas, as quais geram novas estruturas e configurações nos contextos sociais e pedagógicos das instituições, fazendo com que estas tenham necessidades transitórias numa condição estrutural permanente. A relação entre o mundo do trabalho e o mundo da educação é bastante complexa, pois, as novas formas de produção do conhecimento, o avanço tecnológico e a globalização estão a exigir um novo profissional e uma preparação que lhe permita adquirir conhecimentos, habilidades, atitudes para ser uma pessoa bem preparada para o trabalho.

Sabemos que arrastamos uma herança colonial escravista que, de certa forma, influenciou de forma preconceituosa as relações sociais e a visão da sociedade sobre educação e sobre a formação profissional. A educação escolar acadêmica era dispensável para a maior parte da população. A atividade econômica predominante não requeria educação formal para o desempenho produtivo na maior parte das funções. Os trabalhadores braçais ou

semiquilificados tinham pouca autonomia para alterar as rotinas e os processos produtivos coordenados de níveis gerenciais (BRASIL, 1999).

Nas últimas décadas, o panorama alterou e a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/1996 – exige novas respostas aos novos desafios. A LDB dispunha que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 2020 p.31). Essa concepção representa a superação dos enfoques assistencialistas e economicistas da educação profissional, bem como do preconceito social que a desvalorizava.

Na atual LDB, a educação profissional está situada na confluência de dois direitos fundamentais do cidadão, o direito à educação e o direito ao trabalho, que é traduzido pelo art. 227 da Constituição Federal como direito à profissionalização. Do mesmo modo, tanto o art. 205 da Constituição Federal quanto o art. 2º da LDB apontam como finalidade da educação “o pleno desenvolvimento da pessoa (do educando), seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dessa forma, com o intuito de cumprir com as determinações legais previstas na legislação educacional do Brasil, no que tange ao acesso à formação para o trabalho e para a cidadania, o PNE – Plano Nacional de Educação, Lei n.º 13.005/2014, determina o cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, de acordo com o Art. 2º das diretrizes do PNE:

- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
 - VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País
- (BRASIL, 2014).

1.3 A Educação Profissional no Brasil

No Brasil Colônia, a aprendizagem das profissões era feita por meio das Corporações de Ofício, às quais tiveram aqui um caráter excludente e preconceituoso, pois, favoreciam os ofícios desenvolvidos pelos homens brancos e livres e impediam o ingresso dos escravos e outras etnias por meio das regras de seu funcionamento. Os homens brancos e livres preservavam para si algumas atividades manuais que eram aprendidas exclusivamente nas Corporações de Ofício, prática que se repetiria durante todo o período imperial (SANTOS, 2000, p.206).

Podemos, a partir daqui recordar que a Educação Profissional no Brasil surge desde o Brasil Império, quando o Brasil deixou de ser colônia e passou a ser sede do Reino de Portugal em 1808. A partir da chegada da família real, de D. João VI, é criado o Colégio das

Fábricas, sendo o primeiro estabelecimento alojado pelo poder público, que tinha como objetivo atender à educação dos artistas e aprendizes que vinham de Portugal. Ainda nesse período, o país passava por grandes transformações de cunho econômico e político, principalmente em relação à economia que era pautada na agricultura e que se voltava para um sistema colonial de troca. Nessa época, houve a implantação de atividades industriais estatais e privadas que tinham o interesse de subsidiar o comércio da metrópole, e, ao mesmo tempo, a formação do Estado-Nação e a constituição do aparelho educacional escolar.

Durante o período Imperial, a formação da força de trabalho acontecia nas associações religiosas e filantrópicas. Havendo uma preocupação por parte do Império em buscar a formação compulsória de trabalhadores em vários ofícios, mas, o objetivo maior era retirar as crianças da rua para que, no futuro, não se tornassem um perigo para a sociedade. Deste modo, determinou que os órfãos fossem para as Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros. Com isso, esse contingente de profissionais seria formado para atuar na marinha e na guerra.

A educação profissional no Brasil, desde sua criação, em 1809, esteve ligada ao desenvolvimento das forças produtivas, fato que estabeleceu uma forte relação entre educação e trabalho. Essa relação pode ser compreendida em razão da necessidade de habilitar técnica, social e ideologicamente os diferentes grupos sociais para o trabalho, visando responder às necessidades de todo bem econômico aplicável à produção, ou seja, do capital (FRIGOTTO, 1996).

Após a criação da Educação Profissional no Brasil, no período de 1840 a 1865, vários governos instituíram e criaram casas de educando artífices, adotando um modelo de aprendizagem que tinha vigência no âmbito militar, essa formação era pautada nos padrões de rigidez de hierarquia e disciplina, as crianças e os jovens que eram abandonados eram encaminhados para essas casas. Entre os anos de 1858 e 1886, foram criados os liceus de artes e ofícios em vários estados no Brasil, de modo geral, o acesso aos cursos era de forma livre, menos para os escravos, que não tinham o direito, nessa época, de estudar.

Após a Proclamação da República, em 1889, os liceus continuaram a realizar as atividades e atendimentos propostos ainda no tempo do Império. “Durante o período republicano, os liceus foram mantidos e, em alguns estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes” (MANFREDI, 2002, p.78). Muitos governos estaduais repensaram o funcionamento dos antigos liceus e criaram suas próprias redes de ensino profissional.

Um grande marco histórico referente à consolidação do ensino profissional, especificamente o ensino técnico-industrial no Brasil, foi a:

[...] realização do “Congresso de Instrução”, que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares, sendo criada, a Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizagem das Oficinas do Engenho Dentro, no Rio de Janeiro. A Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis (BRASIL/MEC/SETEC, 2017).

Foi com o Presidente da República, Nilo Peçanha, em 1909, que se instaura uma rede de Escolas de Aprendizes e Artífices, que marca, como um momento histórico, a criação da Rede Federal, que culminou nas escolas técnicas e, posteriormente, nos CEFETS. Em 1910, são inauguradas cerca de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, presentes em todo território nacional.

A partir daí, surgem várias mudanças que são impulsionadas pelo desenvolvimento econômico no país, principalmente no período de 1920 a 1930. Foi nesse período, por conta da complexidade das máquinas de manufatura e das primeiras indústrias, que emerge a exigência da qualificação profissional, havendo, então, nesse momento, uma notável valorização do ensino profissionalizante.

[...] não deveria implicar tentativas de eliminação da divisão social e técnica do trabalho no interior do aparato educacional. Mesmo tentativas de emprego de práticas vocacionais em todas as escolas primárias, como na reforma de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928-1930), seu objetivo era mais pedagógico do que propriamente profissional, conforme os princípios da Escola Nova, continuando a existir escolas destinadas à formação de elites (no ensino secundário e superior) e outras para a formação dos trabalhadores manuais (CUNHA, 2005, p. 7).

Com a chegada do Governo de Vargas em 1930 muitas mudanças ocorrem no Brasil, inclusive no campo da educação. Com o Estado Novo em 1937, a indústria passa a ser o foco desse momento, que de certa forma ela aparece como uma meta e é bem provável que é nesse momento que se inicia uma preocupação com a qualificação profissional dos trabalhadores. Na década de 1930, as escolas eram mantidas pelos governos federal e estadual, bem como por instituições privadas e pelas Forças Armadas. Como essas instituições atuaram conforme

suas diretrizes e possuíam suas especificidades e ideologias, a organização do ensino industrial brasileiro era diferente em cada instituição (CUNHA, 2005, p. 35). Contudo, a expansão do setor industrial não ocorreu apenas por essa nova orientação educacional; pois foi reforçada com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, fato que ocasionou a impossibilidade de importação de produtos industrializados dos países que estavam em conflito, obrigando o Estado brasileiro a abrir novas fábricas e a expandir as já existentes, fazendo uso da mão de obra com formação profissional (CUNHA, 2005, p. 27-28; AMARAL, 2006, p. 66).

Foi ainda no Governo de Vargas que surge a aprovação das “leis orgânicas” do ensino, que determinavam que o ensino vocacional e pré-vocacional seria dever do Estado, para isso acontecer era necessário a colaboração das empresas e sindicatos. Foi então a partir dessa compreensão que surge 1942 a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), essas instituições de natureza privada, tinha como objetivo atender às demandas da mão de obra para o setor produtivo. Logo em seguida surge a criação dos outros sistemas de ensino da mesma natureza do Senai e Senac, para atender as outras demandas vinculadas a atuação a agricultura, Serviço Nacional de Agricultura (Senar) e o transporte, Serviço Nacional de Transporte (Senat). Além das instituições citadas acima, hoje o Sistema “S” é composto por outras instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social do Transporte (Sest).

Ainda no Governo Vargas, através de um decreto-lei para estabelecer o conceito de “menor aprendiz”, para efeitos da legislação trabalhista. O intuito era oferecer a formação profissional ao “menor aprendiz” para que as indústrias pudessem contratar meninos que poderiam estar em risco de vulnerabilidade social. Observa-se então que, a formação profissional estava diretamente imbricada aos interesses do capital, privilegiando uma formação que era fortemente fragmentada e que se destinava ao treinamento de trabalhadores que iriam ocupar postos de trabalhos, de acordo com a concepção taylorista.

A partir daí percebe-se que no Governo de Juscelino Kubitschek, já havia um desprezo com a questão da formação geral, pelos baixos investimentos que eram destinados à educação e conseqüentemente a prioridade com a formação profissional. Essa ação do governo de Juscelino, era bastante semelhante aos governos militares, que acaba agravando-se por conta da supressão das liberdades individuais, momento bastante denso no cenário brasileiro. Assim, a visão da educação profissional nessa época era de uma educação

utilitarista, imediatista e submissa ao mercado de trabalho, sem os pressupostos de formação social ampliada ao desenvolvimento tecnológico em efervescência desde o início do século XX. É perceptível que a intenção dessa formação era somente para atender a um único interesse que era formação de uma mão de obra que fosse necessária somente para o processo produtivo e em especial para aquele momento que o mercado se organizava em relação ao trabalho. Essa formação se dava muitas das vezes no chão de fábrica ou através das instituições de formação profissional, mas sempre com formações aligeiradas, porque a intenção é que esses trabalhadores realizassem as tarefas cada vez mais em tempo mínimo possível, para que tivesse uma maior produtividade. Logo, essa formação se dá de forma insuficiente, deixando esse trabalhador cada vez mais fragmentando, além do que essa formação não se tratava de formar o homem de forma integral.

A partir da década de 70, os governos passaram a utilizar a educação profissional de nível técnico como forma de diminuir a demanda de educação de nível superior, situação que se estende até os anos 90. Ao logo dessa trajetória, há muitas mudanças no mundo do trabalho e conseqüentemente nas relações sociais e, com o surgimento de novas tecnologias como a automação e a informatização das atividades, que de certa forma, acaba por substituir o trabalho humano, provocando mudanças nas empresas e na força de trabalho dos operários.

As trajetórias e avanços da Educação Profissional no Brasil sempre estiveram caminhando lado a lado as disputas políticas, sociais, econômicas e culturais que influenciaram e influenciam as políticas educacionais dessa formação até hoje. Por ser uma formação que sempre teve como público os pobres ou desvalidos, e que essa formação tinha um cunho assistencialista e que ao mesmo tempo, tinha como interesses políticos em acelerar o desenvolvimento econômico do país, mantendo o foco dessa formação para pessoas de classes menos favorecidas.

Somente a partir do século XXI que, o ensino profissionalizante passa a oferecer a qualificação profissional para todos aqueles que se interessavam por essa formação, ampliando assim desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), n.º 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996 a oferta dessa formação. De um lado, a priorização da formação mais rápida para o atendimento das demandas produtivas e, de outro, a priorização da formação integral do ser humano, que inclui a aprendizagem das competências e habilidades para o trabalho, mas não exclui a compreensão de elementos científico-tecnológicos e histórico-sociais que regem o mundo do trabalho e as relações sociais, fazendo com que os fins educativos não sejam suprimidos pelos fins do capital (FREYETTO; SCALABRIN, 2015, p. 185).

Para compreender melhor como se dá essa formação que busca em atender aos interesses do capital, traremos a seguir a discussão da noção do trabalho como princípio educativo, com o intuito de entender a importância da qualificação profissional baseada numa visão humanizadora.

1.4 O trabalho como princípio educativo

Gramsci (2004), no âmbito do marxismo, o trabalho tem sido considerado uma categoria-chave para compreender o sentido da educação, como o fez Gramsci ao introduzir a noção do trabalho como princípio educativo. Nessa perspectiva, a ideia do trabalho como princípio educativo na teoria de Gramsci, faz uma retomada a escola humanista, que tinha como objetivo desenvolver no indivíduo a capacidade de saber pensar e dirigir-se na vida. Sendo o trabalho como um princípio educativo, que considera a relação dos homens entre si e, que a partir de diferentes tipos de sociedade se cria as leis civis, a política, o governo, o Estado, bem como a relação dos homens com a natureza, possibilitando a criação da ciência e a técnica.

Portanto, Gramsci apresenta o princípio educativo como referência para a escola unitária, pensando a noção de trabalho em Marx, a formação de dirigentes e a construção da hegemonia. A difusão da sua proposta educativa, entretanto, desconheceu sua relação com o processo de reforma intelectual e moral, a formação de dirigentes, a construção da hegemonia, foi reduzida ao modelo soviético do politécnico, fundamentado em teorias da escola nova.

Para Gramsci (2004), a formação para o trabalho nas escolas profissionais que se multiplicavam na Itália não constituía uma democratização, pois, qualificar operários não é democratizar a escola, mas, sim, a possibilidade de que cada cidadão possa se tornar governante e que a sociedade apresente essas condições para cada cidadão, mesmo que “abstratamente”. (GRAMSCI, 2004 p. 1547). Dessa forma, o aspecto central da proposta escolar de Gramsci é de que a democracia da escola corresponda à capacidade de formar.

A marca social da escola, para ele, não reside nos métodos de ensino nem na aquisição de capacidades diretivas e, sim, no fato de que cada grupo social tem um tipo específico de escola, voltado a manter as estratificações sociais, seja para o desempenho de funções dirigentes ou instrumentais. Por isso, Gramsci defende uma escola única, elementar e média, que até o momento da preparação profissional forme o jovem como pessoa “[...] capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (GRAMSCI, 2004, p. 1547).

Após analisar o sistema educacional, antes e depois da Reforma Gentil, e de formular as bases da Escola Unitária – fundamentada no desenvolvimento manual e intelectual –

Gramsci (2004) inicia suas considerações sobre o princípio educativo. A função da escola, no seu entender, é preparar os novos indivíduos para a vida em sociedade, ensinando-lhes como se dá a organização da vida social, em que o homem transforma a natureza. Dessa forma, o que determina o processo de aprendizagem é o trabalho entendido como “atividade teórico-prática”. Gramsci (2004, p. 43) afirma que:

[...] o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho, que não pode se realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si, ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade e não por simples coerção. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho.

De acordo com o pressuposto de Marx e Engels (1996), de que são as condições materiais de existência que determinam a vida do homem, Gramsci (2004) entende que é no mundo da produção - nas novas relações de produção -, que a escola se organizaria. O fato de afirmar que “o trabalho é o princípio imanente” pode ser compreendido à luz de Lukács (1981), tomando a educação, em excelência, por um complexo da reprodução social, onde a escola se organizaria de acordo com as relações que ocorrem no mundo da produção.

No que diz respeito à educação em geral e à educação escolar em particular, um dos desafios que estão postos para uma teoria educacional marxista é o da construção de uma ontologia da educação. Assim, a sociedade é um “complexo composto de complexos” (LUKÁCS, 1969, p.16). Dessa forma, a educação adquire real significado como objeto da reflexão ontológica somente quando analisada como um dos complexos que compõem o ser da sociedade. Mas, como o ser da sociedade é histórico, a essência ontológica da educação só pode ser apreendida numa perspectiva historicista. É cabível afirmar-se que uma ontologia da educação busca compreender a essência historicamente constituída do processo de formação dos indivíduos humanos como seres sociais. Não se trata de uma essência independente do processo histórico, das formas concretas de educação em cada sociedade. Trata-se da análise dos processos historicamente concretos de formação dos indivíduos e de como, por meio desses processos, vai se definindo, no interior da vida social, um campo específico de atividade humana, o campo da atividade educativa (DUARTE, 2012, p. 38).

Saviani (1991) define o trabalho educativo como:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e indiretamente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente

pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado, e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas de atingir esse objetivo (SAVIANI, 1991b, p.21).

Segundo Duarte (2000), o trabalho educativo produz nos indivíduos singulares a humanidade, isto é, o trabalho educativo alcança sua finalidade quando o indivíduo singular se apropria da humanidade produzida histórica e coletivamente, quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessários à humanização. Portanto, a referência fundamental é justamente o quanto o gênero humano conseguir se desenvolver ao longo do processo histórico de sua objetivação. Está implícita a definição dialética entre objetivação e apropriação, que constitui o núcleo fundamental da concepção de Marx do processo histórico de humanização (DUARTE, 2000).

O estudo acerca das possibilidades e dos limites de efetivação de uma educação que tenha como horizonte a emancipação humana, no seio de uma sociedade pautada na exploração do homem pelo homem, se desdobra numa contradição explicitada por Marx e Engels (1992, p. 96), se “[...] por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais [...]”. Apesar de encontrarmos em Marx e Engels (1992) as bases teórico-filosóficas de uma concepção de educação perspectivada pelo desenvolvimento pleno –unilateral, das capacidades humanas. Gramsci, no seu tempo, tentou sistematizar uma proposta político-educacional fundamentada nos pressupostos marxianos, nos termos da educação unitária, que tem como base o trabalho como princípio educativo.

Ancorado nos pressupostos marxianos, Manacorda (2010, p. 94) define *unilateralidade* como o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação”. Marx e Engels (2004, p.109) sublinham que os pressupostos da educação politécnica se descaracterizam na sociedade de classes, homologando a divisão social do trabalho como base fundante:

A formação politécnica, que foi defendida pelos escritores proletários, deve compensar os inconvenientes que se derivam da divisão do trabalho, que impede o alcance do conhecimento profundo de seu ofício aos seus aprendizes. Neste ponto, partiu-se sempre do que a burguesia entende por formação politécnica, o que produziu interpretações errôneas.

A produção deve estar voltada à universalização, buscando eliminar o refinamento da especialização, caracterizando a chegada do ser social à unilateralidade, representada pela multiplicidade de habilidades e atividades, bem como o aumento do tempo livre para o gozo

de bens espirituais e materiais, conforme nos coloca Manacorda (2010). Essa realidade peremptória requer a associação entre indústria e ciência nas bases da produção, eliminando não apenas a divisão do trabalho, mas a divisão do ensino, oportunizando a todos, de forma equânime, as mesmas chances, conduzindo, também – e principalmente – os filhos dos trabalhadores a um desenvolvimento superior, pleno, consciente e maduro:

O homem se apropria de essência unilateral de uma maneira unilateral. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários (MARX, 2010, p. 108).

A Escola Unitária, ou escola única de cultura geral humanística, ‘no sentido amplo e não somente no sentido tradicional’, isto é, definida a solução racional da crise do princípio educativo, Gramsci dispõe-se a estudar os modos concretos segundo os quais essa escola poderá configurar-se. Ele coloca, em primeiro lugar, o problema da fixação dos vários graus da carreira escolar, que lhe parece que devam ser adequados não somente aos dados subjetivos do desenvolvimento psicológico dos jovens, mas, também, aos dados objetivos do fim a ser alcançado, que é o de introduzir, na vida social, os jovens, dotados de uma certa autonomia e de uma capacidade de criação intelectual e prática ao mesmo tempo, de orientação independente (MANACORDA, 2019).

Para Gramsci, a escola unitária é escola de trabalho intelectual e manual – técnico, industrial –; que seu objetivo é a formação dos valores fundamentais do humanismo, isto é, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias tanto para os estudos posteriores como para a profissão; que a instrução das novas gerações e das gerações adultas se apresentam sempre a ele como uma série contínua; que, para ele, nenhuma profissão está privada de conteúdos e exigências intelectuais e culturais, e que a vida moderna implica novo entrelaçamento entre ciência e trabalho (MANACORDA, 2019). Deste modo, o trabalho educativo é uma produção direta e intencional, que aponta para dois sentidos, em primeiro lugar, trata-se de uma relação direta entre educador e educando e, em segundo lugar, o resultado direto do trabalho educativo deve ser a humanização do indivíduo.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que as atuais mudanças na organização do trabalho e nos processos produtivos, de certa forma, nos mostra a necessidade de uma revisão curricular, sendo necessário tanto para a educação básica como a educação profissional. Os trabalhadores precisam dispor de mais autonomia intelectual, ter visão crítica, iniciativa e

dispor de uma natureza empreendedora, além da capacidade para diagnosticar e resolver problemas.

Para isso, é necessário o surgimento de novas políticas públicas que contemplem uma oferta mais flexível de cursos e programas destinados à profissionalização dos trabalhadores, de acordo com itinerários formativos que lhes possibilitem contínuo e articulado aproveitamento de estudos, bem como de seus saberes e das competências profissionais já constituídas. Portanto, o que se prevê é uma educação para a vida, em sentido lato, na perspectiva do “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional para o trabalho”.

Em outras palavras, essa nova visão educacional poderá propiciar aos trabalhadores o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências que os habilitem efetivamente para analisar, questionar e entender os fatos do cotidiano com mais propriedade e perspicácia, além da necessária capacidade investigativa diante da vida, da forma mais criativa e crítica possível. Com isso, os trabalhadores estarão mais aptos para identificar necessidades, encontrar soluções e atuar adequadamente para obter os melhores resultados pessoais e coletivos, no mundo cada vez mais globalizado e planetário do trabalho (BRASIL, 2012).

Com o intuito de atender às atuais mudanças na organização do trabalho e nos processos produtivos, o Senac, a partir de 2015, fez uma reestruturação curricular, tornando os planos de cursos padronizados nacionalmente, através dos comitês técnicos setoriais, instituídos pelo Departamento Nacional do Senac e os Departamentos Regionais, oferecendo aos gerentes de educação, analistas pedagógicos e docentes a capacitação no Modelo Pedagógico do Senac⁵, implantando nos seus planos de cursos a metodologia de Formação por Competência, que visa proporcionar uma maior autonomia no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, desenvolvendo o fazer do exercício da profissão baseado na competência, nas habilidades e atitudes, de acordo com as Marcas Formativas do Senac⁶ (domínio técnico-científico, visão crítica, atitude colaborativa, sustentável e empreendedora).

Cordão e Moraes (2017) destacam que a educação profissional requer compreensão mais global do processo produtivo no atual mundo do trabalho, marcado pela renovação contínua e pela complexidade crescente. Por isso mesmo, é que as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional estão centradas exatamente no compromisso ético das instituições educacionais para o desenvolvimento permanente de competências profissionais, que conduzam os trabalhadores ao efetivo preparo para continuamente articular, mobilizar e

⁵ Sobre o Modelo Pedagógico SENAC, ver no capítulo II.

⁶ Sobre as Marcas Formativas do SENAC, ver no capítulo II.

colocar em prática seus saberes e conhecimentos, suas habilidades e atitudes, seus valores e emoções, para atender aos requerimentos da sociedade e do mundo do trabalho com eficiência (nos processos), eficácia e efetividade (nos resultados), dando respostas novas e criativas aos inusitados, originais e exigentes desafios profissionais, pessoais e sociais.

Essa dimensão da organização dos planos de cursos e das diretrizes que definem a formação profissional dos jovens aprendizes dos Programas de Aprendizagem da Instituição formadora Senac/SE retrata uma realidade contraditória, pois, em seus documentos e nos discursos dos dirigentes da instituição divergem totalmente quanto a esse processo da autonomia do sujeito, o interesse por conta dos governos e dos empresários é que esse jovem atenda aos interesses do capital, dispondo de sua mão-de-obra barata e subordinada aos comandos dos seus gestores.

A exigência por conta desses empresários que esse jovem esteja sempre à disposição da empresa, que tenham proatividade, iniciativa, e que não apresentem “corpo mole”, que sua força braçal seja a sua maior ferramenta de trabalho, pois suas capacidades intelectuais, muitas das vezes, são ignoradas, por parte dos seus gestores, que os veem na maioria das vezes como sendo jovens que não tem a capacidade de pensar em processos de melhorias dentro das empresas. São poucos os jovens que, durante a sua experiência como jovem aprendiz, conseguem colocar em prática os conhecimentos adquiridos na formação profissional. A relação de subordinação que existe com a gestão é tão grande que esses gestores acabam moldando esses jovens no padrão da obediência e disciplina, preparando-os para estarem disponíveis e dispostos a atender aos comandos dados por eles e, esses jovens não tem o mínimo de espaço para se colocar e nem tão pouco opinar nas questões gerenciais das empresas.

1.5 Juventude e Trabalho

No Brasil, foi a partir dos anos de 1940 que se constituíram os serviços de aprendizagem que tinham como objetivo proporcionar a formação profissional de jovens, como, também, de adultos. Para a indústria, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e para o comércio o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)⁷. Ambos tinham a prioridade de direcionar esses serviços para atender à necessidade de mão de obra dos setores da indústria e do comércio, com cursos voltados ao público em geral.

⁷ Sobre a criação dos Sistemas, ver no capítulo II.

Somente a partir de 1990 que foram se instituindo cursos de qualificação profissional voltados para os jovens em situação de risco social. Esses cursos eram financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Contudo, ao invés desses cursos ficarem restritos aos trabalhadores, passam a ser ofertados para os jovens de comunidades mais pobres, com a intenção declarada de enfrentar sua marginalização e, até mesmo, seu envolvimento com a criminalidade.

Entre os anos de 1995 a 2002, com o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor, teve, em média no seu último ano, 40% dos educandos na faixa etária de 16 a 24 anos. Após a implantação do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), essa proporção aumentou em 50% em 2004, mesmo tendo uma redução no número absoluto de jovens atendidos. Com o Planfor surgindo em paralelo à rede de educação profissional e tecnológica que já existia no âmbito do sistema de ensino, houve o argumento que a mesma não atendia aos trabalhadores mais pobres, e que não era capaz de expandir mais rápido a sua oferta. A sua estratégia foi concentrar a formação de uma rede própria de entidades onde predominassem os serviços de aprendizagem, mas que também incluíssem as escolas de centrais sindicais e as organizações não governamentais (ONGs), para que pudessem ter uma cobertura bem mais ampla e capaz de focar nos estratos mais pobres das famílias trabalhadoras.

Ainda assim, mesmo concentrando a oferta na rede própria, o programa obteve várias críticas, uma delas era a falta de controle da distribuição dos recursos, a baixa eficácia em termos da capacidade de garantir a colocação no mercado de trabalho. Destaca-se a razão para isso, a questão dos cursos terem uma curta duração, ausência de uma articulação com o serviço de intermediação e a elevação de escolaridade e, também, as próprias condições restritivas do mercado de trabalho na época. Para tentar sanar esses percalços, foram instituídas novas diretrizes para o PNQ, em 2003, no governo de Lula, onde fizeram uma elevação da carga horária dos cursos e o estreitamento da articulação com o sistema público de emprego. É notória a necessidade da soma dos esforços de setores do governo, como também da educação profissional e do setor privado para geração de emprego no Brasil.

Mesmo com os esforços atribuídos para a oferta de formação profissional para os jovens, ainda não se tinha uma mudança significativa na situação dos jovens diante do mercado de trabalho, daí que surge a necessidade da efetivação de programas que pudessem articular a qualificação profissional com a colocação no mercado de trabalho. As políticas de incentivo à contratação consistem em reduzir o custo de contratação dos jovens.

Para que se estabeleça uma forma especial de contratação, que possa diminuir os encargos, a alternativa é que a legislação possa reduzir os encargos não salariais para a contratação dos jovens, entendendo como sendo um incentivo fiscal. A intenção é que as empresas possam manter o jovem empregado por um período que seja suficiente para ele adquirir experiência e credenciais que possam dar a ele a condição de uma inserção futura no mercado de trabalho.

Diante desse tipo de contratação, sabemos que os salários dos jovens tendem a ser os mais baixos, sempre se guiando de acordo com o piso salarial da categoria, o salário mínimo. As empresas, de certa forma, se beneficiam muito mais desse tipo de contratação dos que os trabalhadores adultos, por conta dos baixos salários e de ter mão-de-obra barata. Além de causar uma inserção desses jovens em empregos de baixa qualidade e que acabam em prejudicar a formação continuada deles, de estabelecer um itinerário formativo que lhe deem a condição de ocuparem melhores postos de trabalho.

A discussão acerca de juventude e trabalho retrata uma questão social muito preocupante, pois, a fase juvenil sempre caracterizada como sendo transitória, mostra a necessidade de pensar e debater não só sobre as políticas de inserção e geração de emprego e renda, mas, também, a necessidade de se estruturar programas que possibilitem a formação profissional e inserção ao mercado de trabalho, que seja e esteja compatível com a fase de vida desses jovens, evitando pular etapas que são de fundamental importância para o desenvolvimento físico, psicológico e social deles.

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados "problemas sociais", e, o modo de apreensão de tais problemas também muda (SPOSITO, 1997, p. 37). No artigo "*De quoi parle-t-on quand on parle du 'problème de la jeunesse'?*" (Do que falamos quando falamos do 'problema da juventude?'), Bourdieu (1986) examina as ambiguidades presentes nessa expressão. As representações correntes ora investem nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentuam a dimensão negativa dos "problemas sociais" e do desvio. Assim, se nos anos 1960 a juventude era um "problema" na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 1970 os "problemas" de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase a transformando em categoria econômica (PAIS, 1993; ABRAMO, 1997).

Constata-se, portanto, que, da década de 1980 em diante, consolida-se a combinação escola-trabalho na vida do jovem brasileiro. O número de trabalhadores adolescentes é muito maior do que o de crianças, e eles trabalham em condições diferentes; sua participação é maior nas áreas urbanas, e os jovens que já completaram a maioria seguem, em geral, as mesmas tendências dos adultos, apresentando indicadores altos de participação no mercado. A partir dos estudos demográficos que serviram de referência nos últimos anos para a discussão da situação da juventude no Brasil foi-se assumindo que, durante a década de 1980, o trabalho para o jovem tem também um sentido diverso do que tem para o adulto: a remuneração de seu trabalho significa independência, liberdade e triunfo na negociação de seu espaço no âmbito familiar (MADEIRA, 1989).

A partir da década de 1990, ocorreu uma desestruturação no mercado de trabalho brasileiro, acarretando numa flexibilização das relações de trabalho e o desemprego em massa, por conta do esgotamento do projeto de industrialização nacional (POCHAMANN, 2007). Sabemos que uma das maiores preocupações dos jovens brasileiros, é a questão do trabalho, pois como na maioria das vezes, eles se encontram em vulnerabilidade social, como também a falta de experiência e pouca qualificação profissional ou as vezes apresentam baixos níveis de escolarização, fazendo com que os jovens se tornem as principais vítimas do desemprego ou das ofertas de empregos precários.

Um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta é a inserção ao mercado de trabalho. Com as intensas transformações produtivas e sociais nas últimas décadas, houve, de certa forma, mudanças nos padrões de transição de uma condição à outra. Com a enorme dificuldade de o jovem alcançar uma ocupação ou até mesmo em conseguir o primeiro emprego, de certa forma, a transição para a vida adulta tem sido retardada.

Podemos considerar como um ponto positivo o adiamento desses jovens ao mercado de trabalho, que possibilitaria a permanência deles na escola, o que lhes daria a condição de elevar seus níveis de escolarização. A priori, eles poderiam obter melhores posições nos postos de trabalho, tanto em termos de remuneração como de possibilidade de realização pessoal. Quando esse caminho é feito de forma inversa, muitos jovens terminam efetivamente abandonando os estudos e com escolaridade ainda muito baixa, o que acaba subtraindo um importante requisito para pleitear melhores empregos.

Quando ocorre de o jovem ter a percepção da necessidade de seguir um itinerário formativo para elevar a sua escolarização, muitas vezes ele faz isso combinando o estudo com a atividade laboral. Esse tipo de combinação tem acarretado particularmente o tempo de

juventude, que acaba retirando do jovem as horas de lazer e conseqüentemente a sua dedicação aos estudos tende a não ser a ideal, como se diria no senso comum a ideia do modelo de jovem universal, aquele que se libera do trabalho para poder se dedicar aos estudos e ao lazer.

A usual identificação do jovem como “estudante”, livre das obrigações do trabalho, tem sua origem nas transformações ocorridas desde o início do século XX no modelo de socialização dominante na Europa ocidental, sobretudo entre as famílias burguesas. Os jovens, que antes eram socializados em meio a outras gerações, passam a ser afastados do sistema produtivo e segregados com o objetivo de aprenderem as regras da vida em sociedade. Vale dizer que exatamente quando deixam de ser treinados para a vida adulta com outras gerações e passam a sê-lo por institutos, escolas e universidades, os jovens começam a se estruturar enquanto categoria social específica e se articular em torno de grupos etários (GALLAND, 1997). A sociedade passou a conceder aos jovens, então, uma espécie de “moratória social”: um crédito de tempo que permite protelar sua entrada na vida adulta e possibilita um maior contato com experiências e experimentações que contribuirão para o seu pleno desenvolvimento, particularmente em termos de formação educacional.

Groppo (2017) destaca a noção sociológica de gerações desenvolvida por Mannheim, de modo semelhante ao que já fizera o estrutural-funcionalismo, esboçando o que seria a “moratória social” – pretensa condição da juventude no mundo moderno: separação relativa dos jovens do mundo adulto e público para o aprendizado de hábitos e valores básicos, que os predispuham a assumir papéis sociais requeridos pela sociedade quando se tornam adultos. Entretanto, Mannheim acrescenta um novo elemento neste esboço de moratória social, noção que ainda não foi nominada explicitamente: seria um tempo permitido para experiências, inovações, contatos com alternativas no que se refere a valores sociais, hábitos e atitudes, que permitiriam ensaios e erros importantes não apenas aos sujeitos jovens, mas para a própria renovação da sociedade, quando isso se demonstrar necessário (GROPPO, 2017).

Podemos destacar, aqui, que outros sociólogos e intelectuais do chamado “Terceiro Mundo”, ou países “em desenvolvimento”, adotaram a concepção do papel transformador da juventude, participaram em meados do século passado de debates e de políticas desenvolvimentistas, que foram marcantes, principalmente, para a sociologia da juventude no Brasil que, nessa época, ainda era muito incipiente. Um dos resultados desses debates gerou um texto escrito por Otávio Ianni, discípulo de Florestan Fernandes. Esse texto se tornou capítulo do livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil: “O jovem radical”* (IANNI, 1968). Ele combina as ideias de Marx relativas à consciência de classe com a noção

de *geração*, de Mannheim, demonstrando que a condição das novas gerações, em relação experimental com a realidade social pode permitir não apenas o estranhamento em relação à esta realidade, mas também o desvendamento dos seus mecanismos mais ou menos ocultos. É o caso do “jovem radical”, que desenvolve uma consciência social peculiar, já que distinta de sua classe social de origem – média ou burguesa – e até contra os interesses desta classe:

A análise do comportamento político dos jovens radicais ilustra perfeitamente este processo complexo e obscuro, que opera acentuadamente em determinadas épocas da vida individual. Há fases da vida social em que a pessoa pode ou não estar em condições de desvendar os mecanismos básicos da ação social. E o modo pelo qual ele os desvenda é essencial à determinação do seu comportamento futuro, configurando-se inconformista ou não. (IANNI, 1968, p. 233).

Outra obra marcante desta incipiente sociologia da juventude brasileira, ainda mais fundamentada em Mannheim, é *A Juventude na Sociedade Moderna*, de Marialice M. Foracchi (1972), também membro do círculo de Florestan. Foracchi (1972) procura demonstrar que a unidade de geração e as condições peculiares da juventude na sociedade moderna poderiam levar os jovens à revolta. Entre as condições peculiares, termos que poderiam ser referenciados como *moratória social*, mas, a autora não faz uso dele: “descomprometimento relativo com as tarefas produtivas”, “abertura aos processos de criação” e “disponibilidade psicológica e social” (FORACCHI, 1972, p. 11). A revolta, num primeiro momento, teria caráter geracional, típica dos “adolescentes” (no início da sua juventude), voltada contra os adultos (pais, professores e outros adultos). Em um segundo momento, a revolta se daria como movimento juvenil, no interior ou a partir da universidade, por meio do movimento estudantil e da contracultura, quando os alvos passam a ser os valores e as estruturas sociais estabelecidas (GROPPO, 2017, 64).

Margulis e Urresti (1996) definem a juventude reconhecendo a centralidade da experiência da moratória social, a qual, em certa época histórica, em certos lugares e em certas classes sociais, puderam oferecer aos seus adolescentes, que viveram então a condição juvenil. Eles, entretanto, acrescentam, na sua concepção de juventude, a “moratória vital”. Afirmam que concepções culturalistas tenderam a um extremo relativismo na definição de juventude, por não considerarem este núcleo vital, “duro”, energético, chamado de moratória vital – advinda de um “capital vital”, de uma disponibilidade de energia, de vitalidade e mesmo de tempo de vida maiores, dos jovens, em relação a adultos e velhos.

Neste sentido, a proposição de Margulis e Urresti (1996) é um interessante meio termo. Se eles afirmam, à semelhança de Mannheim, que a juventude é uma posição ou

situação social – ou seja, uma realidade social efetiva, construída e reconhecida socialmente na modernidade via a moratória social, também dizem que esta posição é vivida desigualmente pelos sujeitos. Àquela moratória vital, que lhe é naturalmente dada, mas que precisa ser cultural e socialmente significada para se efetivar, a sociedade pode (ou não) acrescentar outra reserva, excedente ou crédito, agora de caráter social: a dita moratória social. Trata-se de um “tempo doado” pela sociedade para os jovens experimentarem a condição adulta, dando-lhe certa autonomia para “configurar trajetórias de inscrição social” (PEREGRINO, 2011, p. 281). Mas, este tempo varia de acordo com a condição social do sujeito, oscilando do alongamento indefinido à recusa.

Este “tempo doado” é também uma “postergação sustentada pela sociedade e por suas instituições” das responsabilidades típicas de um adulto. A moratória social, portanto, não é apenas variável, mas também ambígua, afasta os jovens dos “jogos sociais de poder” e adia sua autonomia plena, ficando sob o controle das gerações mais velhas este processo de transição do jovem à posição social de adulto (PEREGRINO, 2011, p. 281).

Trazendo para realidade do jovem brasileiro, sobre a discussão acerca da moratória social, no que diz respeito a vivenciar e experimentar a autonomia e postergar a sua inserção na vida adulta, muitos jovens, diante da sua realidade social e familiar, caracterizam que é o seu próprio trabalho que possibilita arcar com as despesas do consumo familiar e custos da sua educação. Isso se caracteriza principalmente com os jovens das camadas populares, que possuem baixos níveis de renda e capacidade de consumo familiar que resulta da necessidade do seu trabalho como condição de sobrevivência familiar.

Mesmo o trabalho não sendo um indicativo de imposição ditada pela necessidade de subsistência familiar, que por si só se justificaria, os jovens tendem a encarar o trabalho como sendo um meio de ter oportunidade de aprendizado, de ter acesso a vários tipos de consumo e de lazer, como, também, de alcançar a emancipação econômica. Por outro lado, vemos que muitos jovens aceitam propostas de trabalho que não atendem suas necessidades. Ou seja, terminam ingressando no mercado de trabalho em atividades que são inferiores as que são desenvolvidas pelos adultos, onde eles se submetem a subordinação dos mais velhos e, conseqüentemente, são mais explorados.

Esse prolongamento à entrada na vida adulta poderia ser pauta constante nos debates das políticas públicas no Brasil para a geração de emprego e formação continuada. É evidente que há uma enorme necessidade de se preparar os jovens para o mundo do trabalho, não só nas condições de ser um bom colaborador em relação às questões comportamentais, mas sim no fazer do exercício da sua profissão, prevendo que ele tenha boas condições de trabalho,

assegurando os direitos trabalhistas e sociais, desenvolvendo e adquirindo uma consciência crítica dos processos produtivos para evitar uma possível exploração nos postos de trabalho e que, mais à frente, possa atingir a sua realização pessoal.

Atualmente, vemos que a inserção dos jovens no mercado de trabalho tem sido marcada por incertezas, estes aceitam as ofertas de empregos que quase sempre são de curta duração e péssimas remunerações, deixando pouca possibilidade de progressão na carreira profissional. Um dos impactos dessa não progressão é, justamente, a falta de formação educacional ou profissional, pois, com as constantes transformações tecnológicas que se refletem no mercado de trabalho e que têm modificado as especializações cada vez mais em pouco tempo, as profissões têm se tornado obsoletas, impactando a não fixação desses jovens no mercado de trabalho.

Com o intuito de minimizar esses impactos oriundos da inserção precoce dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, é que são instituídas políticas sociais que visam a formação profissional com objetivo de assegurar e garantir ao jovem o direito de experienciar o trabalho e ao mesmo se qualificar. No Brasil, a única condição de ser trabalhador ainda na transição para a adolescência é na condição de jovem aprendiz.

É a partir do Programa de Aprendizagem Profissional vinculado à Lei da Aprendizagem 10.097/2000, que exige a obrigatoriedade da indústria e do comércio em firmar contrato de trabalho com jovens entre 14 a 24 anos de idade incompletos, sobre a égide dessa lei, com o objetivo de reduzir o abuso do trabalho infantil, visto que este constitui forma ilícita de ingresso de jovens menores de 24 e maiores de 14 anos no mercado de trabalho. Em suma, o programa prevê regulamentar e regularizar algumas formas de trabalho juvenil, tudo em consonância com parâmetros estabelecidos por normas vigentes em nossa legislação.

Além disso, mesmo estando na condição de jovem aprendiz, isso não quer dizer que essa inserção no mercado de trabalho de forma precoce não possa gerar impactos na vida deles, até porque muitos não estão preparados para cumprir uma jornada de trabalho e estudo tão exaustiva e com grande responsabilidade de atender as expectativas de seus supervisores no que diz respeito a dar conta das atividades laborais, educacionais e sociais previstas nessa etapa da vida. Como consequência de estarem nessa condição de jovem aprendiz, acabam perdendo vivências do momento de ser jovem e usufruir da sua juventude.

A relação de trabalho do jovem, dentro das premissas da Lei da Aprendizagem, parte de um pressuposto do trabalho enquanto princípio educativo, onde deve ser assegurado ao aprendiz formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, ou seja, atividades práticas e teóricas organizadas em tarefas de

complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente do trabalho. De acordo com a CLT em seu artigo 428, ao empregador cabe assegurar esta formação ao aprendiz, executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Dessa forma, compreendemos que a aprendizagem profissional tem dois objetivos: o primeiro, qualificar o jovem e, o segundo, promover a inserção dele no mercado de trabalho. Supomos que, a partir dessa formação profissional, esse jovem já qualificado possa ser aproveitado pela empresa contratante ou terá mais condições de buscar outras oportunidades para poder se fixar no mercado de trabalho. Como uma situação está imbricada na outra, uma vez que só se adentra no mercado de trabalho, o profissional qualificado e que demonstre possuir competências do fazer profissional, ou seja, no atual mercado competitivo, a empresa só contrata o empregado qualificado.

O jovem egresso que foi delimitado como participante da pesquisa por tratar-se do sujeito que vivenciou toda a experiência do processo de ensino-aprendizagem concomitante às práticas profissionais executadas nas empresas contratantes, por possuírem esses determinantes, pressupõe que eles tenham condições de avaliar as apropriações internalizadas para a sua vida, seu cotidiano e sua realidade, com base na sua experiência como jovem aprendiz do Programa de Aprendizagem do Senac/SE.

De acordo com minha experiência como instrutora do programa durante os anos de 2013 a 2020, sempre observei que a procura dos jovens pelo Programa de Aprendizagem do Senac/SE era composta, na maioria das vezes, por jovens oriundos de bairros periféricos ou de pequenos municípios de Sergipe; muitos são filhos de trabalhadores autônomos ou assalariados, com baixo grau de instrução educacional, onde a maioria são de jovens negros e, com baixa escolaridade. Alguns demonstravam também ter procurado o programa com o intuito de adquirir experiência profissional, qualificar-se e se habilitar para o exercício de uma profissão de acordo com os arcos ocupacionais previstos pela CBO, como também subsidiar a renda familiar e sua autonomia material. Diante desse cenário, os jovens, como sujeitos desta pesquisa, para tentar driblar esses percalços das dificuldades econômicas, sociais, habitacionais, educacionais, culturais e, conseqüentemente, laborais, tenderam a buscar o programa com o intuito de minimizar os impactos oriundos das exclusões sociais.

Como estamos falando de duas relações, “formação profissional e inserção no mercado de trabalho”, percebe-se que o trabalho precoce, muitas das vezes, tem sido um problema social passível de uma solução política. O mundo do trabalho deveria acompanhar os avanços econômicos e tecnológicos no que se refere a uma melhor distribuição de renda na sociedade, permitindo aos nossos jovens à dedicação exclusiva à escolarização e ao

desenvolvimento saudável frente à fase adulta. Mas, a realidade social caracterizada pela desigualdade, indiscutivelmente, nos leva, de uma forma ou de outra, a aceitar, o quanto antes, a inserção dos jovens pobres no mundo do trabalho como uma única escolha frente à marginalidade, criminalidade e a miséria.

A democratização do avanço científico e tecnológico mediante a socialização da produção e da riqueza e, por consequência, a regulação do capital poderiam permitir redução da jornada de trabalho, a erradicação do trabalho precoce de crianças e jovens e a geração de empregos em setores e atividades que talvez saudassem a dívida dos direitos de saúde, educação, transporte, moradia, cultura e lazer com milhões de brasileiros (FRIGOTTO, 2004, p.204).

Existe uma relação muito forte entre o trabalho precoce e a desigualdade social. Frigotto (2004) afirma que os jovens trabalhadores tendem a sofrer um processo de adultização precoce, ao contrário dos jovens de classe média e alta que, em sua maioria, iniciam sua inserção no mundo do trabalho após os 25 anos de idade e em postos de trabalho ou atividades de melhor remuneração. Enquanto que os jovens filhos de trabalhadores assalariados precocemente ingressam no mercado formal ou informal de trabalho precário, em termos de condições e níveis de remuneração.

Sob essa perspectiva, o trabalho em idade precoce reproduz um conjunto de circunstâncias que só vem a tornar cada vez mais difícil a escolarização de crianças e adolescentes, pois, em termos de implicações biopsicossociais, trabalhar e ao mesmo tempo estudar acarreta cansaço e exaustão do corpo, responsabilidades prematuras, baixa autoestima, adultização precoce, contaminação do tempo a ser dedicado ao estudo e ao lazer, e, sobretudo, violação dos direitos fundamentais de cidadania.

Em termos de implicações intelectuais, o processo de escolarização, concomitantemente à condição de trabalho impõe significativas restrições no desenvolvimento cognitivo dos alunos trabalhadores precoces, uma vez que estes assistem às aulas cansados, sonolentos, precisam faltar às aulas, e, às vezes, até interrompem os estudos. Diante disso, perdem oportunidades significativas advindas das vivências escolares, tais como a interação social e o contato com o saber científico produzido através da instrução formal, cuja importância compreende o aprimoramento das capacidades psicológicas superiores (memória, pensamento, linguagem, atenção). Perdem, também, o domínio de aprendizagens específicas advindas da prática educativa, como falar, apresentar ideias, entender, argumentar, organizar planos de ação, as quais ampliam o conhecimento do ponto de vista pessoal, cultural e contextual (OLIVEIRA; REGO, 2005).

Becker (2003) diz que o jovem da contemporaneidade, além de se preocupar com o seu corpo, sua identidade, seus conflitos sexuais e familiares, geralmente demonstram que a escolha da profissão é um assunto prioritário. Muitas das vezes, os jovens são cobrados pela família, pela escola e pela sociedade a ocuparem-se de atividades remuneradas assim que chegam à plena adolescência. São vários os fatores que influenciam na escolha do seu futuro profissional ou da sua ocupação, levando em consideração, algumas das vezes, às tendências e habilidades inatas, educação, saúde, estrutura e tradição familiar, grupo cultural e classe socioeconômica à qual pertence o indivíduo.

Uma das minhas inquietações como participante do programa de aprendizagem na condição de formadora desses jovens para o mercado de trabalho, era, de certa forma, esconder uma realidade para os jovens que adentravam no programa aos 14 anos de idade. Era evidente que muitos que estavam no programa, eram para atender as exigências de suas famílias em trabalhar e estudar ao mesmo tempo, para não se tornarem problemas futuros, em relação à marginalidade e ao crime. A partir do momento em que um jovem perde a oportunidade de experimentar a sua juventude, porque logo cedo já se comprometeu com uma responsabilidade de trabalhar e estudar, ao mesmo tempo poderá gerar nele um salto para a vida adulta de forma precoce, queimando etapas que, conseqüentemente, irão repercutir mais à frente.

Muitos, por assumirem essa posição de um adulto, antecipam eventos que não são do momento da sua faixa etária, pois se tornam responsáveis em subsidiar as condições de consumo e subsistência familiar, comprometem-se com despesas em adquirir bens duráveis (celulares, reforma de casa, transportes, etc.) e não duráveis (roupas, calçados, acessórios, maquiagens etc.), gerando, na maioria, certo endividamento pelo excesso do consumo, causando neles estresse, picos de ansiedades e, pior ainda, deparam-se com a realidade que o programa tem tempo para acabar.

Por conta dessas questões que são tão visíveis no programa, faz-se necessário que haja uma orientação acerca da educação financeira desses jovens, como muitos não têm pais com grau de instrução que lhes possam orientar nesse assunto, é preciso que quem esteja na linha de frente dessa formação faça a ponte desta questão, para que o financeiro não se torne um problema na vida dos jovens, ao final do programa.

A aquisição de bens de consumo supérfluos tem se tornado um processo espontâneo em nossa sociedade. As mercadorias fetichizadas lançadas constantemente pelos meios de comunicação terminam não sendo somente um desejo dos jovens, mas dos adultos também, que acabam influenciando no comportamento desses jovens. Portanto, viver em uma

sociedade do consumo e participar dela faz com que os jovens procurem uma vaga de emprego para atender aos seus anseios.

Levando em consideração que os anseios desses jovens relacionados ao trabalho representam um importante elemento para compreender os valores, a sociedade e a família. Percebe-se que a atividade remunerada na vida desses jovens não representa apenas uma ocupação, reconhecimento profissional ou experiência, representa, sobretudo, uma renda, que por meio do salário se complementa o rendimento familiar do consumo desses jovens. Com isso, os jovens trabalhadores se sentem úteis e importantes em seu meio social. E, a valorização do trabalho é maior quando se trata do mercado de trabalho formal, pois, além do salário, a carteira assinada representa os direitos do trabalhador, fazendo o emprego assumir mais importância na sua vida.

Fica evidente que o Brasil tem muito a avançar, precisando reavaliar não somente as experiências mais recentes de políticas de atenção à juventude, mas também, medidas mais antigas. Caracterizo como uma delas, de acordo com a minha experiência no sistema “S”, que é a sua qualidade na oferta, que se encontra relativamente distante de uma posição mais contemporânea da formação juvenil, mesmo estando constantemente tentando acompanhar as mudanças do mundo do trabalho em consonância com a educação, implantando ou implementando novas metodologias em seus programas de cursos, ainda é perceptível a necessidade de se olhar as fragilidades oriundas de falta de ambientes e de novas tecnologias de aprendizagem, que, de certa forma, impacta no bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Outro ponto relevante, além da falta de fiscalização e acompanhamento dos jovens nas atividades laborais nas empresas contratantes por parte dos órgãos vinculados ao MTE, é que esses órgãos fiscalizadores, especificamente aqui em Sergipe, procedem as fiscalizações antes dos jovens aprendizes serem contratados, com o intuito de autuar ou penalizar as empresas pelo não cumprimento da Lei da Aprendizagem, mas se percebe que não há o interesse quanto à formação profissional e nem tão pouco acompanhar esses jovens em suas atividades profissionais nas empresas, parece que o interesse do Governo Federal é forçar que as empresas contratem esses jovens para minimizar os impactos quanto a falta de emprego no país e que, ao mesmo tempo essas vagas de emprego oriundas das empresas privadas dão de certa forma número aos governos para atingirem metas. Vemos que, a formação profissional desse sujeito é o que menos importa, pois, esse programa é um faz de conta, porque o que se propõe em seus documentos divergem totalmente do que é executado na prática. No entanto,

essa experiência, acaba gerando no jovem uma fragilidade do seu processo de formação profissional, que causará impactos na sua inserção ou fixação no mercado de trabalho.

Vale salientar ainda que o reconhecimento do trabalho como um direito dos jovens deve ser acompanhado da compreensão de não o ver vinculado ao processo de redução dos índices de violência. São necessárias políticas públicas que enfrentem o plano conjuntural, atentando para a diversidade dos grupos de jovens inseridos precocemente no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, essas políticas devem encaminhar mudanças ou reformas estruturais no sentido da superação da desigualdade social (NOVAES, 2004). As políticas públicas devem ser compreendidas como “um conjunto amplo de possibilidades e espaços de geração de trabalho e renda, garantindo aos diferentes segmentos juvenis o acesso a efetivas condições de escolha a partir de suas próprias trajetórias e cenários de vivência” (BRANCO, 2005, p. 143).

Deste modo, pensar as dificuldades enfrentadas pelos jovens na passagem para o campo laboral tem repercussões sobre o acesso ao estatuto de cidadão de pleno direito, o qual é conferido por certa inscrição na sociedade salarial, além do adiamento na entrada da vida adulta e do prolongamento da juventude. A inserção profissional, desta forma, “remete para um campo semântico complexo onde se inter-relacionam as várias dimensões da noção de integração e onde falar de inserção profissional dos jovens é falar, simultaneamente, da sua integração econômica, social, cívica e simbólica” (ALVES, 2008, p. 6).

Em virtude dos fatos mencionados, as discussões teóricas brevemente apresentadas neste capítulo, tiveram a intencionalidade de embasar os debates acerca das discussões sociológicas sobre trabalho, educação e juventude, com o intuito de compreender como essas categorias se relacionam. Dessa forma, o entendimento sobre as juventudes em seu sentido plural, em suas interações com trabalho, educação e as iniciativas públicas no Brasil, nos dão bases para reconhecer as trajetórias no campo do trabalho que os jovens egressos oriundos do Programa de Aprendizagem do Senac/SE tiveram após sua saída do programa. A seguir, serão apresentados os antecedentes históricos dos programas de aprendizagem, destacando o Senac/SE como sendo a instituição formadora dos jovens egressos sujeitos dessa pesquisa, compreendendo e avaliando as contribuições dessa formação profissional para a inserção dos jovens no mercado de trabalho a partir da ótica dos próprios jovens e dos instrutores da aprendizagem do Senac/SE.

CAPÍTULO 2 O SENAC E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo, falaremos sobre a criação do Sistema “S”, especificamente sobre o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em âmbito nacional e no Estado de Sergipe. Destacaremos o momento em que o Brasil demandava a necessidade de formação profissional para jovens de classes menos favorecidas, apresentando os antecedentes históricos dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial, como, também, traremos a partir da fala dos sujeitos pesquisados “instrutores e jovens egressos” do programa, como eles enxergam e avaliam as contribuições da formação profissional no Programa de Aprendizagem do Senac/SE para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho.

2.1 Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) é uma Instituição de direito privado criada pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, subordinada à Confederação Nacional do Comércio (CNC). O Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta em seu Art. 1º que, fica atribuído à CNC o encargo de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial.

Parágrafo único – As escolas de aprendizagem comercial manterão também cursos de continuação ou práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem.

Ainda de acordo com o Decreto-Lei nº 8.621, Art. 3º, o Senac deverá, também, colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediato que, com ele, se relacionar diretamente, para o que promoverá os acordos necessários, especialmente com estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo Governo Federal, exigindo, sempre, em troca do auxílio financeiro que der, melhoria do aparelhamento escolar e determinado número de matrículas gratuitas para comerciários, seus filhos ou estudantes a que provadamente faltarem os recursos necessários⁸.

§1º - As escolas do Senac poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre operadores do Senac e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.

§2º - Nas localidades onde não existir estabelecimento de ensino comercial reconhecido, ou onde a capacidade dos cursos de formação em funcionamento não atender às necessidades do meio, o Senac providenciará a satisfação das exigências regulamentares para que na sua escola de

⁸ Incluído o §1º e remunerado o atual parágrafo único para §2º pelo artigo 77 da Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (CF. p. 39).

aprendizagem funcionem os cursos de formação e aperfeiçoamento necessários, ou promoverá os meios indispensáveis a incentivar a iniciativa particular a criá-los.

§3º - As escolas do Senac poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senac e os gestores locais responsáveis pela prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas (NR).⁹

Em 13 de maio de 1946, através da Portaria nº 1, o presidente da CNC, João Daudt d'Oliveira, aprovou o regulamento do Senac. Foram cinco regulamentos sucessivos: 1946, 1958, 1959, 1961 e 1967, todos aprovados por resolução da CNC. O Senac organizou-se a partir de uma administração nacional e várias administrações regionais. Um conselho nacional, um conselho fiscal e um departamento nacional compuseram a administração nacional, enquanto que, através de conselhos e departamentos regionais, constituiu-se cada administração regional (SENA-DN, 2015).

Integrado pelo presidente da CNC, por representantes do MTE, por representantes dos conselhos regionais e pelo diretor do departamento nacional, o conselho nacional do Senac, até 1971, teve como presidentes: João Daudt d'Oliveira, Basílio Machado Neto, João de Sousa Vasconcelos, Charles Edgar Moritz e Jessé Pinto Freire. O primeiro diretor do departamento nacional foi Lafaiete Belfort Garcia e o segundo, Maurício Magalhães Carvalho. A execução orçamentária do Senac era acompanhada e fiscalizada internamente pelo conselho fiscal e externamente pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O conselho fiscal era integrado por representantes do MTE, do Ministério da Reforma e Administração (MRA), do INSS e das empresas do comércio, sendo três representantes do governo e dois da CNC. O sistema de arrecadação de recursos para o Senac estabeleceu-se a partir do repasse de 1% sobre a folha salarial das empresas comerciais. Do total da arrecadação, 1% para o INSS; 3% para a CNC (a título de taxa de administração); 80% aos Senac regionais, e o restante para o Senac nacional. (SENA-DN, 2015, p.9).

A instituição Senac destinou-se, inicialmente, a preparar o comerciário menor de idade, utilizando o sistema de escolas particulares voltadas para o ensino comercial. Na década de 1960, no entanto, deixou de ser uma organização a qual só tinham acesso as pessoas vinculadas ao comércio, concentrando seus recursos numa rede de escolas próprias e passou a enfatizar a profissionalização a curto e médio prazos, independentemente da idade. (SENA-DN, 2015).

⁹Incluído o §3º pelo artigo 12 da Lei 13.840, de 5 de junho de 2019 (CF. p. 40).

Continuamente, além de investimentos em novas instalações, o Senac se pautou pela atualização de seu modelo pedagógico, de modo a oferecer uma qualificação profissional contemporânea às exigências do mercado. Neste sentido, grande parte da programação de oferta de cursos do Senac estabeleceu-se sobre a modalidade de formação inicial e continuada (FIC), para todos os níveis de escolaridade, seguido da educação profissional técnica de nível médio (ensino médio), e da educação superior.

2.2 Antecedentes históricos dos Programas de Aprendizagem Profissional

As primeiras notícias em relação à formação do aprendiz no Brasil datam do século XIX, quando um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI criou, em 1809, o Colégio de Fábricas, logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras. Posteriormente, a partir da década de 1840, foram construídas dez Casas de Educandos e Artífices, nas Capitais das Províncias, sendo a primeira delas em Belém do Pará, destinadas a atender prioritariamente menores abandonados, objetivando “a diminuição da criminalidade e da vagabundagem”. Posteriormente, o Decreto Imperial de 1854 criava, ainda, estabelecimentos especiais para menores órfãos e abandonados, os chamados “Asilos dos Meninos Desvalidos”, onde eles aprendiam as primeiras letras e eram, em seguida, encaminhados a oficinas públicas e particulares, mediante contratos de aprendizagem fiscalizados pelo Juizado de Órfãos. (SENAI-DN, 2015, p.9).

No início do século XX, novos esforços foram realizados na direção de propiciar programas de aprendizagem para os “órfãos e desvalidos da sorte”, mesclando a preocupação com o atendimento a menores abandonados, com a preparação de operários para o exercício profissional. No entanto, o Governo Federal de Nilo Peçanha, em 1909, instalou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, destinada aos “pobres e humildes”, oferecendo-lhes alternativas reais de profissionalização, “tirando esses menores da rua”, propiciando-lhes a obtenção de ofícios que garantissem seu sustento (SENA-DN, 2015).

As 19 Escolas implantadas pelo presidente Nilo Peçanha se tornaram o embrião da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica, desde a organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial no Governo Vargas até a implantação, no Governo Lula, dos atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Essas Escolas, juntamente com a Rede de Escolas de Aprendizagem dos Ferroviários, acabaram desempenhando importante papel na história da própria educação profissional brasileira,

notadamente na implantação do estatuto da aprendizagem no Brasil. (BRASIL. Decreto-Lei n. 8.621, 1946).

O art. 129 da Constituição Federal de 1988, pilar central de toda a estruturação legal do nosso país, outorgada pelo Governo Vargas em 10 de novembro de 1937, trata as “Escolas Vocacionais e Pré-Vocacionais” como um “dever do Estado” para com “as classes menos favorecidas”. Essa obrigação do Estado, entretanto, deveria ser cumprida com “a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos”, então chamados de “classes produtoras”, as quais foram incumbidas pelo Poder Central de “criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados” (SENA-DN, 2015, p.9).

Essa colaboração das chamadas “classes produtoras” se firmava como uma premente exigência dos processos de industrialização e de urbanização desencadeados no Brasil, os quais demandavam crescentes contingentes de profissionais especializados, especialmente nos setores industriais e de comércio e prestação de serviços. Neste contexto político, econômico e social foram criados, em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) (SENA-DN, 2015).

Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, criados por Decretos-Lei na década de 1940, posteriormente amparados pelo art. 240 da Constituição Federal de 1988 como instituições educacionais privadas, “vinculadas ao Sistema Sindical” e destinadas à Educação Profissional, tiveram atuação reconhecida e valorizada pelo art. 20 da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com nova redação dada pela Lei nº 12.816/2013, que os vinculou legalmente ao Sistema Federal de Ensino, outorgando-lhe autonomia de ação educacional, nos termos da legislação e das normas educacionais específicas (SENA-DN, 2015).

Em suma, foi possível compreender a partir dos antecedentes históricos dos Programas de Aprendizagem Profissional do Senac, em que momento o Brasil demandava a necessidade de formação profissional para jovens de classes menos favorecidas. A seguir, ampliaremos o conhecimento sobre os Programas de Aprendizagem Profissional em âmbito nacional e local, especificamente no Senac/SE e outras instituições, apresentando a instituição formadora e como se dá a organização e oferta desses programas, trazendo na fala dos sujeitos pesquisados “instrutores e egressos” do programa, como eles enxergam e avaliam as contribuições da formação profissional no Programa de Aprendizagem do Senac/SE para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho.

2.3 O Programa de Aprendizagem e a instituição formadora Senac/SE

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em Sergipe (Senac/SE) surge em 13 de agosto de 1947, onde a Delegacia Regional do Senac foi instalada na Associação Comercial de Sergipe, bem como foi empossado o Conselho Consultivo. Como a razão de existir do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial era ministrar de forma gratuita a menores e adultos, empregados do comércio, o ensino em todas as suas modalidades, desde a alfabetização até o aperfeiçoamento, na década de 1960, o Senac, que funcionava junto com o Sesc, denominado Centro Sesc/Senac, com apenas quatro salas de aula e 10 instrutores da aprendizagem, ministrava aulas gratuitas para os filhos dos comerciários, candidatos ao primeiro emprego. Na década de 1970, o Senac passa a funcionar em prédio próprio, inaugurado em 15 de maio de 1974. Em homenagem ao primeiro diretor da instituição, o prédio recebeu a denominação de Centro de Formação Profissional “Prof. Carlos Alberto Sampaio”.

O Senac/SE é uma instituição de educação profissional que atua no mercado sergipano há mais de 70 anos, oferecendo cursos de formação inicial e continuada (FIC), nas seguintes modalidades de ensino: aprendizagem, capacitação, aperfeiçoamento, programas socioambientais, programas socioprofissionais e programas instrumentais, cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos superiores, especificamente, pós-graduação e cursos de extensão promovidos pelo Portal da Rede EAD Senac.

Esse Departamento Regional dispõe de Unidades de Formação Profissional em Aracaju, Itabaiana, Lagarto e Tobias Barreto e tem em seu âmbito institucional a missão de educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo, sua visão é ser a instituição que oferece as melhores soluções em educação profissional e que busca o reconhecimento pelas empresas do estado.

Como a instituição promove atendimento corporativo com ações e projetos voltados à customização da oferta de cursos de educação profissional às empresas do comércio de bens, serviços e turismo, bem como instituições do serviço público em todo o estado de Sergipe, seja em suas Unidades Operativas (Aracaju, Itabaiana, Lagarto e Tobias Barreto) ou através do Senac Móvel, que são as unidades itinerantes que circulam por todo o estado para a ampliação da sua oferta em atendimento as demandas oriundas dos municípios do estado de Sergipe.

O Senac/SE, em toda sua existência, vem trabalhando para proporcionar ao estado de Sergipe oportunidade de acesso à formação profissional e inserção ao mercado de trabalho dos seus cidadãos, com isso, a partir das necessidades existentes dos seus egressos em

conseguir o acesso ao emprego, como, também, prestar apoio às empresas parceiras desta instituição, criou o Banco de Oportunidades (Senac Carreiras), que se caracteriza como sendo um serviço gratuito que proporciona a interação entre egressos, mercado de trabalho e a oportunidade de se tornar um empreendedor de sucesso.

Vale destacar que, diante da criação do Banco de Oportunidades (Senac Carreiras), acreditou-se que os egressos teriam uma atenção especial, pois, a partir da lógica de que a falta de mão de obra no mercado de trabalho é o que condiz a escassez da contratação por parte dos empregadores, tornando-se uma contradição. Embora, anualmente o Senac/SE na modalidade de FIC, especificamente nos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial, forma em média mais de 1.000 jovens por ano, que dispõe de uma certificação reconhecida em âmbito nacional, qualificações em diversas ocupações de trabalho e, que também dispõe da primeira experiência profissional registrada em carteira.

Portanto, os jovens egressos que responderam a essa pesquisa, declararam que desde a sua saída do programa, mesmo cadastrando o currículo na plataforma do Banco de Oportunidades (Senac Carreiras), somente alguns receberam indicação de vagas de emprego a partir dessa ferramenta, outros receberam indicação a partir dos instrutores da aprendizagem e outros através das redes sociais. Portanto, a não manutenção do acompanhamento dos egressos dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE de forma sistemática, pode contribuir para a não garantia da empregabilidade deles, conforme dados apresentados abaixo:

Tabela 1 – Indicação de emprego após a saída do programa pela Instituição formadora, instrutores da aprendizagem e redes sociais

	Sim	12 jovens (24%)
	Não	38 jovens (76%)
A Instituição Senac/SE mantém contato com você após a sua saída do programa?	<ul style="list-style-type: none"> • 05 jovens (41,67%) – encaminhados para vaga de emprego pela instituição; • 05 jovens (41,67%) – encaminhados para vaga de emprego pelos instrutores da aprendizagem; • 02 jovens (16,66%) – pelo Instagram da instituição. 	

Fonte: Informações extraídas dos questionários aplicados com os jovens egressos dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE pela autora

Nessa perspectiva, os Programas de Aprendizagem do Senac/SE são definidos como sendo um programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica¹⁰,

¹⁰ A formação técnico-profissional metódica será realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica (Decreto nº 9.579/2018, art. 48, parágrafo único). A formação técnico-profissional caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas

com especificação do público-alvo, dos conhecimentos, habilidades e atitudes a serem ministrados, com período de duração, carga horária teórica e prática, mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendizado, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria do MTE n.º 615¹¹, de 13 de dezembro de 2007, sendo revogado em 23 de abril de 2012, através da Portaria do MTE n.º 723¹².

O Programa de Aprendizagem faz parte de uma política pública de incentivo ao ingresso de jovens no mercado de trabalho. Para o MTE, o Programa Jovem Aprendiz (PJA) constitui uma das modalidades do Programa Nacional de Incentivo ao Primeiro Emprego (PNPE). A Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000 que trata da aprendizagem, inicialmente, buscava a inserção profissional de jovens com idades entre 14 e 18 anos. Somente em 2005, com a Lei n.º 11.180¹³, é que foi alterada a faixa etária, permitindo que jovens de 14 a 24 anos fizessem parte do Programa.

A lei 10.097/2000 ainda obriga toda empresa/estabelecimento que tenha, no mínimo, sete funcionários empregados a contratar de 5 a 15% de funcionários jovens aprendizes, entre 14 e 24 anos, em um contrato especial com duração mínima de 12 meses até no máximo 02 (dois anos), 24 meses. A contratação de aprendizes é facultativa para empresas/estabelecimentos considerados microempresas (ME). Os jovens beneficiados por essa lei são contratados como aprendizes de ofício, denominação prevista na CBO do MTE. Esse jovem aprendiz, além de cumprir horas de trabalho na empresa, deve, necessariamente, estar cursando um programa de aprendizagem de nível básico ou técnico referente à função que exerce na empresa.

Na questão de estarem desenvolvendo funções e/ou atividades em consonância a sua formação profissional na instituição qualificada Senac/SE, há um ponto a se destacar, pois um dos percalços desse programa é justamente a dificuldade que os jovens aprendizes tem em colocar em prática a teoria apreendida nas unidades operativas desta intuição, ainda que alguns empregadores por não estarem alinhados ou compreenderem o sentido dessa oferta e o que se prevê nos programas, acabam subutilizando essa mão de obra, de custo mais barata e

no ambiente de trabalho (CLT, art. 428, § 4º). A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios (Decreto nº 9.579/2018, art. 49): I - garantia de acesso e frequência obrigatória no ensino fundamental; II - horário especial para o exercício das atividades; e III - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

¹¹§ 1º Compete à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a responsabilidade pela operacionalização do Cadastro e validação dos programas e cursos de aprendizagem, quando se tratar de cursos de formação inicial e continuada.

¹²Cadastro Nacional de Aprendizagem - Portaria MTE nº 723 de 2012. Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº 723, de 23 de abril de 2012) cria o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP), cujo objetivo é cadastrar as entidades qualificadas em formação técnico-profissional.

¹³Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, como parte integrante da política nacional para a juventude, o Projeto Escola de Fábrica, com a finalidade de prover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda que atendam aos requisitos previstos no art.

alienada, sem experiência e sem criticidade, alocando esses jovens em áreas que não se remetem à possibilidade deles progredirem para melhores condições e/ou posições dentro das empresas contratantes e, conseqüentemente, em futuras oportunidades de trabalho.

Diante do exposto, os jovens se distanciam cada vez mais de uma possível projeção em suas carreiras profissionais, tendo que, muitas das vezes, buscar se apropriar de conhecimentos técnico-científicos através de outras oportunidades de formação continuada em instituições não governamentais ou, até mesmo, acabam custeando seus estudos para minimamente poderem concorrer a uma vaga de emprego, uma vez que o Estado deixa de cumprir com seu papel de garantir a empregabilidade dos jovens brasileiros.

Silva & Oliveira (2007) apontam que, especialmente nas duas últimas décadas, o Estado tem transferido a tarefa de educar e criar condições de pleno emprego para organizações não governamentais: “Abandonou-se a meta de se construírem políticas sociais universais, em relação a direitos sociais e não à filantropia” (SILVA & OLIVEIRA, 2007, p. 34).

Os programas de aprendizagem delegados a organizações filantrópicas muitas vezes carecem de estrutura material e humana para atender às demandas dos jovens (CORROCHANO, 2012), além de desobrigar o Estado de cumprir seu papel em prestar serviços sociais aos jovens brasileiros. De forma geral, os Programas de Aprendizagem apresentam estruturas diferenciadas dos demais, porque na maioria das vezes atendem a áreas de atuação profissional diversas. Porém, o que é comum a todos os programas, é que eles estão voltados para a inserção dos jovens ao mundo do trabalho, apoiando-se na Lei n.º 10.097/2000.

A Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000 que aperfeiçoou o contrato de aprendizagem, ao modificar inúmeros artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), absorveu as principais diretrizes da Lei n.º 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em especial aquelas dos artigos 39 e 41: integração da educação profissional ao trabalho, à ciência e à tecnologia; acesso à educação profissional do trabalhador e aluno do ensino regular; avaliação do aproveitamento do curso o que é traduzido pelo art. 430, § 2º, da CLT que prevê a concessão de certificado de qualificação profissional; educação profissional desenvolvida por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou em ambiente de trabalho equivalente a dicção do § 4º do art. 428 da CLT quando fala em atividades “organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho”.

Entende-se por “tarefas de complexidade progressiva” a realização de atividades mais fáceis e simples evoluindo para as mais complexas, de acordo com o cronograma previsto no Programa de Aprendizagem. No Decreto n.º 2208/97¹⁴, que regulamentou a LDB, em seu art. 4º, estabelece que o currículo dos cursos de nível básico, no caso da aprendizagem, não estão sujeitos à regulamentação específica. Portanto, caberá às entidades de educação profissional, atentando-se a critérios razoáveis e ao objetivo maior de qualificação profissional do aprendiz, elaborar o programa de aprendizagem, o método e o currículo, incluindo, também, a divisão equitativa das atividades teóricas e práticas. Sendo assim, por meio de contrato de aprendizagem, abrangeu-se atividades pedagógicas sob a orientação do Senac e vivência na empresa sob a orientação do empregador, conforme os parâmetros legais estabelecidos pelo Decreto n.º 5.598/2005¹⁵, normatizado pela Portaria do MTE n.º 723/2012, alterada pela Portaria MTE n.º 1.005/2013.

Nos termos do § 1º do art. 428 da CLT, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe a comprovação de matrícula e de frequência do aprendiz à escola (caso não tenha concluído o ensino fundamental) e a inscrição em programa de aprendizagem desenvolvida sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. Portanto, a aprendizagem é considerada um contrato de emprego do tipo especial, mesclando profissionalização com prestação de serviço. O aprendiz além de ser considerado um empregado subordinado, tem a obrigação especial de executar com zelo e diligência as tarefas necessárias à formação técnico-profissional metódica a que o empregador se obriga a conceder, por força da lei.

Entende-se por executar com zelo e diligência as tarefas necessárias à formação técnico-profissional metódica a que o empregador os obriga, no caso do jovem aprendiz, como sendo um processo de subordinação e obediência. Para Weber (2009), a dominação¹⁶ é

¹⁴Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

¹⁵Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências (Decreto n.º 5.598 de 01 de dezembro de 2000).

¹⁶Dominação – os três tipos puros de dominação segundo Weber (2014). **Dominação legal** em virtude do seu estatuto. Seu tipo mais puro é a dominação burocrática. Sua ideia básica é: qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma. Associação dominante é eleita ou nomeada, e ela própria e todas as suas partes são empresas. Designa-se como “serviço” uma empresa, ou parte dela, heterônoma ou heterocéfala [isto é, cujos regulamentos e órgãos executivos não são definidos apenas internamente a ela, mas pela sua participação em formas de associação mais ampla, portanto não autônoma nem autocéfala]. O quadro administrativo consiste em *funcionários* nomeados pelo senhor, e os subordinados são *membros* da associação (“cidades”, “camaradas”). **Dominação tradicional** em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes. Seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal. A associação dominante é de caráter comunitário. O tipo daquele que ordena é o “senhor”, e os que obedecem são “súditos”, enquanto o quadro administrativo é formado por “servidores”. Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação desconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas. **Dominação carismática** em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes por graça (*carisma*) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extra cotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam e constituem aqui a força de devoção pessoal. Seus

um fenômeno social inerente a todas as sociedades, que se faz presente em diversas relações sociais, sendo que na sociedade moderna predomina a dominação legal. Outrossim, as relações de poder entendidas como legítimas são estabelecidas em uma esfera da macropolítica, que se definem a partir de instituições fortes, que podemos destacar o Estado como sendo uma delas ou também em relações sociais que se baseiam em construções sociais ditas duradouras e que possuem uma tradição.

Weber (2009) estabelece que o poder é a imposição da vontade de uma pessoa ou instituição sobre os indivíduos. Portanto, quando alguém que detém do poder, tenta, pela força física, estatal, legal e/ou de autoridade, impor a sua vontade sobre indivíduos, consequentemente, essa pessoa está exercendo o poder. Nas palavras de Weber, “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. Desse modo, o poder independe da aceitação das pessoas do exercício da vontade. (WEBER, 2009, p. 33). Portanto, nessa relação em que o poder pertence ao Estado e ao mercado, os aprendizes devem obedecer às regras não apenas impostas pelo programa, mas também as normas impostas pelas empresas para que não sejam desligados e percam a bolsa.

Ainda sobre a contratação de jovens aprendizes, além dessas obrigações citadas, o contrato de aprendizagem deve ser ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, conforme a complexidade da profissão a ser aprendida. Exige-se, ainda, o registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), devendo constar na parte das “Anotações Gerais” que o contrato de trabalho se encontra regido pelo art. 428. O contrato de aprendizagem deve indicar expressamente o ofício que for objeto de formação técnico-profissional, o horário das atividades teóricas e práticas, a jornada de trabalho, a data de início e término e a remuneração mensal.

Dessa forma, com intuito de entendermos como se dá a organização e a oferta dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, mostraremos a seguir a estrutura dos programas, de acordo com as exigências da Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000, da CLT e das Diretrizes Nacionais para a Aprendizagem Profissional Comercial.

tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. O tipo que manda é o *líder*. O tipo que obedece é o “*apóstolo*”. Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; e, portanto, também somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto seu carisma *subsiste*. Por outro lado, quando é “abandonado” pelo seu deus ou quando decaem a sua força heroica ou a fé dos que creem em suas qualidades de líder, então seu domínio se torna caduco. (WEBER, 2014, pp. 58 – 60).

2.4 Organização e oferta dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial

O Senac, desde a sua criação em 1946, assumiu o compromisso de organizar e ofertar Programas de Aprendizagem Profissional Comercial, os quais, atualmente, atendem jovens de 14 a 24 anos. Para tal, é essencial que possuam vínculo contratual especial de trabalho com empresas do comércio de bens, serviços e turismo, e, por elas sejam encaminhados para formação profissional metódica. No conjunto das ações educativas do Senac, os programas destinados a esses jovens configuram o “Programa de Aprendizagem Profissional Comercial”, com especificidades que o caracterizam como tal e passam por constantes ajustes, em função das transformações tecnológicas que afetam o mundo do trabalho e, em decorrência das alterações efetuadas nas leis trabalhistas e educacionais.

Com a necessidade de haver uma padronização na organização e oferta desses programas em todo território nacional, o Senac, juntamente com o Departamento Nacional e os Departamentos Regionais, criaram um documento normativo contendo “Diretrizes Nacionais para a Aprendizagem Profissional Comercial¹⁷”, cujo objetivo é democratizar o acesso desses jovens candidatos a emprego no comércio, à educação profissional de qualidade, fundamental na geração de possibilidades para o ingresso deles no mercado de trabalho.

O Programa de Aprendizagem do Senac/SE contempla um conjunto de qualificações profissionais, busca propiciar aos aprendizes competências voltadas à profissionalização e à cidadania, a partir da compreensão das características do mundo do trabalho e de seus fundamentos técnico-científicos. O programa é aplicado em 16 meses, totalizando uma carga horária de 960 horas de formação, divididas em 480 horas de aula teórica cumpridas nos Centros de Formação Profissional Aracaju SE (CFP-Aju) e, 480 horas de aprendizagem prática na empresa contratante, que acontecem ao longo da semana, de forma simultânea e intercalada, ou seja, semanalmente, o jovem aprendiz estudará 20 horas, sendo 8 horas dedicadas às aulas no CFP-Aju (Senac/SE) e 12 horas dedicadas ao trabalho na empresa. Ao fazerem parte deste programa, os empregadores, além de cumprirem a legislação como contratantes de aprendizes, assumem papel de parceiros da ação educativa, atuando no processo de inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho.

Ao iniciar a formação profissional, o jovem deve ser acolhido pelas instituições parceiras (Senac e empresa), onde no CFP-Aju (Senac/SE) em que haverá o acompanhamento dos analistas pedagógicos e instrutores da aprendizagem e, na empresa, deverá ter um

¹⁷ Senac. DN. Diretrizes Nacionais dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial do Senac. Versão preliminar para apresentação ao Conselho Nacional. Rio de Janeiro, 2015. 38 p.

coordenador/supervisor para acompanhar as atividades práticas buscando oferecer e contribuir para o desenvolvimento integral em consonância com os conhecimentos estabelecidos na formação laboral, seguindo as orientações do art. 23, § 1º, do Decreto Federal n.º 5.598 de 2005. Os instrutores da aprendizagem fazem visitas mensais nas empresas contratantes, a fim de realizarem a avaliação das práticas profissionais desenvolvidas pelos jovens nessas empresas. A avaliação é realizada em conjunto com os coordenadores/superiores que acompanham os jovens em suas práticas laborais. Esses coordenadores/supervisores são escolhidos pelos gestores das empresas de forma autônoma. O objetivo da avaliação mensal é aproximar a instituição formadora com as empresas contratantes, com o intuito de fazer com que os conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos nos ambientes de aprendizagem sejam executadas nos ambientes das empresas, atendendo o que se prevê em seus currículos.

A seguir, serão apresentados os Programas de Aprendizagem ofertados aqui no Estado de Sergipe, com a intenção de conhecermos esse universo da formação profissional, para jovens aprendizes regidos pela CLT, a Lei nº 10.097/2000 e o Decreto 5.598/2005 e, em especial, os Programas de Aprendizagem Profissional Comercial ofertados pelo Senac/SE, que são objeto de análise da formação profissional dos jovens egressos participantes dessa pesquisa. Esses programas foram priorizados em virtude da pesquisadora ter tido a experiência de ser instrutora da aprendizagem desta Instituição entre os anos de 2013 a 2020 e, por ter interesse de reconhecer as contribuições dessa formação profissional para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho e o porquê dessa política pública depois de tanto tempo formando jovens para o mercado de trabalho, mesmo assim eles têm assumido cada vez mais postos de trabalhos precarizados.

Tabela 2 – Programas de Aprendizagem do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em Sergipe

Cursos	Metodologia	Certificação
<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem Industrial em Automação Industrial • Aprendizagem Industrial em Desenvolvimento de Sistemas • Aprendizagem Industrial em Administração • Aprendizagem Industrial em Eletroeletrônica • Aprendizagem Industrial em Edificações • Aprendizagem Industrial em Informática • Aprendizagem Industrial em Eletromecânica • Aprendizagem Industrial em Mecânica • Aprendizagem Industrial em Logística • Aprendizagem Industrial em Petróleo e Gás • Aprendizagem Industrial em Manutenção e Suporte em Informática • Aprendizagem Industrial em Redes de Computadores 	<p>Os Cursos de Aprendizagem Industrial Básica são cursos de formação inicial vinculados a uma legislação específica, destacando-se a Lei 10.097/2000 e o Decreto 5.598/2005.</p> <p>Os alunos podem firmar contratos de aprendizagem com indústrias contribuintes do SENAI. Conforme Decreto 5.598/2005, o contrato de aprendizagem define-se por:</p> <p>"contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, com duração máxima de 2 anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao jovem aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias à essa formação"</p>	<p>Os aprendizes, ao término do Programa de Aprendizagem Industrial do Senai, recebem a certificação, desde que tenham frequentado pelo menos 75% do curso.</p>

Fonte: Informações retiradas do site do Senai SE (2021)

Tabela 3 – Programas Jovem Aprendiz do Centro de Integração Estágio e Emprego (CIEE) em Sergipe

Cursos	Metodologia	Certificação
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar de Alimentação: preparo e serviços • Auxiliar de Produção Industrial • Comércio e Varejo • Logística • Ocupações Administrativas • Práticas Bancárias - Adolescente e Jovem • Indústria da Carne • Arco em práticas agrícolas • Mecanização agrícola • Telesserviços • Operador de Suporte de Hardware, Software e redes 	<p>O Jovem Aprendiz CIEE é um Programa de formação profissional básica pautado na Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem e suas portarias, visando o desenvolvimento efetivo de adolescentes e jovens com base em uma proposta disruptiva, possibilitando total imersão e correlação com os conteúdos do mundo trabalho, prática profissional e sociedade.</p> <p>Os pilares do programa envolvem o trabalho, o sociointeracionismo, metodologia participativa e o modelo andragógico, respeitando sempre o momento da vida dos adolescentes e jovens. A gestão do Programa é compartilhada com a empresa, sendo de responsabilidade do CIEE a formação teórica e a certificação do jovem.</p> <p>Durante todo o programa de aprendizagem Jovem Aprendiz CIEE, os aprendizes são estimulados a obter conhecimentos, desenvolver habilidades e alterar ou acrescentar atitudes que o torne protagonista em sua vida, competências socioemocionais e técnicas são trabalhadas de forma contínua e construtiva.</p>	<p>Os aprendizes, ao término do Programa Aprendiz CIEE, recebem a certificação, desde que tenham frequentado pelo menos 75% do curso.</p>

Fonte: Informações retiradas do site do CIEE SE (2021)

Tabela 4 – Programas de Aprendizagem Profissional Comercial (Senac) em Sergipe

Cursos	Metodologia	Certificação
<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos • Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos em Instituições de Saúde • Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas • Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercados • Aprendizagem Profissional Comercial em Recepção de Serviços de Saúde • Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Atendimento em Postos de Combustíveis 	<p>Programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, com especificação do público-alvo, dos conteúdos programáticos a serem ministrados, período de duração, carga horária teórica e prática, mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendiz, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 615, de 13 de dezembro de 2007, sendo revogada em 23 de abril de 2012, através da portaria MTE nº 723.(Manual da Aprendizagem – www.mte.gov.br)</p>	<p>Os aprendizes, ao término do Programa de Aprendizagem Profissional Comercial do Senac, recebem a certificação, desde que tenham frequentado pelo menos 75% do curso.</p>

Fonte: Informações retiradas do site do Senac/SE (2021)

Os Programas de Aprendizagem do Senac/SE estão respaldados pela Lei n.º 10.097/2000 e, em suas estruturas curriculares, a oferta dos cursos acontecem em dois módulos, sendo eles um módulo teórico e o outro prático, que possuem uma duração de 01 ano e 04 meses, aonde a carga horária total é dividida entre a formação profissional e a prática profissional, que é executada nas empresas contratantes. Na estrutura curricular, são distribuídas as unidades curriculares, que são as próprias competências que serão desenvolvidas no decorrer da formação profissional dos jovens e, nessas unidades curriculares, são definidos os conhecimentos, as habilidades e atitudes, de acordo com os indicadores do conhecimento e suas cargas horárias. O módulo teórico é comum a todos os jovens, nesse módulo, estão os conhecimentos relacionados ao desenvolvimento pessoal, social e profissional do adolescente e do jovem, na qualidade de trabalhador e cidadão; ainda nessa fase, serão trabalhados os conteúdos de formação humana e científica, de acordo com a Portaria do MTE nº 723 de 23 de abril de 2012, item III - conteúdos de formação humana e científica devidamente contextualizados:

- a) comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos e inclusão digital;
- b) raciocínio lógico-matemático, noções de interpretação e análise de dados estatísticos;
- c) diversidade cultural brasileira;
- d) organização, planejamento e controle do processo de trabalho e trabalho em equipe;

- e) noções de direitos trabalhistas e previdenciários, de saúde e segurança no trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- f) direitos humanos, com enfoque no respeito à orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política;
- g) educação fiscal para o exercício da cidadania;
- h) formas alternativas de geração de trabalho e renda com enfoque na juventude;
- i) educação financeira e para o consumo e informações sobre o mercado e o mundo do trabalho;
- j) prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas;
- k) educação para a saúde sexual reprodutiva, com enfoque nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos e relações de gênero;
- l) políticas de segurança pública voltadas para adolescentes e jovens;
- e m) incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, com enfoque na defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania (BRASIL, 2012).

É válido enfatizar que os programas embora sejam voltados para oferecer uma formação técnica, os conteúdos ofertados buscam dar conta de uma formação humanista também, se considerarmos temas como diversidade étnica, cidadania, prevenção ao uso de álcool e drogas, noções de direitos humanos, respeito a diversidade, dentre outros. No entanto, até que ponto são conteúdos de fato valorizados pelo programa e pelas empresas, visto que os jovens são colocados em atividades mecânicas e repetitivas, sem contemplar essa formação humanista. No que diz respeito, ao módulo prático estará voltado para a área em que o jovem aprendiz irá atuar nas empresas contratantes, nesse módulo, serão trabalhados os conhecimentos relacionados ao seu fazer profissional, que devem estar em consonância com a função e as atividades que são registradas em seu contrato de trabalho, para que não haja desconexão da teoria com a prática. Mas, infelizmente nessa parte específica, só existe a garantia da teoria, que é repassada pela instituição formadora, essa afirmativa vem diante da minha experiência como instrutora da aprendizagem na Instituição Senac/SE durante os anos de 2013 a 2020, em que toda a equipe de trabalho, instrutores e coordenadores pedagógicos, seguem à risca o que está previsto nos programas, mesmo com algumas dificuldades relacionadas às questões de infraestrutura, material didático e recursos audiovisuais. Ainda, existe uma força tarefa dos envolvidos com o programa, para garantir a formação dos jovens aprendizes, o que foge da nossa capacidade é a garantia da prática profissional nas empresas, porque, mesmo com os acompanhamentos pedagógicos, não temos como interferir na gestão das empresas, ocorrendo sempre desvios de funções e das atividades que estão previstas nos programas. Esse não cumprimento por parte das empresas causa fraturas e frustrações na formação profissional desses jovens. A seguir, serão apresentados os Programas de

Aprendizagem do Senac/SE das áreas de Serviços Administrativos, Serviços de Vendas e Serviços de Supermercados.

O Programa de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos é constituído pelas qualificações profissionais: *receptionista*, *assistente administrativo* e *assistente de pessoal*, todas essas qualificações são componentes da formação em Serviços Administrativos. Esta composição foi proposta pelo Senac e aprovada pelo MTE, com posterior publicação no Catálogo Nacional de Aprendizagem Profissional (CONAP). As qualificações citadas se relacionam e permitem uma formação mais abrangente, além de ampliar a possibilidade de inserção do jovem no mercado do trabalho. A vivência prática em mais de uma qualificação dentro da mesma organização permite ao jovem desenvolver atividades com características complementares, além de se relacionar com diferentes equipes e trocar experiências com outros jovens durante o programa.

Nesse contexto, as qualificações que integram os programas visam atender de forma abrangente o universo corporativo, entendendo que as atividades desempenhadas em cada qualificação profissional perpassam os diferentes setores de uma organização em níveis de complexidade crescente, englobando a excelência no atendimento, a participação nos processos administrativos e nos processos de rotinas de pessoal.

Quadro 1: Estrutura Curricular do Programa em Serviços Administrativos

	Unidades Curriculares		Carga horária
	UC 11 - Prática Profissional da Aprendizagem em Serviços Administrativos (480h)	UC 3 – Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços Administrativos 1 (16 horas)	UC1: Recepcionar e atender pessoas.
UC2: Organizar e operacionalizar procedimentos de recepção.			84 horas
UC 6 – Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços Administrativos 2 (16 horas)		UC4: Organizar e executar atividades de apoio aos processos da organização.	84 horas
		UC5: Elaborar, organizar e controlar documentos da organização.	60 horas
UC 10 – Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços Administrativos 3 (16 horas)		UC7: Apoiar e executar ações referentes às rotinas de admissão e demissão de colaboradores.	36 horas
		UC8: Acompanhar e controlar a entrega de benefícios legais e espontâneos concedidos pela organização.	36 horas
		UC9: Auxiliar na elaboração da folha de pagamento.	72 horas
Carga horária teórica + projetos integradores (1, 2 e 3)		480 horas	
Carga Horária Total (incluindo a carga horária teórica + carga horária da Prática profissional)		960 horas	

Fonte: PCN-Aprendizagem-prof-comercial-em-serviços-administrativos-Senac/SE (2015)

Integram o Programa de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas as qualificações profissionais “repositor de mercadorias”, “estoquista” e “vendedor”. As qualificações que agregam o programa visam atender de forma abrangente o segmento de vendas, englobando desde o abastecimento do ponto de venda, o controle e a organização do estoque até o planejamento e realização da venda e pós-venda.

Quadro 2 Estrutura Curricular do Programa em Serviços de Vendas

	Unidades Curriculares		Carga horária	
	UC 11 - Prática Profissional da Aprendizagem em Serviços de Vendas (480h)	UC 3 – PI Aprendizagem em Serviços de Vendas 1 (16 horas)	UC1: Orientar clientes em relação às mercadorias, produtos e serviços.	60 horas
UC2: Abastecer o ponto de vendas com mercadorias e produtos.			84 horas	
UC 6 – PI Aprendizagem em Serviços de Vendas 2 (16 horas)		UC4: Realizar procedimentos de conferência de equipamentos, materiais e produtos no processo logístico.	84 horas	
		UC5: Organizar estoques de equipamentos, materiais e produtos	60 horas	
UC 10 – PI Aprendizagem em Serviços de Vendas 3 (16 horas)		UC7: Planejar e organizar ações de venda	48 horas	
		UC8: Realizar a venda	60 horas	
		UC9: Realizar ações de pós-venda	36 horas	
Carga horária teórica + projetos integradores (1, 2 e 3)			480 horas	
Carga Horária Total (incluindo a carga horária teórica + carga horária da Prática profissional)			960 horas	

Fonte: PCN-Aprendizagem-prof-comercial-em-serviços-de-vendas. Senac/SE (2015).

O Programa de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercados, estão contempladas as qualificações profissionais de “empacotador/embalador”, “estoquista/almoxarife” e “operador de supermercados/repositor de mercadorias”. Posto que, as qualificações contempladas, consideram a complexidade do universo supermercadista, conglomerando desde o empacotamento de mercadorias e produtos, o controle e a organização do estoque até o abastecimento do ponto de venda (PDV).

Quadro 3: Estrutura Curricular do Programa em Serviços de Supermercados

	Unidades Curriculares		Carga horária
	UC 10 - Prática Profissional da Aprendizagem em Serviços de Supermercados	UC 3 – PI Aprendizagem em Serviços de Supermercados 1 (16 horas)	UC 1: Realizar atividades de apoio aos processos de frente de caixa em supermercados
UC 2: Embalar e Empacotar mercadorias e produtos			84 horas
UC 6 – PI Aprendizagem em Serviços de Supermercados 2 (16 horas)		UC4: Realizar procedimentos de conferência de equipamentos, materiais e produtos no processo logístico.	84 horas
		UC5: Organizar estoques de equipamentos, materiais e produtos	60 horas

(480h)	UC 9 – PI Aprendizagem em Serviços de Supermercados 3 (16 horas)	UC 7: Orientar clientes em relação às mercadorias, produtos e serviços.	60 horas
		UC 8: Abastecer o ponto de vendas com mercadorias e produtos.	84 horas
	Carga horária teórica + projetos integradores (1, 2 e 3)		480 horas
	Carga Horária Total (incluindo a carga horária teórica + carga horária da Prática profissional)		960 horas

Fonte: PCN-Aprendizagem-prof-comercial-em-serviços-de-supermercados. Senac/SE (2015)

Os programas apresentados anteriormente preveem em seus desenhos curriculares competências do exercício da profissão, tendo como referencial a metodologia de formação por competência, que flexibiliza o processo de ensino-aprendizagem dos jovens, utilizando procedimentos metodológicos como simulações de situações de aprendizagens que buscam através de estratégias a solução dos problemas possíveis de ocorrerem nos ambientes de trabalho.

Embora a formação profissional desses jovens esteja pautada na possibilidade deles adquirirem através desta os conhecimentos técnico-científicos e, que desenvolvam habilidades e atitudes, para que, na prática profissional vivenciada nas empresas, eles tenham a condição de atuarem de forma proativa, colaborativa e empreendedora, na verdade, a maioria dos empresários desconhecem os objetivos do programa e buscam contratar jovens que sejam resignados, submetendo-se às relações de exploração do trabalho que vivenciaram enquanto jovens aprendizes dos Programas de Aprendizagem dos Senac/SE e que vivenciam até hoje nos empregos que estão atualmente.

Quando perguntado aos jovens egressos nas entrevistas se eles se sentiam explorados durante a experiência como jovens aprendizes nas empresas contratantes ou, se hoje eles conseguem enxergar essa relação de exploração e alienação do trabalho, tivemos os seguintes resultados:

É difícil quando você é muito jovem ter a consciência desse processo de exploração, mas que por um momento demanda aceitar algumas propostas baseadas na sua condição de subsistência, a gente também entende que esse momento é o mais importante da nossa vida, porque a gente precisa ter esse olhar de projeção, de trabalhar e não abandonar os estudos, de querer se formar e se especializar e de repente se tornar um empreendedor né, por isso busco as possibilidades de novas oportunidades de trabalho, mesmo sabendo que não sou remunerado como deveria ser, porque hoje ganho menos de um salário mínimo e trabalho de carteira assinada, mas a empresa não cumpre a legislação trabalhista, e isso é uma exploração, hoje eu vejo isso, mas eu preciso sobreviver e continuo buscando outras oportunidades de emprego para melhorar a minha condição de vida e crescer como um adulto (Jovem Egresso F. Barbosa).

Até que não, mesmo que o jovem aprendiz seja uma mão de obra barata, ainda assim ele só trabalha por 4 horas, o que ajuda bastante. Então a empresa que eu fui jovem aprendiz deixava bem claro que eu era um aprendiz e aí os colaboradores não me exploravam, só mandavam eu fazer atividades simples e rotineiras. Hoje ainda estou nessa empresa que fui efetivado, mas como funcionário efetivo estou na área de TI (redes) e hoje é bem diferente, porque agora eu tenho uma função definida e posso me manter com meu próprio salário (Jovem Egresso P. Oliveira).

Não, de jeito nenhum. Quando fui jovem aprendiz nessa mesma empresa que estou até hoje, sempre desenvolvi atividades de secretária que parece com as funções de uma recepcionista, mas é diferente. E nunca me senti explorada, sempre encarei esse trabalho como minha chance de crescer e aqui estou, sou secretária de médicos e quando me formar em enfermagem pode ser que eu consiga mudar de função, aí sim eu terei uma profissão que é reconhecida (Jovem Egresso R. Pereira).

Sim, algumas vezes os chefes queriam que eu fizesse atividades que não eram as que eu aprendia no programa e, como era passado pra gente quais eram as atividades que a gente podia ou não podia fazer, quais eram as nossas obrigações, então a gente sempre esteve por dentro de tudo, aí eu seguia o que estava ao meu alcance e o que estava previsto nas normas do programa (Jovem J. Maciel).

Não senti não, em relação ao supermercado que acaba puxando muito da gente assim, na questão do emocional, a gente acaba ficando meio fora de controle e às vezes porque é uma carga maior entendeu! é muito puxado quando eu trabalhei. No administrativo foi bem assim relex, aí quando eu fui já para essa área de frente de loja, eu levei um susto, porque uma coisa é uma correria do dia a dia, você faz muita coisa assim de uma vez só e acaba sendo muito puxado. Mas eu acredito que não foi uma coisa assim também para dizer que fui explorada, porque só sabe quem experimentar da experiência né e, é maravilhoso assim, só sabe quem passa, claro que tem seus momentos bons e tem seus momentos ruins, mas é maravilhoso, eu acho que é isso que faz com que a gente cresça né! (Jovem M. Conceição).

Nas falas, observamos que alguns jovens sabem que são explorados, mas em virtude da necessidade de ter alguma renda, se submetem as condições de exploração. Notamos o processo de alienação, porque o trabalho para esses jovens é apenas uma condição para que eles sobrevivam ou aprendam algum ofício para ganhar um salário para sobreviver, não é um momento de realização pessoal. Trata-se de uma relação de subsistência com o trabalho, porque as relações com o trabalho se ancoram sobretudo nesta prerrogativa de ‘sobreviver’ e nas circunstâncias para que esta se conserve.

Afora isto, fica claro que a intenção desse programa não está só pautada na formação do sujeito a partir do processo emancipatório e de autonomia. Face ao cenário empresarial essa mão de obra, torna-se peça de manipulação e alienação perante a intencionalidade que os

empresários tem, principalmente no que tange a finalidade de modificar a forma como os jovens se comportam no ambiente laboral, pois suas atitudes enquanto jovem não é aceita ou benquista dentro do universo corporativo, causando muitas das vezes uma certa fratura, que gera um salto precoce para a fase adulta, que é de se comportar como os adultos se comportam.

Efetivamente, diante desse universo empresarial, quando ainda professora mediadora da aprendizagem da Instituição Senac SE, acompanhando os jovens aprendizes na formação profissional e nas empresas, ficava visível que umas das intenções por parte dos empresários de se ter esse tipo de mão de obra, era para moldar o jovem em um modelo de subordinação e alienação, de ter mão de obra barata, como também atender a obrigatoriedade da Lei da Aprendizagem 10.097/2000, que determina a contratação desses jovens e o não cumprimento da lei, elas poderão receber sanções e penalidades através dos órgãos fiscalizadores do MTE.

Destacamos, também, que dificilmente a empresa fazia um rodízio dos jovens nas áreas ou setores para que eles pudessem obter maiores experiências e possibilidades de aprendizagem, ficando aparente a contradição do que especifica os documentos norteadores dos programas de aprendizagem, que teoricamente explanam que um dos objetivos do programa é proporcionar aos jovens aprendizes possibilidades de elevação de níveis de complexidade nas atividades desenvolvidas no mundo corporativo, para que eles possam garantir a sua autonomia e, conseqüentemente, a empregabilidade.

Para entender melhor esse processo de autonomia do sujeito diante do processo de *alienação* é que, a partir do entendimento do materialismo-histórico, Marx (1983) identifica alienação como um processo destruidor da autonomia humana, pois, o trabalhador não tem a posse e nem faz uso do objeto trabalhado, ou seja, a força de trabalho lhe é roubada, alienada, e ele se perde nas relações de trabalho, tornando-se inferior aos objetos (mercadorias) que produz, no caso, aqui, o conhecimento, porque o conteúdo que é ministrado não é garantia que será operacionalizado. Portanto, o conhecimento que se adquire na formação profissional, termina sendo colocado para escanteio, por isso, o trabalho termina sendo alienado, porque as partes não se comunicam e o trabalhador (os jovens) não tem a visão do todo e, esse conhecimento acaba ficando em desuso, porque os jovens não o aplicam nas suas práticas profissionais.

Pensando no desenvolvimento do ser social, Mészáros (2008) acredita que a educação deve ser sempre continuada e permanente. Acredita, também, que a “educação dos educadores” e dos alunos permite a construção de uma sociedade capaz de oferecer aos seus membros o tempo de lazer, por exemplo, e que este não se constitua como uma perda para o

capitalismo, pois, o que temos é que as classes dominantes impõem uma educação alienante para o trabalho com o objetivo de manter o homem dominado, não uma educação para a vida. Por sua vez, a educação libertadora poderia transformar o trabalhador em um agente político, que fosse capaz de pensar, agir e, por isso, usaria as palavras como armas para transformar o mundo.

Mas, para que esta transformação seja capaz de mudar a nossa realidade, superando a alienação, é necessária a reestruturação do sistema educacional formal, incluindo a modificação do meio social; portanto, ela deve ser ampla e radical, conforme opina Mészáros (2008, p. 27), em sua afirmação, de que:

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar, de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.

Como podemos ver, a educação proposta pelo programa flerta com os interesses do capital, desde a sua constituição, passando pela sua consolidação até a sua prática. Para compreender todo esse processo de formação profissional dos jovens egressos nos Programas de Aprendizagem do Senac SE, no Centro de Formação Profissional de Aracaju (CFP-AJU), realizamos uma de dados históricos da Secretaria Escolar desta Instituição, focando o campo de oferta dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial apresentados anteriormente.

Com os dados adquiridos, foi possível constatar o número de alunos matriculados, o número de turmas por programas e o número de matrículas por sexo, no período de 2015 até 2018, de posse desses dados, obtivemos o número absoluto de alunos matriculados anualmente como Jovens Aprendizes na unidade formadora, conforme consolidação nas tabelas abaixo:

Tabela 5: Número de matrículas de 2015 a 2018: Programas de Aprendizagem do CFP-Aju do Senac/SE

Programas	2015	2016	2017	2018
Serviços Administrativos	780	960	860	720
Serviços de Vendas	240	220	140	140
Serviços de Supermercados	100	140	120	25
Total de matrículas por programas	1.120	1320	1.120	885

Fonte: Secretaria Escolar – CFP-Aju. Senac/SE (2020)

Tabela 6: Número de turmas por programas de 2015 a 2018: Programas de Aprendizagem do CFP-Aju do Senac/SE

Programas	2015	2016	2017	2018
Serviços Administrativos	39	48	43	36
Serviços de Vendas	12	11	7	7
Serviços de Supermercados	5	7	6	1
Total de turmas por programas	56	66	56	44

Fonte: Secretaria Escolar – CFP-Aju. Senac/SE (2020)

Tabela 7: Número de matrículas por sexo de 2015 a 2018: Programas de Aprendizagem do CFP-Aju do Senac/SE

Programas	2015		2016		2017		2018	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Serviços Administrativos	346	434	484	476	419	441	327	393
Serviços de Vendas	115	125	89	131	67	73	73	67
Serviços de Supermercados	52	48	52	88	42	78	10	15
Total de matrículas por sexo	513	607	625	695	528	592	410	475

Fonte: Secretaria Escolar – CFP-Aju. Senac/SE (2020)

A partir dos dados fornecidos pela Secretaria Escolar do CFP-Aju no Senac/SE, iniciamos as análises dos dados históricos de matrículas nos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial, no período de 2015 a 2018. O Senac/SE atendeu um total de matrículas por programas de 4.445 jovens, dessas tivemos 3.320 matrículas do Programa em Serviços Administrativos, 740 matrículas do Programa de Serviços de Vendas e 385 matrículas do Programa de Serviços de Supermercados, percebe-se uma oscilação no total de alunos por programas, em destaque o Programa de Serviços Administrativos e o de Serviços de Supermercados, que teve somente a demanda de uma turma fechada para o GBarbosa¹⁸, tendo uma queda visível no seu número de matrículas e, conseqüentemente, na oferta de turmas em virtude do reflexo da crise econômica e política vivenciada no país em 2018, que influenciou no aumento do desemprego e, também, teve diminuído o percentual de cotas de aprendizes a serem contratados pelas empresas parceiras.

¹⁸ GBarbosa é uma rede de supermercado que foi fundado em julho de 1955 em Sergipe pelos irmãos Gentil e Noel Barbosa. A princípio, tratava-se de uma mercearia que vendia secos e molhados, no centro da capital. Sob o comando da dupla, já na Avenida Otoniel Dórea, área do mercado central aracajuano, o GBarbosa começou a ganhar projeção (site <https://www.gbarbosa.com.br/historico/>).

É preciso destacar que a procura pelo Programa de Serviços Administrativos pelas empresas contratantes, dá-se a partir da possibilidade das empresas alocarem em áreas administrativas jovens preferencialmente menores de 18 anos, visto que o programa atende jovens de 14 aos 24 anos, mas, como foi dito no capítulo anterior, a Lei da Aprendizagem não obriga, mas faz referência às empresas contratantes, que priorizem a contratação de jovens entre 14 e 18 anos de idade, por estarem em consonância com as políticas públicas para juventude(s), na perspectiva de contribuir com a erradicação do trabalho ilegal/informal, como também atender ao ECA, que define que os jovens abaixo dos 18 anos não podem estar em áreas e atividades insalubres e/ou perigosas. Portanto, o empregador se compromete em assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de Aprendizagem Profissional, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, de acordo o ECA. A maior demanda por essa área por parte dos jovens, pode ser decorrente da busca deles por melhores postos e condições de trabalhos, já que nos demais, o serviço tende a ser mais pesado.

Destacamos, também, que a maior procura de jovens do sexo feminino pelos programas teve um quantitativo de 2.369 matrículas e, do sexo masculino, um total de 2.076 matrículas. Portanto, isso se dá pela busca do universo feminino em conquistar especialmente a independência financeira, como, também a busca pela qualificação profissional, não que os jovens do sexo masculino não procurem os programas de formação profissional. Como os Programas de Aprendizagem do Senac/SE são voltados para os serviços/comércio, com áreas de formação por muito tempo entendidas como do universo feminino, provavelmente esse seja um dado discrepante entre a procura por essa formação entre homens e mulheres. No entanto, no Serviço de Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), enquanto coordenadora pedagógica que fui nesse programa no período de 2004 a 2012, foi possível perceber uma maior busca pelas formações ali oferecidas por jovens do sexo masculino, onde o universo da indústria foi, durante muito tempo, e ainda é caracterizado como um espaço de ocupação dos homens.

Após esse levantamento documental na Secretaria Escolar do CFP-Aju do Senac/SE, iniciamos a aplicação dos questionários com jovens egressos dos programas, entre os anos de 2015 a 2018. Nesse levantamento, tivemos um quantitativo de 222 turmas ofertadas nesse período, dessas, selecionamos 10 turmas, sendo 04 de Serviços Administrativos, 03 de Serviços de Vendas e 03 de Serviços de Supermercados, perfazendo um total de 250 jovens egressos. Essa amostra de 250 jovens egressos foi retirada desses três programas em virtude de ter um quantitativo maior de ofertas de turmas na Instituição Senac/SE por solicitação das

empresas contratantes. Mapeamos esses jovens egressos participantes desta pesquisa a partir da oferta desses programas, como, também, fizemos uma seleção dos jovens por sexo¹⁹ (masculino e feminino) e idade entre 18 e 24 anos.

Para iniciarmos a pesquisa, os jovens egressos receberam, através de e-mails fornecidos pela Secretaria Escolar do CFP-Aju do Senac/SE um questionário (Apêndice A) do Google Forms contendo cerca de 25 perguntas referente à formação profissional nos Programas de Aprendizagem, como também em relação à atual situação socioeconômica de trabalho educacional deles. Dos 250 jovens egressos selecionados para responderem aos questionários, obtivemos 50 questionários respondidos, desses, foram selecionados apenas 10 jovens para serem entrevistados com perspectiva de ampliar as informações obtidas nos questionários, sendo 04 jovens egressos do Programa de Serviços Administrativos, 03 de Serviços de Vendas e 03 de Serviços de Supermercados.

Além dos jovens egressos, participaram também, desta pesquisa, 05 instrutores da aprendizagem. Esses instrutores foram selecionados a partir da sua participação nos programas que estão sendo analisados nesse estudo, em virtude deles terem participado de toda a implantação do Modelo Pedagógico Senac nos Programas de Aprendizagem. Por eles terem feito parte da formação profissional dos jovens egressos participantes dessa pesquisa, esse grupo de instrutores tornou-se de suma importância para fazer uma avaliação quanto à formação profissional desses jovens egressos ofertada pelo Senac/SE para inserção deles no mercado de trabalho.

Tanto os jovens egressos como os instrutores da aprendizagem participaram da pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas, de forma remota pelo Google Meet. As perguntas foram divididas para os jovens em dois blocos: 1º bloco, sobre a formação profissional e o 2º bloco, sobre as trajetórias de trabalho após a sua saída dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE e, para os instrutores, a entrevista também foi dividida em dois blocos: 1º bloco, sobre a formação desses jovens egressos e, no 2º bloco, o olhar deles sobre a inserção desses jovens no mercado de trabalho. O 2º bloco das entrevistas será apresentado no Capítulo III desta pesquisa.

2.4.1 O perfil dos jovens egressos do Programa de Aprendizagem do Senac/SE

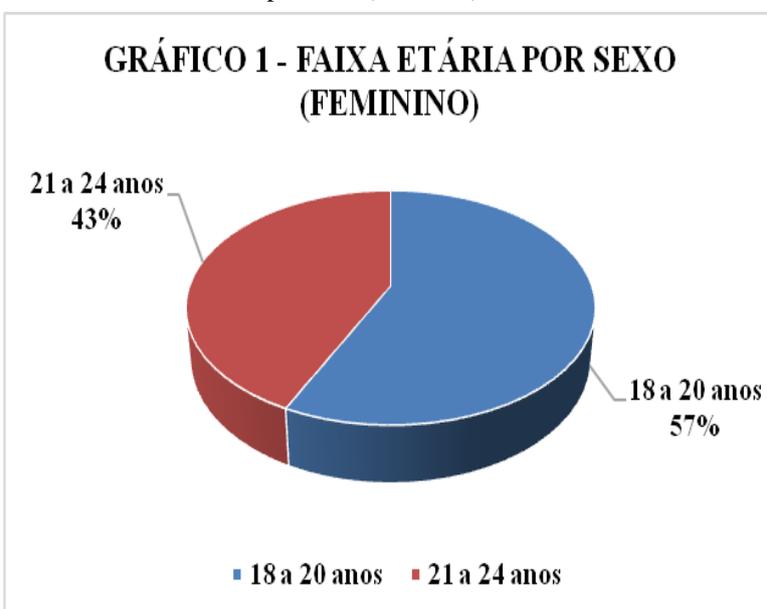
Para caracterizar o perfil dos jovens egressos dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, consideramos as informações coletadas nos questionários e nas entrevistas

¹⁹Durante a aplicação dos questionários e entrevistas não foram constatados homens e mulheres transexuais.

semiestruturadas. Com isso, definimos o perfil social desses jovens e, para a realização das análises, consideramos a faixa etária, a situação atual de trabalho e educacional, para mensurar a sua evolução socioeconômica após a saída do programa.

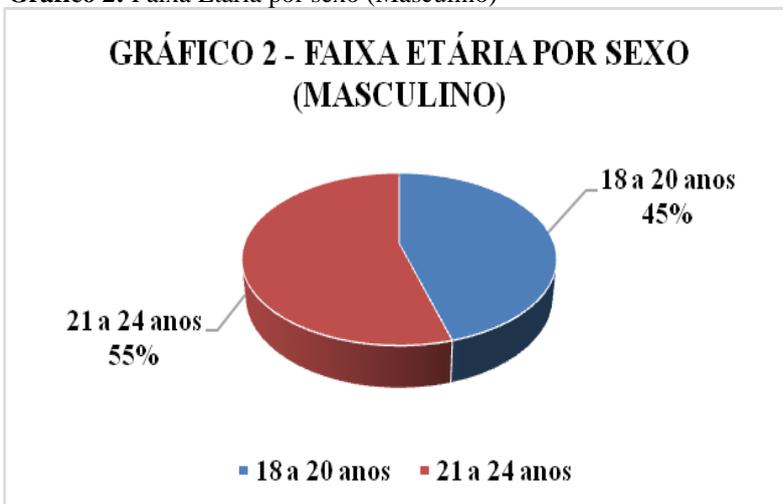
Os jovens egressos participantes dessa pesquisa estavam na faixa etária entre 18 e 24 anos, idade em que são considerados como jovens a partir da compreensão das políticas públicas de apoio à juventude(s). Tal público tem o objetivo de ingressar no mercado de trabalho, de modo que buscamos identificar quais são os interesses deles de participarem desses programas. A seguir, apresentaremos a consolidação dos dados referente à faixa etária, gênero, localização/moradia, renda familiar, renda do jovem, raça, escolaridade e situação atual de trabalho dos jovens egressos para procedermos as análises:

Gráfico 1: Faixa Etária por sexo (feminino)



Fonte: A autora (2021)

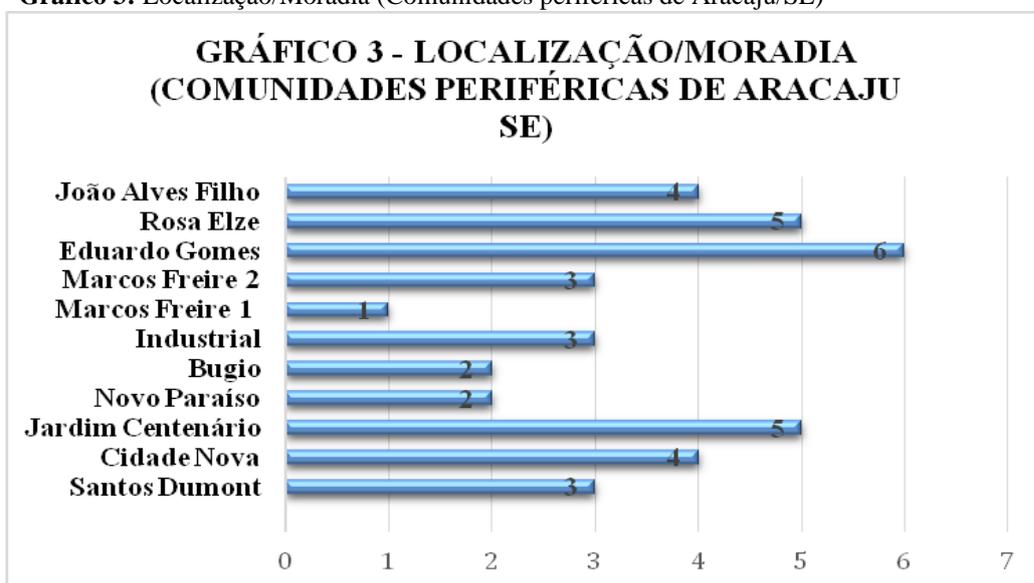
Gráfico 2: Faixa Etária por sexo (Masculino)



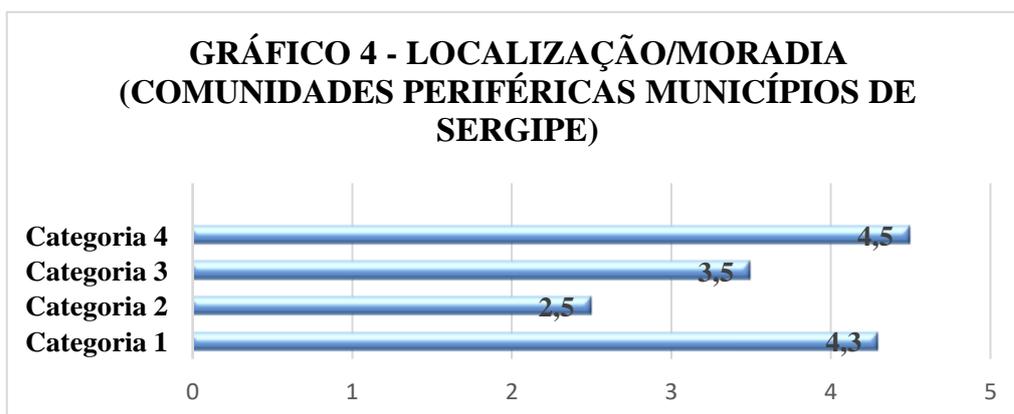
Fonte: A autora (2021)

Dos 250 questionários aplicados, obtivemos 50 questionários respondidos pelos jovens egressos dos programas, desses, tivemos um percentual de 57% (12 jovens) com idade entre 18 a 20 anos e 43% (16 jovens) com idade entre 21 a 24 anos de idade, do sexo feminino. Quanto aos do sexo masculino obtivemos os seguintes resultados: 45% (10 jovens) com idade entre 18 a 20 anos e 55% (12 jovens) com idade entre 21 a 24 anos de idade. Podemos destacar, a partir dessa consolidação dos dados quanto à questão do sexo, que o predomínio do sexo feminino é bem maior que o masculino, como já mencionado acima. Nesse sentido, a procura por esses programas pelo público do sexo feminino é de maior abrangência, por conta das áreas de atuação que elas compreendem ser atividades para mulheres. Isso ainda se caracteriza por uma questão cultural, em que muitos jovens têm, em mente, que existem profissão de homem e profissão de mulher. Afora isso, sabemos que as jovens mulheres, normalmente, enfrentam mais dificuldades para serem inseridas no mercado de trabalho em virtude de alguns fatores como filhos, escolaridade e experiência, então, elas veem esse programa como uma possibilidade a mais de superarem essas barreiras e serem incluídas no mercado de trabalho.

Gráfico 3: Localização/Moradia (Comunidades periféricas de Aracaju/SE)

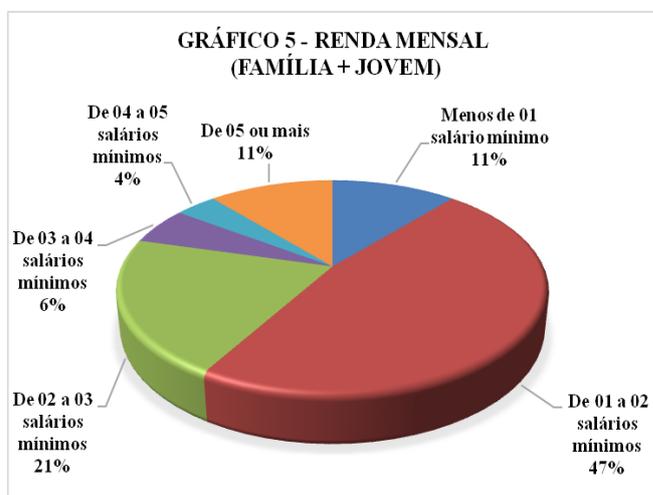


Fonte: A autora (2021)

Gráfico 4: Localização/moradia (comunidades periféricas dos municípios de Sergipe)

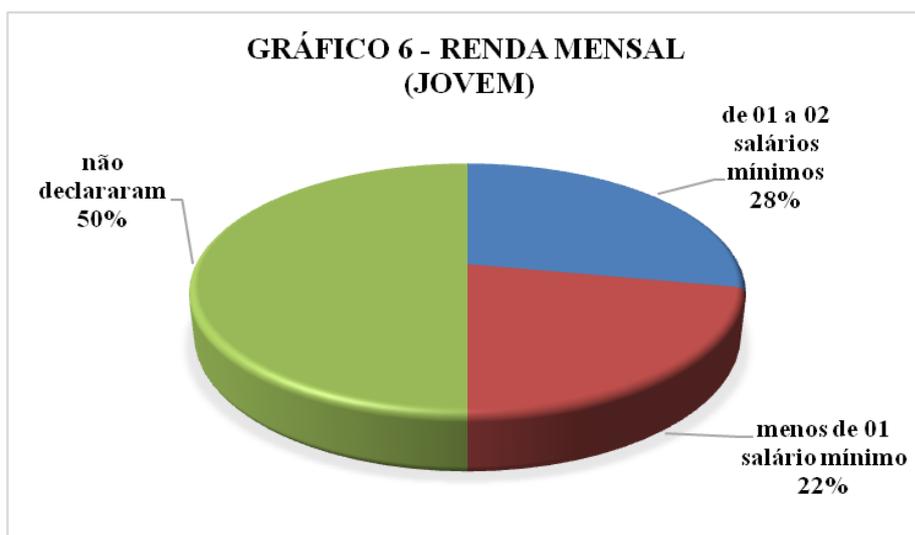
Fonte: A autora (2021)

Em relação à localização/moradia, fica confirmado que os jovens que participaram da formação profissional nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE são caracterizados como jovens oriundos de comunidades periféricas. Dos 50 jovens egressos participantes, obtivemos que 38 deles moram em bairros periféricos, como: Santos Dumont, Cidade Nova, Jardim Centenário, Novo Paraíso, Bugio, Bairro Industrial, Marcos Freire 1, Marcos Freire 2, Eduardo Gomes, Rosa Elze e João Alves Filho, que estão localizados na cidade de Aracaju, SE. E, 12 jovens egressos são oriundos dos municípios de Sergipe, como: Lagarto, Propriá, Poço Redondo, Porto da Folha e Boquim, que também são residentes de bairros periféricos desses municípios. Mesmo que haja a participação de outros jovens que são de bairros elitizados, esse percentual é bastante inferior. Portanto, fica confirmado que esse programa de política pública para formação para o trabalho é procurado por jovens que são considerados periféricos e desfavorecidos ao acesso a uma formação educacional que lhes dê a condição de postergar a sua entrada no mercado de trabalho.

Gráfico 5: Renda mensal (família + jovem)

Fonte: A autora (2021)

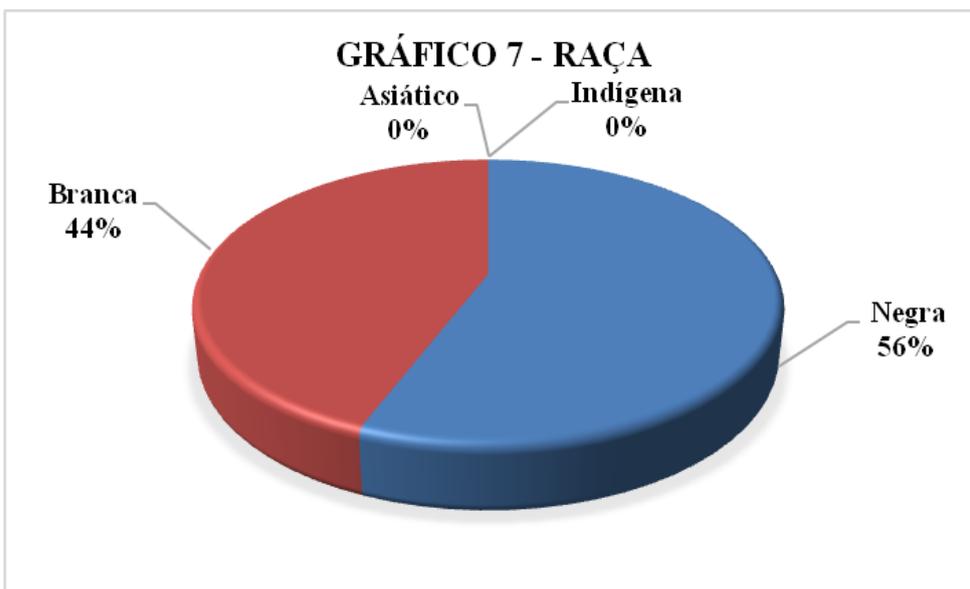
Gráfico 6: Renda Mensal



Fonte: A autora (2021)

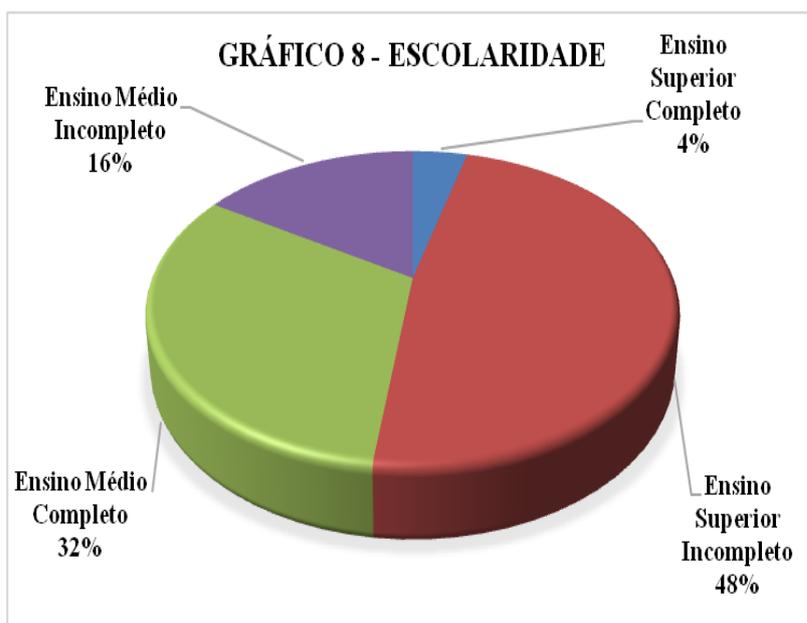
Quanto à questão da renda mensal da família junto com a renda do jovem, obtivemos que 11% dessas famílias recebem menos de um salário mínimo; 47% recebem, em média, de 01 a 02 salários mínimos; 21% recebem de 02 a 03 salários mínimos; 6% recebem de 03 a 04 salários mínimos; 4% recebem cerca de 04 a 05 salários mínimos e 11% recebem de 05 ou mais salários mínimos. Diante desses dados, percebe-se que, a partir do momento em que os jovens começam a trabalhar, a sua renda automaticamente passa a fazer parte do orçamento familiar, pois, as famílias entendem que o jovem deve, a partir dos seus 14 anos, também contribuir com as despesas da casa. Ficando, então, a família responsável, muitas das vezes, pelas despesas com a moradia, alimentação, entre outros; os jovens assumem outras contas a pagar da casa, como a despesa com energia, água, internet, transporte etc. Logo, a necessidade de o jovem trabalhar está pautada principalmente nas questões relacionadas ao sustento familiar, como também subsidiar as necessidades básicas e de consumo.

Quanto à situação da renda mensal do jovem, obtivemos que 22% recebem menos de 01 salário mínimo; 28% recebem de 01 a 02 salários mínimos e, 50% não declararam quanto recebem. No momento das entrevistas, quando falamos sobre essa questão da renda do jovem, ficou bastante visível que eles se sentiram um pouco constrangidos, pois, gostariam de estar em outra posição quanto à sua remuneração e, preferiram não declarar. Supomos que o fato de eles terem feito uma formação profissional que poderia lhes proporcionar uma maior ascensão quanto as propostas de trabalho e renda, contudo, isso fica clara que essa não é condição *si ne qua non*, pois os postos de trabalhos ocupados por eles, ainda são bastante precários e que projetam muito pouco a possibilidade de melhorias quanto a sua remuneração.

Gráfico 7: Raça

Fonte: A autora (2021)

Outro dado importante que podemos destacar é em relação à raça, pois, a maioria dos jovens que participaram do programa são da raça negra, cenário bastante visível nos programas de políticas públicas para a juventude(s). Portanto, trago aqui uma reflexão sobre a concentração da renda num determinado grupo racial/étnico, marcando o lugar do povo preto como, ainda, os desfavorecidos economicamente, sendo a mão de obra menos valorizada e mais explorada na economia brasileira. Durante a minha atuação no Programa de Aprendizagem do Senac/SE, era bastante visível que o grupo dominante que ocupava os espaços pedagógicos da instituição formadora, era, em sua maioria, de jovens negros e periféricos, que dispunham de um baixo nível de escolaridade e, conseqüentemente, de oportunidades para ascensão em nossa sociedade, diante de tantos preconceitos e racismos estabelecidos nos ambientes escolares e laborais, esses jovens passam por muitas dificuldades em serem contratados ou aceitos nos ambientes corporativos.

Gráfico 8: Escolaridade

Fonte: A autora (2021)

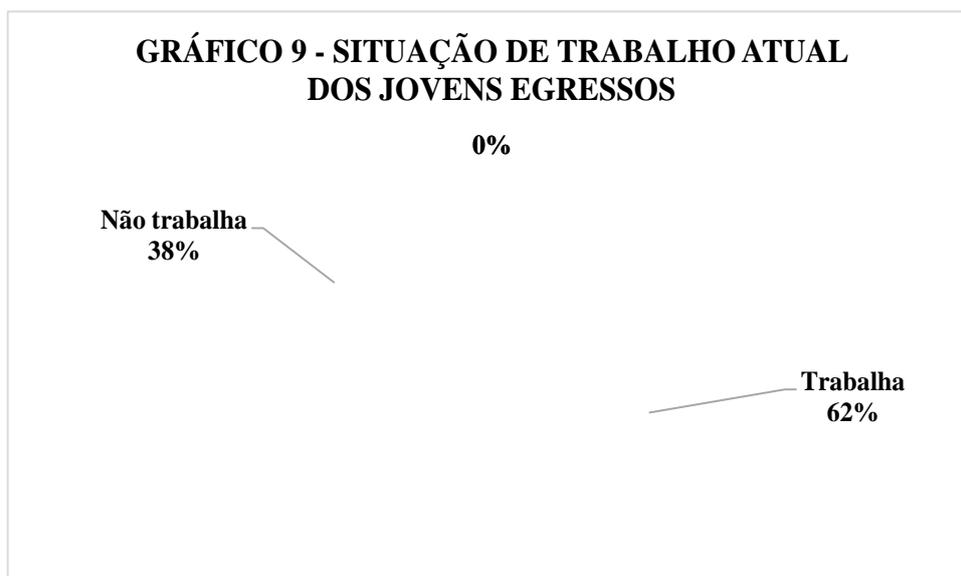
Ainda trazendo características do perfil dos jovens egressos que participaram dos programas de aprendizagem do Senac/SE, levanto aqui um dado que considero uma batalha vencida todos os dias pelos jovens brasileiros, que é a elevação dos seus níveis de escolaridade. Destacamos como um ponto positivo, visto que dos 50 jovens egressos que responderam ao questionário, 24, que corresponde a 45,5% estão no Ensino Superior e 02 (4,5%) já tem o Ensino Superior Completo, 16 (36,4%) que concluíram o Ensino Médio e somente 08 (13,5%) ainda estão cursando o Ensino Médio.

Dos jovens egressos que estão cursando o Ensino Superior, obtivemos que 14 deles estão na Universidade Federal de Sergipe (UFS) em variados cursos como: Administração, Sistema de computação, Redes de Computadores, Economia, Letras (Libras) e Teatro, os demais estão trabalhando para custear o seu Ensino Superior em faculdades particulares aqui da Cidade de Aracaju/SE nos cursos de Enfermagem, Gestão financeira, Engenharia Civil, Pedagogia, Letras, Arquitetura, Educação Física e Psicologia.

Esse dado converge com a escolaridade desses jovens egressos, que foi predominantemente em escola pública, sendo que 14 deles estão na universidade pública, provavelmente, foram contemplados por uma política pública de reparo na perspectiva de inclusão social de jovens em condição desfavorável economicamente na rede pública do ensino superior, através do sistema de cotas, implementado a partir da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, no governo de Luis Inácio Lula da Silva, que se caracterizou como a Lei de Cotas, instrumento criado para contemplar os estudantes de escolas públicas, que possuem

baixa renda, que se declaram negros, pardos e indígenas (PPI) e pessoas com deficiência (PcD), auxiliando o ingresso desses indivíduos no Ensino Superior. A Lei n.º 12.711/2012, decreta que todas as instituições federais de Ensino Superior devem reservar, no mínimo 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação aos estudantes de escolas públicas. Para os cursos técnicos, tem que ter estudado todo o Ensino Fundamental na rede pública e para os cursos superiores, ter estudado o Ensino Médio também na rede pública.

Gráfico 9: Situação de trabalho atual dos jovens egressos



Fonte: A autora (2021)

Quanto à situação de trabalho atual dos jovens egressos participantes dessa pesquisa, obtivemos que 62% (31 jovens) estão trabalhando e 38% (19 jovens) estão sem trabalhar. a partir desses dados, concluímos que a formação profissional dos jovens, contribuiu sim para a inserção deles no mercado de trabalho, atendendo a um dos objetivos do programa, porém, como vimos, os jovens tem ocupado postos de trabalhos cada vez mais precários, onde eles se submetem a aceitarem esses empregos a fim de garantirem minimamente as condições de sua subsistência. Ainda diante desses dados, podemos salientar que, a pesquisa ocorreu em um momento crítico do nosso país e é bem provável que esse dado já tenha sofrido alteração devido à crise econômica que assola o país por conta desse quadro pandêmico da Covid-19. Inclusive a pesquisadora foi demitida do Senac/SE em junho de 2020 por conta da diminuição da contratação de jovens aprendizes pelas empresas contratantes, foi o que alegou a instituição Senac/SE ao declarar a minha saída da empresa.

Faz-se importante dizer que o Senac/SE, no início da pandemia no Brasil, demitiu cerca de 60% de instrutores e 40% do seu quadro geral de colaboradores, alegando a

diminuição do compulsório repassado pelas empresas do comércio e serviços, que são contribuintes mensais do Sistema “S”, especificamente aqui, o Senac em âmbito nacional e local.

Diante desse cenário, os outros jovens que estão sem ocupação no momento, declararam que estavam à procura de nova oportunidade de emprego, seja como jovem aprendiz, estagiário ou como funcionário efetivo em qualquer outra empresa. Como eles ainda estão dentro da faixa etária que podem participar do Programa de Aprendizagem, eles estavam se candidatando a uma nova oportunidade através do programa, porque além de ter a remuneração de meio salário mínimo referente a 20 horas/semanais de trabalho, daria a condição de eles prosseguirem os estudos sem precisar ter que abandonar a faculdade, o que revela que o programa pode ser visto pelos jovens como uma ocupação remunerada e não apenas uma formação.

Especificamente aos 10 jovens que foram entrevistados, obtivemos como resultado que 08 deles estão trabalhando e 02 jovens estão sem ocupação atualmente. Aqui, destacamos a relação de trabalho atual desses jovens egressos, 05 jovens estão trabalhando com carteira assinada, 02 jovens estão trabalhando como prestadores de serviços (01 jovem recebe o pagamento dos serviços através do Micro Empreendedor Individual (MEI) e 01 jovem recebe o pagamento dos serviços prestados através de recibo, esta situação demonstra a perda dos direitos sociais e trabalhistas deles) e 01 jovem apresenta-se como microempreendedor, possuindo loja virtual no Instagram (rede social) e, é remunerado pela venda dos seus produtos artesanais; 02 jovens estão desempregados.

Dos 08 jovens egressos que estão trabalhando, somente 03 deles estão atuando na área em que fez a formação profissional no Senac/SE no Programa de Serviços Administrativos, os demais estão em atividades que não se relacionam nem com a formação profissional e nem com a formação acadêmica que estão fazendo. No entanto, o programa contribuiu de alguma forma para a inserção desses jovens, mesmo que não tenha sido nas áreas de suas formações. Segundo os entrevistados, o fato de estarem nesses empregos é somente para a manutenção das necessidades básicas, custear as despesas com a formação superior e adquirir experiência no campo do trabalho, ampliando os seus conhecimentos e aumentando a rede de relacionamentos, porque eles acreditam terem mais chances de serem indicados em novas oportunidades de trabalho.

Fazer parte do programa do Senac, foi uma grande oportunidade, porque você só tem a ganhar, porque tem mais prós do que contras, eu creio que contra não tem nenhum, você só tem a ganhar, recebe meio salário, aprende a se comportar na empresa e na rua também e ainda aprende um monte de

coisas, o ruim é que as vezes a gente não consegue trabalhar com as coisas que aprendemos, porque a empresa não coloca o jovem para fazer atividades do curso. Hoje estou nessa empresa como prestador de serviços (MEI), por uma questão de necessidade e para adquirir mais experiências, mas não quero me perpetuar nisso, quero me formar e atingir o meu objetivo, que é administrar empresas agregando também a minha formação da área de TI. Assim, com esse trabalho eu pago meu curso, minhas contas e acabo aprendendo mais na prática na empresa e conhecendo muitas pessoas que podem me indicar para outros empregos (Jovem M. Santos).

É uma forma da gente começar a ter autonomia né, dar valor ao seu próprio dinheiro, e saber que trabalhar você não vai perder as suas mãos e nem seus pés, você vai continuar sendo uma pessoa feliz, ganhando o seu dinheiro, começar a ter a sua independência, sem preguiça, de só ficar em casa e ir seguindo a sua vida, comprando as coisas, estudando, já criando asas, acho isso bem fundamental (Jovem Y. Fontes)

É uma grande oportunidade fazer o jovem aprendiz, porque você vai perdendo o medo de falar em público e aí as pessoas vão lhe conhecendo melhor, aí pode indicar você para outros trabalhos e também ter o seu dinheiro é bom, compra as coisas e, eu que estou na UFS, preciso de dinheiro para comer, me deslocar e outras coisas mais, por isso que eu trabalho para me sustentar. Eu estou nessa empresa, mas não quero isso não, eles exploram muito, nem me pagam o salário todo e, fico muito cansada, mas é o jeito. Quando eu me formar vou ser administradora e aí vai ser melhor (Jovem G. Santos)

O jovem aprendiz é uma ótima experiência profissional para quem nunca trabalhou antes, para quem está no primeiro emprego, para quem não pode ou não consegue trabalhar em tempo integral por conta de outras atividades que faz. É justamente por isso que eu nunca menti, eu entrei no programa de aprendizagem porque essas vantagens de trabalhar meio período, ganhar dinheiro e conhecer pessoas que vão indicar para outros empregos é uma oportunidade para o jovem. Mas o que eu quero fazer é terminar minha faculdade da área de TI. Fiquei efetivo na empresa que fui jovem aprendiz e por conta de estar na universidade, eles me colocaram nessa área, mas está difícil de conciliar os estudos com o trabalho, porque meu curso é vespertino e esse horário estou na empresa, como está na pandemia, eu assisto as aulas a noite porque ficam gravadas, mas não posso sair do emprego porque assim eu perco tudo, inclusive minha faculdade, porque não vou ter como ir quando voltar presencial. Por isso, acho que vou pedir demissão e procurar outra vaga de jovem aprendiz ou um estágio ou uma bolsa de pesquisa na UFS (Jovem W. Alves).

Ter sido jovem aprendiz do Senac/SE foi uma experiência boa, mas eu não fui efetivada e estou desempregada atualmente, não consegui nada desde que saí do programa. Aprendi muitas coisas, mas como eu não estou trabalhando vou esquecer e aí vai ficar mais difícil. Só não estou parada porque consegui entrar na universidade pelo ENEM e aí tenho aula remota por causa da pandemia, mas estou enviando currículos para empresas para ser jovem aprendiz novamente, pelos menos ganho algum dinheiro para me sustentar e continuo minha faculdade porque vou trabalhar só um período do dia (Jovem M. F. Santos).

Diante das falas dos sujeitos, percebemos claramente que a procura por essa formação profissional pelos jovens, é pelo o fato de eles trabalharem somente um turno e ter uma remuneração/salário, que faz com que eles possam se manterem em suas condições básicas de subsistência. Uma outra contribuição desse programa nas falas é o fato deles adquirirem experiência, ou terem a carteira assinada, evidenciando para os futuros contratantes que já tiveram a vivência de trabalharem formalmente, de cumprirem ordens e metas impostas pelas empresas. Então, isso já é uma vantagem para esses jovens e pode facilitar o seu ingresso no mercado de trabalho.

Por outro lado, é visível também que, existe uma enorme precarização do trabalho desses jovens, porque além de serem explorados em suas atividades laborais trabalham em setores em que não foram formados, definindo-os como precariado.

Assim, a precarização do trabalho se caracteriza quando eles concluem um curso de formação, mas a empresa, para não pagar as garantias trabalhistas, o contratam como um microempreendedor. Esse cenário se assola cada vez mais na nossa sociedade. Para Standing (2019), há duas maneiras de definir o que queremos dizer com o precariado. Uma delas é dizer que se trata de um grupo socioeconômico distinto, de modo que, por definição, uma pessoa faz parte dele ou não. Nesse espírito, o precariado poderia ser descrito como um neologismo que combina o adjetivo “precário” e o substantivo relacionado “proletariado”. Assim, afirma-se que o precariado é uma *classe-em-formação*, se não ainda uma *classe-parasí*, no sentido marxista do termo (STANDING, 2019. p. 23).

Para Standing (2019), outra maneira de ver o precariado é em termos de processos, a maneira pelo qual as pessoas são “precarizadas”. Esta palavra canhestra é análoga a “proletarizado”, descrevendo as forças que levaram à proletarização no século XIX. Ser precarizado é ser sujeito a pressões e experiências que levam a uma existência precariada, de viver no presente sem uma identidade segura ou um senso de desenvolvimento alcançado por meio do trabalho e do estilo de vida (STANDING, 2019).

A formação profissional que pensa na inserção de jovens no campo de trabalho e que valoriza a formação continuada na perspectiva dos itinerários formativos²⁰ da educação para o trabalho, visa que os jovens sigam esses itinerários e ampliem sua perspectiva de formação

²⁰ Itinerários formativos –são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar. (<http://portal.mec.gov.br/>).

para garantir a demanda do capital. Os jovens egressos participantes dessa pesquisa, não seguiram os itinerários informativos oferecidos pela Instituição Senac/SE, pois eles buscaram a formação superior em outras áreas distintas daquelas vistas no programa. Assim, em sua maioria, os cursos superiores que estão fazendo tanto na UFS e nas instituições privadas, não correspondem a formação que tiveram nos Programas de Aprendizagem do Senac SE. Portanto, para que esses jovens egressos possam dar conta da sua formação superior, subsidiando as suas necessidades básicas de subsistência, é bem provável que eles, partam para uma jornada exaustiva de trabalho e estudo, que de certa forma impactará na qualidade da sua formação, bem como, na sua fase de ser jovem.

O trabalho para esses jovens ocupa um espaço de suprir minimamente as suas necessidades básicas e de manutenção nos estudos superiores, pois, para eles seguirem o seu processo de formação, mesmo estudando em universidades públicas demanda terem recursos para alimentação, deslocamento, material de estudo, entre outros. E, para os que estudam em instituições privadas, essa demanda se torna ainda mais dispendiosa, porque eles têm que pagar as mensalidades para estudar. Portanto, acentuando-se cada vez mais a precarização desses jovens, que se submetem a aceitar o trabalho como sendo útil para viver, oportunista para pegar o que vier e precário por ser tornar cada vez mais inseguro.

Para entender como se deu a formação profissional desses jovens egressos no Senac/SE, apresentaremos a seguir o Modelo Pedagógico Senac a partir das suas concepções e princípios.

2.5 Modelo Pedagógico Senac: concepções e princípios

O modelo pedagógico Senac²¹ se estrutura tendo como pilares a CF 1988, a LDBN, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, as Diretrizes da Educação Profissional do Senac, as demais legislações pertinentes e as concepções sobre ensino e aprendizagem na educação profissional, disponíveis na literatura especializada em âmbito nacional e internacional. Assim, estão previstos nesse modelo as perspectivas da Filosofia da Educação, da Sociologia do Trabalho, da Administração, da Pedagogia e da Psicologia sem que, necessariamente, o modelo seja traduzido por uma ou outra dessas áreas do conhecimento. É na interseção entre esses saberes que se consolida a perspectiva epistemológica do Modelo Pedagógico Senac e, conseqüentemente, constrói-se o fazer cotidiano para o desenvolvimento da competência (SENAC. DN, 2015).

²¹ Senac. DN. Diretrizes Nacionais dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial do Senac. Versão preliminar para apresentação ao Conselho Nacional. Rio de Janeiro, 2015.

Do mesmo modo, esse modelo concebe a inovação quanto à organização dos cursos em suas estruturas curriculares, definindo a competência como sendo a própria Unidade Curricular. O seu ponto de partida é o perfil profissional, que define as características do fazer profissional e, quais são as competências necessárias para atuação na ocupação. Portanto, a Instituição Senac, em sua concepção metodológica, rompe com a tradicional divisão entre teoria e prática, e privilegia o desenvolvimento de competências por meio de práticas pedagógicas ativas, inovadoras, integradoras e colaborativas, centradas no protagonismo do aluno. O núcleo da proposta metodológica que orienta a prática nos ambientes de aprendizagem Senac organiza-se a partir do conceito de ação-reflexão-ação, no qual se aprende fazendo e analisando o próprio fazer por meio de atividades que buscam articular a realidade do mundo do trabalho com as experiências prévias dos alunos, possibilitando uma aprendizagem significativa, que supera o paradigma tradicional, outrora focado na transmissão de conteúdo (SENAC DN, 2015).

O modelo se pauta nas concepções filosóficas que o alicerça, sendo elas: a concepção de Ser Humano, de Mundo, de Trabalho e de Educação, que traduzem o sentido que a Instituição atribui ao fazer educativo, na perspectiva da formação humana e do trabalho e os princípios pedagógicos são as da Escola, Currículo, Metodologia, Aluno, Docente e Avaliação que orientam a prática educativa do Senac, expressando os valores da Instituição e que subsidiam as escolhas metodológicas e as ações de todos na Instituição.

Diante dessa perspectiva, podemos utilizar dessa prerrogativa, de que esse modelo pedagógico traz em seus documentos uma proposta pedagógica pautada numa concepção metodológica que tenta romper com uma educação tradicional, mas que, na prática, ainda sim privilegia uma formação de jovens que se submetem a um modelo de alienação, sem senso crítico, por diversas questões, uma delas é a sua situação educacional, que não dá a condição desse sujeito se apropriar do conhecimento ao ponto de exercer uma autonomia diante da sua experiência como trabalhador. Portanto, esse modelo se torna contraditório com o que é definido em seus documentos em relação às práticas exercidas pelos jovens nas empresas.

Outro ponto é em relação ao conceito ação-reflexão-ação, que concebe que o aluno possa aprender fazendo e analisando seu próprio fazer por uma ação reflexiva que lhe dará a possibilidade de uma aprendizagem significativa, porém, essa ação até é colocada nos ambientes de aprendizagem durante a formação profissional deles, mas diante da experiência nas empresas, isso se torna quase imperceptível, pois as atividades exercidas pelos jovens, normalmente são caracterizadas como mecânicas, rotineiras, repetitivas e que não possibilitam uma reflexão quanto ao seu fazer profissional.

Como a discussão que trago neste estudo é sobre a formação profissional de jovens, em uma relação entre as categorias trabalho e educação, a Instituição Senac/SE tem a compreensão sobre trabalho numa dupla perspectiva: ontológica e econômica. Pela perspectiva ontológica, o ser humano produz e se apropria de sua realidade, é sujeito da transformação de seu mundo. Na relação com a natureza e com o meio social, produz conhecimentos e técnicas que ampliam suas capacidades e potencialidades de atuação no meio em que vive. Já na perspectiva econômica, o trabalho é uma atividade por meio da qual o homem modifica a matéria fornecida pela natureza, com vistas à satisfação de suas necessidades. Na estrutura social e econômica vigente, os avanços tecnológicos interferem nos fatores de produção e modificam, de forma acelerada, a distribuição e a qualificação da força de trabalho. Nesse contexto, o trabalho produz não somente a mercadoria, mas produz o próprio trabalho e o trabalhador (SENAC. DN, 2015, p. 10).

Numa perspectiva marxista, o trabalho é a categoria originária do agir humano, na qual, sem ele, não existiriam as atividades humanas. É concebido por Lukács (1981) como a única categoria social que faz a mediação entre o homem e a natureza, gerando novas possibilidades e necessidades. “Desse modo, quando comparado com as formas precedentes do ser, orgânicas e inorgânicas, tem-se o trabalho, na ontologia do ser social como uma categoria qualitativamente nova” (ANTUNES, 1999, p. 138). Isto posto, o trabalho confere ao indivíduo o estatuto de ser humano, ou seja, a partir dele o indivíduo se diferencia dos demais animais, se torna um homem.

Se, por um lado, a partir do trabalho o homem se transforma e transforma também a natureza, a educação, por sua vez, cumpre um papel relevante nesse processo no sentido de fomentar as potencialidades desse sujeito. Essa combinação de trabalho e educação, constitui a base de políticas públicas como o programa a que esse estudo se debruça. O programa visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205), tendo como proposta um processo continuado, permanente, de caráter intencional e político, que envolve diferentes indivíduos, ambientes, recursos e instituições.

Não obstante, essa concepção de trabalho e de educação como transformadores do sujeito, não está em consonância com a ideia de currículo defendida pelo Senac, uma vez que para a instituição, o currículo deve estar comprometido com a formação dos Perfis Profissionais, que se definem em função das demandas sociais, do mundo do trabalho, apresentando-se, assim, como um conjunto integrado e articulado de competências, indicadores e elementos.

O currículo, nesse sentido, deve sistematizar os principais conhecimentos, habilidades, atitudes e valores requeridos pelas qualificações profissionais a serem formadas, constituindo-se como base para o planejamento, a execução e a avaliação de situações de aprendizagem significativas e orientadas para o desenvolvimento de competências. O currículo²² de caráter aberto e flexível, torna possível manter o perfil profissional de conclusão sempre atualizado e em consonância com o mundo produtivo (SENAC-DN, 2015, p.11). Em outras palavras, embora os documentos tragam a concepção de trabalho e educação como uma ferramenta de proporcionar uma formação integral aos jovens, na verdade, a proposta curricular é formar um profissional de acordo com os interesses do mundo do capital.

Na visão do Senac, o currículo privilegia a educação continuada de acordo com os níveis de escolaridade e pretende contribuir para o desenvolvimento dos profissionais em uma realidade de permanente mudança. Na prática essa visão se torna bastante controversa, pois não há garantia de que os jovens egressos, tenham seguido com uma formação continuada voltada para o trabalho, como também não se tem resultados quanto a emancipação, autonomia e transformação desses jovens no seu processo de formação profissional, pois durante a sua participação deles como jovem aprendiz, sempre estiveram em uma posição subalterna, sem exercerem a autonomia diante dos processos de gestão das empresas, ao qual só atribuiu a esses jovens uma relação de alienação e subordinação. Portanto, demonstra que a educação não tem sido para esses jovens uma possibilidade de transformação, até porque ela acaba sendo uma reprodutora de desigualdade. Segundo Bourdieu (1998), para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Os projetos pedagógicos e formativos sejam em qualquer modelo de educação, traz em seus documentos discursos e textos bem elaborados, mas que, não correspondem ao que de fato acontece na realidade. Visto que, o que se aplica efetivamente, são os domínios de competências técnicas para a inserção de mão de obra qualificada no campo do trabalho e qualificação essa que nem sempre corresponde a uma valorização desse profissional, no que diz respeito a autonomia e emancipação, contudo, distancia-se cada vez mais esses jovens da inserção e a permanência no mercado de trabalho, de forma que eles possam ocupar melhores postos de trabalhos e que assim, consigam ascender socialmente.

²² Sobre currículo: há um longo estudo sobre currículo dentro da Sociologia que se preocupa com os conteúdos, como são organizados e selecionados, mas como não vou analisar os currículos dos Programas de Aprendizagem do Senac SE, então não farei isso aqui nessa pesquisa, porque esse não é o foco do meu estudo.

Não podemos deixar de mencionar também que o processo de formação carece estar em articulação permanente com o desenvolvimento social e cultural da região à qual pertence, de modo a contextualizar a formação do aluno e sua relação com a comunidade. Dessa forma, é preciso discutir essa universalização dos currículos da formação profissional, levando em conta as dificuldades e especificidades dos jovens de cada região. Nos cursos ofertados aqui em Aracaju, notamos o quanto essa formação se distanciava da realidade daqueles jovens, tanto em termos regionais, como também, de escolarização. Os conhecimentos definidos em seus programas, requeriam um maior nível de compreensão e escolarização para que eles pudessem acompanhar, para isso, nós enquanto professora, tínhamos que buscar fontes através das pesquisas e ferramentas que pudessem possibilitar a esses jovens a apreensão do conhecimento que, na maioria das vezes era estranho a eles.

Assim, é visível o problema da escolarização, porque o público que participa da formação profissional do Senac, mesmo estando na universidade, eles trazem uma certa dificuldade de apreensão dos conteúdos. Então, o que podemos observar é que em virtude de uma deficiência na formação básica, que é um problema crônico e histórico do país, faz com eles não consigam compreender os conhecimentos abordados. Portanto, essa formação profissional não contribui de fato para a qualificação do jovem porque não atende essa deficiência que ele já traz consigo, do mesmo modo, não atende as demandas do mercado que exige um profissional qualificado. Daí a tendência é que o jovem aprendiz seja alocado em funções precárias e, futuramente, exerça também trabalhos precarizados.

Como esses jovens dispõem de escassos recursos e competências exigidos na cultura dominante, já que possuem baixa escolarização e, por conseguinte, pouco capital cultural, a tendência é a ocupação de trabalhos precários. Daí, um dos artifícios utilizados pelos jovens é a constituição do capital social, porque a partir da experiência desses jovens nos ambientes laborais e das redes que eles constroem nas empresas, buscam serem inseridos ou reinseridos no mercado de trabalho.

De modo geral, trata-se de uma formação que tem como foco desenvolver as competências dos jovens a fim de atender as demandas do mercado, descurando as especificidades deles, sobretudo, negligenciado o papel que a educação e o trabalho podem desenvolver na construção de um sujeito autônomo e independente, como é ressaltado nos documentos oficiais do Programa. Isso pode ser visto nas falas dos professores mediadores aprendizagem como eles veem o reconhecimento desses jovens diante dessa formação profissional e conseqüentemente perante suas práticas laborais nas empresas quanto a esse processo de autonomia e emancipação:

Sinceramente, eu acho que falta muito da valorização da empresa ao jovem, a gente sabe que muitas vezes os contratantes que contratam esses jovens não valorizam o trabalho deles, e eles (jovens) se queixam muito disso. Eles falam que chegaram na empresa e aí por exemplo, um aluno do curso de Serviços Administrativos, ele espera que vá trabalhar no escritório, tendo a oportunidade de colocar em prática o que ele aprende em sala, mas não é isso que acontece, pois o chefe pede para ele limpar mesa ou manda ele comprar o lanche, outro pede para ele ficar lá no balcão só fazendo atendimento e não dá uma real chance a ele de se desenvolver dentro da empresa, então isso acontece muito, que eu vejo como desvio de função e isso acontece o tempo todo. Eu, desde o início do curso, aviso que eles vão ser alocados em setores diversos, oriento as empresas a mudar os jovens de setores ou funções para que eles tenham a possibilidade de ter uma maior aprendizagem, a gente espera que eles entendam isso como uma experiência positiva, de poder proporcionar aos jovens mais conhecimentos das atividades e de setores diferentes, para dar mais segurança e autonomia aos jovens, mas dificilmente isso acontece. Vejo que seria necessário que as empresas fossem mais parcerias e chegassem mais perto desses jovens, para que assim valorizassem mais o trabalho deles, para que eles realmente tivessem a oportunidade de crescer na área a qual eles foram contratados e formados, para não ser aquela contratação que eles (empresas) dizem: “contratei porque estou sendo obrigado para cumprir a lei” (Instrutora D. Fernandes)

Essa questão de autonomia é muito complicada dentro das empresas, porque a gente media conhecimentos para os jovens no Senac e as empresas não valorizam e aí os jovens ficam frustrados e desinteressados pelo trabalho. Muitos me procuram para desabafar sobre a experiência na empresa e aí vou usar a fala deles: “professor me botaram para bater caixa, carregando caixa”. Eles passam por alguns processos que de certa forma são explorados e aí eu sempre digo, vocês não se frustrem, porquê de repente você está numa área administrativa e de repente você vai ser colocado para fazer outras atividades que você nem imagina que iria fazer, mas infelizmente a gente como instituição e professor a gente não pode interferir na administração ou na gestão das empresas, aqui no Senac sim, a gente ao menos tenta dar autonomia a eles, com intuito de gerar possibilidades deles progredirem nos estudos e um dia quem sabe, poderem desfrutar de melhores oportunidades de trabalho. E é muito triste ver que muitos ficam frustrados, porque gostariam de exercer as habilidades que adquirem no curso e muitas vezes não conseguem fazer isso na empresa. (Instrutor M. Nunes).

Vejo que os jovens estão bem distantes de emanciparem e de ter autonomia, porque cada empresa tem sua política interna e organizacional, e a gente fica buscando o tempo todo como são essas organizações, porque a gente não sabe como é o funcionamento delas, a gente não tem o contato direto com as empresas, a gente nunca teve, então muitas vezes as empresas contratam os jovens para área de Serviços de Vendas e coloca no setor administrativo ou coloca para carregar peso e o jovem fica como entregador e acaba não exercendo o papel dele e a gente fica tentando orientá-los sem saber como fazer qualquer mudança na vida deles, mas eu continuo seguindo o Plano de Trabalho do Docente (PTD) e seguindo o cronograma que a gente precisa seguir o tempo todo, eu vou fazendo a minha parte, só faltava as empresas fazerem a parte delas também, aí quem

sabe os jovens teriam mais autonomia e poderiam colocar em prática na empresa o que aprenderam nos programas do Senac (Instrutora A. Fontes).

Eu acho que o jovem fica muito solto e sem norte quando chega nas empresas. Vejo que as empresas só se interessam se o jovem é bem comportado e não dá trabalho. Penso que elas (empresas) não têm muito comprometimento com o processo ou elas nem sabem muito bem a importância dele (programa), então, na verdade, se fosse feito um caminho contrário teria um efeito fantástico, se nós enquanto instituição que oferta esse tipo de qualificação profissional, se a gente tivesse até a oportunidade de apresentar o que é o programa, aí sim a gente teria a certeza de que as empresas saberiam o porquê de estarem fazendo a contratação desses jovens, porque muitas nem sabem a importância, qual é o objetivo e aí vai tipo fazendo por fazer de ambas as partes, então acho que a instituição formadora poderia se comprometer com as empresas de disseminar as informações sobre o programa, porque aí as empresas iriam entender melhor a importância do programa. Por conta disso, muitas empresas tratam esses jovens como um problema, se realmente houvesse um comprometimento maior por conta do Senac em relação ao programa, com certeza as empresas iriam compreender o programa de outra forma e aí esses jovens poderiam aplicar nas empresas os conhecimentos aprendidos nos cursos. (Instrutora M. Vasconcelos).

Eu acredito que o programa, teoricamente, ele vem a ser feito do jeito que é, mas na prática, deixa a desejar, deixa muito a desejar, tanto pelo corpo docente, que a gente sabe que nem todos instrutores tem um bom desenvolvimento, essa fluidez de lidar com os jovens, isso a gente vai encontrar em todo lugar, mas com relação a estrutura, deixa a desejar bastante, porque nós professores, a gente fica sem a base, os alunos ficam sem essa base também, porque nós somos a base para eles, deixamos a desejar quanto ao apoio pedagógico, porque eles (pedagógico) exigem que de um dia para a noite a gente faça coisas do nada, sem que tenha um planejamento prévio para fazer as coisas acontecerem, porque na verdade é um curso que pode ser flexível, mas essa flexão é esporadicamente e aí a pressão vem de qualquer jeito e a gente tem que fazer, a gente tem que engolir, e o melhor, a gente até que consegue fazer. Além desses percalços tem a questão das empresas não cumprirem o que o está previsto nos programas de aprendizagem, acaba por não fazer o que devem fazer em relação a prática profissional desses jovens, pois eles se queixam muito que não conseguem fazer o que aprendem e acabam se desinteressando pelo curso e pelo trabalho, aí fica muito difícil trabalhar a autonomia e a emancipação desse jovem, o currículo trabalha competências de gestão e esse jovem não gere nada na empresa, é muito contraditório, mas mesmo assim, acredito que se não fosse o Programa de Aprendizagem a situação ainda seria bem pior para esses jovens, que não tem oportunidade de trabalho e nem de formação (Instrutora K. Prata).

É notório a contradição existente entre a formação teórica e a formação prática, porque se nos documentos há a defesa de uma formação que prima pelo desenvolvimento das capacidades dos jovens para que ele se perceba como sujeito capaz e autônomo, na prática, esses jovens exercem uma posição de submissão, tendo que aceitar serviços para os quais não foram formados ou que não precisam de qualquer formação. Outro agravante é o não

reconhecimento do valor desses jovens seja como jovem profissional ou como sujeito de direitos. Ou seja, não reconhecem esse trabalho como um direito desses jovens, de modo que fazem mais por obrigação do que por respeito a uma conquista e um direito desse jovem. Ao passo que também não há um reconhecimento positivo desse jovem como sujeito que possibilita mudanças políticas na sociedade, detentores de um protagonismo político e social. Coadunamos com Sposato ao enfatizar que “um baixo reconhecimento dos direitos leva à invisibilização dos sujeitos juvenis e das reais demandas da juventude brasileira (SPOSATO, 2010, p. 179)”, isso explica o lugar desses jovens no mercado de trabalho e na formação dessas políticas públicas. Por outro lado, a falta de autonomia não se restringe apenas aos jovens, mas é algo compartilhado também pelos professores, já que eles devem cumprir um plano de trabalho e cronograma que além de não ser elaborado por eles, os mesmos não podem fazer mudanças ou deixar de cumprir.

A gente até tenta colocar os conhecimentos que aprendeu no curso, mas é muito difícil, as empresas não deixam, posso dizer assim? Não é que elas não deixam, mas só colocam a gente para fazer atividades que não precisa pensar muito, acho que eles subestimam nossa capacidade e, muitos jovens, como eu também, acaba não se esforçando para aprender, porque a gente estuda, pesquisa, aprende tudo teoricamente e a prática só acontece no Senac, como atividade de simulação e na empresa a gente só faz a mesma coisa, dificilmente a gente fazia coisas novas. Mas como eu era bem interessado e ousado, eu metia a cara e quando fui jovem aprendiz fiz muitas mudanças nos processos da empresa, principalmente na parte documental, de arquivo e também no sistema de recebimento e entrega de documentos e isso me serviu muito de aprendizagem. Digo sempre que a gente também tem que correr atrás do que a gente quer e acredita (Jovem Egresso F. Barbosa).

Quando eu estava no programa, já estava na faculdade de Redes, e era bem interessado para aprender, mesmo que o curso que eu fazia no Senac, que era de Serviços Administrativos não fosse compatível com as atividades da área de TI, mas administração está em tudo e me serviu muito para colocar em prática os conhecimentos que aprendia no curso. Sendo que na empresa como já disse, a área de TI é bem restrita e os caras não gostam de ensinar a gente, aí queriam que eu só fizesse manutenção dos equipamentos, eu fazia porque eu tinha um pouco de experiência nessa área, porque aprendi com meu pai que faz manutenção em computadores, mas era muito frustrante para mim na empresa, porque nem eu podia praticar coisas do curso e nem tão pouco do setor (Jovem Egresso P. Oliveira).

Quando eu fui jovem aprendiz do Senac, fazia o curso de Vendas e a empresa que fui contratada era da área, mas eles pensam que o jovem aprendiz é aquele “faz tudo”, querem que a gente atenda, venda, reponha mercadoria e também limpe a loja, aí ficava difícil, porque eu me sentia explorada e quando tinha as reuniões nunca eu podia falar, a gente não tinha autonomia para fazer ou falar nada. Também fica muito complicado, porque no Senac, os professores ensinam coisas da profissão que a gente

não podia colocar em prática como as técnicas de negociação, marketing e outras coisas (Jovem Egresso J. Maciel).

Eu fazia o curso de Serviços de Supermercados no Senac e onde eu trabalhei que era em um supermercado grande, a gente como jovem aprendiz “afinava as canelas”, porque passava as 4 horas pra cima e pra baixo, só pegando e levando coisas, não conseguia aprender nada além do que a gente aprendia no curso (Jovem Egresso M. Conceição).

Nas falas dos jovens fica claro que as empresas exercem sobre eles uma exploração de sua mão de obra e que ao mesmo tempo os empresários e gestores enxergam nos jovens, como eles sendo um trabalhador que pode realizar somente tarefas mecânicas, rotineiras e repetitivas, que exige deles pouco raciocínio. Outrossim, o que demonstra que o lugar que os jovens egressos ocupam nas empresas e no processo produtivo do capital, é de certa forma, uma contradição com o que a lei determina, o que já fora dito por Marx, o Estado está a serviço da burguesia, de modo que as leis criadas não são para assegurar os direitos da classe trabalhadora, mas para forjarem que ele está atendendo o interesse da maioria quando na verdade está apenas servindo o interesse do capital. Além dessa lógica do sentido do trabalho para os jovens, na perspectiva que os empresários tem sobre suas capacidades do seu fazer profissional, como sendo uma mão de obra de fácil exploração, apresentaremos a seguir, como os jovens egressos enxergam o trabalho para subsidiar as suas condições básicas de subsistência e de consumo.

2.6 O trabalho para subsidiar as condições básicas e de consumo dos jovens

Na visão dos jovens egressos participantes desta pesquisa, o trabalho para eles reflete como sendo uma garantia para subsidiar as suas necessidades básicas e de consumo. A oportunidade do primeiro emprego a partir do Programa de Aprendizagem caracteriza como sendo a primeira inserção no mercado de trabalho, que, mesmo limitada quanto à remuneração recebida pela sua força de trabalho, ainda o possibilita à entrada para o mercado de consumo também.

A sensação de estar inserido em um circuito de consumo provocada pelo acesso ao salário faz com que esse jovem se sinta pertencente à sociedade enquanto grupo a partir de algumas perspectivas. Primeiro, a possibilidade de adquirir itens de necessidade básica, ainda que muitos desses jovens se deparem com a necessidade de colaborar com as despesas de casa. A segunda perspectiva, que despertou um certo interesse, particularmente neste estudo, está relacionada ao consumo de itens que os jovens fazem para pertencerem a grupos específicos. Baudrillard (2007) nos dá luz sob esse aspecto, apontando o valor que passa a ser

atribuído aos símbolos e seus significados. Determinados itens se tornam a liga dos grupos dentro da sociedade, e pertencer a esses grupos está condicionado à possibilidade de consumir esses itens. Na fala dos jovens, percebemos claramente o quanto eles querem também adquirir coisas para serem vistos e aceitos nessa sociedade excludente:

Antes de fazer parte do programa, todo dinheiro que eu tinha era quando eu pedia a meu pai e minha avó, porque a condição já tão difícil que eu tinha até vergonha de pedir. Aí depois de entregar um monte currículos nas empresas do comércio, foi que consegui ser um jovem aprendiz do Senac. Aí eu disse logo em casa, que com o meu primeiro salário eu ia comprar um celular, porque o meu estava ruim e não tinha como continuar com ele, mas meu pai disse que o meu salário também era para ajudar em casa, aí ele logo disse que eu ia pagar a conta da água e a internet. Mas comecei a trabalhar e já tinha as contas para pagar. Mas comecei o programa durou mais de um ano, eu conseguia comprar minhas coisas e ajudar em casa, por isso que eu não quero deixar de trabalhar de jeito nenhum, porque é muito ruim deixar de ter as coisas (Jovem Egresso F. Barbosa).

Logo de cara eu comprei um notebook, pedi a minha mãe para comprar no cartão dela e durante o curso eu fui pagando, ficou pesado porque eu recebia meio salário e a prestação era quase a metade do meu salário e eu ainda pegava a internet e ainda tinha que comer na universidade e comprar as passagens. Passei o curso todo bem apertado, mas valeu a pena porque eu tenho meu notebook (Jovem Egresso P. Oliveira).

Minha maior intenção de procurar emprego era para ter meu dinheiro e não pedi mais a ninguém, é muito ruim, até um lanche você precisa está pedindo. Além do que, minha mãe estava sem trabalhar quando fui jovem aprendiz e meu pai faz bico, então o dinheiro era incerto, mas quando eu comecei a trabalhar eu também comecei a colocar a comida em casa, e aí me sentia útil. Também comprei as coisinhas que eu queria ter, troquei meu celular, comprei roupas, tênis e outras coisas mais, o ruim é que não guardei nada, pois não sobrava. Por isso, assim que acabar o curso, vou dar meus pulos para encontrar outro emprego, porque não quero ficar sem ter meu dinheiro nunca mais e depender a vida toda de alguém (Jovem Egresso J. Maciel)

Eu estava um tempão procurando emprego e ninguém me dava oportunidade, porque sempre perguntava se eu tinha experiência, mas eu não tinha, porque nunca tinha trabalhado. Até que um dia fui chamada para fazer uma entrevista de emprego e nem sabia que empresa era, porque já tinha colocado tantos currículos em tantas empresas que já tinha me esquecido. Aí fiz a entrevista e fui chamada, fiquei feliz da pega. Cheguei em casa e disse a minha mãe, vou trabalhar e estudar ao mesmo tempo, vai ser ótimo, posso ajudar agora em casa e não vou mais pedir dinheiro a ninguém. Como eu tinha muita vontade de fazer o curso de Administração e o curso do jovem aprendiz era administrativo, aí foi ótimo para mim, me ajudou muito, aprendi muito e hoje vejo na universidade assuntos bem parecidos, só que mais difíceis. Com o meu salário que recebia como jovem aprendiz eu comprei meu celular, roupa, coisas que menina gosta, maquiagem, perfume, mas também ajudava em casa todo mês. É muito bom ter o nosso dinheiro, você tem liberdade de comprar as coisas sem pedir a ninguém (Jovem Egresso M. Conceição).

Dessa forma, percebemos na fala dos jovens egressos que a busca pelo trabalho foi muito mais por uma questão de ter acesso ao dinheiro para adquirir coisas e, como a família sabe das reais necessidades de se manter uma casa, também fez suas exigências quanto à contribuição desses jovens no orçamento familiar. Ponto de grande reflexão, pois esses jovens acessam ao consumo através dos seus salários, salários esses que tem um tempo para acabar, porque o programa tem início, meio e fim e diante das suas falas, percebia-se uma angústia de não estar trabalhando e passar novamente a ter que depender de alguém para lhe dar algum dinheiro. Assim, os jovens que conseguiram outras oportunidades de emprego aceitaram qualquer proposta, pois, segundo eles, só não queriam ficar sem salário e deixar de poder comprar as coisas que eles querem.

Do mesmo modo, vimos que o maior interesse deles é adquirir eletrônicos, como os celulares, notebooks, entre outros. Ao meu ver, o avanço tecnológico produz, talvez, os mais evidentes símbolos da sociedade de consumo. Tecnologias avançadas de comunicação e transporte conectam os indivíduos e excluem do cenário aqueles que não alcançam ou não se adaptam a essas tecnologias. Os smartphones são um dos principais itens de desejo do jovem que passa a ter acesso a linhas de crédito e possibilidades de consumo.

Nesse contexto, no entanto, inúmeros itens simbolizam o pertencimento a grupos. Desde peças de vestuário até intervenções estéticas no próprio corpo, os indivíduos se veem cada vez mais inseridos em uma estética padronizada que informa quem são e a que grupo pertencem, ou querem pertencer. A globalização conecta sujeitos de todo o globo e, tal como esclarece Bauman (1999), lhes oferta a sensação de pertencimento a uma cultura global, o que os aliena da sua realidade local. Essa tendência encontra um campo fértil nos jovens aprendizes que se deslumbram com a sensação de autonomia e com a aparente possibilidade de alcançar um novo status. Isso os cega ainda mais da realidade precarizada em que estão inseridos e, não raro, gera consequências financeiras que irão acompanhar a vida desse jovem para além da experiência no programa.

Diante do exposto, os jovens tendem a se espelhar no comportamento do adulto, e, conseqüentemente, no capitalismo, passam a se comportar, viver e consumir como os adultos. O mercado consumidor gera, por meio das propagandas, a necessidade de consumir, em muitos casos, o dispensável, o novo, o lançamento, e, nesse sentido, o consumo passa a fazer parte da vida desses jovens. Por meio da moda e estilos de vida, os jovens constroem suas identidades sociais, constituindo seus grupos ou tribos de acordo com o que vestem e objetos que usam, ou melhor, de acordo com o que consomem. De acordo com Costa (2004, p. 78), o

“consumo é uma metáfora que alude à rapidez com que adquirimos novos objetos e inutilizamos os velhos”.

Acresce a isso, o fato de que o contexto familiar e o credo religioso podem favorecer à essa lógica da servidão que, segundo Antunes (2018), a questão da alienação contemporânea é uma reflexão complexa e, ao mesmo tempo, crucial de nosso tempo, nos obrigando a manter clara uma dimensão relacional, pois o trabalho assalariado é responsável pela interiorização das fetichizações e coisificações da classe-que-vive-do-trabalho, que se expandiu com o capitalismo do século XVIII, acarretando em profundas repercussões na subjetividade do trabalho.

A positividade construída sobre o trabalho através de fundamentos morais e religiosos qualifica o trabalhador quanto ao respeito e à dignidade sociais, destinando a esse trabalhador um lugar na sociedade. É por meio do trabalho que trabalhadores se assemelham e distinguem uns dos outros procurando se aproximar do modelo de vida socialmente aceito e desejado. Esse valor moral atribuído ao trabalho contribui também para manutenção da exploração capitalista, pois mantém o trabalhador comprometido moralmente com o trabalho, mesmo que a atividade implicada no labor se mostre alienante, monótona e de baixa remuneração. Nessa perspectiva, o indivíduo que não trabalha não é reconhecido como indivíduo moral. O ato de não trabalhar representa não apenas a privação material, mas, sobretudo, moral. “Os pobres, sem dúvida, aprendem em casa e na escola que é através de seu trabalho e esforço que o indivíduo deve achar seu lugar no mundo social” (SARTI, 2007, p. 94).

Não obstante, um agravante para esses jovens que buscam o trabalho como um caminho para atender suas necessidades de consumo, bem como, contribuir nas despesas de casa, é o fato deles ainda não terem maturidade para vivenciarem as cobranças de uma sociedade do desempenho. Se para Foucault (2014), a sociedade do século XX é uma sociedade disciplinar, da vigilância e da obediência, para Han (2017), no século XXI, foi superada por um novo tipo, que é a sociedade do desempenho. Mas sabemos que, na verdade essa sociedade ainda continua, só que agora é uma sociedade da vigilância atrelada ao desempenho. Portanto, podemos destacar que essa ideia da vigilância foi aprimorada, porque entendemos que não precisamos mais de um gerente para nos vigiar, porque nós mesmos acabamos nos vigiando. Porém, em relação aos jovens aprendizes que são hoje os jovens egressos do programa, eles não deixaram de estar em uma sociedade da vigilância, porque existem sempre um supervisor que os vigia o tempo todo e assim, esses jovens se cobram para terem um excelente desempenho. Nessa perspectiva, podemos trazer na fala a seguir como se caracteriza o sujeito do desempenho:

O sujeito de desempenho é mais rápido e produtivo que o sujeito da obediência, o poder, porém, não cancela o dever. O sujeito do desempenho continua disciplinado, ele tem atrás de si o estágio disciplinador. O poder eleva o nível de produtividade que é intencionado através da técnica disciplinar, o imperativo do dever. Mas em relação à elevação da produtividade não há qualquer ruptura; há apenas continuidade (CHULHAN, p.23-24, 2017).

Em outras palavras, vivemos numa sociedade mais eficaz na sua intenção de produzir para o consumo, uma vez que induz o indivíduo produzir mais ao fazê-lo com que ele próprio se sinta útil e eficiente na sua exploração de si mesmo. Com isso, ele torna-se cada vez mais explorador de si, submetendo-se às diretrizes da sociedade do desempenho que se espraia em completa desarmonia com os valores humanistas. Sob este ângulo, os jovens por estarem passando por um momento de transformações, dúvidas e medos, essa pressão torna-se ainda mais penosa fazendo com que eles fiquem expostos a situações estressantes, desenvolvam um esgotamento profissional de forma prematura e doenças psíquicas como a síndrome de *burnout*.

2.7 - Formação dos jovens: autonomia ou adaptação?

Na concepção de Gramsci (1977), numa formação democrática, o subalterno deixa de ser uma “coisa” para ser o protagonista de sua própria vida. A formação para o trabalho nas escolas constitui a democratização. Qualificar operários não é democratizar a escola, mas sim a possibilidade de que cada cidadão possa se tornar governante, e que a sociedade apresente essas condições para cada cidadão, mesmo que “abstratamente”. A perspectiva de que a democracia da escola corresponda à capacidade de formar dirigentes é o aspecto central da proposta escolar de Gramsci. A marca social da escola, para ele, não reside nos métodos de ensino nem na aquisição de capacidades diretivas e, sim, no fato de que cada grupo social tem um tipo específico de escola, voltado a manter as estratificações sociais, seja para o desempenho de funções dirigentes ou instrumentais. Por isso, Gramsci defende uma escola única, elementar e média, que até o momento da preparação profissional forme o jovem como pessoa “[...] capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (GRAMSCI, 1977, p. 1547).

Para avaliar a autonomia como princípio educativo, precisamos retomar a obra *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (1996) para compreender os objetivos de uma educação libertadora, que visa desenvolver a autonomia de seus alunos. Essa reflexão crítica se faz necessária para avaliar a relação entre teoria e prática, para que a teoria não se torne

apenas “blábláblá e a prática de ativismo”, mas sim respeitando a autonomia do aluno, promovendo a sua compreensão de mundo e a percepção da sua própria história (FREIRE, 1996, p.24).

O aluno, ao assumir o protagonismo no processo de formação é de extrema relevância, no entanto, quando ele é visto como a centralidade no processo, há uma anulação ou negação da importância do papel do professor enquanto mediador dessa formação. Uma educação que se proponha a uma formação crítica, autônoma e emancipatória, perpassa por uma relação dialógica em que professor e aluno ocupam papéis relevantes nesse processo da construção, na troca e na reelaboração de conhecimentos e novos saberes. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético, e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros (FREIRE, 1996, p. 59).

Essa ideia do protagonismo vem da concepção de que a escola pode promover para os alunos o engajamento deles com os conteúdos e as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem, isso não como uma obrigação ou um favor, mas algo que pode ser respeitado diante da autonomia e da dignidade de cada aluno. Esse protagonismo, que prevê o desenvolvimento da autonomia, da capacidade de tomar decisões e desses jovens terem responsabilidades deve refletir que, na verdade, esses alunos não tem autonomia para definirem o que de fato eles devem fazer, porque, esse processo de autonomia diante da formação para o trabalho vem atrelado à questão da não libertação quanto as práticas de subordinação existentes nos ambientes laborais e, também, da formação. Conquanto, esses jovens vivem um processo claro de subordinação quanto à hierarquia dentro das empresas, que ainda ocorre, de forma bastante verticalizada, uma vez que esses jovens egressos, tanto na sua experiência como jovens aprendizes e nas suas situações atuais de trabalho, se encontram em empregos que os reprimem e que não os permitem opinar nas decisões diretivas e gerenciais dessas empresas que eles trabalham.

Os documentos norteadores da formação profissional nos Programas de Aprendizagem do Senac, trazem, em sintonia com a concepção de currículo, que os instrutores da aprendizagem serão os responsáveis por planejar, desenvolver e executar estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa dos jovens. O professor consciente de seu papel profissional pode se comprometer com a formação humana integral, utilizando diferentes ambientes e criando situações de aprendizagem favoráveis à ação dos alunos. Para tanto, ele articula as competências em desenvolvimento com as experiências de vida dos estudantes e incentiva-os a buscar soluções criativas para os problemas, com base no conhecimento humano acumulado. Portanto, seu papel não é ensinar ou transmitir o que sabe,

mas ajudar o aluno a aprender por si mesmo, por meio de situações de aprendizagem que promovam a autonomia.

No que diz respeito a *pedagogia da competência*, podemos trazer a concepção de Saviani (2008), afirmando que

[...] “a pedagogia das competências” apresenta-se como outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz epistemológica dessa palavra, se encontram subjugados à “mão invisível do mercado” (SAVIANI, 2008, p. 437).

Com o intuito de reconhecer esse processo da pedagogia das competências ou até mesmo o que se compreende sobre essa formação por competência tão falada e destacada nos documentos norteadores do Senac para a formação dos jovens, é que trazemos na fala dos instrutores da aprendizagem a compreensão deles quanto a essa metodologia de formação por competência aplicada nos programas:

Então, hoje a gente sabe que a instituição trabalha com essa formação por competência e com essa metodologia na visão construtivista, em que o aluno ele é o centro do ensino-aprendizagem e que, na nossa forma de trabalhar, devemos garantir o envolvimento dele com a atividade proposta nos Planos de Trabalho Docente (PTDs), desenvolvendo as competências que são trabalhadas ao longo do curso e que a gente traz realmente esse aluno como protagonista né, então, através de pesquisas de temáticas que são trabalhadas ao longo do curso que são divididas em unidades curriculares e que por sua vez são indicadores de aprendizagem, então a gente trabalha diversos temas em que esses alunos fazem pesquisas e em sua maioria são apresentadas através de seminários, onde a gente divide os grupos e eles interagem na turma, exercitando a tomada de decisões e quando a gente trabalhava no presencial, eles também podiam interagir com outras turmas, a fim de levar conhecimentos e essa interação entre os colegas. A questão maior é relacionada às empresas, que a gente não tem como atuar lá, mesmo com as visitas pedagógicas que a gente faz, fica muito difícil a gente dar opinião na gestão das organizações, é coisa bem fechada. Eu noto que quando eu faço visitas nas empresas, os gestores só estão interessados em a gente moldar esses jovens, mudar as atitudes deles, porque os gestores não querem ter trabalho, querem que os jovens sejam produtivos e obedientes e, a gente sabe que muitos ainda não atingiram a maturidade para compreender esse mundo complexo que é o trabalho. A gente tenta dar autonomia a eles, mas não podemos garantir nada, até porque ao meu ver o interesse desses empresários é que essa mão de obra atenda as necessidades da empresa, no que diz respeito ao lucro que ela espera obter (Instrutora D. Fernandes).

O programa em si eu acho ele bastante interessante né, quando foi criado essa nova metodologia, porém eu penso que a instituição poderia investir um pouco mais na questão de material didático, a gente fica muito carente,

a gente vê lá os nossos colegas e eu também batalhando para conseguir aplicar o que foi escrito nos programas a partir dos Planos de Trabalho Docente (PTD) e a gente fica até um pouco frustrado com relação à questão de material didático, para a gente aprofundar mais com os alunos né, a questão de livros, de material, de data show mesmo né, não tem um bom laboratório de informática, então eu acho que é muito carente ainda né, a ausência deles realmente fragiliza o processo né, a gente tem que se virar nos 30 para buscar e levar o melhor para os jovens. Mas, acredito que essa metodologia de formação por competência que pretende promover a autonomia nos alunos, acho que a gente até faz nos ambientes de aprendizagem, mesmo que de forma insuficiente, porque toda instituição tem suas regras e elas quase sempre são impostas, então esse jovem vive ao meu ver mais é um processo de subordinação e, principalmente nas empresas que eles trabalham. A gente tente flexibilizar essa aprendizagem o máximo possível, mas falta também interesse por parte da instituição Senac em promover melhores condições para isso (Instrutor M. Nunes).

O professor se esforça ao máximo para atender, eu faço inúmeras pesquisas, eu levo cópias, eu sempre busquei levar o conteúdo porque nem sempre temos lá na biblioteca disponível para todos, quando foi colocado o wi-fi, a internet não funcionava, a gente não tinha acesso para os alunos, uma coisa que questiono muito que é pra gente usar a biblioteca virtual e eu nem tinha acesso, eu comecei a ter acesso e já não tá entrando novamente, é uma ferramenta ótima, é perfeita porque você usa o livro, você pode mexer no livro, marcar a página, mas tem uns livros que a gente busca e não acha, então na teoria é tudo lindo, mas assim na prática a gente precisa de um suporte maior, precisamos de computadores funcionando, internet de qualidade e agora nessa época de pandemia, infelizmente não tem como não deixar de falar, eu estou por exemplo no curso de vendas, estamos construindo uma maquete, imagine construir uma maquete virtual e assim, temos dois aplicativos, mas alguns alunos estão com dificuldades de mexer nesses aplicativos porque não comportam no celular, então eu sugeri que usassem um aplicativo que tivesse mais facilidade, então eles estão fazendo isso, estão tentando achar um aplicativo mais acessível e eles não tem condições por conta da internet, eu mando sair da aula e fico no WhatsApp com eles para que possam construir a maquete e aí eu vou orientando eles, porque se eles usarem o programa das aulas e mais outros aplicativos o dados móveis não dá conta, como também o celular não tem capacidade de memória para baixar os aplicativos, aí fica muito difícil de desenvolver as atividades, então essa infraestrutura que era de responsabilidade da empresa foi jogada para o professor e para os alunos, a gente que tem que fazer as coisas acontecerem, se no presencial o professor já tinha que se virar, agora com o ensino virtual tudo ficou mais difícil. Então como é que esse aluno vai exercer a autonomia no seu processo de aprendizagem se as condições que lhes são impostas, não lhe dão a mínima garantia para aprender a aprender (Instrutora A. Fontes).

Eu acho que a metodologia de formação por competência ela é boa, como é que eu posso falar isso, seria o ideal se o modelo acontecesse de fato, ele contribuiria positivamente em todo esse processo, alguns (professores) até por esforço próprio mesmo conseguem até o que ele propõe, dentro do que a gente está vivendo, ele tá bem uma utopia, ele está bem distante, então assim, o que ele poderia contribuir talvez ele não esteja por conta de todos esses outros fatores. Com isso todo processo de ensino e aprendizagem, com

a intenção de operacionalizar a autonomia dos jovens nesse quesito, fica bem fragilizado, principalmente agora com a pandemia, a gente tenta, mas é difícil, os jovens não aparecem, se escondem atrás das telas. Quando estávamos no presencial, eles tinham que participar e mesmo assim a gente vivia vários problemas com isso, muitos ficam se encostando nos colegas, outros são tímidos não querem falar, ficam só de ouvinte o tempo todo e nós professores temos que desenvolver o protagonismo nos alunos, mas como? Acaba a gente seguindo o modelo tradicional de ensino, tendo que levar o conhecimento muitas das vezes mastigado e mesmo assim, pouco conseguimos que os jovens participem, claro que não estou generalizando, porque tem alunos e alunos, muitos são participativos e querem aprender, mas outros ainda não atingiram essa maturidade. Como eles não compreendem a proposta do modelo que o programa adota, aí fica muito difícil esse aluno ter autonomia nos processos de trabalho, porque ele é uma peça fundamental para se garantir a manipulação por parte das empresas. A gente tenta fazer, mas é preciso que eles queiram também e que o Senac também se compromete em garantir que esses jovens possam galgar por melhores condições de empregabilidade (Instrutora M. Vasconcelos).

Diante do exposto, vimos que o programa com a implantação da metodologia de formação por competência nada garantiu que essa formação seja de qualidade, como os instrutores esperavam. Ainda que, na fala dos instrutores da aprendizagem, eles trazem que a própria instituição Senac não tem atendido aos requisitos necessários para se garantir a aprendizagem desses jovens, pois, a instituição não tem disponibilizado recursos que dariam sustentação a essa formação, os instrutores, na maioria das vezes, é que tem que encontrar estratégias para atingir a aprendizagem esperada nos programas. Além disso, as empresas, por sua vez, continuam vendo esses jovens como sendo uma mão de obra que atende aos interesses do capital, que é gerar lucro em cima da sua produtividade, quanto mais eles se desempenham para fazer as atividades rotineiras e mecânicas, mais os empresários conseguem alienar esse trabalhador e, o processo de autonomia que tanto se prevê acontecer fica à mercê dos empresários. O que nos leva a inferir que a formação ao invés de promover a autonomia dos jovens, leva-os se adaptarem as exigências do mercado de trabalho.

Para culminar a discussão quanto a esse processo de formação profissional dos jovens egressos pela Instituição formadora Senac, trazemos a discussão quanto ao processo avaliativo, esse que permeia todo o ato educativo e tem por objetivo principal orientar docentes e discentes no processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de competência. Ou seja, a avaliação deve ter caráter processual e contínuo, exercer as funções diagnósticas, formativas e somativas, nas quais prevalecem os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação, na perspectiva do Modelo Pedagógico Senac, é parte integrante das situações de aprendizagem, que prevê o uso de diferentes tipos de procedimentos e

instrumentos, enriquecendo as possibilidades de registro e acompanhamento do desempenho. Outrossim, deve privilegiar o respeito às diferenças, o ritmo de aprendizagem de cada aluno e as prerrogativas da inclusão educacional.

Quanto a essa perspectiva do processo de avaliação, a metodologia de formação por competência prevê, em seus Planos de Trabalho Docente (PTD), situações de aprendizagens que propõem desenvolver as competências do fazer profissional, através dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes, que se baseiam nos indicadores de conhecimentos, a partir dos elementos de competências, que fazem com que os instrutores da aprendizagem avaliem seus alunos a partir dessas práticas que simulam as atividades nos ambientes laborais. Diante do exposto, podemos confrontar os documentos que preveem essa ação da avaliação com essa sistemática, a partir da experiência dos instrutores:

A avaliação, eu particularmente a entendo como um processo contínuo, a gente pode até fazer uma pontuação no sistema em determinada data sobre o aprendizado, sobre os objetivos que estavam sendo calculados para serem alcançados, mas eu entendo a avaliação como algo muito maior do que apenas uma pontuação de 5 de 10, de atendido, de não atendido, ir fazendo uma comparação da evolução dos jovens quanto ao desenvolvimento das competências previstas nos programas. Eu acho que a avaliação precisa ser mais ampliada, para que eles consigam melhorar não só quantitativamente, mas qualitativamente, porque tem alunos que absorvem e aprendem de uma forma e outros absorvem de outra forma, então assim, o professor, querer avaliar todo mundo da mesma forma não acredito não, eu não acredito nisso entendeu! Sobre essa avaliação que foi instituída no programa pela instituição Senac, eu acredito que se a gente avaliasse os jovens da forma que os documentos preveem a avaliação, assim poderíamos caracterizar que ela fosse uma avaliação que teria uma eficiência e uma eficácia melhor, do que a avaliação do tipo tradicional, que só faz acumular conteúdo e aplicar uma prova e ali você vai aferir uma nota e o aluno parece que só se reduz aquilo ali, a metodologia de avaliação que o programa usa, ela dá para fazer esse processo contínuo, sim, pois assim se caracteriza como uma avaliação de mais qualidade, a questão é que para isso ocorrer a gente precisa ter mais apoio para realização das atividades previstas nas situações de aprendizagem porque sem recursos, a gente finge que avalia (Instrutora D. Fernandes).

O método de avaliação com base no que levamos para os alunos, no meu pensamento deveria ser mudado, porque só atribuir uma nota ou um conceito, não garante uma boa avaliação, portanto, acho que seria necessário que o aluno pudesse participar mais desse processo avaliativo, por mais que a gente dê um conceito de A de atendido, PA de parcialmente atendido e NA de não atendido, não fica claro o processo de avaliação para os alunos, porque como a gente avalia as atividades em grupo, acho que deveríamos ter um critério de avaliar o todo, mas também individualmente. Acho que isso deveria mudar, esse critério, porque aqueles alunos que não são tão dedicados em relação aos outros, pudessem melhorar um pouco mais, porque só aqueles trabalhos que a gente faz em grupo não são suficientes para a gente avaliar (Instrutor M. Nunes).

Essa forma de avaliar dos programas, de certa forma tenta mudar aquela ideia da avaliação tradicional, mas ainda assim acho esse processo de avaliação baseando-se no desenvolvimento de competências ainda muito frágil, porque como as situações de aprendizagens são realizadas em sua maioria em grupos, para desenvolver a competência de trabalho em equipe, fica difícil no momento de avaliar todos de uma vez só, seria interessante que houvesse algum instrumento que nos desse a possibilidade de avaliar de forma individual e em grupo também, mas esse processo também fica muito engessado, porque muitos indicadores tem uma carga horária muito corrida, curta e a gente não tem tempo suficiente para avaliar, a coisa é muito rápida e aí a gente termina generalizando os resultados das avaliações (Instrutora A. Fontes).

Eu acho que fica muito solto esse processo de avaliação, não temos a garantia que o aluno aprendeu, porque só colocar um conceito de A atendido, PA parcialmente atendido e NA não atendido é muito utópico esse processo, era melhor que não tivéssemos que atribuir conceitos, mas que a instituição Senac nos desse as condições de desenvolver as competências previstas nos programas através de recursos didáticos, midiáticos e audiovisuais para que assim, a gente pudesse minimamente garantir que os alunos aprenderam alguma coisa (Instrutora M. Vasconcelos).

Eu já passei por alguns processos de ensino-aprendizagem no Senac durante esse tempo que estou lá, logo quando eu entrei era muito tradicional, muitos conteúdos que às vezes não tinha a vivência nem do curso que eles estavam oferecendo e nem a vivência da prática dos jovens na empresa e aí passamos para a metodologia de ensino ação-reflexão-ação e uso dos PTDs, que era o que a gente já fazia, mas um pouco mais abrangente, mais amplo, aí foi feita uma reestruturação dos programas, em relação às cargas horárias, mudamos as unidades curriculares, indicadores, eu acredito que a gente saiu de um ensino mais tradicional para um ensino mais amplo, com competências, unidades curriculares, indicadores, com avaliações que tem que ter no mínimo de 02 a 03 formas diferenciadas, sendo a pesquisa, a de maior importância, e aí houve um salto muito grande em relação a ampliação dos conhecimentos que são trabalhados nos cursos, a sensação é que saímos de um ensino fundamental para um ensino superior, além disso foram incluídas as marcas formativas do Senac, além das duas marcas que já são previstas na própria da lei da aprendizagem, que são de suma importância para os jovens, porque a gente consegue mencionar mesmo nas atividades desenvolvidas pelos alunos durante a sua formação, destaco que a atitude empreendedora e o domínio técnico-científico são as marcas que mais trabalho nos jovens, e eles conseguem imprimir elas nas suas dinâmicas de trabalho e também com as modificações das metodologias, conseguimos tornar os cursos que eram bem teóricos com mais práticas. O processo de avaliação ainda deixa muito a desejar, precisamos nos apropriarmos mais, porque avaliar é muito difícil, caímos no julgamento e na descrença de que o jovem é capaz, acho que precisamos mudar a forma de pensar sobre a capacidade que eles têm ou até mesmo a nossa forma de olhar para essa aprendizagem, parece que a gente não consegue ampliar, ficamos ainda muito restritos a notas, conceitos e, o processo de aprendizagem deve ser bem superior à somente aferir notas e conceitos. Cabe ao professor desconstruir as suas concepções sobre o processo de avaliar (Instrutora K. Prata).

É evidente que avaliar seja uma das etapas mais complexas nos processos de ensino e aprendizagem, como bem trouxeram os instrutores em suas falas, em que, muitos deles sentem dificuldades em garantir a aprendizagem dos alunos, seja por conta da ausência de recursos didáticos ou midiáticos, ou seja por demonstrarem insegurança para tal. Ao meu ver, creio que seja necessário que a Instituição formadora, “Senac” repense o ato de avaliar para mudar esse contexto de frustração dos instrutores e, conseqüentemente, dos jovens, porque a partir do momento em que o instrutor diz que não consegue garantir a aprendizagem dos alunos, isso se torna bastante grave, uma vez que essa formação se torna bastante ineficaz, gerando nos jovens uma certa insegurança do seu fazer profissional. Acredito que esse processo seja de suma importância para um programa como esse, que tem como objetivo formar jovens para o mercado de trabalho. Aqui, podemos entender que, essa possa ser uma das fragilidades que o programa tem em garantir uma mão de obra qualificada e, por isso, esses jovens não conseguem ocupar melhores postos de trabalho, ficando sempre em empregos precários e cada vez mais distantes de ascenderem na sociedade.

Mas, quando trouxemos a possibilidade de os jovens egressos fazerem uma avaliação quanto às contribuições dessa formação profissional para a inserção deles no mercado de trabalho, obtivemos as seguintes respostas a partir da fala deles:

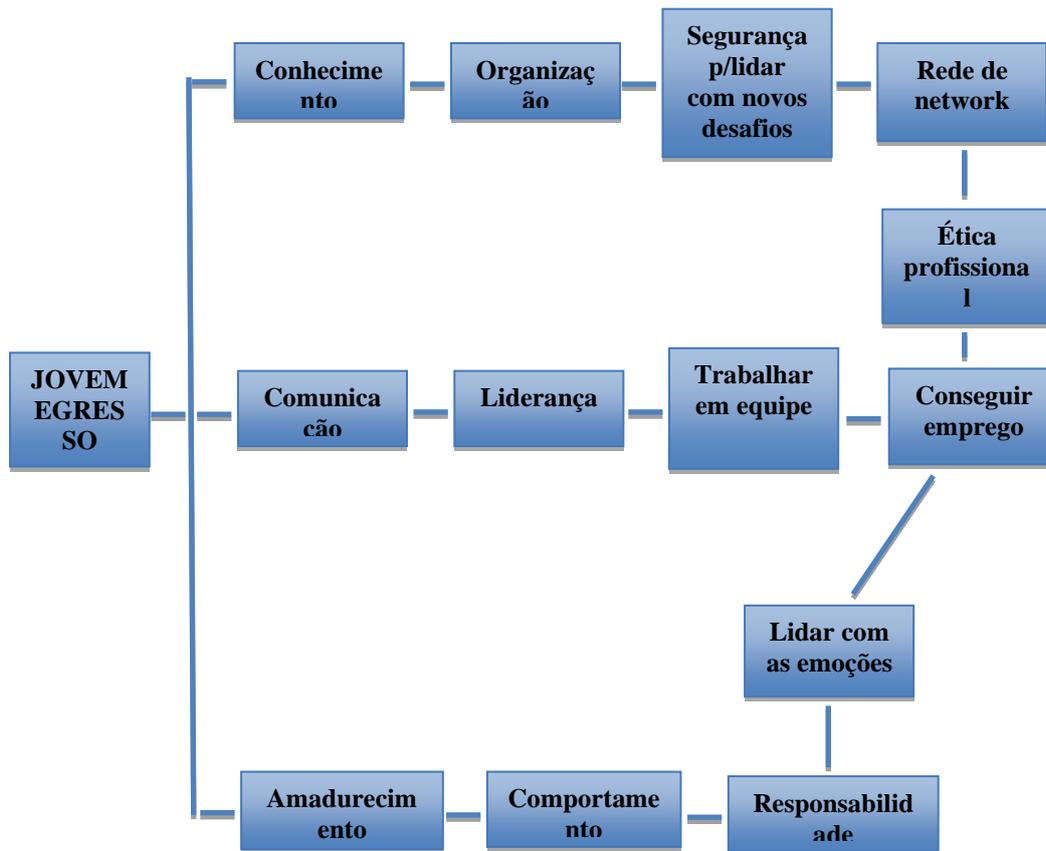
Em questão do curso eu acho que foi tudo ok, aprendi muita coisa na teoria, que também já esqueci porque não trabalho mais em supermercado. A estrutura do Senac é boazinha, precisa melhorar muito, os professores é que são ótimos, nunca houve reclamação de nada no Senac, mas agora em questão da empresa, bom pelo menos na minha experiência, eu acho que eles poderiam olhar mais para os jovens aprendizes, porque eu acho que eles acabam assim achando que a gente é tipo uma obrigação, a gente tem que chegar lá fazendo um trabalho e pronto, só tem que fazer aquele trabalho e acabou. A gente, bom pelo menos eu me doava bastante, a gente tinha que fazer o melhor, trabalhava e acabava que às vezes eu achava que ninguém estava nem me olhando, porque a gente não tinha reconhecimento, eu tinha esse reconhecimento dos meus colegas próximos, às operadoras de caixa que me viam sempre trabalhando e me elogiavam, mas as pessoas que realmente eu queria que me vissem não ocorria, tipo “os gerentes”, faltava a atenção, o reconhecimento por conta dos gestores e supervisores, para que a gente pudesse ir se aperfeiçoando. E aí ficava bem claro que o que eles queriam era que a gente tivesse um bom desempenho, do tipo fazer um monte de coisas ao mesmo tempo e aí era muito estressante. Mas para mim, o curso contribuiu muito para a minha vida, porque hoje sou outra pessoa, mais segura, perdi o medo de falar em público, agora vou atrás do que eu quero, busco meus trabalhos e ao menos tento garantir o meu sustento e ainda tento ajudar em casa com as despesas (Jovem Egresso M. Conceição).

O programa foi o que me fez continuar, porque o que aprendi na teoria me serviu para a minha atividade que era de vendas, os professores se esforçavam muito para a gente aprender, sempre apreendíamos com flexibilidade, desenvolvendo competência, embora faltava muitos recursos, a

forma como as atividades ocorriam eram de forma bem dinâmicas, que faziam a gente pesquisar e encontrar soluções para os problemas que eram desafiados para nós, mas sobre as dificuldades que o jovem sente diante do trabalho, vou falar sobre a minha experiência, pois na minha concepção eu me sentia muito pressionado, porque essa história de bater meta é muito péssima, eu acho que isso foi o que acarretou em desgostar e muitas vezes pensava em sair do programa, mas como eu queria pegar experiência, ganhar meu dinheiro e receber o certificado, aí ia suportando aquele trabalho. Mesmo sendo jovem aprendiz, eles puxavam a gente para ir lá vender, atender super bem o cliente, mostrava tudo e o cliente não levava nada e mesmo assim o gerente queria que a gente fechasse a venda, era muito difícil, às vezes a gente não quer comprar só quer olhar as mercadorias e depois comprar se quiser e, aí me sentia tão pressionado, por algo que você não ia vender e nem ia fechar uma venda. O gerente era pressionado pelo dono da loja e aí eles pressionavam a gente, parecia que a gente tinha que dar o lucro todo naquele dia, muito exaustivo (Jovem Egresso Y. Fontes).

Enfim, a parte dos professores, a coordenação todos foram excelentes, sempre foram tão profissionais e sempre tiveram a bagagem ótima, tanto na abordagem dos conhecimentos, mas como também das áreas das competências dos professores, a coordenação sempre auxiliando bastante o aluno, sempre dando atenção. O curso tem uma metodologia bem flexível, que trabalha as nossas competências e desenvolvem as nossas habilidades e atitudes, na sala de aula o próprio aluno tem mais liberdade para expressar e para aprender interagindo entre si e entre os próprios alunos e com professor docente. A infraestrutura acho que é a única coisa que eu adicionaria, porque em muitos momentos do curso se necessitava da parte de informática e nem sempre se tinha a disponibilidade de computadores para todos. Agora na empresa, teve algumas questões difíceis, tanto de colocar o que a gente aprende no curso, como também a visão que eles têm do jovem aprendiz, porque a gente tem que dar conta de tudo, tem que ser produtivo o tempo todo e às vezes a gente tem problemas, mas eles não querem enxergar isso, parece que a gente é um robô sem sentimentos ou problemas, somos jovens e como tal, temos problemas. Às vezes eu chegava no Senac e tinha com quem conversar, falar das dificuldades, mas na empresa você só tem que trabalhar, parece que não tem recursos humanos para olhar um pouco por nós (Jovem Egresso W. Alves).

Nota-se que os jovens egressos participantes dessa pesquisa conseguem a partir da sua experiência como jovens aprendizes, fazer uma avaliação do programa e de sua formação profissional, como também, da sua vivência nas empresas contratantes. Portanto, de acordo com a fala deles, percebe-se que a formação profissional nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE trouxe para esses jovens muitas contribuições, mesmo não sendo tão positivas assim, mas, fica claro que algo surtiu de efeito para eles, tanto no campo pessoal como no campo profissional, conforme esquema apresentado abaixo:

Esquema 1: Contribuições da formação profissional na ótica dos jovens egressos

Fonte: A autora (2021)

Em suma, diante desse processo de formação profissional apresentado nesse capítulo, essa formação demonstra claramente a dialética da subjetividade da relação entre trabalho e educação, principalmente no que diz respeito a esse público jovem que aqui trazemos como sendo uma engrenagem de manipulação dessa política desigual diante do acesso deles a educação e ao mercado de trabalho. Mesmo com tantos percalços apresentados pelos jovens egressos e pelos instrutores da aprendizagem a partir dessa formação, fica claro que essa formação profissional trouxe muitas contribuições para esses jovens egressos.

Logo, traremos no próximo capítulo, os caminhos percorridos no campo do trabalho pelos jovens egressos após a sua saída dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE e as contribuições dessa formação profissional para a inserção deles no mercado trabalho em Aracaju/SE. Portanto, serão enfatizadas as vivências e experiências dos jovens no programa, trazendo a partir da fala deles as projeções e os projetos para o campo do trabalho. Apresentaremos, ainda, como os instrutores da aprendizagem avaliam a sua prática docente diante dessa formação para o trabalho, mostrando que, de certa forma, mesmo com as dificuldades elencadas por eles, ainda assim, eles tentam ao menos garantir uma formação de qualidade com o objetivo de propiciar a empregabilidade desses jovens. Além disso,

pretendemos entender o porquê dessa política pública de formação profissional, depois de tanto tempo de sua existência, ainda os jovens que foram assistidos por ela estão assumindo postos de trabalhos cada vez mais precarizados.

CAPÍTULO 3 OS JOVENS EGRESSOS DO SENAC NO MERCADO DE TRABALHO EM ARACAJU-SE

Nesse capítulo, serão apresentados os caminhos percorridos no campo do trabalho pelos jovens egressos após a sua saída dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, especificamente na cidade de Aracaju/SE. O objetivo é, a partir das entrevistas realizadas, reconhecer a ótica dos jovens egressos e dos instrutores da aprendizagem dessa instituição, com o intuito de compreendermos as contradições que se apresentam nessa formação: porque os resultados dessa política pública de qualificação profissional – que define em seus documentos e diretrizes uma formação humanizadora em uma perspectiva de possibilitar nesses jovens um processo de autonomia e emancipação – não condizem com o modelo aplicado nos ambientes de formação e laborais, embora nos deparamos com uma realidade de contradição nessa relação de autonomia e emancipação do sujeito, pois, os jovens egressos em sua atualidade ainda estão assumindo postos de trabalhos precários e em condições cada vez maiores de subordinação, alienação e precarização do trabalho ou, quando não vão por esse viés, assumem a informalidade, apostando na ilusão de ser empreendedor e de ser seu próprio patrão.

Para realizar uma análise crítica acerca dos resultados do Programa de Aprendizagem do Senac/SE, faz-se necessário reconhecer a experiência do jovem durante sua participação no programa, a partir de uma perspectiva que permite ampliar a reflexão sobre o contexto em que se insere esse jovem. As experiências foram relatadas em entrevistas semiestruturadas (Apêndice B), realizadas com os jovens egressos em formato online e gravadas, após as entrevistas, a fala dos sujeitos participantes dessa pesquisa, foram transcritas na íntegra, sem alterações de ordem ortográfica ou de concordância. Além dos jovens egressos, participaram das entrevistas os instrutores da aprendizagem, com o objetivo de, a partir do olhar deles, identificarmos as possíveis lacunas dessa formação profissional, que de certa forma, causa impactos para uma melhor projeção desses jovens no mercado de trabalho.

3.1 A experiência como jovem aprendiz

Não podemos iniciar as análises das entrevistas sem partir do ponto inicial que é a entrada dos jovens egressos nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, através do Centro do Formação Profissional de Aracaju (CFP-AJU). É a partir daí que suas trajetórias no campo do trabalho se iniciaram, uma vez que houve um movimento feito pelos jovens para serem inseridos nessa política pública de qualificação profissional, que tem como objetivo qualificar e inseri-los no mercado de trabalho. A perspectiva desses jovens, ao entrarem no programa, é

em sua maioria conseguir sua primeira experiência de trabalho e ser remunerado pela sua mão de obra e, conseqüentemente, garantir a sua empregabilidade.

Como essa política pública de qualificação profissional possibilita e regula esse tipo de acesso à formação profissional e, ao mesmo tempo, propicia uma experiência no campo do trabalho a jovens com idade entre 14 e 24 anos e, que essa política não prejudique os estudos desses jovens, conforme as determinações legais, é que percebemos o aumento da procura pelos jovens em fazer parte dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE. Entre os anos de 2015 a 2018, a instituição possibilitou o acesso a essa formação a mais de 1000 jovens por ano (esses dados de matrículas foram apresentados na tabela 5, no capítulo II).

Como a questão central aqui é a formação profissional dos jovens egressos para a inserção deles no mercado de trabalho, com o objetivo de garantir a empregabilidade desses jovens, nos remetendo ao que Frigotto (2008) aborda sobre a *ideologia da empregabilidade*, presente nas políticas de inserção dos trabalhadores, que apaga a perspectiva do coletivo e realça a competição individual, onde cada indivíduo responde pelo seu próprio sucesso ou insucesso, a perspectiva de ter um emprego regulado por um contrato social, dilui-se na mera noção de empregabilidade. “A mensagem clara é que não há mais lugar para todos, mas apenas para aqueles que se adequem ao conjunto de competências técnicas, científicas, culturais e afetivas que o mercado reconhece como desejáveis do ‘novo’ cidadão produtivo” (FRIGOTTO, 2008, p. 525).

A meu ver, essa questão da empregabilidade gera no jovem angústia e frustração, porque, quando eles eram jovens aprendizes, o que mais ouvíamos falar era que eles sentiam uma enorme ansiedade para saber se as empresas que eles estavam sendo contratados iriam efetivá-los como um funcionário com contrato por tempo indeterminado. Mas, como muitos ainda não tinham idade para serem efetivados, já articulavam no final do programa para procurar uma nova oportunidade de ser jovem aprendiz em outra empresa. Inclusive, muitos retornam para o Senac/SE e fazem os mesmos cursos que já fizeram, então, fica claro que o que eles estão buscando é garantir um trabalho, mesmo nas condições de ser um jovem aprendiz e, a formação que poderia ser o que lhes possibilitaria galgar por melhores condições de trabalho, fica para o segundo plano. Os jovens que já atingiram a maioridade tendem a ficarem ainda mais ansiosos para saber se serão contratados pelas empresas, porque o peso da maioridade é ainda mais crítico para esses jovens.

O fato de os jovens passarem por uma experiência de formação e trabalho, que supostamente é o que poderá lhe dar a condição de se tornar empregável, pois ele passou a ser uma “mão de obra” qualificada, gera uma expectativa de que serão absorvidos por essas

empresas. Mas, na realidade, o que obtivemos como um dos resultados dessa pesquisa é que, dos 10 jovens egressos entrevistados, somente 03 foram efetivados pelas empresas contratantes, onde os jovens relataram que a sua efetivação não foi somente porque eles fizeram a formação profissional no Senac/SE, embora o que mais contou foi porque eles já estavam fazendo a formação superior, de modo que a empresa demonstrou ter interesse para que eles mudassem de função quando que se formassem.

Para os jovens egressos essa está sendo uma excelente oportunidade, pois estão adquirindo experiência, tem carteira de trabalho assinada, recebem seus salários e benefícios e, ainda poderão, mais à frente, desfrutar em exercer uma profissão que seja reconhecida. Isso porque, para eles, ser um jovem aprendiz possibilitou que fossem inseridos no mercado de trabalho, entretanto, para garantir a sua empregabilidade, somente o curso do Senac/SE não lhes daria as mesmas condições, é preciso que eles elevem os seus níveis educacionais para que possam competir por uma vaga de emprego.

Para termos mais clareza de como foi essa experiência de ser um jovem aprendiz nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, é que traremos a partir da fala dos jovens egressos como foram suas trajetórias para a entrada nos programas, e suas vivências na formação e nas empresas contratantes.

Por ser filho de pais separados, logo cedo fui assumindo a ausência do meu pai, pois como minha mãe era diarista e também lavava roupa pra fora, desde cedo eu pegava e entregava as roupas dos clientes, e com isso minha mãe tinha mais tempo de trabalhar. Como sempre fui bem interessado nos estudos, então eu me dedicava bastante porque queria vencer na vida e dar melhores condições a minha mãe e a minha irmã. Antes de fazer parte do programa, eu já tinha feito alguns bicos para ganhar algum dinheiro, mas não tinha tido a oportunidade de ter a carteira assinada, então a minha primeira experiência foi no jovem aprendiz. Pra mim, fazer parte desse programa foi muito importante, desenvolvi bastante, e passei a querer ainda mais. Quando eu entrei no programa eu já tinha 18 anos, então já estava fazendo faculdade o curso de Letras (Libras) na UFS, através das cotas, porque sempre estudei em escola pública e aí tive essa oportunidade. Mas, como eu fiz o curso de Serviços Administrativos no Jovem Aprendiz, aí essa área me despertou. Então durante a minha participação no programa, sempre busquei aprender cada vez mais até porque a empresa que fui contratado era um hospital e as atividades eram bem diferente do que eu estava estudando no Senac, pontuo isso como algo que foi negativo para mim, porque a minha vontade era colocar em prática o que aprendia no curso, mas mesmo assim eu fui dando uma melhorada nos arquivos da empresa que eram bastante desorganizados e também melhorando o atendimento na recepção, mas por ser jovem aprendiz eu não tinha tanta autonomia para isso, porque toda vez que eu tinha iniciativa a minha supervisora dizia que eu tinha que seguir o que ela mandava, não era para eu criar coisas sem saber. Confesso que com o passar do tempo isso foi me deixando bem frustrado, porque a minha intenção era ser bom para quem sabe a empresa me contratasse mais na frente. Mas com tantas coisas que

aconteceram na empresa, eu mesmo já nem queria ficar lá. Até contava os dias para acabar o meu contrato e por conta disso, mesmo antes do curso acabar, eu já estava buscando outra coisa, só não podia esperar ficar sem trabalho e sem dinheiro. Mas no Senac, era bem melhor, a gente tinha a chance de se colocar e participar das atividades, embora tudo já era bem certinho de ocorrer, nunca tinha tantas mudanças, as vezes faltava um pouco mais de prática porque era muita teoria e isso cansava. Além do que, as vezes faltava recursos para a gente desenvolver as atividades. Mas o jovem aprendiz trouxe muitas coisas boas para a minha vida, agora sei me comportar, lidar com as pessoas, trabalhar em equipe e também conheci muitas pessoas que me ajudaram a encontrar outros empregos. (Jovem Egresso F. Barbosa)

Bom, ser jovem aprendiz para mim foi muito importante, hoje estou na mesma empresa desde que acabou o curso, só tenho a agradecer, porque quando eu era aprendiz, fiquei no setor de TI porque eu já estava na faculdade de redes e aí, eles me contrataram para fazer a parte administrativa, mas como meu pai trabalhava fazendo manutenção de computadores eu já ajudava a ele em casa e ganhava algum dinheiro. Mesmo fazendo faculdade de redes, eu sentia que os colegas e o meu supervisor não me davam a chance de me desenvolver melhor, só com o passar do tempo que eles foram me conhecendo e viam que eu tinha vontade de aprender, aí eles deixaram eu fazer a manutenção nos computadores. Mas, como a minha meta era seguir a área de redes, então foquei muito mais na minha faculdade do que no Senac, porque o curso era bom, mas o que eu queria era trabalhar e ter meu dinheiro. No Senac, foi muito bom que conheci muitas pessoas e os professores são ótimos, chegam junto o tempo todo, quando a gente tem uma dificuldade, logo estão nos auxiliando. Fui atrás do programa, porque é difícil você virar homem e depender dos pais, a gente quer comprar alguma coisa e tem que pedir, eu não queria isso pra mim, por isso que logo cedo comecei a me virar para ganhar meu dinheiro. E no jovem aprendiz você a carteira de trabalho assinada e recebe seus benefícios e isso é bom. Na empresa era bom também, mas como eu era aprendiz não tinha muita liberdade de opinar nas coisas, tinha que esperar eles dizerem o que tinha que fazer, mas mesmo assim, eles não viam a gente com bons olhos, parece que a gente é uma ameaça para os colegas, vira uma competição. Hoje que estou contratado, a coisa é bem diferente, já são 05 anos na mesma empresa e, já estou me formando e ouvi que até 2022 eles vão me mudar de função, assim eu espero (Jovem Egresso P. Oliveira).

Antes de jovem aprendiz, eu sempre me meti a fazer coisas para ganhar um dinheirinho, fazia artesanato, crochê, e customizava roupas. Mas como minha mãe e minha irmã tinham renda, eu não tinha tanta pressa de trabalhar, mas quando estava com 17 anos, eu saí com uma amiga para entregar currículos as empresas para ser jovem aprendiz, demorou alguns meses para conseguir, mas fui chamado para uma entrevista e fui aprovado, aí comecei a estudar no Senac o curso de vendas e trabalhar ao mesmo tempo, e também tinha que terminar o ensino médio, que eu estava no 3º ano, foi dureza, passava praticamente os três turnos na rua, era uma loucura, mas eu dava meus pulos. No Senac era o melhor momento, porque era bem diferente da escola, que inclusive a escola não prepara a gente para o trabalho, é só conteúdo e mais conteúdo o tempo todo, e no Senac, a gente trabalhava em equipe, era bem legal encontrar soluções para os problemas que os professores davam para a gente resolver, era bom. Na

empresa, não gostei tanto, a gente como jovem aprendiz parece um problema, ninguém quer ensinar, mas querem cobrar da gente, mas fazer o quê, eles que mandam e a gente obedece. Aprendi muito com tudo, hoje estou na universidade, faço o curso de teatro e quero seguir os meus estudos, mesmo tendo que trabalhar para me sustentar, mesmo assim vejo que vou ter uma profissão (Jovem Egresso Y. Fontes).

Desde cedo, tive que procurar emprego, porque minha mãe é doméstica e meu pai era pedreiro, mas perdeu uma visão e aí ele passou um tempão para conseguir se aposentar, como somos cinco pessoas lá em casa, a despesa era grande, e por eu ser o filho mais velho sentia que eu tinha que ajudar a minha família, ainda mais porque meu pai estava inválido. Aí uma amiga falou do Senac, que a gente podia trabalhar de carteira assinada e que a gente ia estudar e trabalhar ao mesmo tempo, e que a gente ganha um salário e só ia trabalhar um turno, então começamos a distribuir currículos nas empresas, foi dureza para conseguir, porque eram muitos jovens procurando emprego, e quando a gente chegava na empresa, eles diziam que não estava precisando de ninguém naquele momento, até que eu desisti, não fui mais atrás, mas como minha mãe conhecia uma pessoa de uma empresa que tinha feito faxina, aí ela pediu uma vaga, foi assim que eu consegui. Quando entrei no programa, já estava na universidade fazendo o curso na área de TI, aí eles me colocaram no setor de TI, e foi assim que eu consegui me efetivar, não pelo curso só do Senac, mas porque estava na faculdade. A minha experiência no Senac valeu um pouco porque eu queria era a primeira chance de conseguir um emprego e conhecer pessoas para depois de aí conseguir outras oportunidades. Embora eu sei que a empresa se aproveita da nossa mão de obra que é barata demais, e mesmo quando fui efetivo eles me contrataram como nível médio, dizendo que quando eu me formar vão melhorar o meu salário, mas acho que não vou continuar na empresa, porque o meu foco é terminar minha faculdade e eu não estou vendo como vou conciliar os horários do trabalho com a faculdade, estou pensando em pedir demissão e buscar outro jovem aprendiz, pelo menos só trabalho um horário, ganho meu dinheiro e termino minha faculdade (Jovem Egresso W. Alves).

Minha caminhada antes de entrar no programa foi bastante dura, passei quase uns dois anos tentando conseguir uma vaga, já tinha percorrido aquele centro da cidade todo e nada, eles pedem experiência pra gente, como é que a gente vai ter experiência se nunca ninguém deu a chance. Quando eu estava no 3º ano do ensino médio a minha oportunidade chegou, e fiquei muito feliz, porque eu ia trabalhar e ganhar meu dinheiro, porque a situação na minha família não era nada boa, e não é até hoje, porque estou desempregada novamente, e também a empresa não me efetivou, aliás os colegas que entraram comigo ninguém conseguiu ser efetivado, parece que a gente se qualifica para ficar desempregado. Termina a gente não tendo nenhuma garantia, faz o curso e pronto, ter um certificado e pronto, mas fazer o quê, a gente que é pobre tem que lutar todos os dias. Quando eu entrei para o programa, eu fazia o curso de administrativo, e foi o melhor que eu fiz, aprendi muitas coisas, que me ajudaram muito a escolher uma área para fazer o ENEM, aí passei para Administração e agora vejo que vou ter um diploma, e posso ter mais chances de crescer na vida, a minha dificuldade é grande, porque os assuntos são difíceis, mas estou levando, o pior é não estar trabalhando, porque, para ir para a faculdade eu preciso de dinheiro, por isso que eu estou buscando voltar para o programa, ganho dinheiro para manter meus estudos e posso ainda ajudar um pouco em casa com as despesas (Jovem Egresso M. Fátima).

É evidente que, diante das falas dos jovens, podemos refletir sobre vários aspectos do que essa formação profissional representou para eles, como, também, o que essa experiência de ser um jovem aprendiz trouxe de repercussão para a vida deles, tanto no campo do trabalho como nos estudos. Apesar de eles trazerem em suas falas que foi bom ser um jovem aprendiz, porque conseguiram ter a primeira experiência profissional, com carteira de trabalho assinada e recebendo salários e benefícios, fica claro que a busca por essa oportunidade de entrada nesse programa foi mais por conta da remuneração do que pela formação profissional. Até porque nenhum deles trouxe, em seus relatos, que as qualificações profissionais que eles fizeram no Senac/SE, são enxergadas pelas empresas que eles trabalham hoje como sendo uma profissão reconhecida.

Ainda na visão deles, essa formação profissional adquirida na instituição formadora é insuficiente para eles garantirem a sua empregabilidade, é tanto que os jovens egressos que foram efetivados pelas empresas em que eles eram jovens aprendizes trazem que elas os contrataram por conta de eles já estarem no ensino superior e, fato esse, que as empresas passam a enxergar esses jovens como sendo uma possível mão de obra qualificada. E os jovens, por sua vez, acreditam que tendo uma profissão reconhecida, eles terão melhores oportunidades de empregos e salários, por isso enfatizam que ter um curso técnico e superior é o que lhes dará a condição dessa inserção.

Mas, na lógica do capital, sabemos que essas ilusões são criadas a todo instante pelos trabalhadores, porque o número de jovens qualificados desempregados só cresce absurdamente no nosso país e no mundo. Um mercado de trabalho que se torna cada vez mais competitivo e exigente, quando traça, em seus perfis profissionais, um trabalhador que tenha experiência e que possua várias especializações, isso se torna para os jovens, uma maior dificuldade de adentrar no mercado de trabalho. De acordo com Coutinho (2007), as organizações vêm ressaltando um novo perfil de trabalhador, ou seja, mais autônomo e polivalente, contudo, “esses trabalhadores são pressionados pela organização a se identificar com ela, com seus valores e objetivos”, promovendo sobre eles uma “dominação” subjetiva (COUTINHO, 2007, p. 58).

Nota-se que, um trabalhador que já tem uma trajetória de trabalho que pode minimamente lhe garantir uma condição de competir e, mesmo assim, é bem difícil de conseguir, imagine um jovem que não dispõe dessas condições, então, se torna ainda mais complicado de eles conseguirem ser inseridos no mercado de trabalho. Além disso, a demanda existente no nosso país de jovens que estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos é bem elevada, de tal modo que o mercado para esses jovens se torna cada vez mais competitivo.

Cumpra-se atentar para o fato de que temos outro agravante, que é a situação educacional desses jovens, que dificulta ainda mais de eles competirem com jovens que vêm de famílias mais favorecidas em termos de acesso à educação, à cultura, à tecnologia, a cursos de línguas, entre outros. O jovem das classes menos favorecidas só tem acesso, na maioria das vezes, a um ensino público precário, que promove uma formação deficiente. O acesso à cultura é bem restrito para eles e, outro ponto diz respeito aos níveis educacionais de seus pais, que na maioria das vezes, também não tiveram a oportunidade de estudar porque tinham que trabalhar muito cedo, eles, “os jovens”, seguem nessa mesma caminhada. Como vimos em Bourdieu e Passeron (2002), o *quantum de* capital cultural e social que são oferecidos aos jovens aprendizes tem uma relação forte com as posições em que ocupam no mercado de trabalho. Ou seja, como as necessidades básicas são mais urgentes nas classes populares, é difícil investir em educação, daí a tendência são os pais ocuparem postos de trabalhos precários ou informais, que os impossibilitam de proporcionar para os filhos uma educação de qualidade e o acesso ao capital cultural, com isso, temos um círculo vicioso de reprodução das desigualdades.

Acresce, ainda, que a alocação dos jovens entre estudo e trabalho é muito influenciada pela faixa etária, pois os jovens, de 15 a 17 anos, ainda se encontram em idade escolar; portanto, nesse grupo etário, é esperado que os jovens estejam estudando, ou combinando estudo com alguma atividade de trabalho, a partir do momento em que assumem essa relação entre trabalho e estudo muitos deles acabam deixando os estudos por conta da exaustiva jornada de trabalho ou porque escolhem ganhar dinheiro e, esse aspecto tem gerado um aumento nas taxas de evasão escolar no nosso país, fato esse que dificulta ainda mais os jovens galgarem por melhores condições de trabalho e, seguem assumindo empregos cada vez mais precários ou até mesmo trabalhos informais.

A questão da informalidade tem se acentuado bastante, pois, com a falta de postos de trabalho e com as crises econômicas que se assolam no nosso país, é que esse cenário tem gerado ainda mais a perda dos direitos sociais e trabalhistas, quando os jovens assumem atividades que não lhes dão seguridade e nem tão pouco as condições mínimas de garantia, vimos que, antes dos jovens entrarem nos programas de Aprendizagem do Senac/SE, muitos deles já faziam alguma atividade para ganhar dinheiro e sempre de forma informal, os ditos “bicos”. Como alerta Antunes (2015), esse tipo de atividade se caracteriza pela baixa capitalização, cujo objetivo é obter uma renda para consumo, tanto individual quanto familiar. Entretanto, esse trabalhador informal precarizado somente consegue sobreviver em virtude de

que outros membros do grupo familiar são empregados formais e podem assegurar a sua sobrevivência.

Para caracterizar esse cenário do desemprego dos jovens brasileiros, buscamos, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019, complementados pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais), da Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, de 2012 a 2017, trazer os dados e a análise da conjuntura do mercado de trabalho nos anos mais recentes, que tem destacado um expressivo aumento na taxa de desemprego, apresentando uma evolução das taxas de ocupação para os jovens de 15 a 29 anos do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019. A taxa de ocupação, que estava em torno de 54% no período 2012-2014, seguiu uma tendência de queda acentuada a partir de 2015 até o primeiro trimestre de 2017, quando chega a 47,3%, uma redução de 7 pontos percentuais (p.p). A partir do segundo trimestre de 2017, houve uma leve recuperação da taxa de ocupação, que passou a oscilar em torno de 48,5% (PNAD Contínuo/IBGE, 2020).

O emprego informal se configura como a principal porta de entrada do emprego para os jovens. Durante o período 2012-2018, em média, 53% dos jovens de 15 a 29 anos entram no mercado de trabalho por meio do emprego informal. Essa proporção chegou a 55,5% ao final de 2017, tendo recuado para 54,1% na transição do último trimestre de 2018. Nos últimos anos, verificou-se uma queda acentuada na entrada para o emprego formal, que passou de 30,9% – na transição do quarto trimestre de 2014 para o primeiro trimestre de 2015 – para 23,6% – no quarto trimestre de 2018. A redução na entrada para o emprego formal foi substituída, principalmente, pelo aumento na entrada no emprego como conta própria ou empregador (PNAD Contínuo/IBGE, 2020).

A partir desses dados, verifica-se que a situação dos jovens brasileiros é bastante delicada no cenário do trabalho, uma vez que os percentuais de desemprego e de empregos informais tem se acentuado, e com isso, podemos entender o porquê desses jovens buscarem esse tipo de formação profissional, em virtude de ela lhe dar respaldo legal quanto à formalidade do contrato social de trabalho e, que as empresas não podem deixar de cumprir com suas obrigações trabalhistas, porque elas podem ser penalizadas pelos órgãos fiscalizadores, tendo que cumprir as cotas de contratação de jovens aprendizes no percentual mínimo de 5% e no máximo 15% do seu quadro de funcionários efetivos e demandem atividades técnicas.

Desse modo, essa situação nos gera uma inquietação quanto à questão dessa formação profissional não estar sendo um despertar para esses jovens, nos fazendo questionar o que de fato essa política quer alcançar, porque os jovens relataram que entraram no programa para adquirir experiência do primeiro emprego e serem remunerados, o que nos dá a sensação de que a intenção dessa política é atender aos interesses do capital, com uma mão de obra barata e que as empresas tem um grande ganho com isso.

A seguir, traremos as trajetórias de trabalho e educacionais dos jovens egressos após a sua saída do programa e, relataremos como os jovens enxergam o mercado de trabalho na atualidade, destacando as suas impressões diante desse cenário competitivo no campo do trabalho.

3.2 As trajetórias de trabalho e educacionais dos jovens egressos após a sua saída do programa

O mundo do trabalho contemporâneo caracteriza-se, fundamentalmente, pelo desemprego estrutural, ampliação da desqualificação, precarização, *part time*, terceirização, informalidade, situações que geram insegurança e instabilidade. Para Barros (2005), existem situações nas quais a possibilidade de constituição de uma identidade valorizada encontra-se bloqueada ou impedida de se efetivar e isso está associado às contradições geradas pelo mundo do trabalho na contemporaneidade (BARROS, 2005, p. 51-65).

Deste modo, podemos destacar aqui a fala da jovem M. Fátima, quando perguntado na entrevista quais foram suas trajetórias de trabalho após sua saída do programa e obtivemos a seguinte resposta:

Até então, eu me encontro fora do mercado de trabalho. Então, mesmo que você tenha adquirido conhecimentos e um certificado, isso ainda não foi o suficiente para a minha inserção no mercado de trabalho, ainda não encontrei esse campo de trabalho porque não teve oferta. Já coloquei vários currículos e até agora nada, inclusive estou buscando outra vaga através do jovem aprendiz do Senac e também pelo CIEE e, tudo ficou ainda mais difícil, porque eu saí do programa no final de 2019 e, em 2020 veio essa pandemia da Covid-19, aí complicou mais ainda, as empresas não estão contratando ninguém, o desemprego só aumenta, principalmente para os jovens. Eu só não estou sem fazer nada porque eu consegui entrar na UFS pelo ENEM que eu fiz em 2019 e por ser aluna de escola pública entrei pelas cotas e estou assistindo às aulas de forma remota, mas a situação financeira está bem difícil, porque quando alguém fica sem trabalho na família é um problema.

Na fala da jovem, nota-se que, o fato de ter feito a formação profissional no Programa de Aprendizagem do Senac/SE e ter uma certificação, não foi suficiente para ela ser inserida

no mercado de trabalho. As crises econômicas, como já falado acima, a questão da competitividade, a falta de emprego e com a pandemia da Covid-19, o cenário de trabalho na atualidade tem se tornado cada vez mais complicado. Durante a entrevista com a jovem, mesmo de forma remota, dava para sentir a angústia e frustração dela de não ter sido contratada pela empresa que era jovem aprendiz, quando ela traz na sua fala que:

Sendo sincera, eu que acho que não era vantagem para a empresa me contratar, porque antes de eu sair do programa, a recepcionista pediu demissão e, como tinha um jovem aprendiz pela manhã e outro pela tarde, que era o horário de funcionamento da recepção, eu acho que era mais vantagem para eles ter o jovem aprendiz, porque o salário que a empresa pagava a gente não chegaria no valor do salário de uma pessoa efetiva. Para sanar um pouco as dificuldades, eu e a minha família, a gente começou um pequeno negócio de papelaria na minha casa mesmo com o dinheiro que eu recebi da minha rescisão, aí as pessoas fazem o pedido do material e eu saio entregando na casa das pessoas, aqui pelo bairro que a gente mora e, pelo menos não vou ter que ficar parada, sem dinheiro, até conseguir um trabalho de carteira assinada, eu vou me ajeitando aqui com esse negócio, porque também com esse trabalho eu tenho mais autonomia de fazer o meu horário de trabalho e não vai atrapalhar as minhas aulas da faculdade.

Como o mercado de trabalho começa a se desestruturar cada vez mais por conta das situações já expostas acima, o jovem tende a buscar outras alternativas para garantir algum recurso, partindo da ideia de que ser um empreendedor, ter seu próprio negócio, irá solucionar o seu problema financeiro e de trabalho. Sabemos que essa ideia de ser empreendedor, ser seu próprio patrão, ganha espaço para a perda dos direitos sociais e trabalhistas, até porque quando a jovem diz que iniciou um pequeno negócio em sua própria casa, isso caracteriza que não há nenhum planejamento ou até mesmo um plano de negócio para ver a viabilidade de se ter esse empreendimento. É provável que esse negócio não tenha sustentação, pois, a falta de recursos para se fazer investimentos e reposição de mercadorias poderá trazer perdas que consideramos como um grande risco para essa família. Mesmo porque, o recurso que foi utilizado para iniciar o negócio foi justamente a rescisão que a jovem recebeu ao sair do programa, e que não deve ter sido algo muito grandioso por conta do salário que o jovem recebe como aprendiz.

Quando ainda instrutora da aprendizagem do Senac/SE, trabalhávamos a questão do empreendedorismo como sendo uma marca formativa, “Atitude empreendedora”²³,

²³ Marca formativa: atitude empreendedora: Corresponde à observação e análise permanente do campo de atuação profissional, com vistas a tomar a iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em instituições, na perspectiva de fazer diferente, usar novos recursos, criar, realizar e exercitar as suas capacidades humanas. Essa Marca Formativa relaciona-se, portanto, à iniciativa, criatividade, inovação, autonomia e dinamismo, demonstrados nas mais diversas situações de trabalho (SENAC. DN. Concepções e princípios. Rio de Janeiro, 2015. 34 p. (Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac, 1). Inclui bibliografia.

imprimindo nesse jovem a compreensão de que ser um empreendedor também poderia ser um viés de ele se manter no mercado, de forma autônoma, abrindo seu próprio negócio ou, até mesmo, sendo um empreendedor nas empresas em que eles iriam trabalhar no futuro. Então, era bem típico ouvir dos jovens que se eles não conseguissem emprego em uma ou outra empresa, eles iriam abrir seu próprio negócio ou ser entregador ou Uber, mas que iriam trabalhar de forma autônoma.

É nessa perspectiva que, Pochmann (2007) em sua obra intitulada *A batalha pelo primeiro emprego*, traz que as ocupações autônomas são decorrentes do grande avanço da desestruturação do mercado de trabalho, percebe-se a elevação nas ocupações autônomas (não-assalariados) no Brasil, mesmo que não tenham sido suficientes para atender a oferta dos jovens que ingressam no mercado de trabalho a cada ano. Geralmente, os postos de trabalho autônomos caracterizam-se pela propriedade, com baixos rendimentos, instabilidade ocupacional, altas jornadas de trabalho, alta rotatividade e ausência de mecanismos de proteção social e trabalhista (POCHMANN, 2007).

Com a questão do desemprego recorrente, o jovem que, sem ter uma ocupação estável, encontra somente empregos do tipo temporário (*freelance*), parcial e provisório. Como resultado disso, o jovem passa parte de sua vida ativa alternando entre trabalho provisório (de tempo parcial e sem registro, autônomo, com trabalho ocasional, em domicílio, entre outros) e o frequente desemprego (POCHMANN, 2007, p. 49).

Sabemos que há inúmeras discussões acerca da inserção dos jovens no mercado de trabalho e, conseqüentemente, da situação de empregabilidade deles. Portanto, com as recentes modificações nas estruturas produtivas e, especificamente com as novas tecnologias, (que, de certa forma, afetaram e tem afetado o perfil dos empregos) vem sendo alteradas as atividades profissionais e o funcionamento do mercado de trabalho, assim, esse processo tem causado modificações nos modos de vida dos trabalhadores.

Diante do exposto, podemos então entender que esse processo de inserção dos jovens ao mercado de trabalho tem fortalecido a insatisfação entre os jovens, principalmente em relação às perspectivas dos seus futuros profissionais, destacando a questão da diminuição de empregos para eles, em decorrência da inserção de novas tecnologias, que vem exigindo deles uma maior qualificação e, conseqüentemente, que tenham experiência de trabalho.

Como já foi dito, o fato de os jovens pertencerem às classes populares acaba por inseri-los no mercado de trabalho precocemente, tendendo a abandonarem seus estudos. Desse modo, sem qualificação e sem experiência de trabalho, a tendência é que esses jovens

assumam trabalhos precários que não lhes deem a mínima condição de progredirem socialmente.

Como vimos, com relação às trajetórias de trabalho e educacionais da jovem M. de Fátima, podemos, a seguir, conhecer as demais trajetórias de outros jovens, e perceber que a história dela não difere das trajetórias dos outros jovens egressos participantes dessa pesquisa, como podemos destacar nos relatos abaixo:

Antes do programa jovem aprendiz, tive experiência de trabalho de 15 dias no Boticário, como emprego temporário no ano 2015 e em julho de 2016 ingressei como jovem aprendiz na mesma empresa Boticário e fui efetiva assim que sai do programa, fiquei contratado por 02 anos e 08 meses, saí recentemente da empresa. A empresa me demitiu agora na pandemia, o motivo que foi colocado pela empresa foi “redução do quadro de funcionários”. Após a minha saída do Boticário passei para outra empresa, mas como trabalho temporário, sem carteira assinada e sem benefício nenhum, mas eu não podia deixar de trabalhar, porque eu tenho que me sustentar. Atualmente estou trabalhando na empresa Dermage, com contrato temporário “tempo de experiência” de até 03 meses, a gerente disse que depois desses meses de experiência pode ser que eles me contratem, estou fazendo de tudo para dar o meu melhor. E como eu fiz o curso de Vendas no jovem aprendiz, e por ter sido jovem aprendiz do Boticário, então eu estou rezando que eles me contratem, até porque eu estou no 6º período de Psicologia, tenho que pagar a minha faculdade e recentemente eu estou morando com meu namorado e aí é muita coisa para dar conta (Jovem Egresso J. Maciel).

Quando eu saí do programa que terminou o meu contrato no G Barbosa, eu não fui efetivada, mas como a gente quando é jovem aprendiz, acaba conhecendo muitas pessoas, aí uma pessoa de lá, indicou para trabalhar, então foi em um escritório de advocacia, tirei as férias de uma pessoa que estava de férias e acabei continuando lá durante um ano, depois das férias ainda continuei fazendo um outro serviço, organizando o arquivo, quando acabou o serviço aí eu saí. As atividades que eu desenvolvia na empresa de advocacia, durante um ano foi primeiro de secretária e depois eu estava fazendo organizando o arquivo porque tem muitos processos no escritório de advocacia e eu acabei organizando todos esses processos e deixando tudo nos seus devidos lugares. Mas o meu contrato, não era carteira assinada, o advogado fez só um contrato e eu assinei, mas era tudo certinho, tudo organizadinho, me pagava direitinho, mas não era carteira assinada (Jovem Egresso M. Conceição).

Na verdade, eu fui jovem aprendiz por duas vezes no Senac, a primeira vez em 2017 no curso de Serviços Administrativo e fui contratado pela OSAF, não foi uma experiência muito boa, as atividades não tinham nada a ver com o curso e por várias vezes pensei em desistir, mas como eu já estava com 19 anos, eu precisava trabalhar, não dava mais para ficar sem emprego e aí quando o contrato, fiquei por 06 meses sem conseguir nada e aí como Senac a gente pode voltar e fazer parte do programa de novo, aí eu fui contratado pela empresa Macro Atacadista e fui matriculado no Senac no mesmo curso de Serviços Administrativos, e eu aceitei porque foi o que

consegui naquele momento. Mas nessa segunda experiência eu achei bem melhor, porque a atividade era no RH e eu já tinha passado pela primeira experiência, eu já tinha passado pelo último módulo que era Assistente de Pessoal, mesmo antes de ter chegado no módulo do curso atual, eu já sabia algumas coisas, relacionadas a questão do setor de pessoal em relação algumas características que o assistente tem que ter para trabalhar nessa função, como integridade e sigilo das informações dos colaboradores e aí foi bem mais fácil do que naquele contexto quando era jovem aprendiz do Osaf. Antes de acabar esse contrato, o Macro sofreu um incêndio e foi vendido para o grupo Pão de Açúcar, e aí terminou o contrato só com as aulas do Senac e aí não ia mais para a empresa até eles finalizarem o meu contrato, porque também veio a pandemia e aí tudo deu ruim. Quando saí dessa empresa consegui ir trabalhar em uma empresa na área de TI e até o momento eles falaram que seria um contrato, mas até agora eles não prepararam nenhum contrato, parece que vou ficar como MEI mesmo, como prestador de serviços e aí todos os meus direitos trabalhistas deixam de existir, sem férias, sem 13º salário, sem seguridade social, só seria o MEI, com a contribuição mensal, FGTS zero, a empresa vai pagar o meu MEI²⁴ e sobre os outros direitos do trabalhador deixa de existir, sobre aposentadoria eu que me vire, tem que ser particular, para compensar a perda dos direitos, a empresa paga um pouco a mais que o salário mínimo, que não chegaria ao que eu teria de direitos a mais com as férias e o 13º salário. Não é que não vale a pena entendeu, vale um pouco a pena por ser um pouco mais que um salário mínimo e sobre as férias, acham que eles não vão pagar, acho que vai ter um mês de férias, mas sem remuneração, mas pelo menos terei um mês, senão é trabalho escravo. Mas não quero me perpetuar aqui, vou segurar porque preciso terminar minha faculdade e daí para frente as coisas vão ser diferente (Jovem Egresso M. Santos).

Depois que eu saí do programa em 2019 em dezembro né, não fui contratada pela empresa que era a UNIMED e no final do ano a gente só consegue trabalho temporário, ninguém contrata de carteira assinada e como eu atrasei meus estudos eu ainda estava terminando o ensino médio, aí piora a situação de emprego, e para completar veio essa pandemia, fiquei sem trabalho mesmo, sem conseguir nada, depois de alguns meses foi para uma entrevista só que não deu certo, aí eu fiquei sabendo que era mais fácil entrar na Alma Viva, empresa de telemarketing, eles não exigem tanta escolaridade e maioria dos funcionários são jovens, então levei o currículo e fui fazer a entrevista e uma prova para entrar na Alma viva, passei, fiz um Treinamento online por vídeo chamada por 07 dias, entrei na empresa só dia 25 de novembro de 2020, passei o ano inteiro sem trabalhar, e na Alma Vida é contrato por experiência de 45 dias para depois assinaram a carteira para mais 45 dias dependendo do seu desempenho. O salário abaixo do salário mínimo, 998,00 abaixo do salário mínimo do Brasil, ainda a gente tem direito a vale-transporte e o vale-refeição e plano de saúde, a jornada de trabalho é, das 6:20 até às 12:20, seis horas corridas, de segunda a sábado e no domingo, folga domingo e trabalha outro. Eu estou afastada porque estou com Covid-19, porque trabalha muita gente junta, mesmo de máscara, mas a empresa não toma as medidas de distanciamento, nem de escola e nem faz a limpeza dos equipamentos, muita gente está doente por lá, fora os problemas de sistema deles que é ruim e a gestão é ruim também, eles não ligam para o funcionário, mesmo com pouco tempo que eu tô lá eu percebo que eles não ligam para funcionário, eles querem quantidade, eles não querem facilidade, porque como o mercado não tem emprego para os jovens, se você não estiver gostando, você sai e já entra outros, não tão nem aí, então pra mim também se eu conseguir

²⁴ MEI - significa Microempreendedor Individual, ou seja, um profissional autônomo. A pessoa física, ao se cadastrar passa a ter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, tem facilidades com a abertura de conta bancária, no pedido de empréstimos e na emissão de notas fiscais, além de ter obrigações e direitos de uma pessoa jurídica (site Sebrae).

outro contato eu saio de lá. Também vou tentar fazer o ENEM agora que terminei o ensino médio, pra ver se consigo entrar na faculdade, porque só com o ensino médio e o curso no Senac nada me garante que eu consiga outro emprego, a não ser desse tipo que tira todos os nossos direitos ou melhor posso até perder minha vida por doença (Jovem Egresso G. Santos).

Como podemos observar, são jovens que apostam nesse programa como uma forma de serem inseridos no mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, são conscientes que precisam ter uma formação superior para permanecerem no mercado, ainda que a formação superior também não seja uma garantia de que eles terão sucesso nessa jornada. Por outro lado, os jovens notam todas as formas de exploração a que são submetidos, entretanto, o fato de buscarem atender suas necessidades básicas, eles não só adotam uma postura resignada, mas passam a se dedicar para que sejam notados como excelentes funcionários, e que sejam efetivados nas empresas. Nesse sentido, a pressão pela inserção e permanência no trabalho inibe o questionamento das condições nas quais o trabalho é exercido e reforça ainda mais a submissão. Para entendermos as trajetórias de trabalho e educacionais dos jovens egressos após a sua saída dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, faremos uma síntese que será apresentada a partir do quadro abaixo:

Quadro 4: Trajetórias de trabalho e educacional dos jovens egressos

Nome	Idade que entrou no programa	Idade atual	Estado civil	Moradia	Localização	Escola pública	Escolaridade/cursos	Empresas que trabalhou quando saiu do programa	Trabalho atual
F. Barbosa	18 anos	23 anos	Solteiro	Casa própria (herança) mora com a mãe e a irmã	Bairro Bugiu	100 %	Ensino Superior incompleto (Letras/Libras – UFS – status: trancado; Economia – UFS – status: cursando; Gestão Financeira – EAD – Instituição particular – status: cursando)	Não foi efetivado quando saiu do programa. Museu da Gente Sergipana (função: atendente); Hospital de Olhos (função: financeiro); Imobiliária MM Imóveis (função: supervisor administrativo); Alma Viva (função: operador de telemarketing)	Alma Viva
P. Oliveira	18 anos	24 anos	Casado	Casa alugada	Rosa Elze	100 %	Ensino Superior Incompleto (Análise e Desenvolvimento de Sistema – Faculdade particular – status: cursando)	Efetivado pelo Hospital Primavera após a saída do programa Hospital Primavera (função: assistente de análise de sistema)	Hospital Primavera
R. Pereira	17 anos	22 anos	Solteira	Casa alugada	Santos Dumont	100 %	Ensino Superior incompleto (Enfermagem – instituição particular – status: cursando)	Efetivado pelo Hospital Primavera após a saída do programa. Hospital Primavera (função: secretária)	Hospital Primavera
J.	19	23	Solte	Casa	Rosa	100	Ensino	Efetivada	Dermage

Maciel	anos	anos	ira	própria (mora com os pais e a irmã)	Elze	%	Superior incompleto (Psicologia – instituição particular – status: cursando)	pelo Boticário após a saída do programa. Boticário (função: vendedora – status: demitida no início da pandemia); Dermacoscsm éticos (função: vendedora – status: emprego temporário); Dermagem (função: consultora de vendas).	m
M. Conceição	17 anos	20 anos	Casada	Casa da família (está construindo a casa própria)	Porto Dantas	100 %	Ensino Médio Completo Observação: está sem estudar, pretender fazer ENEM.	Não foi efetivado quando saiu do programa. Escritório de Advocacia (função: secretária – emprego temporário);	Desempregada
M. Santos	19 anos	22 anos	Solteiro	Casa própria (mora com os pais)	São Carlos	100 %	Ensino Técnico em Redes de Computadores – instituição particular – status: concluído; Ensino Superior Incompleto – instituição particular – status: cursando.	Não foi efetivado quando saiu do programa. JC Net (função: instalador de redes)	JC Net
G. Santos	20 anos	23 anos	Solteira	Casa própria (mora com os pais)	Novo Paraíso	100 %	Ensino Médio Completo Observação: está sem estudar, pretender fazer ENEM.	Não foi efetivado quando saiu do programa. Alma Viva (função:	Alma Viva

								operadora de telemarketing)	
W. Alves	18 anos	21 anos	Solteiro	Casa alugada (morar com os pais)	Novo Paraíso	100 %	Ensino Superior Incompleto (Engenharia da Computação – UFS – status: cursando)	Efetivado pela SVA Segurança após a saída do programa. SVA Segurança (função: assistente de TI)	SVA Segurança
M. Fátima	18 anos	21 anos	Solteira	Casa alugada (morar com os pais e a irmã)	Cidade Nova	100 %	Ensino Superior Incompleto (Administração – UFS – status: cursando)	Não foi efetivado quando saiu do programa. Observação: a jovem não conseguiu nenhuma proposta de trabalho até o momento da entrevista.	Desempregada

Fonte A autora (2021)

É inegável que, diante do quadro apresentado e dos relatos dos jovens egressos quanto às suas trajetórias de trabalho e educacionais após a saída dos programas de Aprendizagem do Senac/SE, que a situação do mercado de trabalho para os jovens está bastante obscura, tanto em questão de vagas e ofertas, como também as relações de trabalho que estão gradativamente mais precárias. O jovem, por sua vez, para não ficar fora desse mercado, tem se submetido a aceitar propostas deploráveis, pois, diante das falas deles, percebemos o quanto esse cenário tem se tornado penoso para eles. Uma das minhas inquietações enquanto instrutora do programa era em relação a esses jovens terem acesso a um contrato de trabalho com carteira assinada e, com direito aos seus benefícios legais; quando o programa acabasse, o que seria desses jovens? E, se a empresa não efetivasse esses jovens, eles iriam fazer o quê? Como educadora, sempre conversava com os jovens no sentido de que o mais importante na fase da vida deles era não abandonar os estudos, pois, acreditava que esse caminho ainda poderia ser uma porta para a inserção deles no campo de trabalho. Mas, diante desse cenário em que vivemos, para esse jovem conseguir emprego sem uma qualificação mínima, está difícil e, se ele tem muita qualificação, nada garante que ele seja empregável.

Efetivamente, se pararmos para analisar a questão da qualidade dos empregos que esses jovens assumem na atualidade, podemos identificar que eles tendem a se colocar no mercado de trabalho em ocupações de péssimas qualidades. Especificamente em 2015, quando o Senac Nacional e os seus Departamentos Regionais passavam pelo processo de reestruturação do seu modelo de formação acontecia, naquela época, uma deterioração do mercado de trabalho, que confirma uma tendência da redução na participação do emprego formal e o aumento do emprego informal ou até mesmo, o trabalho por conta própria. Acelerando por diante, episódios crescentes de desemprego para os jovens entre 15 a 29 anos de idade, sendo que essa entrada no mercado de trabalho através do emprego informal acaba por comprometer as trajetórias profissionais desses jovens por muito tempo.

Diante do exposto, é nítido que a precarização do trabalho se prolifera cada vez mais, quanto Standing (2017) traz que:

Atualmente, ter um trabalho temporário é um forte indicador de um tipo de precariedade. Para alguns, ele pode ser um trampolim para a construção de uma carreira. Mas, para muitos, pode ser um degrau que *desce* para um status de renda mais baixa. Aceitar um emprego temporário após um período de desemprego, como é encorajado por muitos estrategistas políticos, pode resultar em ganhos menores para os próximos anos (HOUSEMAN, 2010). Quando uma pessoa aceita um emprego em um patamar mais baixo, a probabilidade de ascensão social ou de ganhar uma renda “decente” é permanentemente reduzida. Aceitar um emprego casual pode ser uma necessidade para muitos, mas é improvável que promova a mobilidade social (STANDING, 2007, p.35).

A realidade de trabalho vivida pelos jovens egressos traduz o pensamento de Standing, pois os jovens para não ficarem de fora do mercado de trabalho estão dispostos a aceitarem trabalhos que não lhes dão a mínima possibilidade de ascensão, além de que, a mente do precariado é totalmente motivada pela ansiedade, há uma insegurança crônica, eles têm a mente insegura e são na maioria das vezes estressadas. Elas são alienadas dos seus empregos e trabalhos, e seu comportamento é anômico, incerto e desesperado. As pessoas que temem em perder o que têm estão constantemente frustradas. Ficarão com raiva, mas em geral, de forma passiva. A mente precarizada é alimentada pelo medo e é motivada pelo medo (STANDING, 2007).

O jovem, por mais que não tenha tantas experiências vividas em relação ao mercado de trabalho, tende a despertar também para o senso crítico, a partir do momento que eles começam a reconhecer que esse processo de alienação também decorre da percepção deles de que o que eles fazem não é para o benefício deles, mas para os donos das empresas. A jovem G. Santos, traz claramente na fala dela, quando diz que a empresa não está preocupada com

seus funcionários, “se a gente não quiser, tem outras pessoas que querem o emprego”, então é notório que o exército de reserva continua cumprindo a sua função nesse modelo de reprodução do capital na medida em que pressiona os jovens a se submeterem as condições precárias, então, como o objetivo do capital é o lucro e não a saúde ou a realização do trabalhador, mesmo que este não esteja satisfeito com o trabalho, ele terá aceitar de forma resignada e ainda ser grato por ter um trabalho.

Do mesmo modo, para atingir a uma discussão ainda mais profunda em relação ao campo do trabalho, foi perguntado aos entrevistados como eles enxergavam o mercado de trabalho para os jovens na atualidade e, obtivemos as seguintes respostas:

Infelizmente, as empresas não dão uma oportunidade para o jovem. Mesmo o jovem aprendiz tem algumas questões que precisa melhorar. Ainda assim, acho que na atualidade é a única maneira de incluir o jovem no mercado de trabalho, que é como jovem aprendiz. Se não fosse isso, com certeza seria ainda muito mais difícil. Na verdade, para entrar no mercado de trabalho, eles pedem experiência, como você vai ter experiência se ninguém lhe dá uma chance? Outra coisa também é em relação a escolaridade, que dificulta muito, porque nós jovens estamos em uma idade que ainda estamos estudando, concluindo o ensino médio, ou no início de uma faculdade, então os empregos que sobram pra gente são os piores, com salários bem baixos, e mesmo que você tenha cursos, não sei se isso garante, a não ser que seja um curso técnico em TI, como o que eu fiz que me deu a condição de continuar no Hospital Primavera, não porque fui só um jovem aprendiz, mas porque o meu curso técnico era de interesse da empresa. Estou nessa empresa até hoje, mas eu bem sei que não é fácil para os jovens entrarem no mercado de trabalho, até porque a maioria dos jovens que precisam trabalhar é porque não tem pais que tenha dinheiro para bancar você só estudando. A vida do jovem que trabalha e estuda é muito puxada, eu por exemplo, passo o dia todo na rua, só chego em casa depois das 22h, quando acaba minha aula da faculdade, agora estou com aulas remotas, mas não é a mesma coisa, porque meu curso é bem prático e é uma enganação esse ensino remoto (Jovem Egresso P. Oliveira).

Talvez um pouco difícil, um campo mais fechado, que está exigindo que você se empenhe, que você estude, que você vá em busca de outras coisas, muitos jovens hoje em dia que já tem a idade de ter acabado os estudos, e na verdade não está nem na metade, muitos acabam desistindo e desviando seus caminhos, e depois quando pensam em retornar e retomar, não conseguem mais, a não ser que procure os programas para acelerar seus estudos, acredito que é porque os jovens não pensam no que vai acontecer lá na frente se você parar de estudar, quais as consequências disso, e quando quer retomar, as vezes já é tarde demais, porque as empresas exigem pelo menos que você tenha terminado o ensino médio, ou um curso técnico e até mesmo um nível superior e isso não acontece, aí vejo muitos jovens reclamando que não tem dinheiro, é só se esforçar um pouco, que você vai chegar no que você quer. É porque pode ser que o mercado esteja realmente mais exigente né, está aí cada vez mais competitivo, o quantitativo de jovem é muito grande, a gente sabe disso, mas é preciso trilhar um caminho também né, para elevar os níveis educacionais, qualquer condição de ser inserido também no mercado de trabalho (Jovem Egresso R. Pereira).

É complicado, é um mercado amplo, porém a dificuldade é o jovem ter a experiência para quem está iniciando, acho que pra quem tem a experiência isso se torna um pouco menos difícil (Jovem Egresso J. Maciel).

Então, por conta da pandemia, eu acho que afetou bastante né, porque muitas empresas estão fechando as portas né, muitas tiveram dificuldades. Mas, assim, o programa Jovem Aprendiz tem que ter de qualquer jeito e assim eu continuo dizendo que a maior dificuldade é sobre a contratação e também assim, são muitas exigências, muitas empresas preferem que o jovem tenha experiência, já em outras empresas exige que você esteja com ensino fundamental ou ensino médio completo e muitas das vezes a pessoa ainda tá começando, entendeu! e acaba que dificulta a pessoa o que realmente quer fazer. Pra falar a verdade muita gente, só consegue algum emprego por conta da peixada, e outros jovens que teriam mais condições não conseguem porque não conhece ninguém para indicar, isso acontece muito no Jovem Aprendiz, para conseguir uma vaga no programa, você tem que conhecer alguém de alguma empresa para pegar seu currículo, para assim poder participar da seleção, é muito difícil mesmo, eu lutei muito para conseguir o jovem aprendiz do G. Barbosa e mesmo com tantas dificuldades eu queria que eles tivessem me efetivado, mas não aconteceu isso. Eu acredito que só o estudo não adianta, tem que ter experiência ou conhecer alguém que indique você para trabalhar (Jovem Egresso M. Conceição).

Bem competitivo, bem difícil, de se inserir inicialmente, sem que você tenha um diferencial que realmente chame a atenção, de que você pode comprovar de que você é bom naquilo, que você sabe fazer aquilo. Às vezes o empregador pega o currículo olha e aí passa para o lado, mas se você tiver alguma coisa pelo que chame atenção e que principalmente chame atenção para aquela função que eles estão procurando, seja bem direcionado, um diferencial de pensamentos, assim pode ser que seja contratado ou outra forma que se tem atualmente, é através de indicação, se você não tiver uma ligação com alguém que é de confiança, para contratar e te dar uma chance é muito difícil, um jovem conseguir por telefone o primeiro emprego é muito difícil, tem que sair e levar currículo, mesmo que leve um não na cara, o mercado de trabalho é bem cruel, principalmente para os jovens (Jovem Egresso W. Alves).

Nessa perspectiva, de como o jovem egresso enxerga o mercado de trabalho na atualidade, vimos que diante do olhar deles, nada difere dos estudos e das discussões existentes no campo do trabalho e da educação, pois os estudos demonstram o quanto o acesso e/ou a inserção dos jovens no mercado de trabalho tem se tornado algo que está em evidência durante muitas décadas. Pochmann (2007) traz que:

As chances de o jovem encontrar uma oportunidade de trabalho têm sido escassas, muitas vezes levando-o a aprender, fora da escola, uma nova lição acerca da difícil realidade do mercado de trabalho. O desempenho medíocre do mercado acirrou fortemente a competição pelas poucas oportunidades de trabalho, fazendo com que o jovem se tornasse a principal vítima. As medidas relativas ao primeiro emprego, embora existentes no Brasil, são

insuficientes e, muitas vezes, inadequadas para dar conta de uma nova realidade de mudança que favorece a entrada do jovem no mercado de trabalho (POCHMANN, 2007, p. 80).

Podemos destacar, aqui, que uma das medidas é justamente a qualificação da mão de obra para enfrentar o problema do desemprego dos jovens brasileiros. São a partir dos cursos de formação profissional ofertados pelo sistema “S”, junto às ações do MTE e as demais secretarias municipais e estaduais, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos cursos profissionalizantes ofertados pelos institutos federais, que se busca minimizar os impactos do desemprego no país. A partir dessas formações de mão de obra barata, é que surgem as medidas concretas no âmbito da geração de emprego, entre essas medidas, temos a contratação de jovens aprendizes que demandam custos inferiores aos do adulto e, essa contratação está respaldada pela legislação trabalhista brasileira. Não obstante, a formação profissional, face à reestruturação do capital e aos desafios que daí surgiram quanto aos empregos, persistiu em constituir-se como uma ferramenta útil para a qualificação da mão de obra, ao mesmo tempo em que se massificou sem conseguir resolver a questão do desemprego, principalmente para os jovens, proporcionando, por vezes, formas precárias e instáveis de emprego como observamos nos relatos.

Sem sombra de dúvidas, essas políticas existentes no nosso país têm em seu bojo uma forte inclinação em atender aos interesses do capital. Sendo o jovem a vítima desse sistema que o empurra a se submeter e a buscar por ofertas de trabalho cada vez mais precárias, apropriando-se das relações diversas de trabalho existentes no país. Para não estarem de fora desse mercado competitivo e com o intuito de disporem das mínimas condições materiais para sua subsistência, os jovens vendem a sua força de trabalho em troca de salários que não lhes dão a mínima condição de ascenderem socialmente, além disso, a entrada precoce no mercado de trabalho tem afetado consideravelmente as projeções educacionais deles.

Mesmo tendo como um dos resultados dessa pesquisa a projeção educacional de muitos jovens egressos, que, de certa forma, ascenderam nesse campo, em geral, a maioria dos jovens assistidos pelos Programas de Aprendizagem do Senac/SE estão em déficit quanto à formação escolar. Então, para esses jovens, o mercado de trabalho se torna ainda mais difícil, é nítido, na fala dos pesquisados, quando eles trazem que umas das dificuldades que os jovens têm, em conseguirem emprego, é justamente por conta das exigências em relação à sua formação escolar, ficando esse jovem em condições inferiores de competir por uma vaga de emprego.

Além disso, vimos que os jovens egressos que foram efetivados pelas empresas após a sua saída do programa, todos eles tinham já um nível educacional que, de certa forma, atendia aos interesses dessas empresas, pois, esses jovens estavam se moldando ao formato dessas organizações, tanto quanto ao seu comportamento, como também em relação à sua disponibilidade de aceitar propostas e ofertas salariais que o trabalhador adulto e experiente já não aceitaria mais. O jovem, por ser jovem e inexperiente no campo do trabalho, sente que o fato dele ter sido efetivado pela empresa foi especificamente pelos méritos do seu desempenho em relação às atividades desenvolvidas na empresa.

Diante dessa discussão, é que trago uma reflexão quanto ao papel da escola, os jovens trazem em seus discursos que a escola formal não prepara para o trabalho, por isso eles buscam a qualificação profissional com intuito de abrir as portas para sua inserção no mercado de trabalho, até porque na visão deles, os jovens de classes desfavorecidas, não terão qualquer mudança na sua condição social e econômica que não seja através do trabalho. Muitos até desconsideram a necessidade de acumular tantos conteúdos que acreditam não fazer sentido para suas vidas. Colocando muitas das vezes que, o que está no curso da aprendizagem fez com que ele mudasse o seu comportamento diante do que é trabalhar. Ao confirmamos que os jovens dessas classes são os que vivem do trabalho, por uma questão cultural, social e econômica e, que os jovens das classes favorecidas podem ascender educacionalmente e ocuparem, no futuro, melhores postos de trabalhos.

A questão quanto à inserção do jovem no mercado de trabalho é tão marcante que, nos relatos dos instrutores da aprendizagem do Senac/SE, eles trazem que veem nessa formação profissional como sendo a única possibilidade de adentrarem nesse mercado. O que mais chamou atenção durante os seus discursos é que pouco se falavam quanto a importância da formação, deixando evidente que a maior importância do programa existir é para que os jovens tenham uma oportunidade de trabalho. Ao que tudo indica, para os próprios formadores, a relevância do programa não decorre da formação profissional que oferece, sendo essa função secundária, posto que o mais importante é o contrato de trabalho que os jovens tem com as empresas. Essa impressão também fica clara nas falas dos jovens egressos, quando eles trazem que o que mais importava era ter tido a chance do primeiro emprego, porque daqui por diante, ter experiência profissional registrada na carteira de trabalho é o que mais vai dar a eles a condição de conseguir um novo emprego.

Além disso, a questão de os jovens, por vezes, não conseguirem colocar em prática nas empresas a teoria aprendida na formação profissional, diz respeito aos conhecimentos adquiridos que, com o passar do tempo, serão esquecidos. Como o fazer profissional também

se aprende fora da escola, essa condição dá aos jovens de aprenderem fazendo e, o embasamento teórico, que dá a sustentação de um profissional qualificado, fica para o esquecimento.

A seguir, poderemos ver os relatos dos docentes quanto a essa visão da inserção dos jovens no mercado de trabalho:

Acredito que o programa seja de fato a única oportunidade desses jovens estarem se inserindo no mercado de trabalho. Porque como na maioria das vezes é o primeiro emprego, então é uma grande oportunidade para eles, para eles realmente serem contratados com carteira assinada com todos os benefícios. É bastante positivo eles trabalharem, irem para as empresas, aprenderem a se comportarem, e também aprender um pouco na prática, o que apreendem no curso. A formação traz muito conhecimento a esses jovens, mas o que mais importa é a oportunidade de eles trabalharem, terem a experiência e ter o dinheiro deles, isso ajuda muito a eles não ficarem pelas ruas. Esses jovens precisam de uma oportunidade para crescerem né, para obterem novas oportunidades, chances de vida para continuarem inseridos no mercado de trabalho com novas vagas, novas funções, melhor dizendo e continuarem crescendo (Instrutora D. Fernandes).

Eu acredito que o fato de eles conseguirem o primeiro emprego, começarem a ir para as empresas, e se engajarem no processo, eles adquirem uma bagagem e pode ser que eles consigam ingressar no mercado de trabalho depois que sair do programa, porque já vão com a experiência de trabalho e também o certificado do curso, mas isso depende também do aluno, vai depender se ele vai agarrar essa oportunidade, porque a gente fica sabendo de um ou de outra que ingressaram no mercado trabalho depois do curso e, eles ficam muito felizes. A gente sabe que o mercado não vai absorver todos né, mas uma grande parte pode ser que sejam aproveitados. Então por isso que eu acho que eles saem até com uma formação boa, que dá para ingressar no mercado de trabalho (Instrutor M. Nunes).

Eu acho que o programa é bom, como é que eu posso falar isso, seria o ideal se ele acontecesse de fato, ele contribuiria positivamente em todo esse processo, alguns jovens até por esforço próprio mesmo, consegue até o que o programa propõe, dentro do que a gente está vivendo, ele tá bem uma utopia assim, ele está bem distante, então assim, o que ele poderia contribuir talvez ele não esteja por conta de tantos fatores, como falta de recursos didáticos, audiovisuais, midiáticos, mais investimentos em capacitação dos professores e, além disso, a gente vê que os jovens querem mesmo é trabalhar e ganhar dinheiro e o curso acho que fica para depois. Até muitos jovens tem interesse e a gente se esforça bastante para fazer acontecer, mas a gente não tem como dá conta de tudo, tem que as partes se juntarem ao todo. Eu acho que no momento não estamos atendendo muito a isso não, estamos até um pouquinho distante, estamos somente cumprindo número, no momento não está acontecendo de modo a contento. Acho que muita coisa precisa ser revista nessa formação dos jovens, principalmente em questão da importância da aprendizagem, de adquirem mais conhecimentos, não só técnicos, mas de ordem geral, como adquirir mais senso crítico, porque senão as empresas fazem o querem com esses jovens (Instrutora M. Vasconcelos).

Então, acho até que o programa atende as necessidades que o mercado de trabalho exige dos jovens, por exemplo, eu mesma trabalho bastante as emoções dos alunos, porque qualquer problema que ele tenha na empresa, a gente sempre está auxiliando, então eu acredito que a gente além da gente colocar um certificado na vida dele, a gente consegue fazer ele crescer como ser humano, como um colaborador, até dentro da sua própria família e até mesmo em relação ao crescimento pessoal. Eu gosto bastante de trabalhar isso com eles, eu acho que a parte técnica eles adquirem com o tempo, com o tempo também adquire a ser humano na sua personalidade, levando para o mercado de trabalho os dois como ponto de união, acho que eles ganham bastante (Instrutora K. Prata).

Veja só, eu espero que o programa de aprendizagem não acabe, mas é previsto que se encerre, mediante todas as consequências que está ocorrendo no nosso país, infelizmente, porque eu até estava vendo uma postagem no Instagram, onde tinha um anúncio dizendo, empresários por favor contratem jovens sem experiências, mas que estão dispostos a trabalhar, isso me comoveu tanto que eu trabalhei esse anúncio com os jovens em sala de aula, então chegamos à conclusão de que as portas não se abrem para todos, porque como é que um jovem de 14 anos adiante terá experiência se ele mal começou a vida? Então o programa de aprendizagem começa dos 14 aos 24 anos de idade, então esses jovens vêm para o programa para adquirir essa experiência para ver se conseguem uma inserção no mercado de trabalho, porque sem essa experiência eles nem conseguem participar de uma entrevista de emprego, então se acabar esse programa, isso vai dar muita tristeza, porque no nosso país essa é a única forma dos jovens adquirem experiência profissional, e é uma aquisição positiva para os jovens, porque tudo isso é um conjunto, que dá uma base para ele construir o seu futuro e conseguir colocar o pão de cada dia na sua casa. Mas, para o jovem isso é desafiador todos os dias, porque envolve o ser social do jovem em relação a sua fase de vida, com relação a droga, a sexo, relacionamentos, conflitos com os pais, enfim tudo que o jovem vive nessa fase, eu acho que é um programa que pode ter mais eficácia e eficiência, para poder trabalhar essas questões com os jovens, no caso as questões do ser jovem, mas sei que nem sempre é 100% (Instrutora A. Fontes).

Nas falas dos instrutores, há o reconhecimento da importância desse programa, para que o jovem consiga ser inserido no mercado de trabalho. Ou seja, por assistirmos as exigências atuais do mercado de trabalho e uma valorização do capital humano, os instrutores percebem que o programa pode atenuar as dificuldades que estes jovens encontrarão para conseguirem o primeiro emprego, sobretudo, para permanecerem nele. Observamos que a concepção de formação para os instrutores é favorecer a condição de empregabilidade do jovem, tendo como objetivo seu ingresso no mercado de trabalho. O trabalho se revela como um meio de adquirir os bens de sobrevivência mais necessários, mas não aparece como um meio de formação humanista que complementa a formação escolar, ficando restritivo a um emprego ou a uma atividade laborativa, porque, mesmo quando eles afirmam que os jovens

irão adquirir experiência a partir desse programa é para atender as demandas do mercado, de modo que recebem a qualificação que é conveniente aos interesses do capital.

Essa concepção de trabalho ganha mais força na nossa sociedade em que os apelos para o consumo estão em toda parte, fragilizando a essência ontológica do trabalho. O jovem, por sua vez, está ainda mais imbricado na lógica do consumo, como já discutido no capítulo II, quando nos referimos que também umas das buscas dos jovens pelo programa, além da experiência profissional, é o fato de poder consumir e, consumir bens materiais que lhes deem a condição de serem incluídos nessa sociedade do consumo, sociedade essa que se esse jovem não se apresentar dentro dos padrões de consumo já estabelecidos culturalmente, eles serão ainda mais excluídos das relações sociais. E, nessa condição de materialidade, desse consumir, que surgem significados sociais da sociedade capitalista e, nas palavras de Marx, “a circulação de mercadoria é o ponto de partida do capital” (MARX, 1985, p. 125).

Segundo Bauman (2013), de fato, os jovens não são plena e inequivocamente dispensáveis. O que os salva da dispensabilidade total – embora por pouco – e lhes garante certo grau de atenção dos adultos é sua real e, mais ainda, potencial contribuição à demanda do consumo: a existência de sucessivos escalões de jovens significa o eterno suprimento de “terras virgens”, inexploradas e prontas para cultivo, sem o qual a simples reprodução da economia capitalista, para não mencionar o crescimento econômico, seria quase inconcebível. Pensa-se sobre juventude e, logo, se presta atenção a ela como “um novo mercado” a ser “comodificado” e explorado. “Por meio da força educacional de uma cultura que comercializa todos os aspectos da vida das crianças, usando a internet e várias redes sociais, e novas tecnologias de mídia, como telefones celulares”, as instituições empresariais buscam “imersão os jovens num mundo de consumo em massa, de maneiras mais amplas e diretas que qualquer coisa que possamos ter visto no passado” (BAUMAN, 1998, p. 52).

Nesse sentido, nada é dado sem que, por trás, não haja algum interesse do capital. Os jovens são, hoje, alvo de mercado de consumo, as empresas investem fortemente nas propagandas midiáticas, as redes sociais manipulam os perfis e apresentam, a todo instante, mais mercadorias que atraem aos olhos dos jovens e dos adultos também. Porém, os jovens são as predileções de mercado do consumo, porque os seus desejos inesgotáveis, consumir significa para elas terem a acesso a uma sociedade que se valorizava mais o ter do que o ser. Podemos aqui resgatar a ideia de uma educação libertadora em Mészáros (2008), quando ele traz a afirmação de que:

A educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico (MÉSZÁROS, 2008, p. 12).

Vejamos, então, que o papel da educação não é alienar esse sujeito para um fim e sim libertá-lo para uma emancipação como sujeito crítico, que pensa e age. Porque poderíamos, ao menos, driblar as armadilhas impostas por um sistema que estimula os jovens a consumirem e adquirem coisas, para suprir necessidades supérfluas e serem aceitos aos padrões de consumos já instituídos. Há uma enorme necessidade dessa formação ter mais um caráter construtivo, que traga para esses jovens significados para sua vida e, que essa formação não seja somente uma ponte para eles adentrarem ao mercado de trabalho, para que esse jovem não se torne refém dessa empreitada. Ainda que, se a formação profissional de jovens, que é pautada na concepção de uma educação que pretende formar um sujeito crítico e que tenha condições a partir desse senso crítico encontrar meios de se tornar um sujeito autônomo e, ao mesmo tempo empregável, portanto, ela não seria apenas para servir de uma porta de entrada para os jovens adquirirem experiência profissional e sua condição material, mas sim, possibilitar a eles uma formação integral e libertadora. Mas, a sua prática não condiz com o que o sistema capitalista requer, pois os capitalistas querem cada vez mais que esses jovens não se apropriem desse senso crítico, porque eles, os empresários, poderão ainda, manipular e alienar esses jovens num processo de exploração de sua mão de obra, dando em troca baixos salários e aprisionando-os na ideia de uma possível ascensão social. Diante desse cenário, traremos a partir dos entrevistados “os jovens egressos”, quais são os seus projetos de vida e as possíveis projeções para o campo de trabalho e educacional deles.

3.3 Projetos e projeções dos jovens egressos no campo do trabalho e educacional

Podemos imaginar que o ser humano, por ter a condição de ser racional, pensa e formula concepções em que, de certa forma, os estimula a sonhar e se projetar na vida, com intuito de prosperar e mudar seus contextos sociais. Aqui especificamente, podemos caracterizar que os jovens, em sua maioria, fazem os seus sonhos, a partir de suas realidades, se tornarem concretos. Porém, quando pensamos nesse jovem e no seu contexto social, imaginamos que os seus projetos de vida foram construídos mesmo que no imaginário, mas que, de certa forma, se desenvolveram a partir das suas vivências ainda crianças e, a partir da influência com seu meio familiar, escolar e social. Os jovens, por natureza, sempre estão dentro da dualidade das influências, sejam elas positivas ou negativas. Portanto, a partir de

suas experiências, eles vão direcionando suas escolhas profissionais. As identificações com algumas pessoas ou profissionais próximos ao universo infantil, possivelmente, serão presentes nas suas brincadeiras e algumas escolhas podem persistir até a adolescência e/ou idade adulta, outras não (LISBOA, 1997; SOARES, 2002).

Quando, ao investigar junto aos jovens egressos, os sentidos do trabalho para eles, vimos claramente que havia existido na vida deles uma forte influência no seu meio familiar, mesmo muitos não tendo uma referência tão positiva quanto às escolhas profissionais de seus pais, mas as suas vivências em outros meios, como a escola, servindo-lhes para projetar novas possibilidades da sua escolha profissional. Podemos, então, pensar que os sentidos do trabalho para esses jovens tenha sido algo construído dialeticamente ao longo de suas vidas, a partir das suas relações que se estabeleceram com a sua realidade. De tal modo, sabemos que a escolha profissional não é algo que acontece de um instante para outro, mas, faz parte de todo um processo de crescimento e reflexão pessoal, que, por sua vez, se dá também pelas influências familiares, sociais, educacionais e econômicas. Assim, conheceremos através das falas dos jovens egressos quais são seus projetos e projeções para o campo do trabalho e educacional:

Pensar nos meus projetos e nas minhas possíveis projeções sobre o trabalho, sobre ter uma profissão e sobre meus estudos, eu quero voltar um pouco no tempo. Quando criança eu não lembro de muita coisa, mas desde pequeno gostava de ir para a escola, sempre gostei de estudar e quando fui crescendo via o quanto as condições de trabalho dos meus pais não eram uma coisa muito boa, porque meu pai fazia trabalho de pedreiro e também fazia “bicos”, ele não estudou praticamente nada, aprendeu a ser pedreiro com o pai dele, já sabe né, ele era quase um analfabeto, mal sabia escrever o seu nome, mas conseguia construir uma casa, não sei como ele fazia isso! Mas ela muito correto, responsável e criou a gente com esse trabalho. E minha mãe, sempre foi doméstica, diarista e lavava roupa pra fora, uma mulher sem estudo também, mas sempre disse que a gente tinha que estudar para ter um trabalho melhor. Então minha ideia de estudar era porque eu não queria nem seguir meu pai e também queria mudar a vida da minha mãe, e até o momento ainda não consegui fazer isso, porque também estou na luta para vencer na vida. Mas sempre pensei em ser professor, gosto de ensinar, gosto de ler, e eu tive uma professora da escola que era bem inteligente, adorava as aulas dela e acho que isso me inspirava a querer ser professor, mas ela fazia queixa do seu salário e isso fez com que eu repensasse sobre essa profissão, vejo que o mercado é bem cruel com essa classe e eu quero ganhar dinheiro e sei que como professor isso é muito difícil. Quando eu fui fazer o programa de aprendizagem eu acabei me aproximando do campo da administração e isso me deu um outro olhar. Quando entrei no programa, eu já tinha terminado o ensino médio e já estava fazendo o curso de Letras (Libras) na UFS, eu gostava, mas sabia que no momento eu ia ter que esperar muito para conseguir um emprego de professor de libras, porque tem um processo a seguir, aí aproveitei e fui fazer um outro curso também na UFS, com a nota do ENEM, entrei em economia, sei que é uma área necessária, porém, onde eu vou ser

economista? Então surgiu uma faculdade particular a FANESE, que também aproveita a nota do ENEM e fui estudar Gestão Financeira, porque quando eu saí do programa, surgiu uma vaga no Hospital de Olhos, mas era para trabalhar na área financeira, eles me deram a chance, porém eu não sabia de nada dessa área, foi aí que aproveitei a vaga nesse curso de gestão. Vejo que o tempo está passando, estou com 23 anos e ainda não me formei em nenhuma dessas graduações, fiquei pulando de uma para outra, hoje estou fazendo economia e gestão financeira e tranquei o curso de Letras, mas pode ser que eu ainda volte para concluir. Conciliar estudo e trabalho é uma coisa muito difícil, porque não tenho tempo para nada. Hoje estou trabalhando na “Alma Viva” e só estou lá porque preciso do dinheiro para ajudar na minha casa, pagar a faculdade e consumir o que eu preciso, agora mesmo com o ensino remoto, tive que trocar o celular, e estou com prestações para pagar, não é fácil. Minha mãe se aposentou, meu pai está tentando se aposentar e com o serviço que ele fazia adoeceu da coluna, então eu tenho que me submeter a trabalhar nessa empresa que é tão injusta com o funcionário. Mas mesmo assim eu sigo, meu projeto de vida é me formar, conseguir um emprego que valorize minha profissão, que me remunere de forma justa e que eu possa melhorar as condições de vida da minha família e também poder aproveitar a minha vida, porque desde dos 15 anos eu estou na luta com trabalhos que não me fizeram mudar de vida. É muito triste a vida de um jovem pobre, preto e de periferia, a gente sofre muito para conseguir subir na vida, o dinheiro parece que some das nossas mãos, é duro, muito duro (Jovem Egresso F. Barbosa).

Desde pequeno eu dizia que queria de ser bombeiro, acho que por conta das minhas brincadeiras de criança, porque meu pai não é bombeiro, ele trabalha com manutenção, ele mais ou menos aquele faz tudo, estudou muito pouco, eu nem sei até série ele estudou, mas mesmo assim eu também aprendi a fazer muita coisa em casa, por conta do meu pai, eu lembro que ele me levava para fazer os serviços na casa das pessoas e ajudava a ele pegar as ferramentas, a fazer uma coisa ou outra e minha é de dona de casa até hoje, a gente sempre teve uma vida bem simples e passamos por muitas dificuldades. Eu sempre me interessei por profissões ligadas a área de TI, por isso eu fiz curso técnico nessa área e a graduação que estou cursando é em Análise e desenvolvimento de sistema, faculdade particular. Quando eu busquei o programa de aprendizagem foi com o intuito de ter experiência de trabalho, me soltar mais, porque eu era muito tímido, e também para ter meu dinheiro. Também fiz o curso de Bombeiro socorrista, que trabalha em eventos como shows e me dá a condição trabalhar nos finais de semana para ter mais uma renda, mas com a pandemia nunca mais trabalhei em eventos. Daqui para frente então eu tenho um sonho, porque eu trabalho diretamente com sistemas e eu estou estudando para ser analista de sistemas, então o sonho de todo mundo que trabalha com sistema de abastecimento, é trabalhar na Philips Blumenau, inclusive participei recentemente de uma entrevista com eles e do nada eles me contactaram, pediram o meu currículo e fiz uma entrevista, mas infelizmente não me contrataram porque eu ainda me formei, sei que estou atrasado, porque já estou com 24 anos e ainda me formo se tudo der certo, só em 2022 e também eles exigiram que eu tivesse mais 200 horas na área para agregar mais conhecimentos, então eu teria que fazer mais um curso profissionalizante, mas agora eu não tenho como fazer isso, já trabalho o dia todo, saíu do trabalho correndo para casa para assistir as aulas online, porque o meu curso é presencial e com a pandemia estou estudando de forma remota e

também não tenho dinheiro para pagar outro curso. O jeito é esperar me formar e concorrer a uma vaga nessa empresa que eu tanto sonho. Estou me preparando para eu poder ir, mas ao mesmo tempo eu estou por aqui esperando e trabalhando no Hospital Primavera, fazendo meu trabalho e no momento certo eu vou embora para Blumenau trabalhar na Phillips, será a realização dos meus sonhos, ter um bom emprego, ganhar dinheiro e ter meus benefícios (Jovem Egresso P. Oliveira).

Desde pequena, minha dizia que eu queria ser médica, trabalhar na área de saúde, mas, infelizmente, não consegui entrar para medicina, venho de escola pública, e sabe né, o ensino não é lá essas coisas, mesmo eu me esforçando é desleal essa disputa, porque mesmo com as cotas, ainda assim, é uma loteria passar no ENEM em medicina. Aí resolvi ir para enfermagem, não é a mesma coisa, mas estou na área de saúde que é o que eu sempre quis. O jovem aprendiz me deu a chance de conseguir um emprego no Hospital Primavera, já estou lá há 05 anos, desde que acabou o programa eles me contrataram, sei que o que faço aqui não tem nada a ver com a enfermagem, porém trabalho com médicos e enfermeiros sendo secretária deles e também a empresa sabe que eu vou me formar próximo ano e isso pode me dar a chance de crescer na empresa.

Daqui para frente pretendo me formar, ser enfermeira aqui mesmo no Hospital Primavera, porque a própria empresa já está esperando que eu me forme e assim vai, quero fazer concurso, enquanto for tendo degrau para subir, eu vou querer está subindo. O meu sonho é mudar de vida, ser respeitada, ter uma profissão, um emprego, uma vida que me dê segurança, que eu tenho me independência, não quero depender de ninguém, quero crescer na vida, porque o tempo passa rápido demais e a gente precisa lutar todos os dias para vencer, não é fácil, a gente passa por muitas dificuldades, tudo para os jovens é mais difícil, as pessoas não dão chances, não acreditam na nossa capacidade, é uma luta constante para mostrar que somos capazes, assim tem sido a minha caminhada. Quero dar orgulho aos meus pais, que mesmo pobres e sem estudo sempre me incentivaram a estudar, porque eles não tiveram oportunidade de estudar, tiveram que trabalhar cedo e os estudos ficaram para traz, eu foi mais forte, continue e continuo meus estudos, mesmo entrando para o mercado de trabalho aos 17 anos de idade, como jovem aprendiz, agora estou com 23 anos, mas mesmo assim, eu dei meus pulos, desde de quando comecei a trabalhar, eu passo os três turnos na rua, não é fácil, já pensei em desistir várias vezes da faculdade, mas no hospital tem muitas pessoas que eu me inspiro e aí tiro forças de onde não tenho para conseguir seguir. Eu vou ter uma profissão, fazer minhas conquistas, ter meu dinheiro e ser independente e respeitada (Jovem Egresso R. Pereira).

Quero muito vencer na vida, por isso luto tanto para conseguir atingir meus sonhos. O meu foco é atuar dentro da minha área que é a psicologia, no momento estou na área de vendas, é uma forma de sustento mesmo, de ter como pagar a faculdade, mas o que eu quero e o que almejo mesmo, é atuar em minha área. Estou fazendo psicologia e para conseguir pagar a minha faculdade, eu pego o emprego que tiver, preciso de dinheiro, porque hoje eu tenho muitas responsabilidades, já estou casada e preciso contribuir com as despesas da casa, meu marido sozinho não dá conta, porque também ele só ganha um salário mínimo. Para completar com essa pandemia eu fiquei sem conseguir nenhum emprego, porque a empresa que eu trabalhava me demitiu e foi duro, tive que me virar para conseguir pagar minha faculdade,

porque eu acredito que só com ela é que eu vou ter a chance de ter um trabalho decente, reconhecido e respeitado. Meus pais não podem me ajudar muito, mas mesmo assim, eles fazem o que pode e o que não podem, a vida da gente que é pobre, é muito dura, a gente quer ter a chance de melhorar de vida, mas não é fácil. Quando a gente vai atrás de um emprego, é só não que recebemos ou então exigem tanta coisa que um jovem jamais vai ter. A gente sabe que para crescer na vida é só através dos estudos, mas para comer precisa de dinheiro e aí a gente deixa os estudos para depois e vai atrás do trabalho, eu que isso atrasa tudo, mas não tem outro jeito. Ainda tenho um caminho enorme para frente, mas o meu futuro está sendo construído com toda minha força. Eu vou conseguir (Jovem Egresso J. Maciel).

Primeiramente, eu preciso elevar meu nível educacional, porque isso é fundamental para se fixar no mercado de trabalho, porque isso estabelece uma condição de você ter um emprego e como o mercado de trabalho é bastante competitivo, exige que você além de ter um nível de escolaridade que atenda ao mercado de trabalho, também exige que você tenha experiência. Quero muito fazer uma faculdade de quero fazer ciências contábeis e assim eu estou lutando muito Estudando muito que quero entrar na UFS que a gente sabe que não é fácil Eu quero assim eu nunca fui de ficar parada Sempre trabalhei desde os 14 anos e assim a primeira oportunidade que aparecer eu vou abraçar entendeu é tanto que surgiu novamente ela a moça vai ter as férias de novo e eu disse a ela que eu ia Entendeu agora em dezembro tá bem mais puxado porque as contratações não são assim certas tão tristonha entendeu em fazer esse trabalho que é certinho e quando eu terminar lá quando eu sair de lá eu vou atrás de algo que seja fixo entendeu que eu possa ficar me garantir e tem uma renda fixa para ajudar meu esposo para a gente terminar nossa casa e também nos custos não é do dia a dia (Jovem Egresso M. Conceição).

Meu projeto é tipo assim, eu quero fazer faculdade, eu quero terminar esse curso técnico e começar a faculdade de administração e meu objetivo não sei se o topo, mas assim, eu quero chegar na administração de uma empresa, pelo que eu vejo hoje em dia na administração, eu vejo administradores que não tem tanto conhecimento em tecnologia, o mundo todo tá virando para o lado da tecnologia, não tem como não conhecer a tecnologia entendeu. Na empresa que eu trabalhava não tinha conhecimento nenhum basicamente de informática e isso complicava, então eu fui buscar um curso básico de informática e depois comecei um curso técnico de Redes, é muito complicado hoje em dia você não se conectar com a área de TI, porque tudo está informatizado, e as empresas exigem demais esses conhecimentos, os nós jovens mal sabemos usar as redes sociais e isso é nada, a gente precisa avançar nos conhecimentos da tecnologia da informação, isso para qualquer área, não somente para quem atua ou vai atuar na área de TI, toda profissão exige de você ter esses conhecimentos básicos de informática. Eu lembro quando fui jovem aprendiz e assisti o filme Tempos Modernos de Chaplin, a gente tem que pegar e tentar otimizar o máximo de tempo possível para que assim você tenha mais produtividade conseguir desenvolver melhor as funções, aí eu queria agregar isso na empresa que eu fosse trabalhar, ter um projeto e pensar em atingir uma posição melhor no mercado de trabalho. Quero dar essa alegria a minha família, de ter um diploma, ter um emprego e não sofrer tantas discriminações por ser um jovem pobre e de periferia, que todo mundo acha

que a gente vai ser marginal, não vai dar pra nada. E eu vou ser o exemplo para os meus irmãos mais novos, que estão ainda na escola. Hoje estou numa situação de precariedade, trabalhando nessa empresa que não me dá direito a nada, meus benefícios eles não pagam, mas eu tive que aceitar senão eu ia ficar desempregado, a situação de trabalho para os jovens é cruel, temos que lutar muito, muito mesmo (Jovem Egresso M. Santos).

Então, eu quero focar na minha carreira acadêmica, quero terminar a graduação e embarcar no mestrado que tem aqui na UFS, inclusive de culturas populares e, nesse meio tempo, ficar inserido no mercado de trabalho, porque a gente sabe que não dá para só ficar estudando e que não é só de estudo acadêmico que vive um homem, porque as bolsas estão se fechando e aí tudo está se estreitando devido ao governo atual, então eu quero ficar mesclando com a minha loja virtual, independente se eu for morar em Petrolina, eu vou vender lá também e vou vender aqui em Aracaju para ficar nos dois e focar tanto no mercado de trabalho e também na minha carreira acadêmica (Jovem Egresso Y. Fontes).

Eu tô lá na Alma Viva pelo fato de o mercado de trabalho estar nessa crise dessa pandemia, eu tô lá até encontrar uma coisa melhor, vamos dizer assim eu quero fazer minha faculdade porque eu tinha um plano para mim no ano de 2019 deixei para 2020 não deu, mas eu quero trabalhar na área que eu pretendo me formar que é fisioterapia. Sei que vai levar ainda muito tempo, mas se esse é meu objetivo a gente corre atrás, então mesmo que eu não consiga conciliar faculdade, eu posso ir atrás de outro emprego que eu consiga conciliar então isso não vai me impedir. Então esse é meu projeto para 2021. Eu fui jovem aprendiz por duas vezes, uma no Senai e outra no Senac e infelizmente tem gestores que bloqueia você, não deixa que você consiga expressar e colocar para fora as habilidades e competências né que você adquiriu no curso. No Senai e fiz o curso de auxiliar de manutenção predial era mais para área de construção e como era contratada pela construtora Celi, eles não queriam problema, eles não botavam o jovem aprendiz na obra e então fiz um curso que era prático só na teoria, é uma enganação e no Senac fiz serviços administrativos, fui pro hospital da Unimed, e fiquei na lavanderia, nada a ver com a minha formação, minhas experiências foram péssimas. Agora na Alma Viva, está sendo pior ainda, mas preciso do emprego. Consegui terminar meu ensino médio, vou fazer o ENEM esse ano para ver se consigo entrar em fisioterapia, esse é o meu maior desejo fazer uma faculdade, ter uma profissão, um emprego, ter meu dinheiro e minha independência. Dar orgulho à minha mãe (Jovem Egresso G. Santos).

Atualmente, estou dividindo meu tempo entre o trabalho e a faculdade que atualmente está no sistema de ensino a distância por conta da pandemia, mas já tá com previsão de volta e a projeção que tem ali tentar conciliar e continuar conciliando remanejando o tempo do trabalho se possível da faculdade para não parar em nenhum dos dois, porque o trabalho, depois que você começa a trabalhar, você não quer parar mais, também né, porque é todo uma visão que muda e também você começa a ganhar seu salário a pagar suas próprias despesas por conta própria e de repente não tem mais, isso fica difícil. E também porque como graduando eu sempre coloquei a graduação como prioridade para mim eu estou sessenta e 70% da minha graduação, eu quero concluir porque eu sei que a graduação é o que vai abrir mais portas para mim, naturalmente também esse trabalho atualmente,

mas eu quero concluir minha graduação para poder conseguir algo melhor, algo que principalmente seja na minha área, especificamente algo que me dê uma projeção maior e não limitada, quero subir todos os degraus possíveis para que assim eu tenha algo melhor para o meu futuro (Jovem Egresso W. Alves).

Bom, eu estou à procura de outro emprego, porque dá uma segurança, ter a carteira assinada, mesmo as empresas tenham retirado muito dos nossos direitos, mesmo assim eu preciso de trabalho, não tenho como viver sem dinheiro, ficar desempregada é a pior coisa da nossa vida, porque depois que você experimentou ter seu dinheiro, a fazer suas coisas por conta própria, sem ter que pedir a ninguém, isso nos dá uma liberdade, nos dar segurança, quando você perde parece que está no vazio. Mas a minha meta de vida mesmo é fazer concurso público e continuar a minha faculdade de Administração na UFS e eu tenho vontade de fazer mestrado e doutorado fora em outro país com o intuito de estudar também outras línguas, abrir novos horizontes (Jovem Egresso M. Fátima).

Diante do exposto, vimos que a ideia de projeto aqui apresentada segue a compreensão de Soares (1996), de construir um futuro desejado e esperado, numa dada temporalidade. Nada se constrói de um dia para outro e, nesse sentido, a construção de um futuro não se dá de forma de formar linear, muitos são os acontecimentos existentes na vida desses jovens, tanto quanto as suas condições econômicas, como as suas condições educacionais. Uma coisa está imbricada na outra, para se projetar precisa se construir algo antes e os jovens deixam bem claro de que há uma enorme necessidade de se investir nos estudos, porque só a partir dele, é que os jovens enxergam a possibilidade de ocuparem melhores oportunidades de trabalho.

Ao acompanhar os jovens nos relatos quanto às suas histórias de vida, em relação aos seus anseios de um futuro melhor, vimos, em cada experiência, que essa dialética entre o passado e o presente faz todo o sentido na vida desses jovens, pois, a sua busca por melhores condições de vida a partir de uma escolha profissional traz, para eles, uma sensação de conquista, de alcançar melhores posições sociais, de serem reconhecidos, respeitados e, ao mesmo tempo, de poderem mudar o seu contexto familiar, seja no sentido de contribuir materialmente, seja no sentido de orgulhar seus pais e familiares pelas suas conquistas.

O fato de o jovem ser pobre, de viver em áreas periféricas, de não pertencer às camadas privilegiadas de uma sociedade, também traz para esse sujeito um desejo de ser reconhecido no campo do trabalho, de poder ocupar um espaço a partir de uma profissão que lhe dê visibilidade, que ele possa se sentir seguro diante desse mercado que é tão competitivo e excludente. A ideia que os jovens trouxeram quanto aos seus projetos e projeções sofrem fraturas no decorrer de suas vidas, pois, as condições existentes para eles, no seu contexto

familiar, social e econômico, acabam impactando nas suas escolhas futuras. A maioria dos jovens não puderam dispor de uma educação de qualidade, que desse a eles condições para competir por igual com outros jovens, pelos seus méritos. Portanto, as suas entradas no ensino superior, mesmo com o sistema de cotas existentes nas universidades públicas, estão limitadas. Vimos que o desejo da jovem que sonhava em fazer o curso de medicina foi substituído por outro curso, pois, a jovem relatou que não tinha base para concorrer com outros jovens, ficando, então, aquele sonho perdido em suas memórias.

Além desses aspectos, podemos destacar que a entrada precoce desses jovens no mercado de trabalho gera um desvio dos projetos, pois, a formação educacional vai ficando para o segundo plano, uma vez que ter o emprego se torna algo mais importante, pois, as condições familiares lhe dão a responsabilidade de assumirem cada vez mais cedo o papel de um adulto, de contribuir financeiramente com o sustento da casa e, até mesmo, de financiarem seus estudos superiores. Muitos jovens trouxeram o quanto é duro ter uma jornada tripla, de trabalhar o dia todo e estudar no terceiro turno, aliás, muitos deles trouxeram como é difícil e dura a vida para eles.

Aqui, em especial, abro um espaço para falar da minha experiência de vida no campo do trabalho e educacional, tive que logo cedo começar a trabalhar, assim que concluí o meu 2º grau (hoje ensino médio), onde, durante o dia, fazia estágio e estudava para fazer vestibular e no turno da noite fazia curso técnico em contabilidade. Essa jornada exaustiva se perdurou praticamente toda a minha juventude, dos meus 18 aos 28 anos. Durante todo esse período, estive fora de casa os três turnos, com o intuito de conseguir mudar de vida, de fazer minhas conquistas profissionais e educacionais, as quais sempre foram bastante duras, porque, quando entrei para a faculdade, tive que trabalhar para pagar os meus estudos, além de ter assumido o casamento, a maternidade e todas as outras demandas de casa. Essa minha história não difere de muitos jovens que passaram por mim durante suas formações profissionais na instituição Senac/SE, porém, cada sujeito traz suas histórias, com semelhanças ou não, mas suas histórias serão sempre suas histórias, de acordo com seu contexto de vida e de suas experiências.

Os jovens que são oriundos das classes desfavorecidas estão, em sua maioria, nessa luta contínua de estudar, trabalhar, mudar as suas condições de vida. Acredito que muitos jovens tenham objetivos em comum, mas, cada um traça os seus projetos a partir de suas possibilidades, porém, diante das falas dos jovens, podemos pensar que eles estão buscando a partir de suas conquistas educacionais e profissionais terem liberdade, independência financeira, serem respeitados profissionalmente e ter o seu lugar no mundo.

Assim, “o que vai existir sempre é uma escolha possível, dentro de determinadas possibilidades e contingências” (SOARES, 2002, p. 95). De acordo com Maheirie & Preto (2007) o projeto não é um acontecimento inesperado, ele ocorre no plano do vivido em significações que são históricas, dialéticas e não excludentes:

Por isso, para entender um sujeito ou uma situação, deve ser buscada a sua especificidade histórica, restituindo-lhe suas funções e suas múltiplas dimensões, evitando assim o risco de cairmos na generalidade, onde todos os sujeitos devem ser iguais e atender aos mesmos ditames dentro de sistemas ou modos de ser hegemônicos (p. 459).

Fica bem claro que os jovens egressos, em sua maioria, trouxeram que, para a realização de seus projetos, os estudos são de suma importância e, fazer uma formação superior lhes dará a possibilidade de ocuparem melhores empregos. Para isso, eles acreditam ser necessário ter uma formação contínua, quando trazem a intenção de se formar e até mesmo fazer um mestrado ou um doutorado, outros, ainda, estão na busca pela entrada no ensino superior, mas, vemos que há um desejo e, esse desejo se relaciona com a vontade de mudar de vida a partir dos estudos, para que, futuramente, eles possam ter um trabalho que lhes deem melhores posições sociais. Diante das falas, percebe-se que os jovens acreditam que, elevando seus níveis educacionais, terão futuras oportunidades de inserção e sucesso profissional no mercado de trabalho.

Essa ideia que os jovens têm em relação a obter um maior nível de escolaridade e, que essa pode ser a condição de eles terem melhores oportunidades de inserção profissional, podemos ressaltar que, na atualidade, essa condição não é bem assim, pois o mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais enxuto e, o jovem, por sua vez, tem ficado cada vez mais de fora desse mercado, pelas inúmeras exigências, pela falta de oportunidades, pela falta de postos de trabalho e pelas mudanças constantes que ocorrem em relação às questões econômicas e políticas. Ainda que nos deparemos com um mercado em que não nos é dada garantia de nada, até mesmo em relação às garantias mínimas, quando ele se apresenta na sua heterogeneidade quanto às novas formas de trabalho. Esse mercado tem se distanciado, cada vez mais afastado os jovens de uma estabilidade, de garantias que lhes possam dar segurança para toda uma vida. Rompendo, então, a ideia de que o estudo seja algo que possa garantir um melhor futuro para esses jovens, porque ter qualificações também não tem sido garantia para inserção no mercado de trabalho.

Desse modo, percebe-se um enorme esforço desses jovens quando dedicam suas vidas aos estudos e ao trabalho, acreditando que é, a partir daí, que suas vidas serão modificadas. Mas, esse mercado é bastante obscuro, na maioria das vezes sem pistas, onde os jovens são as

vítimas desse sistema cruel de exclusão e, o que resta para eles são postos de trabalhos cada vez mais precários e sem garantias. Acreditava-se que essa política pública de formação de jovens para o mercado de trabalho seria a condição de eles se emanciparem, de eles obterem melhores oportunidades nesse mercado, porém, essa é umas das maiores ilusões, pois, podemos pensar que o maior interesse dessa política é entregar para o mercado de trabalho uma mão de obra barata e qualificada para atender aos interesses do capital. Ainda que, nada se garante, essa formação tem a intenção de gerar um processo de autonomia e emancipação desses jovens. Podemos pensar que essa política acaba por fortalecer, ainda mais, esse processo de alienação desses sujeitos, que fazem dessa porta de entrada a única possibilidade de garantir o seu acesso às condições materiais para sua subsistência.

Portanto, mesmo eles não estando satisfeitos com os seus trabalhos atuais, muitos estão ainda neles, por conta da necessidade de se obter um salário para garantir minimamente seu sustento, o sustento de suas famílias e financiar seus estudos. Esses jovens se tornam refém desses empregos e se submetem a propostas de salários e de condições de trabalho que não lhes dará nenhuma oportunidade de crescimento profissional.

Já outros jovens parecem estar satisfeitos com as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e, as aprendizagens decorrentes de suas experiências enquanto jovens aprendizes, mas, mesmo assim, é bem possível questionar a eficácia dessas políticas públicas. Pochmann (2007) analisa criticamente as várias políticas públicas surgidas com a finalidade de promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Para esse autor, os resultados são pontuais e, “estão longe de obter sucesso em escala nacional” (POCHMANN 2007, p. 90), além de trazerem implicações, tais como a perda de qualidade na vida escolar, tendência que segue contrária aos países desenvolvidos, nos quais os jovens têm postergado sua inserção laboral, privilegiando ampliar sua escolarização.

Além dos relatos dos jovens egressos quanto à importância de traçar seus projetos de vidas com o intuito de se projetarem profissionalmente, traremos, a seguir, a ótica dos instrutores da aprendizagem quanto à formação profissional desses jovens para a inserção no mercado de trabalho, pautada na dimensão da autonomia e emancipação desse sujeito.

3.4 A formação profissional dos jovens egressos para inserção no mercado de trabalho sob a ótica dos instrutores da aprendizagem do Senac/SE

A formação profissional dos jovens egressos se deu a partir da sua participação como jovem aprendiz nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, entre os anos de 2015 a 2018. Para entendermos como se deu essa formação, traremos, a partir da ótica dos instrutores da

aprendizagem dessa instituição, quais foram as contribuições, os impactos, as lacunas e as necessidades de se repensar essa formação para que, de fato, ela possa atingir os objetivos previstos. Sabemos que a formação profissional prevê qualificar e inserir os jovens no mercado de trabalho numa perspectiva de propiciar a autonomia e a emancipação desses sujeitos, numa dimensão humanista.

É evidente que, antes da Revolução Industrial, o aprendizado para o trabalho era adquirido através da experiência, de forma bem artesanal. Mas, com os novos processos de produção capitalista e, conseqüentemente, com as mudanças que ocorriam no contexto produtivo e com os avanços tecnológicos, houve a necessidade de o Estado engendrar e regular mecanismos de preparação de mão de obra, onde surge a necessidade de se ter um profissional qualificado e especializado para atender ao segmento da indústria. Como já discorrido no capítulo II desse estudo.

Essa preparação para o trabalho faz parte de uma construção social que, de certa forma, apresenta inúmeras contradições e, ao mesmo tempo, há uma grande disputa de interesses, sendo eles econômicos e políticos. Portanto, essa construção social nos remete a um processo que resulta das experiências das relações entre os sujeitos e desses com a estrutura social. “Nesse processo, as contingências históricas influenciaram a vida cotidiana dos sujeitos, mesmo que esses indivíduos não se deem conta disso. As experiências humanas, construídas socialmente, são internalizadas e naturalizadas” (THOMPSON, 1998, p.333).

Na verdade, com a chegada da revolução do conhecimento, as novas exigências surgidas pelo mercado de trabalho acabam por afetar, consideravelmente, a formação e o comportamento dos trabalhadores. Portanto, a educação, a competitividade e o conhecimento passam a ser o centro das atenções quanto à formação profissional, que, por diante, passa a definir quais eram as necessidades que os profissionais do século XXI deveriam ter para se tornarem um trabalhador do futuro.

Diante dessa demanda de mão de obra qualificada, o trabalhador passa a ter que possuir qualidades que lhes são exigidas pelo mercado de trabalho, que, de certa forma, nos provoca bastante, quanto a ter que atingir comportamentos, qualidades e competências que são pautadas em muitas contradições. Deste modo, é exigido a esse trabalhador que ele seja flexível, criativo, empreendedor, sociável, proativo, responsável e que disponha de uma boa comunicação e que seja assertivo, além de ter habilidades com os sistemas de informação e tecnologia. Fica claro que essa exigência está fundamentada em interesses bem particulares, que, de certa forma, atendam a esse sistema capitalista, que faz do trabalhador um mantenedor

de suas riquezas, usando do seu conhecimento e da sua força do trabalho para cada vez mais explorar e alienar esse sujeito.

Como o foco da nossa pesquisa é a formação profissional dos jovens egressos para a inserção deles no mercado de trabalho, sabemos que a formação desses jovens se deu através dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE que, estão regulamentados pela Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000 e demais legislações já citadas nesta pesquisa, e que tem por interesse atender a um número maior possível de jovens com idade entre 14 e 24 anos de idade, visando atender à demanda conceitual do mercado de trabalho, com o enfoque voltado para o ensino por competências.

Assim, os jovens tem acesso aos conhecimentos por meio de metodologias que privilegiam o desenvolvimento de competências e também valorizam a compreensão do todo que envolve o trabalho. Além dessa perspectiva, conforme já apresentado no capítulo II dessa pesquisa, quando trazemos, também, o desenvolvimento das Marcas Formativas do Senac (domínio técnico-científico, visão crítica, atitude empreendedora, sustentável e colaborativa sempre com foco em resultados) e, as marcas formativas também instituídas na própria lei da aprendizagem (protagonismo juvenil, econômico e social e atitude saudável) para demonstrar que essa formação pretende, a todo instante, tornar esse trabalhador cada vez mais polivalente.

Existem duas lógicas presentes no mundo do trabalho e da educação na perspectiva da formação do cidadão produtivo. Uma delas é a produção capitalista, que tem uma lógica própria, que difere da lógica da educação. Há uma contradição entre *lógica da produção capitalista*, que tem base no lucro, na exploração do trabalho, no tempo breve em que se deve realizar a atividade produtiva, no corte de custos, no aumento da produtividade do trabalho, na competitividade, na mercantilização de toda produção humana e, a *lógica da educação*, que tem a finalidade de formar o ser humano e deve pautar-se na socialização do conhecimento, do diálogo, na discussão, no tempo médio e longo da aprendizagem, da humanização, na emancipação das amarras da opressão, do reconhecimento das necessidades do outro, no respeito à sua individualidade, na participação construtiva e na defesa dos direitos de cidadania (CIAVATTA, 2006).

Para se compreender esse processo de formação do cidadão produtivo numa perspectiva da emancipação da educação profissional técnica, há necessidade de se entender a emancipação através de indicadores sociais, políticos e educacionais. Portanto, é preciso que haja uma formação integrada que se conjugue entre a educação geral e a formação específica, ou entre o trabalho manual e o trabalho intelectual ou superação da divisão e da hierarquia das

classes sociais em uma sociedade desigual como a brasileira, a fim de que ocorra a garantia e a regulamentação do trabalho como elementos que sinalizam a possibilidade de emancipação dos trabalhadores rumo a uma vida digna e humanizada (CIAVATTA, 2007).

Como já exposto acima, na visão de Ciavatta (2005), a formação humanista deve ocorrer através de uma formação integral, ou seja, deve tornar íntegro, tornar inteiro, tratar a educação como uma totalidade social. Para que isso ocorra é necessário que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho. Isso é focar o trabalho como princípio educativo, superando a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual (CIAVATTA, 2005).

Nota-se que essa ideia de formação humana, como também a formação integrada, tem como intencionalidade superar o ser humano que, historicamente, está dividido pela divisão social do trabalho, e, ainda se propõe a superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional. Enfim,

O que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 85).

Com o intuito de conhecermos, de fato, o que essa formação profissional ofertada pelo Senac/SE através de seus Programas de Aprendizagem, pode contribuir para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho em Aracaju/SE, buscamos a partir da fala dos instrutores da aprendizagem, suas experiências e vivências nos ambientes de aprendizagem, como, também, no acompanhamento das práticas profissionais dos jovens egressos nos ambientes laborais, enquanto os jovens eram aprendizes do programa.

Ao perguntarmos sobre a atuação deles como instrutores da aprendizagem nos programas do Senac/SE, se havia alguma dificuldade em relação aos conhecimentos que seriam passados para os jovens por conta de suas formações acadêmicas, obtivemos os seguintes resultados:

A gente sabe que o mercado de trabalho, ele se renova e se atualiza o tempo todo, então, o professor que está em sala de aula, que está sempre passando, repassando, construindo, reconstruindo e ressignificando e se atualizando em cima desses conhecimentos que vão ser passados, a gente precisa também de uma atualização na nossa formação, então assim, vejo que para o professor precisa haver essa capacitação constante também, porque nas próprias empresas em que os jovens trabalham, eles também trazem essa renovação para gente. Então para que a gente também esteja atualizada, para que a gente também esteja acompanhando essas modificações, a gente precisa estar recebendo esse conhecimento também, que muitas vezes o professor procura esse conhecimento de forma particular, a gente procura

se atualizar investigando, conhecendo o que há de mais novo no mercado para levar aos alunos, normalmente, esses novos conhecimentos que você traz sobre o mercado ele transita o tempo inteiro, ele sofre modificações o tempo inteiro, eles são mais caracterizados por termos técnicos ou mais em relação a termos tecnológicos, que você caracteriza como essas mudanças que acontecem no mercado trabalho. Eu acho que é uma junção, uma fusão dos dois, tanto técnico como tecnológico, até mesmo se você parar para observar, qualquer área ela é impulsionada pela tecnologia, então os técnicos não ficam de fora disso, quanto mais a tecnologia vai avançando, ela vai criando novos mecanismos, todas as outras áreas do conhecimento precisam acompanhar, precisam caminhar juntas, senão se tornam obsoletos, ficam para trás (Instrutora D. Fernandes).

Tenho sim, assim principalmente no Programa do curso de Serviços de Vendas. Porque como eu tinha ainda ministrado aulas no curso de Vendas, só tinha experiência com o Programa de Serviços Administrativos, aí o que me ajudou, foi porque eu já havia trabalhado em uma empresa e tive a oportunidade de ficar na parte administrativa e isso facilitou bastante, aqueles conteúdos que a gente ministra, por conta da minha experiência ajudou bastante, porém sempre há uma certa dificuldade em passar esses conhecimentos, porque a minha formação não é nessas áreas. E principalmente no Curso de Vendas, eu não tenho nem experiência e nem formação e quando chega na parte de marketing, merchandising, eu tive uma dificuldade enorme, então eu tive que estudar, que pesquisar para levar o de melhor para eles, mas mesmo assim ainda sinto dificuldade, a gente tem que sempre está estudando para passar o melhor para eles, acho que a instituição antes de passar a turma para a gente poderia fazer um curso, um treinamento com algum especialista da área daquele curso para a gente ir com a bagagem melhor e não gerar fragilidades na formação dos jovens e que sabemos que por vários outros motivos essa formação ela não é tão eficaz assim, acho que deixa muito a desejar, mas a gente faz o que pode, mesmo muitas das vezes a gente termina se expondo para os jovens, não passando para eles tanta segurança assim (Instrutor M. Nunes).

Já tive muita dificuldade, mas, hoje, tenho bem menos. Eu acho que a experiência e a busca constante do professor em si apropriar dos conhecimentos fazem com que a gente vá adquirindo mais embasamento teórico, a experiência conta bastante. Mesmo com a minha formação sendo em Ciências Biológicas eu não tenho dificuldade de passar o conteúdo, porque quando eu tenho minhas dúvidas eu vou e busco, vou procurar, eu assisto vídeos, eu procuro entender, estudo, pesquiso e tento levar o máximo de conhecimentos para os jovens, mas sei que por não ser da área técnica, claro que isso fragiliza a formação dos jovens, seria bem diferente se eu fosse uma administradora, teria uma visão bem diferente em relação aos programas dos cursos, mas também acho que se a instituição permite que professores de outras deem aulas nos Programas de Aprendizagem de Serviços Administrativos, de Vendas e Supermercados, então acredito que o mais coerente era que ela nos capacitasse, mas isso praticamente não acontece, temos um treinamento ou outro quando chega uma demanda nova no mercado de trabalho ou quando os cursos passam por alguma atualização de acordo com os comitês técnicos. Então essa formação tem muitas lacunas que fragiliza demais a formação profissional dos jovens, acho até que o interesse deles por essa formação não é a prioridade para eles, vejo um universo pequeno que leva essa formação com intuito de

aprender uma profissão, os interesses dos jovens são bem outros, como ter experiência, ganhar seus salários e receber um certificado no final do programa (Instrutora A. Fontes).

Eu caracterizo que sim, fragiliza sim e gera dificuldades, porque quando entrei para a instituição por ser psicóloga, acreditei que iria atuar como psicóloga, mas, ao contrário fui para sala de aula ministrar cursos de vendas, administrativo e supermercado, então eu fiquei assustada porque eu não sabia nada da área, então assim hoje pelo meu esforço mesmo pessoal eu acredito que eu melhorei bastante em termos de conteúdo, mas eu acredito que minhas primeiras turmas por mais esforço que eu tenha tido eu fui bem rasa em conhecimento, porque você passa aquilo que você se preparou de imediato e tipo se naquela época eu tivesse um aluno universitário como eu tenho vários hoje, questionadores mesmo, que querem aprender, querem crescer, eu teria passado vexame, porque é literalmente o oposto do que eu vi na minha vida toda e da minha formação, então acho que deixa bastante a desejar nesse sentido, a equipe é bem comprometida, mas você tem suas limitações (Instrutora M. Vasconcelos).

Existe, como eu vim da Assistência Social, eu tive que estudar bastante os conhecimentos voltados para os cursos que são ministrados nos programas de aprendizagem e também como a gente tem um público bastante heterogêneo em relação à educação, eu tive que adequar esses conhecimentos em diversas linguagens para conseguir atingir ao máximo aos alunos e ainda tem a questão da idade dos jovens, eu prefiro trabalhar com os mais jovens de 14, 15 e 16 anos de idade, que ainda estão no Ensino Fundamental e Médio, já outros colegas gostam de trabalhar com os mais velhos que já estão na universidade, como os perfis dos alunos são bem diferentes, eu precisei estudar bastante para adequar as linguagens aos jovens. (Instrutora K. Prata).

Nas falas, é interessante observar que o processo de precarização ocorre na própria instituição, na medida em que são contratados profissionais sem a formação para a docência e para a área que irá ministrar o curso. Ademais, são contratados por períodos determinados e curtos, de modo que a rotatividade de profissionais tende a prejudicar essa formação, embora eles não tenham tempo suficiente de entender as questões pedagógicas do curso e, por conseguinte, de darem conta de uma formação mais humanista. Nesse sentido, fica difícil para o instrutor oferecer a esse jovem uma formação que foque o trabalho como um princípio educativo, uma vez que, além de não ser da área, não se reconhece como professor, mas como instrutor. Ou seja, eles vão instrumentalizar esse jovem para o mercado a partir de um conteúdo que também lhe é estranho no primeiro momento. Então, essa formação integrada, humanista que conjuga a educação geral e a formação específica, ou entre o trabalho manual e o trabalho intelectual não se concretiza, já que o próprio programa reproduz relações trabalhistas instáveis e precárias. Portanto, para esses jovens são elaboradas políticas públicas

de educação profissional de curto prazo, que estabelecem relações de trabalho precarizadas com os instrutores, os quais não possuem a formação adequada para a prática pedagógica e para área que irão ministrar os cursos.

Para investigarmos quais foram as contribuições e os impactos existentes na formação profissional dos jovens egressos, diante da formação acadêmica dos instrutores que atuam nessa qualificação, obtivemos os seguintes resultados:

Acredito que geram impactos positivos porque, eu sou pedagoga e tenho essa base quanto à didática e facilidade com a transmissão dos conhecimentos acerca da vida, em relação às atitudes e valores que são bem necessários para esse momento da formação dos jovens, mas em relação a não ter uma formação para as áreas específicas, isso me insegura, porque o professor que fez uma formação em licenciatura né que vem da área de humanas, a gente consegue justamente aliar, a gente consegue fazer a essa difusão, consegue aliar esse conhecimento da área de humanas que a gente traz que a gente carrega, e associado a isso, esse conhecimento técnico que a gente precisa passar, que nós enquanto profissionais formadores de outros profissionais que são esses jovens que estão em formação, nós não podemos separar, somos seres completos e complexos, a gente precisa aliar esse lado mais profissional e técnico, como por exemplo de um curso de Serviços Administrativos que é muito burocrático, nosso país é burocrático, porque a gente trabalha ainda com muitos documentos físicos, mas com essa formação na área de humanas a gente precisa também e faz isso no nosso dia a dia, desenvolver as relações interpessoais, a gente precisa trabalhar um pouco da nossa inteligência emocional, então assim essa minha formação na área de humanas eu acho que auxilia e traz uma interação muito positiva com essa formação técnica, querendo ou não pela questão de você ter uma formação na área de educação e por ter uma licenciatura isso favorece a questão das didáticas, das metodologias, quem é da área de educação tem uma visão de formação de pessoas, agora em relação aos conhecimentos técnicos e específicos de cada área essa parte com certeza é a maior lacuna, acho que fragiliza a formação dos jovens (Instrutora D. Fernandes).

Com certeza sim, gera porque a gente não tem uma formação específica para as áreas que a gente atua no programa, acaba a gente passando esses conhecimentos de qualquer forma, claro que com as nossas experiências nos programas e também no mundo do trabalho e nos dá a condição de interligar e agregar esses aprendizados na formação profissional dos jovens e com isso a gente vai se formando e formando os jovens. Ao passar do tempo a gente vai ganhando mais conhecimento, automaticamente você vai começando a repassar isso aí para seus alunos, isso é fato (Instrutor M. Nunes).

De certa forma, existem contribuições e também muitos impactos tanto positivos como negativos, pois como a minha formação acadêmica é em Ciências Biológicas difere bastante do que eu ministro nos cursos, pois a minha área de atuação no Senac é totalmente técnica, mas o que conta bastante é a minha experiência no programa que já tenho mais 10 anos e aprendi muito no dia a dia. Mas sei que ao mesmo tempo gera muitos impactos, porque eu nunca vou passar os conhecimentos de forma tão segura como os docentes das áreas técnicas passam, mas como a instituição

também não tem uma coisa sistematizada em relação a capacitação docente, aí o que existe é o professor buscador, google teacher. Até já tentei fazer alguns cursos ofertados pela instituição, mas assim quando eu descobri que eu tinha direito a fazer um curso por ano, eu fiz ainda o de inglês que na época o que foi acessível, ofertaram o de libras, mas não fiz porque não me atrai, mas queria muito fazer um curso de especialização também para a área, mas porque não tem mesmo, se tivesse com certeza eu faria (Instrutora A. Fontes).

Como minha formação acadêmica é em psicologia acho que para a fase que o jovem está ela agrega bastante, porque a maior demanda que a gente tem é em relação as questões que os jovens passam durante essa fase da vida. Mas essa minha formação para formar os jovens para o mercado de trabalho, dar a eles uma qualificação profissional, sinceramente deixa muito a desejar, eu me esforço bastante, estudo, pesquisa, busco em vários livros e materiais didáticos, mas sempre um conhecimento raso sem muito aprofundamento. Sei que a experiência de estar no programa conta muito, porque já aprendi muita coisa, mas gera impactos com certeza para a formação dos jovens. Ele não sai desse programa com segurança de uma profissão, ele sai com noções da área que fez o curso. Mas para o jovem que não tinha nenhum conhecimento, acho que é um ganho muito grande (Instrutora M. Vasconcelos).

Gera impactos, sim, porque, como já havia dito anteriormente, a minha formação é totalmente diferente do que eu ministro nos cursos da aprendizagem, por mais que eu estude, pesquise, busque ao máximo, sempre vai haver alguma dificuldade (Instrutora K. Prata).

Como vimos, na fala dos instrutores quanto a sua atuação na formação dos jovens egressos, percebemos que o fato de eles não possuírem formação técnica nas áreas específicas dos programas que eles ministram na instituição Senac/SE, nos dá pistas de que essa formação profissional diante dessas lacunas apresentadas, possa ser um dos motivos de não estar garantida a empregabilidade dos jovens. Desse modo, sabemos que, tantos os conhecimentos técnicos como a formação geral são de suma importância para a formação integral desses jovens, conforme já discutido anteriormente. Conquanto, o processo de formação precisa ocorrer a partir de uma perspectiva do todo, pois há uma enorme necessidade de se refletir quanto a essa formação profissional, como ela pode ser um mecanismo de transformação da vida desses jovens, tanto em relação a aquisição dos conhecimentos, como em relação a socialização e a humanização deles, portanto, a educação profissional precisa garantir que essa formação atinja o que se espera e não somente certificar jovens com uma qualificação profissional que não vem assegurando a emancipação e autonomia desses sujeitos diante do campo do trabalho .

Para Cordão e Moraes (2017), a formação de professores para a educação profissional e tecnológica nunca mereceu tanto destaque na educação brasileira, porque essa educação

profissional não tinha equivalência com o ensino formal destinado às chamadas “elites condutoras do país”. O que se exigia dos professores desse ensino profissional era, simplesmente, alguma formação em “cursos apropriados”. O nome mais comum para designar esses docentes era o de “instrutores”. Sua formação consistia principalmente em orientar aprendizes em cursos e treinamentos que pudessem dar conta do atendimento às necessidades específicas do mundo do trabalho (CORDÃO E MORAES, 2017).

Diante do exposto, parece que essa lógica não mudou em nada, pois, depois de tantas décadas de existência da Educação Profissional no Brasil, ainda vimos que a formação docente para atuação na formação profissional não é pauta de interesse para uma educação de qualidade. Nos relatos dos instrutores que estão como responsáveis pela formação profissional de jovens para a inserção no mercado de trabalho, fica bem claro que a intenção é de que esse instrutor esteja mais apto a orientar a esses estudantes a se mobilizarem, articularem e colocarem em prática suas atitudes, seus valores e emoções, de forma que esteja a contento com os anseios dos empresários. A questão da qualificação profissional parece ser algo para o segundo plano, acreditamos que a visão é de que esses jovens aprendam a executar suas atividades nos ambientais de trabalho, de forma prática, rotineira e mecânica, sem senso crítico, mas que deem resultados e que sua produtividade e desempenho sejam os melhores possíveis. Portanto, o mais importante é que esse sujeito saiba se comportar, que dê o mínimo de trabalho e que não tenha um senso crítico, para não gerar demandas que não satisfazem aos seus gestores.

Nessa direção, as contradições dessa formação aparecem a todo instante, pois os seus documentos que formalizam e instituem essa formação, traz em seu bojo como compromisso ético da instituição educacional formadora, garantir uma qualificação profissional que propicie ao jovem o desenvolvimento cognitivo e operativo na perspectiva de um conjunto de competências profissionais para que esse cidadão trabalhador possa se mobilizar, articular e colocar em ação, dando respostas originais e criativas aos desafios diários de sua vida social e profissional.

Com as mudanças constantes no mundo do trabalho, há exigência de um novo professor especializado para exercer a função de docente ou instrutor em programas de educação profissional e tecnológica, que esteja apto a atuar em um mercado de trabalho que tem se tornado cada vez mais complexo e que exige respostas cada vez mais complexas. Por isso, o instrutor deve garantir o domínio de conhecimentos técnicos e tecnológicos do mundo do trabalho e dos conhecimentos específicos relativos à especialização das unidades curriculares que são atribuídas à sua responsabilidade enquanto formador desses jovens.

Cordão e Moraes (2017) trazem que, além de sua competência profissional, esse instrutor deve ter desenvolvido, também, a habilidade para ensinar e orientar os seus alunos nas trilhas da aprendizagem, conduzindo seus educandos no processo de aprender a trabalhar e alterar suas condições de trabalho. Isso requer desse docente, além de sua formação disciplinar específica e de sua experiência profissional no mundo do trabalho, que desenvolva aptidões de ordem pedagógica e que assuma o trabalho como efetivo princípio educativo, bem como a pesquisa permanente como princípio pedagógico orientador de suas ações didáticas (CORDÃO E MORAES, 2017).

A meu ver, e por conta da minha experiência como instrutora da aprendizagem na instituição Senac/SE, a seleção dos perfis dos docentes para atuarem nos Programas de Aprendizagem seguem a mesma lógica que o mercado exige dos trabalhadores, isto é, eles precisam ser polivalentes, devem unir suas experiências no campo do trabalho às suas formações acadêmicas, adquirirem os conhecimentos técnicos, específicos e tecnológicos que possam garantir a formação dos jovens, ficando como responsabilidade dos instrutores buscarem adquirir essas competências para o seu fazer docente.

O que nos causa estranhamento é que, no decorrer da formação desses jovens, tão pouco a instituição parece se preocupar com o nível da aprendizagem deles, pois, mesmo que eles desenvolvam suas atividades de aprendizagem, seja na instituição ou nas empresas, e que os instrutores os avaliem quanto aos seus desempenhos, ainda não há nenhuma possibilidade de que o jovem que não atinja um desenvolvimento que seja necessário para o exercício de sua profissão seja reprovado. Pois, por esse programa se tratar de uma política pública de formação de jovens para o trabalho, a intenção é que eles sejam certificados para serem inseridos no mercado de trabalho e a qualidade de sua formação parece pouco importar para a instituição formadora, como também para os órgãos instituidores dessa formação.

Ao que tudo indica, parece que a intenção dessa política pública de formação profissional, ainda é, retirar esses jovens do ócio, das ruas e de uma possível marginalidade, para evitar problemas futuros no nosso país. Posto que, entendemos que essa formação poderia, sim, possibilitar para os jovens uma inserção no campo do trabalho com a intenção de eles melhorarem suas condições de vida, assumindo trabalhos que lhes dessem garantias sociais e trabalhistas e, que eles pudessem se projetarem para ocuparem melhores postos de trabalhos. Coadunamos com Ciavatta (2005) que, somente a educação como um princípio educativo, possa dar a esses sujeitos mais autonomia e liberdade para que eles consigam se romper com as correntes da submissão e alienação do trabalho.

Como vimos ao longo da discussão, o processo de alienação promove a submissão e a exploração desse trabalhador. Com isso, essa força de trabalho se converte numa mercadoria cujo resultado é a sua desumanização. O capitalismo que desconsidera de fato quais são as reais necessidades dos seres humanos, causando uma deterioração das condições de existência desses sujeitos. Na verdade, as necessidades humanas são levadas em conta somente para a reprodução do capital, de maneira que assistimos o quanto esse sistema tem se tornado uma potência altamente destrutiva, assim como o trabalho – sob a regência do capital – tem se consolidado como alienado.

Em vista disso, fica difícil para os jovens superarem esses impasses, pois, o sistema capitalista tem aprisionado o trabalhador, tanto no sentido da exploração e alienação de sua força de trabalho, sem que haja um caminho que possa gerar mudanças significativas na vida desses jovens.

Sob este ângulo, a formação profissional ofertada a esses jovens ainda não é a saída para eles mudarem os decursos de suas condições de vidas, tanto em relação às questões sociais, educacionais, econômicas e culturais como, também em relação ao trabalho. Ela pode ser um passo para um despertar, quanto as suas possíveis projeções para o campo do trabalho e o educacional, mas existe, ainda, muita coisa para se pensar em relação a essa política de qualificação de jovens para o mercado de trabalho. Deste modo, para que possamos entender como os instrutores da aprendizagem enxergam o que é necessário de fato para melhorar no programa, seja em questões de investimentos em formação de professores, recursos didáticos e audiovisuais, ambientes de aprendizagem e uma maior efetivamente no processo de ensino e aprendizagem, para que minimamente se possa garantir uma inserção de qualidade desses jovens egressos no mercado trabalho, onde, a seguir veremos nos relatos dos instrutores da aprendizagem, vejamos:

Para que esse jovem tenha mais chance, a gente sabe que não vai depender também somente do programa em si, a gente sabe que a economia do país e do estado, eles também precisam caminhar, está em alta, em desenvolvimento para que possa se contratar mais profissionais também, muitas vezes essas contratações elas ficam paradas em virtude de um mercado, de uma questão financeira que também não vai bem, a empresa só vai contratar se estiver no azul, se ela está numa situação financeira boa, então precisa haver mais incentivos, inclusive eu sei que as empresas já recebem incentivos fiscais por conta dessa contratação do jovem aprendiz, porque a empresa tem benefícios em contratar esses jovens, então é um conjunto de fatores para que a coisa evolua e cresça, inclusive da própria instituição investir mais em marketing para ser conhecida no estado pelas empresas, porque muitas empresas não têm esse conhecimento. Às vezes a gente vai fazer visita nas empresas para acompanhar os jovens em suas práticas profissionais e os administradores dessas empresas, poucos sabem da Lei da aprendizagem. Eu já cheguei em algumas empresas e tive que

contar como é que acontece essa lei, como é que ela se dá na prática, porque a empresa teve que contratar, porque os próprios administradores da empresa não sabiam. Apesar de terem contratado foi meio que, “já vinha contratando então eu continuei”, “eu substituí um administrador que já estava aqui e ele saiu eu entrei no lugar dele e sei que a empresa contrata jovens aprendizes, mas eu nem sei porque contrata esses jovens”. Acredito que para haver uma força maior da lei da aprendizagem tem que haver mais com a divulgação, levar conhecimento mesmo, porque é que essa lei existe? pra que é que ela existe? por que ela é tão importante dá essa primeira oportunidade a esses jovens? promover esclarecimento do que é essa lei. Aí é por isso que eu digo que precisa né, na verdade haver essa parceria com mais verdade né, com mais empenho pelo dois lados, para que esse jovem ele seja realmente entendido como um aprendiz, como um jovem que realmente ele está ali de verdade para aprender, porque muitas vezes ele se sente sobrecarregado na empresa onde ele trabalha, ele se sente sobrecarregado de responsabilidades inclusive nas famílias deles, eu já acompanhei um jovem no programa, que ele era na verdade o responsável pelo sustento da casa, onde o pai e a mãe perderam o emprego e esse jovem com meio salário mínimo teve que prover o sustento da casa, essa é uma realidade do nosso país em qualquer região que o programa atua, o jovem busca o trabalho para ajudar no sustento familiar, principalmente os jovens do sexo masculino, porque quando ele completa 14 anos de idade, a família começa a dizer ele precisa ser um homem, precisa trabalhar, isso é uma questão cultural, aí ele se sente nessa obrigação de trabalhar de prover também o sustento familiar e o que é mais crítico dentro do nosso país, ele se distancia da formação educacional dele, é uma realidade do trabalhador brasileiro, quem vai para a faculdade particular é o trabalhador que trabalha o dia inteiro e aí com esse trabalho ele paga a faculdade, o nosso público é misto, mas nós temos a grande maioria dos jovens do programa que buscam o trabalho por uma necessidade financeira, de ter um sustento mesmo, essa é a realidade do programa, muitos estão ali não pela formação, mas sim pelo dinheiro (Instrutora D. Fernandes).

A primeira coisa que eu acho que deve ser revisado com mais frequência são os nossos planos de trabalho pedagógico (PTD), porque, a gente sente que foi feito naquele momento da implantação do Modelo Pedagógico Senac em 2015 e, muita coisa já mudou, e a gente não tem como ficar fazendo as mesmas atividades o tempo todo sem que atualize esses planos de acordo com as demandas do mercado de trabalho, isso com certeza tem fragilizado a formação dos jovens e a consequência disso é que os jovens egressos tem ocupado péssimos empregos, porque estão saindo das suas qualificações com um processo meio que fragilizado, então essas atualizações deveriam ser feitas com mais frequência pelo menos uma vez por ano, assim que houvesse mudanças no mercado a gente atualizaria os PTDs. Outra coisa muito importante a ser revisto é em relação a essa parceria que o programa deveria ter, uma ligação mais próxima entre as empresas e a Senac e também o professor, porque não existe e se existe com outro setor isso não é passado e a gente não tem esse feedback né, então a gente não pode intervir em nada disso. Eu acho que poderia ser melhorado isso e ser trabalhado de forma que a gente tivesse uma ligação e pudesse até intervir em algumas situações, porque nós temos a lei do jovem aprendiz né, e mostrar para aqueles gestores que as atividades que foram previstas nos nossos programas devem ser executadas pelos jovens nas empresas, ligar essa teoria à prática e o que eu vejo nas empresas é que os jovens fazem

atividades que não tem sentido com o que a gente definiu nos planos. Às vezes eles estão na área administrativa e estão transportando caixa ou fazendo outras atividades que não tem nada a ver com área administrativa tá, então deveria ser melhorado. Os gestores tanto do Senac como das empresas, poderiam rever essas questões, no ato do contrato já firmar essa parceria de forma que o Senac como instituição pudesse intervir sim na atividade dele lá dentro da empresa, porque a gente está formando um profissional, a gente está trabalhando com um aprendiz, e a gente fala coisas em sala de aula, que às vezes o próprio jovem disse assim: “o professor falou que era assim para fazer isso” e o aluno diz na empresa e aí fica uma situação complicada porque muitas vezes as empresas não aceitam ou não concordam com o que o jovem diz, “o professor falou que eu vou fazer atividades administrativas, vou arquivar documentos, vou aprender a fazer uma folha de pagamento” e o aluno que de certa forma está aprendendo o que a gente está ensinando de forma correta, a gente tenta ensinar da melhor forma e lá na empresa eles estão fazendo outras atividades a qual a gente não pode intervir em nada (Instrutor M. Nunes).

Eu acho que dá mais responsabilidade aos jovens, quando a gente é cobrado que o aluno chega na sala de aula que não é para entrar com calça rasgada, eu acho que o perfil profissional, eu acho que a organização da instituição primeiro ponto, quando a gente em sala de aula cobra que os alunos se vistam bem, que os alunos se comportem bem, quando a gente não tem o respaldo da Coordenação, quando eu mando o aluno que está no telefone em sala de aula, quando eu mando o aluno, que não é para eu mandar o aluno voltar, tem que respeitar as normas da instituição, deu 14:15 e 8:15 não entra, o aluno precisa ter essa responsabilidade e ele precisa ter o retorno, estrutura física, livros, não digo nem tanto a internet, mas se a gente tivesse uma biblioteca e um laboratório e não precisar de wi-fi para os alunos utilizarem, eu acho que se a gente tivesse uma estrutura que desse esse suporte ao instrutor, onde a gente tivesse ferramentas que pudessem auxiliá-los nas pesquisas e que a gente pudesse garantir uma melhor formação, acredito que a instituição deveria ser um pouco mais firme em relação às regras, porque os jovens cumprem tudo no empresa e no Senac muitas vezes não (Instrutora A. Fontes).

Eu acho que deveria de início, tipo, existem os órgãos fiscalizadores para que as empresas tenham esses jovens, então que eles fiscalizassem o fazer e não só o ter, mas o fazer e que fiscalizasse que pegasse as duas fatias, as empresas e as instituições formadoras, acredito que talvez seria uma forma de resgatar qual o verdadeiro objetivo do programa de aprendizagem e a instituição formadora deveria estar revendo essa questão estrutural para ofertar cada vez mais um ensino de qualidade e garantir de fato o que tem que ser feito para não só certificar os jovens, mas garantir uma formação de qualidade que possa garantir a sua inserção no mercado de trabalho, para ele não ter que carregar um curso de 1280 horas, mas que ele não tem a bagagem necessária para ser absorvido no mercado de trabalho. Talvez se a instituição formadora fosse fiscalizada, acredito que a estrutura seria bem diferente, eu acho, porque a partir do momento que você é cobrado, você vai ser penalizado por não ofertar o que deve ofertar. Eu acho que as partes, empresas e instituição, teriam que ter um comprometimento maior, porque o recurso existe, só não é bem administrado ou distribuído como deveria (Instrutora M. Vasconcelos).

Eu vou começar já respondendo porque, eu sou bem clara, objetiva e direta, o Senac, ele tem que usar os princípios administrativos, planejar, organizar, controlar e dirigir e isso a gente também passa para os alunos, então o ponto mais crítico da instituição é em relação ao planejamento, o Senac tem um péssimo planejamento, é necessário para que os programas, projetos e planos deem certo, não tem como o

professor fazer um controle sem um poder da direção, nós não temos força para isso sem o apoio da instituição, outro ponto é em relação aos recursos financeiros, porque faz um planejamento financeiros sem saber para onde vai e nem pra onde vem, é muito complicado, até em relação às reuniões pedagógicas, não há um cronograma, sempre é marcada de forma desorganizada ou quando não marcam e desmarcam de uma hora para outra, então tudo isso torna muito difícil para que a gente possa garantir a inserção do jovem, porque com o mal planejamento acaba impactando no andamento do programa, além de ser necessário que a instituição usassem da verdade e da transparência com seus professores e alunos, que muitas vezes as palavras que são ditas não condiz com a prática, e isso acaba prejudicando e desestimulando a todos de seguir no programa, não pelo programa, mas pelas pessoas que executam o programa, várias vezes eu falo para mim, tenha coragem, porque tudo isso vai acabar, porque não é sua vida toda, corta o cordão umbilical, que é que eu penso, como eu tenho certeza em que as pessoas se modificam, eu gostaria de continuar tendo a certeza de que a empresa também poderia ser modificada, eu acho que a gente já passou por coisas piores, eu não vou dizer que a gente está no melhor momento porque a gente não está, como empresa, porque a gente tem muita dificuldade, muita coisa para melhorar, mas eu acredito que já houve evolução, mas para que a gente evolua mas, não depende só do professor e dos alunos, depende também do Senac e das empresas parceiras, porque eles fazem parte da essência do programa e todos juntos podemos fazer a coisa acontecer até o dia que o programa existir (Instrutora K. Prata).

De acordo com os relatos dos instrutores, para que essa formação se dê de forma que possa garantir o que se espera dela, que é a inserção e a permanência dos jovens no mercado de trabalho, faz-se necessário que haja investimentos que propiciem uma formação de qualidade e, que os autores envolvidos nessa política pública compreendam que a qualificação profissional pode dar a esses sujeitos uma melhor condição de empregabilidade.

Como vimos, nos relatos dos instrutores da aprendizagem do Senac/SE, existem alguns aspectos a serem revistos para que a formação profissional ofertada para os jovens seja eficaz e que atenda às necessidades de trabalho deles. Desse modo, há um desejo daqueles que estão à frente da formação desses jovens no sentido de que houvesse interesse de que essa formação seja de qualidade, com o intuito de libertar esses jovens das amarras de um sistema excludente, alienante e manipulador. Assim, essa formação deveria pensar em propiciar para esses sujeitos mais autonomia, senso crítico e emancipá-los, para que ela não seja meramente para atender aos interesses do capital. Portanto, há necessidade de se pensar em uma formação profissional que possa tornar esse sujeito mais crítico, que ele adquira conhecimentos de ordem geral e técnicos, que lhes serão necessários para atuarem de forma mais segura, para que eles não sejam manipulados por uma oferta de trabalho que não lhes darão nenhuma possibilidade de eles galgarem por melhores condições de vida.

É evidente que os instrutores têm total consciência de que a formação ofertada pelo Senac/SE apresenta suas lacunas e, isso gera impactos que repercutem bastante nos empregos que os jovens atuam, tanto na questão das ofertas de trabalho como em relação aos seus salários. Além disso, fica bem claro que a instituição formadora deveria se preocupar muito

mais com a qualidade dessa formação para garantir a empregabilidade desses jovens, para que isso aconteça, seria necessário que ela aproximasse ainda mais as suas relações com as empresas que contratam os jovens, para que elas tenham uma melhor compreensão do que é o programa, para que possam entender a dinâmica do programa e, conseqüentemente, esses jovens possam ser absorvidos pelas essas empresas. Ante ao exposto nessa dissertação, reconhecemos a imprescindibilidade de que sejam fomentadas ações que propiciem uma reestruturação do programa no sentido em que tenham inter-relações em suas atividades que conectem o Senac, a empresa e os instrutores; avaliações contínuas do Programa para acompanhar as ações, a estrutura, os recursos humanos e materiais a fim de aperfeiçoá-los e, por fim, uma formação integrada em que ocorra uma articulação efetiva entre o ensino profissionalizante e a educação escolar para esses jovens. Com efeito, o programa precisa ser questionado e avaliado, uma vez que, tal como se apresenta, acaba formando mão de obra barata e qualificada a serviço do capital.

No que diz respeito à precocidade desse jovem ser inserido no mercado, sabemos que quanto mais cedo ele ingressa, maior será o tempo em que será explorado e, poucas chances terá para mudar as suas condições de vida. De certa forma, a escolha feita pelo jovem de entrar no mercado de trabalho cada vez mais cedo é em decorrência de um modelo de sociedade que impõe um processo de adultização precoce para jovens de classes populares, no sentido de que precisam, com a renda familiar, sendo que essa inserção, quer seja formal ou informal, é bastante precária, tanto em termos de condições de trabalho como em relação à remuneração.

Pensando-se na ideia de garantir a empregabilidade desses jovens, podemos questionar se tais programas não consistem num mecanismo que retira do capital e do Estado a responsabilidade pela implementação de medidas efetivas capazes de garantir um mínimo de condições de sobrevivência para a população juvenil do nosso país. Coadunamos com o fato de que o Estado deve fomentar políticas públicas para esses jovens, entretanto, a profissionalização precoce de jovens que deveriam estar se dedicando a uma educação integral e não a busca do seu primeiro emprego, não se configura como a solução no enfrentamento de questões decorrentes das desigualdades sociais. Dito de outro modo, para esses jovens que estão lutando pela sobrevivência e carecem desses programas para ser inseridos no mercado de trabalho, o Estado deveria garantir no mínimo a escolaridade básica (fundamental e médio) por meio de uma renda básica para que eles, ao invés de trabalharem, tenham a opção de estudar até a fase adulta. Outrossim, acreditar que se tornar um jovem empregável seja uma condição suficiente para eles entrarem no mercado de trabalho, nada

mais é que uma ideologia que legitima as contradições encontradas na sociedade capitalista, ocultando relações de classe com o intuito de minimizar os conflitos sociais.

A falta de consistência e de objetividade do programa vem à tona quando ele proporciona para os jovens uma participação no campo de trabalho de forma rápida, apresentando tão pouca efetividade em relação às demandas dos jovens no nosso país, de maneira que corroboramos com Barbosa, quando este enfatiza que:

É de questionar o que, de efetividade pode-se esperar de um programa que impõe a contratação temporária e compulsória de jovens, sem elevação da taxa de crescimento interno, o agravante de comprovadas taxas de desempregos (BARBOSA, 2006, p. 105).

Portanto, mesmo que os instrutores tenham, em suas práticas pedagógicas, de atuar nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, com a intenção de formar e garantir a empregabilidade dos jovens, ainda de acordo com os seus relatos, vimos que, sozinhos, eles não têm como garantir o que esperam. Isso, porque, o programa é constituído por vários autores e, caberia à própria política balizar as diretrizes para que a formação profissional para o trabalho desses jovens estivesse alinhada por todos aqueles que estão envolvidos nessa empreitada.

Para que tenhamos uma compreensão maior quanto aos resultados encontrados nessa pesquisa a partir dos questionários que foram aplicados com os sujeitos pesquisados, traremos a seguir um panorama geral em relação aos pontos positivos, de atenção e de contribuição que essa formação teve para os jovens egressos:

Quadro 5 Pontos positivos de atenção e de contribuição da formação profissional nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE sob a ótica dos jovens egressos

<p>Escolha do programa (principais motivos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ter o próprio salário • Qualificação profissional • Experiência profissional • Melhorar o currículo • Ter uma ocupação • Adquirir conhecimento • Primeiro emprego • Ter independência financeira • Crescimento pessoal • Desenvolvimento pessoal e profissional • Ajudar em casa financeiramente • Melhoria profissional • Abrir portas para novos trabalhos • Aprender um ofício • Ingressar no mercado de trabalho
	<ul style="list-style-type: none"> • Interação com os colegas • Amizade • Amadurecimento • Flexibilidade no ensino • Os conteúdos

<p>O que mais gostou nos cursos/programas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Instrutores • Método de aprendizagem • Aprendizado • Metodologia de ensino • Variedade de assuntos abordados • Conhecimento sobre a área de trabalho • Trabalho em equipe • Trabalhar com projetos
<p>O que mudaria no curso</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mais aulas práticas • Mais dias de curso • Infraestrutura • Incluiria conteúdos como: inteligência emocional e educação financeira • Garantir a aplicação da teoria na prática na empresa • Método de avaliação
<p>Conteúdos que fizessem conexão com a fase de ser jovem</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Motivação • Saúde • Ansiedade • Organização financeira • Sexualidade • Direitos humanos • Feminismo • Inteligência emocional • Política • Diversidade • Relações interpessoais • Plano de carreira • Doenças emocionais • Assédio • Desemprego • Incertezas do futuro profissional
<p>A importância do curso para as atividades que desenvolvia na empresa (correlação entre teoria e prática)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas coisas sim, outras não • Em parte, sim • Melhorou o trabalho em equipe • Melhorou a comunicação • Incompatíveis com a formação profissional • Ajudou a conhecer os processos da empresa • Infelizmente não pude colocar em prática, pois não havia nada correlacionado a minha atividade • De suma importância, tudo que foi passado no curso exercia na minha função • Melhorou o meu desenvolvimento pessoal e profissional
<p>O que significou participar do programa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência profissional • Conhecimento • Entrada para o mercado de trabalho • Controlar emoções • Crescimento para a vida pessoal e profissional • Aprendizado • Amadurecimento pessoal e profissional • Lidar com pessoas • Capacidade
	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento • Organização

<p align="center">Contribuição para a atividade de trabalho que exerce hoje</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pontualidade • Comunicação • Comportamento • Interação social • Conhecimentos técnicos • Planejamento
--	--

Fonte: A autora (2021)

Parece-me que, diante desse panorama, a formação profissional dos jovens egressos trouxe para eles contribuições bem pontuais e que, em sua maioria, foi mais de ordem comportamental do que relacionado ao desenvolvimento de competências que lhes pudessem garantir habilidades para o exercício de uma profissão. Sabemos que essa primeira experiência profissional vivida pela maioria dos jovens tenha sido algo a possibilitar abrir caminhos para o campo do trabalho e, conseqüentemente, educacionais. Porém, ainda se mostra bastante incipiente, pois, diante dos relatos dos jovens egressos quanto à sua atual atividade laboral, mostra que eles estão em trabalhos que não lhes dão a mínima possibilidade de melhores condições de vida, onde muitos tem se submetido a aceitar trabalhos que são caracterizados como precários e desumanos, sem a garantia dos seus direitos sociais e trabalhistas. Com efeito, ainda que essa formação profissional tenha trazido contribuições para esses jovens, existe uma enorme necessidade de repensar o Programa, na medida em que ele não tem garantido uma qualificação profissional de qualidade, como, também, a empregabilidade desses jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa e dissertação de mestrado surgiu a partir das minhas inquietações ainda quando era instrutora dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, especificamente do CFP-Aju, enquanto formadora dos jovens egressos, sujeitos participantes desta pesquisa, que me questionavam qual a contribuição dessa formação profissional para eles ingressarem no mercado de trabalho. Diante dos resultados obtidos nesse estudo, ao que tudo indica, o maior interesse dessa formação é entender as demandas do capital no que diz respeito a se ter uma mão de obra qualificada e barata. Entretanto, podemos inferir que, para os jovens, a importância dessa formação e da experiência profissional do “primeiro emprego” como jovem aprendiz, era obter uma qualificação profissional de qualidade que lhes possibilitassem ser inseridos no mercado de trabalho, de forma que lhes proporcionassem melhores empregos e que tivessem minimamente a condição de galgarem por uma ascensão social, econômica, política, cultural e educacional.

Mover uma pesquisa diante de um cenário tão complexo como o do trabalho e da educação no nosso país já é de extremo desafio e, ainda em meio à pandemia da Covid-19, tornou-se ainda mais desafiador. Dessa forma, para realizarmos a pesquisa de campo, nos valem das ferramentas da tecnologia da informação, utilizando o Google Meet para fazer as entrevistas com os jovens egressos e os instrutores da aprendizagem do Senac/SE. Portanto, aprofundar os estudos quanto a essas categorias no âmbito das políticas públicas para juventude, na perspectiva da formação profissional para o trabalho de jovens, nos trouxe a compreensão de que o mercado de trabalho, na atualidade, tem se tornado cada vez mais excludente para os jovens das classes desfavorecidas. Além do que, a concepção de jovem no nosso país traz em seus aspectos algumas questões que há décadas se tenta diminuir, os impactos que elas geram na vida dos jovens brasileiros – aspectos esses que podemos elencar aqui como a questão da vulnerabilidade social, desemprego, violência, baixa escolarização e abandono escolar.

Portanto, as discussões teóricas feitas nesse estudo nos deram os caminhos para que fôssemos conduzidos a uma pesquisa de campo, que nos trouxe resultados mais substanciais, para podermos refletir acerca do nosso objeto de pesquisa. Ao estabelecermos as relações entre as categorias estudadas, buscamos uma proximidade ainda maior ao campo de estudo “trabalho, educação e juventude”, que nos deu as condições de adquirirmos alguns elementos que nos proporcionassem uma reflexão acerca da inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho, a partir da formação profissional ofertada nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE.

Como essa pesquisa teve o interesse de analisar as contribuições da formação profissional dos jovens egressos dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, nos valemos das legislações que respaldam tanto a oferta como a inserção dos jovens ao primeiro emprego a partir da participação deles como jovem aprendiz. Essa política pública de formação profissional para os jovens, tem em seu bojo a sustentação dela a partir da Lei n.º 10.097/2000 – Lei da Aprendizagem, que foi regulamentada e ampliada pelo Decreto n.º 5.598/2005 e instituída pelo MTE. No entanto, os Programas de Aprendizagem buscam contribuir com a formação profissional dos jovens aprendizes com o intuito de orientá-los, não só para a capacitação, mas também em relação a sua vida profissional. Além dessas legislações, temos ainda a Lei n.º 8.069/1990 – ECA, que tem como finalidade proibir qualquer trabalho para menores de 14 anos de idade, salvo na condição de jovem aprendiz. Logo, para que essa qualificação seja caracterizada como uma formação técnico-profissional, ela deverá se valer das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, na qual o trabalho dos jovens será protegido e regulado por legislação especial.

Para a efetivação dessa pesquisa, buscamos a instituição formadora Senac/ SE, através do CFP-Aju, que atende especificamente os jovens aprendizes que residem na cidade de Aracaju e demais municípios do Estado de Sergipe, em seus Programas de Aprendizagem, para que pudéssemos ter uma maior proximidade com a materialidade do fenômeno investigado. Portanto, os participantes dessa pesquisa foram os jovens que participaram dos programas entre os anos de 2015 a 2018, que hoje são caracterizados como jovens egressos desses programas. Além deles, os instrutores da aprendizagem participaram desse estudo, com o intuito de conhecermos as impressões que eles têm em relação a essa formação, no que diz respeito às contribuições dessa formação para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho em Aracaju/SE e, quais são as lacunas existentes nos programas de aprendizagem, às quais seriam necessárias algumas revisões para que o programa acontecesse de forma mais eficaz.

Assim, como ponto de partida para a efetivação desse estudo, fizemos um levantamento do arcabouço teórico com autores da sociologia que discutem as categorias *trabalho*, *educação* e *juventude*, com o objetivo de obtermos uma fundamentação teórica que nos proporcionasse uma base para a sustentação desse estudo. Além disso, fizemos uma busca pelos documentos norteadores que definem as diretrizes para a oferta dessa formação profissional, como, também, um levantamento de toda legislação que deu um respaldo legal para tal. Ainda junto à instituição formadora, especificamente com a Secretaria Escolar, fizemos um mapeamento dos jovens egressos que foram assistidos pelos programas entre os

anos de 2015 a 2018, a fim de selecionarmos os participantes para a pesquisa quantitativa (aplicação dos questionários) e qualitativa (entrevistas semiestruturadas). Após todo esse processo, foi possível iniciarmos todo o estudo a partir dessa base estrutural quanto aos documentos que nos foram necessários para, posteriormente, procedermos as análises e obtenção dos resultados dessa pesquisa.

Na perspectiva de termos como norteamento para a realização da pesquisa, tomamos como base o ano de 2015, ano em que a instituição Senac, tanto em âmbito nacional como local, instituiu o Modelo Pedagógico Senac, que visa uma formação baseada em competências. Esse modelo valoriza as habilidades, as atitudes, o desenvolvimento das marcas formativas do Senac e os da Lei da Aprendizagem (apresentadas no decorrer desse estudo), cujas marcas tem como maior objetivo evidenciar nos alunos a capacidade de organizar e planejar ações, bem como sistematizar processos e formas de mensuração dos resultados a serem atingidos, com o intuito de buscar soluções para os problemas existentes nos ambientes de trabalho e, tendo sempre como foco a obtenção de resultados.

A intenção desse modelo é atribuir aos jovens o desenvolvimento de competências que lhes deem a condição de se inserirem no mercado de trabalho. Sabemos que, de certa forma, essa compreensão de inserção também se pauta na questão de prepará-los em relação ao seu comportamento, de moldar esse sujeito de forma que as empresas o absorvam com o desígnio de que eles sejam obedientes, e que estejam sempre disponíveis para elas, o que, de certa forma, tem causado nesses jovens ainda mais um processo de alienação e exploração. Além disso, eles precisam adquirir, cada vez mais, conhecimentos técnicos e tecnológicos, como, também, saber se comunicar de forma assertiva, desenvolver a habilidade de trabalhar em equipe, buscando se adaptar a situações existentes no trabalho, que lhes deem a condição de buscar a solução para os problemas ocasionados nos ambientes laborais.

Como o mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais competitivo e exigente, isso tem se mostrado para os jovens como uma grande ameaça. Ainda que muitos deles se veem em uma situação de disparidade em relação aos jovens de outras classes. Sabemos que a questão educacional é um ponto bastante crítico na sociedade brasileira, vimos, nos resultados dessa pesquisa, que os jovens egressos, mesmo diante de tantas dificuldades conseguiram, durante suas trajetórias escolares, chegar à conclusão dos seus estudos na formação básica e a partir do sistema de cotas instituído pelo MEC, que tem dado a esses jovens oriundos da escola pública a condição de ser inseridos nas universidades federais ou, quando não é por esse meio, através dos seus esforços buscam investir em seus estudos superiores, a partir da remuneração que recebem dos seus empregos atuais. O que, de certa forma, vimos através dos

relatos dos jovens egressos, de que a formação superior possa ser um caminho para que eles consigam obter melhores empregos, sendo reconhecidos em suas profissões, respeitados como cidadãos e que, a partir dessa formação eles possam ter acesso a melhores condições de vida. Ficando claro de que, somente a formação profissional nos Programas de Aprendizagem do SENAC/SE não é o suficiente para que possam atingir esses objetivos mencionados acima, pois, tal programa não tem dado a condição deles ocuparem postos de trabalhos que lhes tirem da condição de exploração e precarização.

Mesmo diante do exposto, os jovens egressos caracterizam que essa formação profissional trouxe para eles a possibilidade de ter acesso ao mercado de trabalho através da experiência do seu primeiro emprego, que lhes deu a condição de ser um jovem aprendiz com carteira assinada e, com garantia dos seus direitos sociais e trabalhistas. Também, deixaram bem claro que, a busca pelos Programas de Aprendizagem do Senac/SE foi para que conseguissem adquirir a experiência profissional comprovada através da carteira de trabalho, como, também, ter uma remuneração que lhes dessem a condição de contribuir com o sustento de suas famílias e proporcionar para eles uma condição material, para consequentemente acessarem, também, o mercado de consumo.

Nota-se que, no cenário atual do nosso país, há um índice muito alto de desemprego juvenil, por isso, se justifica o número elevado de jovens que têm feito dos Programas de Aprendizagem num contexto geral, como sendo uma única saída para sanar essa questão do desemprego, mas, sabemos que essa política não dá conta de atender à imensa demanda que se têm no Brasil. Como o público jovem com idades entre 15 a 29 anos é o de maior índice populacional do nosso país, pois, com as reestruturações dos modos de produção capitalista, isso tem gerado cada vez mais uma crise no mercado de trabalho, trazendo inúmeros impactos para os jovens que se deparam com uma enorme escassez de oferta de empregos, um alto grau de competitividade e exigência desse mercado, o que lhes empurra para a busca do trabalho informal, autônomo e cada vez mais precário.

Podemos acreditar que as políticas públicas para o trabalho e para a educação do nosso país ainda não conseguiram atender a essa demanda dos jovens que necessitam de uma formação geral, que garanta uma ligação ampla com a educação profissional. Como estivemos, durante toda essa pesquisa, com o foco na formação profissional dos jovens egressos, através da Lei da Aprendizagem, que foi instituída desde o ano de 2000, nos trouxe uma enorme inquietação das motivações porque, depois de tanto tempo dessa política, os jovens assistidos pelos Programas de Aprendizagem ainda estão assumindo postos de trabalhos precarizados. Para responder a esse questionamento, obtivemos, através das falas

dos sujeitos pesquisados, quais são as possíveis lacunas dessa formação que possam estar ocasionando isso.

Portanto, podemos destacar, aqui, a partir da ótica dos instrutores da aprendizagem, que eles veem que os programas de formação profissional para jovens são um caminho para o acesso deles ao mercado de trabalho, dando a oportunidade de ter a experiência profissional, como, também, de adquirir conhecimentos que lhes darão a possibilidade de um despertar para tal. Além disso, eles trouxeram que existem lacunas a ser preenchidas nessa formação e, uma delas é a questão da fiscalização dos órgãos públicos nos ambientes de aprendizagem da instituição formadora, como, também, nas empresas que contratam esses jovens. Pois, haveria a possibilidade dessas instituições exigirem que essa formação profissional ocorra de forma como está definida nos seus documentos e nas legislações que as respaldam. Fazendo com que os jovens possam colocar, de fato, em prática nas empresas, os conhecimentos teóricos apreendidos nos ambientes de aprendizagem da instituição formadora.

Outros aspectos relatados pelos instrutores da aprendizagem foram relativos a questões de que a instituição deixa muito a desejar em relação à questão do planejamento, seja ele de ordem pedagógica ou em relação à alocação dos recursos financeiros, pois, para eles, esses recursos não estão sendo bem distribuídos, por entenderem que a instituição Senac/SE deveria destiná-los para investir na formação dos docentes, na aquisição de recursos didáticos e midiáticos, como, também, proporcionar uma melhor infraestrutura dos ambientes de aprendizagem e de laboratórios com acesso à internet de qualidade, que pudesse oferecer uma melhor qualidade de ensino para os jovens.

E, mesmo com essas falhas levantadas pelos instrutores, a instituição vem obtendo resultados positivos quanto à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Portanto, dos 50 jovens egressos participantes dessa pesquisa no quesito “situação atual de trabalho”, obtivemos que 62% deles estão trabalhando na atualidade e 38% estão sem ocupação. Mesmo que de forma precária, os jovens têm se mantido nesse mercado em condições que não atendem ao que se propõe a formação profissional, que visa proporcionar para esse sujeito um processo de autonomia e emancipação, pois, as condições de alienação e exploração são bastante visíveis nas atividades profissionais exercidas por eles.

Em outras palavras, a pesquisa nos ofereceu possibilidades de pensarmos em novas investigações que nos deem as condições de buscarmos as reais histórias de vidas desses jovens, de acordo com suas trajetórias após a sua saída dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, sejam elas de cunho pessoal ou profissional. Além do que, por estarmos em meio à pandemia da Covid-19, vivenciamos durante a pesquisa de campo já alguns impactos

provenientes dela, entre eles, os processos de demissões, a diminuição de ofertas de empregos, o baixo índice de jovens aprendizes contratados pelas empresas, um ensino de forma remota ou híbrido, que possivelmente nos trará diversos problemas futuros. O momento que se mostra bastante obscuro poderá, daqui em diante, ser ainda mais abstruso, pois, as questões econômicas e políticas que assolam nosso país já nos dão grandes pistas de que viveremos momentos bastante assombrosos.

Diante desse estudo, percebemos que se faz necessário que a instituição formadora, junto aos órgãos que fiscalizam as empresas a cumprirem a Lei da Aprendizagem, contratando jovens, desenvolva ações que possam mobilizar uma reestruturação dos Programas de Aprendizagem, para que se possa haver mais articulação entre o Senac e as empresas parceiras; faz-se necessário melhorar o seu sistema de avaliação, para que se possa garantir uma maior efetividade do desempenho desses jovens quantos aos conhecimentos, habilidades e atitudes que são trabalhadas em seus ambientes de aprendizagem; sistematizar um planejamento que englobe investimentos tanto pedagógicos como de infraestrutura referente aos ambientes de aprendizagem; estruturar itinerários formativos para que os jovens egressos possam ter uma formação continuada e garantam um melhor acesso ao mercado de trabalho; melhorar seu processo de divulgação e marketing, para que uma quantidade maior de jovens possam ter acesso tanto a formação profissional quanto a entrada para os programas de aprendizagem.

Foi unânime, para os sujeitos pesquisados, que essa política pública para os jovens se faz necessária à sua existência, porque, de certa forma, mesmo elas sendo imprescindíveis e complexas, diante do cenário do nosso país, acaba por ser um meio de acesso para os jovens adentrarem ao mercado de trabalho. Mas, sabemos que a entrada precoce acaba por gerar impactos na vida desses sujeitos, acreditamos que seria necessário ao menos se rever a idade que é permitida ao jovem trabalhar como aprendiz, que é a partir dos seus 14 anos de idade. Como os programas de aprendizagem duram no máximo 02 anos, os jovens concluem a sua formação com 16 anos e, acabam por ficar de fora do mercado de trabalho, porque, a sua idade não permite que sejam absorvidos pelas empresas como funcionários com contratos indeterminados; com isso, há uma enorme ocorrência de que esse jovem, para não ficar fora desse mercado, submete-se a retornar aos programas de aprendizagem, para repetir a experiência de ser um jovem aprendiz e estar vinculado à alguma empresa, que lhes garanta seus direitos sociais e trabalhistas, como, também, a remuneração pela execução do seu trabalho. Não conseguindo retornar aos programas, a situação se torna ainda mais agravante,

pois, para não deixarem de ter recursos financeiros, muitos deles buscam ofertas de trabalhos temporários e informais, como bem vimos nessa pesquisa.

Contudo, essa situação descrita acima não tem solucionado os problemas de ordem socioeconômica dos jovens. A meu ver, caberia ao Estado cumprir com sua obrigação de assistir aos cidadãos brasileiros, assim como assegurar os direitos sociais que estão previstos na CF de 1988, priorizando à criança, ao adolescente e ao jovem “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1988). Portanto, esses jovens não seriam inseridos tão precocemente nesse mercado de trabalho e, lhes dariam o direito primeiramente, de estudar até a idade adulta, como os outros jovens das classes favorecidas têm em estudar e postergar a sua entrada ao mundo do trabalho. Portanto, isso possibilitaria aos jovens uma condição de competirem por uma vaga no mercado de trabalho de forma mais igualitária.

Portanto, as escolhas profissionais dos jovens egressos não se dão de forma definitiva, pois, muitos tiveram trajetórias diversas em suas experiências profissionais, o que eles almejam é conseguir a formação superior, porque eles enxergam que terão uma profissão reconhecida, respeitada e que lhes dará a possibilidade de melhores oportunidades de empregos. De certa forma, a educação básica não tem dado aos jovens uma formação para o trabalho e deixa essa fatia para a educação profissional fazer, mesmo que se haja a articulação da oferta concomitante entre as formações básicas e profissionais, parecem ainda serem insuficientes.

Fazendo uma análise geral dessa formação profissional dos jovens nos Programas de Aprendizagem do Senac/SE, foi possível observar que esses programas possuem uma enorme importância para a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho. Nota-se que o programa tem algumas limitações, quanto a não atender a expectativa de alguns em relação à sua profissionalização e nem sempre estar oferecendo uma formação de qualidade, além de, não garantir que os jovens sejam efetivados pelas empresas contratantes, já que uma das queixas das empresas é que os jovens não possuem qualificação e nem experiência profissional. Cabe, aqui, fazer um destaque para essa contradição, pois o jovem egresso, a grosso modo, possui agora um certificado e um registro em sua carteira de trabalho de experiência profissional, então o que falta para ele ser absorvido pelo mercado de trabalho? Sabemos que a efetivação deles depende de muitos fatores, tanto em relação a sua formação profissional como em relação às questões econômicas do país, que, de certa forma, gera impactos na oferta de trabalho para esse público.

Não obstante, compreende-se que toda ação educativa prevista e idealizada, tem como pressuposto possibilitar uma projeção da autonomia do sujeito, isso é o que se pretende, mas que no decorrer das investigações, obtivemos que esse processo de autonomia dos jovens egressos pouco se deu durante a sua experiência como jovem aprendiz em relação as suas práticas desenvolvidas nas empresas contratantes e, nem tão pouco eles têm conseguido exercer essa autonomia em suas relações de trabalho na atualidade.

Além do que, as atividades laborais previstas nas práticas profissionais, exercidas nas empresas pelos jovens, muitas vezes, estão desconexas às experiências institucionais de formação, fazendo com que esse estudante trabalhador se distancie cada vez mais da possibilidade de exercer sua autonomia e tomada de decisão frente aos problemas encontrados no ambiente de trabalho.

Considerando que o programa possibilitou uma formação teórica e prática aos jovens egressos, percebemos que esses jovens acabam adquirindo um conhecimento sobre as relações de trabalho, a organização administrativa e, até mesmo estabelecendo redes de contato com dirigentes das empresas que trabalharam e que poderiam, de certa forma, ter facilitado o ingresso desses sujeitos no mercado de trabalho.

Entretanto, o conhecimento teórico adquirido durante sua formação profissional, de certa forma, acabou por ser subaproveitado pelas empresas ou, até mesmo desconsiderado, de modo que esses jovens egressos ainda estão ocupando postos de trabalhos cada vez mais precários, ou ainda, exercendo atividades autônomas em trabalhos informais, ou de natureza de micro empreendedor individual (MEI), como um prestador de serviços, ou ainda, estão em busca de novas oportunidades de trabalhos, sejam eles formais ou informais, ou, até mesmo, aqueles que estão desempregados, mas que ainda estão na idade de ser jovens aprendizes a partir dos programas ofertados no estado de Sergipe, estão tentando se recolocar no mercado de trabalho através dessa oferta, que lhes possibilitará em retornar ao Programa de Aprendizagem, para ter uma renda e seus direitos sociais e trabalhistas de volta.

No decorrer dessa pesquisa, percebemos que muitos direitos dos jovens egressos foram e continuam sendo violados, mesmo quando eles foram jovens aprendizes dos Programas de Aprendizagem do Senac/SE. Pois, em muitos casos, não houve, de fato, a aprendizagem e nem a formação técnico-profissional adequada ao processo de desenvolvimento profissional desses sujeitos. Bem como, no decorrer de suas experiências na formação profissional, eles eram cobrados e avaliados quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades que não se faziam presentes nos ambientes práticos de

aprendizagem, e que se deram nas empresas contratantes, mas, de forma bem desconexas com os conhecimentos que eram previstos nos programas.

Creio que existem tantos questionamentos quanto à situação do jovem brasileiro, seja no campo do trabalho, seja na educação e, com isso, nos leva a confirmar que o tempo de 02 anos de pesquisa, não é suficiente para nos debruçarmos sobre o objeto pesquisado. Cabe então, acreditar que essa pesquisa tenha nos servido de instrumento para despertar o olhar quanto a essa política de formação para o trabalho, a fim de desvendar os reais interesses que ela tem para a oferta de formação profissional.

Do mesmo modo, o esforço desenvolvido nessa pesquisa nos faz acreditar que, foi de suma importância para o fazer de uma pesquisadora, que, mesmo com tantas limitações em relação às discussões sociológicas, tem, de certa forma, se aproximado dos debates que lhes deram a condição de concluir esse estudo, mesmo sabendo que não está acabado, mas que, ele poderá contribuir para aqueles que estão atuando ou pesquisando as categorias *trabalho*, *educação* e *juventude* numa perspectiva das políticas públicas de formação para o trabalho de jovens, especificamente para aqueles que operam nos programas de aprendizagem. No entanto, essa pesquisa nos despertou para a possibilidade de futuras investigações sobre o objeto, numa perspectiva de encontrarmos a forma de compreendermos as falhas que ainda não foram sanadas nesses anos de existência dessa política.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, H. W. BRANCO, P.P.M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 37-72, 2005.
- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 5/6, p.25-36, maio-dez. (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade), 1997.
- ALVES, N. **Inserção profissional dos jovens**: do problema social ao objeto sociológico. Unidade de I&D de Ciências da Educação. Lisboa. Recuperado em 12 setembro, 2014, disponível em: <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-02.htm>, 2008. Acesso em: 01/07/2021
- AMARAL, C.. T. do. **Políticas para a formação do tecnólogo realizado em um curso de gestão empresarial**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 256f. 2006.
- ANDERY, M. A. P. A. *et al.* **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond 2012.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANHA, M. L. A. História da Educação. São Paulo, Moderna, 2002. *In*: RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira**: A Organização Escolar. Campinas, Autores Associados, 2003.
- BARBOSA, M. S. T. **A profissionalização do adolescente aprendiz no limiar do século XXI**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BARROS, V. A. A função política do trabalho e a ordem social. **Veredas do Direito**, 2(4), 51-65, 2005.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade do consumo**, - Reimp. – (Arte & comunicação; 54), 1929-2007.

BAUMAM, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **Sobre educação e juventude: conversas com Ricardo Mazzeo/Zigmunt Bauman**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

BECKER, D. **O que é adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BENEVIDES, M. V. de M. Conversando com os jovens sobre direitos humanos. *In: NOVAIS, R. VANNUCHI, P. (Org.s). Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 34-52, 2004.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, p.266, 2009.

BORDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. De quoi parle-t-on quand on parle du "problème de la jeunesse"? *In: PROUST, F. (org.). Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l'homme à la question des jeunes*. Vaucresson: CRIV, p. 229-235, 1986.

BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu avec Lïc Wacquant: réponses**. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro-RJ: editora Marco Zero, p.2, 1983.

BRANCO, P. P. M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. *In: H. W. Abramo, & P. P. M. Branco (Orgs.). Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.598, de 1º dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 dez. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1946.

BRASIL. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei n. 10.748, de 22 de outubro de 2003. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2003. Revogada.

BRASIL. Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 12.816, de 5 de junho de 2013. Altera as leis 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da bolsa-formação estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jun. 2013. Seção 1, p. 1

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Casa Civil da Presidência da República. **Consolidação das leis do trabalho**. 1990.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Ed. rev. e ampl. Brasília, DF, 28 out. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n. 723**, de 23 de abril de 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: portaria-mte-723-2012-com-alteracoes.pdf (www.gov.br): Acesso em: 24 set. 2015.

CALICCHIO, V. REIS, A. V. TEDESCHI, H.. - **Boletim Min. Trab. (5/36)**; DACORSO NETO, C. Que; Folha de S. Paulo (3/6/96); GONÇALVES, R. Vinte; Serv. Nac. de Aprendizagem Comercial. Coletânea, 2009.

CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CHUL-HAN, B. **Sociedade do Cansaço**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2017.

CIAVATTA, M. **Memórias e temporalidades do trabalho e da educação** / Maria Ciavatta (Coord.); Eliza Tavares Duarte... [et AL.]. – Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2007.

Clavatta, M. Trabalho como princípio educativo. *In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: ESPJV, 2008.

Cordão, F. A.; Moraes, F. de. **Educação profissional no Brasil**: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2017.

Corrochano, M. C. **O trabalho e a sua ausência**: narrativas juvenis na metrópole. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

Costa, J. F. Perspectiva da juventude na sociedade de mercado. *In: Novaes, R. Vannucho, P. (Orgs.). Juventude e Sociedade*: trabalho, educação e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 75-88, 2004.

Coutinho, M. C. Trajetória rumo à modernização: implicações para trabalhadores antigos e novos de uma organização industrial catarinense. *In: Borsoi, I. C. F. ; Scopinho, R. A. Velhos trabalhos, novos dias*: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais, (p. 57-76). Fortaleza: Edições UFC, 2007.

Cunha, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Unesp, Brasília, DF: Flacso, 2005.

Drabach, N. P. **A escola unitária em Gramsci e a educação profissional no Brasil**. Reunião Científica da ANPED: educação, movimentos sociais e políticas governamentais – UFPR: Curitiba-PR, 24 a 27 de julho de 2016.

Duarte, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, Autores Associados, 2000.

Eliane, R., Mecedo, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Rev. Cien. Soc.** vol.31 no.42, Montevideo, jun. 2018.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Brasília, 2017. Disponível em: [eca_1ed.pdf \(senado.leg.br\)](#). Acesso em: 25/05/2021.

Foracchi, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1972.

Foucault, M. **Vigiar e punir**: O nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Freire, P. & Illich, I. Diálogo. *In: Seminario Invitación A Concientizar y Desescolarizar*: Conversación permanente, Genebra, 1974. Atas. Buenos Aires, Búsqueda da Celadec. p. 109, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, (Coleção Leitura), 1996.

FREITAS, A.S. O redirecionamento da ciência e da tecnologia e os impactos nas políticas de educação profissional: a decadência da imaginação radical e o triunfo (neo-) conservador nos anos 90. **Boletim Técnico Senac**. Rio de Janeiro, v. 3. n. 25. p. 03-15, setembro/dezembro, 1999.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília: Inep, 2006.

FRIGOTTO, G. **A formação e profissionalização do educador frente aos novos desafios**. VIII ENDIPE, Florianópolis, p. 389-406, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1.087-1113, out. 2005.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trabalho, Educação e Saúde**, 5(3), 521-536. doi: 10.1590/S1981-77462007000300011, 2008.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas. *In*: NOVAIS, R.; VANNUCHI, P.; (Orgs). **Juventude e sociedade**: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.180-216, 2004.

GALLAND, O. **Les Jeunes**. Paris: Armand Colin, 1997.

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. *In*: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. SP: Cortez Autores Associados, 2005.

GRAMSCI, A. Caderno 12. *In*: **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GROPPO, L. A. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GROPPO, L. A. **Juventude:** Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

IANNI, O. O jovem radical. *In:* BRITTO, S. de (Org.). **Sociologia da juventude**. V. I. Rio de Janeiro: Zahar, p. 225-242, 1968.

KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil:** o estado da questão. Brasília: Reduc/Inep, 1987.

LISBOA, M. D. (1997). Orientação vocacional/ocupacional: projeto profissional e compromisso com o eixo social. *In:* ZANELLA, A. V. M.; SIQUEIRA; MOLON, J. T. (Orgs.), **Psicologia e práticas sociais** (p. 201- 212). Porto Alegre: Abraposul, 1997.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *In:* LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007, p. 225-245. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos filosóficos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. **Por uma ontologia do ser social**. O trabalho (versão preliminar da tradução de Ivo Tonet). Maceió. UFAL, não publicado, 1981.

MADEIRA, F. A roda viva do mercado. *In:* **Tempo e Presença**. n. 240, Ano 11, p. 11-12. São Paulo, 1989.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2010.

MANACORDA, M. A. **O princípio Educativo em Gramsci**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2019.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci:** Americanismo e conformismo. Tradução: William Laços, Ed. Alínea, Campinas-SP (coleção educação em debate), 2008.

MANFREDI, S. M. **A educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

Manual da Aprendizagem: O que é preciso saber para contratar o aprendiz. Senac, Edição Revista e Ampliada. Brasília, 2014.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventude es más que una palabra. *In*: MARGULIS, M. (Ed.). **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, p. 13-30, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 10 ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner/Karl Marx, Friedrich Engels; tradução de Milton Camargo Mota. – Petrópolis, RJ: Vozes – (Coleção Vozes de Bolso), 2019.

MARX, K. **Grundrisse Foundations of the critique of political economy**. New York, Vintage Books, 1973.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas), 1985.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas), 1985c.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 1ª edição [1859]. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Crítica da Educação e do ensino**. Introdução e notas e Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. – [4. reimpr.]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro: 2004.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2.ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo, Boitempo, 2006a.

MINAYO. M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

NAVARRO, V.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, 2007.

NOGUEIRA, A. A sociologia da educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. **Em Aberto**, ano 9, n. 46, p.49-58, 1990.

NOGUEIRA, C. M. M. NOGUEIRA, M. A. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>> acesso em 20 de nov. de 2015.

NOVAES, R. **Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas**. **Revista Sociologia Especial- Ciência e Vida**, 1(1), 1-10, 2004.

NOVAIS, R. **Juventude e participação social: Apontamentos sobre a reinvenção da política**. *In*: ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V. SPOSITO, M. P. (Org.) **Juventude e debate**. São Paulo: Cortez, p. 46-70, 2002.

NUNES, T. de S. F. **Implicações do modelo de competências na educacional profissional desenvolvida no Senac PE a partir do olhar do professor**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Síntese de Indicadores Sociais 2016** – IBGE.

OLIVEIRA, M. K. **Escola e desenvolvimento conceitual**. Coleção Memória da Pedagogia, 2, p.68-75, 2005.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PEREGRINO, M. Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 275-291, mai./ago. 2011.

POCHMANN, M. A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: **Publish Brasil**, 2007.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. *In*: NOVAIS, R. VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 217-241, 2004.

QUINTANEIRO, T. **Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1995.

REGO, T. C. **Ensino e constituição do sujeito**. Coleção Memória da Pedagogia, 2, 58-67, 2005.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis, Vozes, 1978;

SANTOS, J. A. dos. A Trajetória da Educação Profissional. *In*: LOPES, E. Marta Teixeira. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed., Belo Horizonte: Autentica, 2000.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, (Coleção polêmicas do nosso tempo), 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 10 ed., Campinas, SP: Autores associados, 2008.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. SP: Cortez Autores Associados, 2005.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SENAC-DN. **Diretrizes Nacionais dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial do Senac**. Versão preliminar para apresentação ao Conselho Nacional. Rio de Janeiro, 38 p. 2015.

SENAC. DN. **Programa de aprendizagem comercial**: referenciais para ação Senac. 2 ed. Rio de Janeiro: Senac/DEP/CTP, 2008.

SILVA, I., & OLIVEIRA, R. **Juventudes, educação e trabalho**: estudos e políticas públicas em Londrina/PR. *In* L. Jeolás, M. Paulilo, & Capelo, M. (Orgs.). *Juventudes, desigualdades e diversidades: estudos e pesquisas*. (pp. 23- 56). Londrina: Eduel, 2007.

SOARES, D. H. P. **A escolha profissional do jovem ao adulto**. São Paulo: Summus, 2002.

SOARES, D. H. P. **Choix Professionnel**: Proje dès Parents & Projet dès Adolescents. Tese de Doutorado, Universidade Louis Pasteur, Strasbourg, França, 1996.

SPOSATO, K. B. **Juventude**: da invisibilidade à redução da maioria penal. *In*: REPÚBLICA, B. P. D. *Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010. p. 179-187.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 5/6, p. 37-52, maio-dez (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade), 1997.

SPOSITO, M. P. & CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, (24), 16-39, 2003.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução: Cristina Antunes. – 1. ed.; 5. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Tradução Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRIVIÑOS, A. M. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1997.

TRIVIÑOS, A. M. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.180-216. 2004.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1, p. 33., p. 139, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO COM OS JOVENS EGRESSOS DOS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM DO SENAC-SE

Perfil do egresso

Nome do(a) jovem egresso: _____

Data de nascimento: _____

Local de nascimento: _____

Local de residência (endereço): _____

Estado civil:

- solteiro(a)
- casado(a)
- separado(a)
- divorciado(a)
- Outro:

Sexo:

- feminino
- masculino

Situação atual de moradia:

- mora sozinho(a)
- mora com a família
- Outro

Escolaridade (registrar sua última situação):

- ensino superior incompleto
- ensino superior completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- Outro

No caso de estar estudando, colocar a escolaridade e qual o curso: _____

Qual sua situação de trabalho atual?

- trabalha
- não trabalha
- nunca trabalhou
- Se está trabalhando, qual sua situação de trabalho?
- trabalha por conta própria
- trabalho remunerado exercido regularmente
- trabalho remunerado exercido de forma irregular, não procurando trabalho diferente do atual
- negócio familiar
- servidor público
- dono do próprio negócio
- membro de associação
- assalariado com carteira assinada
- assalariado sem carteira assinada
- faz bicos, trabalhador eventual
- empregado(a) doméstico(a)
- faz parte de cooperativa
- Outro

Qual sua renda?

- menos de um salário mínimo
- de 1 a 2 salários mínimos
- de 2 a 3 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- de 4 a 5 salários mínimos
- 5 ou mais
- Outro

Se mora com a família, quanto é a renda total que possuem?

- menos de um salário mínimo
- de 1 a 2 salários mínimos
- de 2 a 3 salários mínimos
- de 3 a 4 salários mínimos
- de 4 a 5 salários mínimos
- 5 ou mais
- Outro

Você ajuda nas despesas da casa?

- sim
- não

Depende da família financeiramente?

- sim
- não

Situação ocupacional

Se não está trabalhando, qual sua situação de trabalho?

- já trabalhou, mas no momento está desempregado
- desempregado(a) cadastrado(a) no SINE com seguro desemprego
- desempregado(a) cadastrado(a) no SINE sem seguro desemprego
- cadastrado(a) em outra agência de emprego privada
- desistiu de procurar emprego por desânimo
- não está procurando emprego porque está estudando
- desempregado procurando emprego
- desempregado e com dificuldade para conseguir emprego
- está fazendo serviço militar
- desempregado e não tem dinheiro para procurar emprego ou montar negócio próprio
- Outro

Se nunca trabalhou, marque por quê?

- Está em busca de seu primeiro emprego
- Está difícil conseguir o primeiro emprego
- Está fazendo o serviço militar
- Está só estudando e não consegue conciliar estudo e trabalho
- Não sabe como procurar emprego
- Outro

Tem encontrado dificuldades para conseguir uma ocupação?

- sim
- não

Quais são as dificuldades? Escreva a principal dificuldade, a segunda maior dificuldade e uma terceira que lhe impedem de conseguir uma ocupação.

Quais os meios de informação e locais que utiliza para buscar trabalho?

- folhetos
- cartazes

- anúncios de rádio
- anúncios de televisão
- anúncios de jornais
- sindicato
- agências de emprego privadas
- indicação de amigos
- executora do curso
- NAT – Núcleo de Apoio ao Trabalhador
- redes sociais
- Outro

Formação

Curso:

- Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos
- Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas
- Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Operação de Supermercados

Quanto ao curso de Aprendizagem profissional comercial que frequentou, quais foram os motivos principais que levaram a fazê-lo? (descreva três principais motivos por ordem de preferência)

O curso de Aprendizagem profissional comercial que frequentou contribuiu para conseguir trabalho?

- sim
- não

Quais foram os efeitos que o curso teve na sua vida profissional após sua realização? (descreva três principais motivos por ordem de preferência)

A entidade que lhe ofereceu o curso mantém alguma forma de contato com você:

- Sim
- Não

Se respondeu que sim, assinale de que forma:

- através de cartas
- com reuniões
- realizando entrevistas
- encaminhando para possíveis empregos/trabalhos
- Outro

Quanto ao conteúdo desenvolvido no curso que você frequentou, qual sua opinião?

- Excelente
- Ótimo
- Bom
- Regular
- Péssimo

Qual a importância do Curso para as atividades que você fazia na empresa? Havia alguma correlação?

Quais eram as atividades que você desenvolvia na empresa?

Você vivenciou alguma situação na empresa que o Curso não havia dado suporte?

O que você mais gostou no curso que frequentou? Escreva três principais motivos por ordem de preferência.

O que você menos gostou do curso que frequentou? Escreva três principais motivos por ordem de preferência.

Se você pudesse mudar algum aspecto no curso, o que mudaria? Escreva três destes aspectos por ordem de preferência.

Quais outros assuntos que você gostaria que estes cursos tratassem e estivessem relacionados com seu momento de ser jovem? Descreva até três assuntos por ordem de preferência.

Para você o que significou ter participado do Programa Jovem Aprendiz?

Qual a contribuição do curso para a sua atividade hoje ou para alguma atividade que tenha exercido após a saída do Programa?

O curso que frequentou se parece com a escola regular?

sim

não

Quando você não está trabalhando, nem estudando, o que costuma fazer? Escreva três opções por ordem de preferência.

Quais são, na sua opinião, os melhores meios para aprendizagem? Escolha as três principais alternativas:

Família

Trabalho

Curso de qualificação profissional

Escola

Igreja

Grupo funk

Participando de cooperativas

Movimento ecológico

Grêmios estudantis

Rádio

Associação de moradores

Livros

Revistas

Internet

Conversando com amigos

Trabalho voluntário

Grupo de rapping

Grupo de surfe

Grupo de mulheres

Televisão

Jornais

Outro

APÊNDICE B: ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS JOVENS EGRESSOS E OS INSTRUTORES DA APRENDIZAGEM DO SENAC-SE

Dados do jovem egresso:

Nome:

Idade atual:

Idade que entrou no programa:

Sexo:

Estado civil:

Escolaridade:

Situação atual de moradia:

- Mora com quem?
- Onde você mora?

Renda familiar:

Situação de trabalho atual:

1. Como você ficou sabendo do Programa de Aprendizagem do Senac em Sergipe?
2. O que fez você ingressar nesse programa?
3. Como foi o processo seletivo para o ingresso na empresa e no programa? Você teve indicação de alguém ou buscou esse processo sozinho?
4. Você teve oportunidade de escolher o curso que iria fazer no programa? Se sim, como ocorreu essa escolha? Se não, por quê?
5. Quais foram suas expectativas antes de iniciar no programa? O que você esperava?
6. Durante o programa você teve dificuldades? Quais foram?
7. Você teve conhecimento sobre a lei da aprendizagem, das diretrizes do programa, da metodologia durante a sua formação profissional no programa? Como isso ocorreu?
8. A intuição disponibilizava recursos didáticos para trabalhar as competências previstas no programa/curso? Se sim, quais? Se não, por quê? Esses recursos condiziam com a necessidade exigida para o curso?
9. Como você avalia a metodologia aplicada pela instituição para a oferta do programa/curso?
10. Como você avalia a atuação dos instrutores em sala de aula quanto a transmissão dos conhecimentos, habilidades e atitudes?
11. Você considera ser importante a formação acadêmica dos instrutores para ministrar os cursos de aprendizagem? Por quê?
12. Dentro do que foi desenhado no programa para a aplicação da metodologia de formação por competência pela instituição Senac, consta as Marcas Formativas do Senac e do Programa de Aprendizagem, o que elas surtiram de efeito para a sua atuação no mercado de trabalho?
13. Os conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas no programa foram compatíveis com o seu trabalho na empresa? Por quê?
14. A sua formação profissional no Programa de Aprendizagem do Senac/Se contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho? Como?
15. O programa ampliou as possibilidades de emprego para você? Por quê?
16. O programa contribuiu para a sua vida pessoal e profissional? De que forma?
17. Como foi sua relação com a escola, a empresa e o programa?
18. Quais as dificuldades encontradas pelos jovens no mercado de trabalho?
19. Ao sair do programa, você foi efetivado pela empresa ou conseguiu emprego rapidamente em outra empresa? Como aconteceu?
20. Quais foram suas trajetórias de trabalho após a sua saída do programa de aprendizagem?
21. Como você enxerga o mercado de trabalho para os jovens atualmente?
22. Quais são seus projetos e projeções para o mercado de trabalho?
23. De acordo com sua experiência como jovem aprendiz, você indicaria esse programa para outros jovens? Por quê?

Dados do instrutor(a):

Nome:

Formação acadêmica:

Experiência profissional como instrutor(a):

Forma de ingresso no Programa de Aprendizagem no Senac/Se:

Tempo de atuação no Programa de Aprendizagem no Senac/Se:

1. Quais cursos que você ministra no Programa de Aprendizagem do Senac/Se? Em média, quantos alunos são por turma?
2. Quais são seus conhecimentos acerca do programa (documentos, leis, metodologias, etc.)?
3. Como você avalia o programa em relação a metodologia e a infraestrutura disponibilizada pela instituição? A ausência de um desses ou de ambos fragiliza o que foi formatado? Se sim, por quê?
4. O que você acha da metodologia de ensino, da forma de avaliação e dos recursos disponibilizados pela instituição?
5. Você acha que a formação profissional ofertada para os jovens do programa de aprendizagem atende as exigências do mercado de trabalho? Por quê?
6. Na sua atuação como instrutor(a) do programa de aprendizagem existem dificuldades em relação aos conhecimentos a serem passados para os jovens durante a formação profissional deles? Quais?
7. A sua formação acadêmica gera impactos na formação profissional dos jovens? Quais?
8. Você encontra dificuldades para garantir a formação profissional dos jovens? Quais?
9. O que lhe deixa mais realizado(a) desse trabalho feito com os jovens?
10. Você tem tido algum retorno das empresas sobre seu trabalho realizado com os jovens no programa? Quais?
11. Você tem tido retorno dos jovens egressos do seu trabalho realizado no programa? Quais?
12. Qual a sua avaliação sobre o programa de aprendizagem no que diz respeito a inserção dos jovens no mercado de trabalho?
13. Você acha que está sendo aplicado de fato o que foi desenhado no programa com a realização dele no Senac/Se? Como?
14. Como você avalia a formação dos jovens no programa em relação aos perfis profissionais exigidos pelo mercado de trabalho em Sergipe?
15. De acordo com sua experiência como instrutor(a), o que você acha necessário ser revisto no programa, para garantir a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho?